



resenha

de política exterior do brasil

número 30, julho, agosto e setembro de 1981

1. a visita do presidente da venezuela, luís herrera campíns
2. no brasil, o presidente da colômbia, julio César turbay ayala
3. aureliano chaves recebe o vice-presidente da república de gana
4. ministro do comércio e da indústria do japão visita o brasil
5. em Brasília, o ministro dos negócios estrangeiros do japão
6. ministro dos negócios estrangeiros da arábia saudita no brasil
7. ministro das relações exteriores de honduras visita Brasília
8. saraiva guerreiro na esg: não abrimos mão de nossas esperanças
9. visita de joaquim chissano amplia o entendimento brasil-moçambique
10. a XXXVI assembléia geral da organização das nações unidas
11. józef czyrek em Brasília consolida as relações polono-brasileiras

ministério das relações exteriores

ministério das relações exteriores

resenha
de política exterior do brasil



a visita do presidente da venezuela, luís herrera campíns

Discursos dos Presidentes João Figueiredo e Luís Herrera Campíns, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 10 de agosto de 1981, por ocasião do jantar oferecido pelo Primeiro-Mandatário brasileiro ao Chefe-de-Estado venezuelano.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Receba Vossa Excelência os calorosos votos de boas-vindas que lhe formulam o Governo e o povo brasileiros.

Ao iniciar-se esta visita, que tanto nos honra, desejamos que Vossa Excelência, juntamente com a Senhora de Herrera e a importante comitiva que o acompanha, possam perceber, em cada uma de nossas palavras e ações, o afeto, a admiração sincera de todos os brasileiros pela Venezuela e por seu Presidente.

Sua chegada a esta cidade nos proporciona a alegria do reencontro de velhos amigos.

Recordo com carinho a visita que fiz a Caracas há quase dois anos. Apenas começava o meu mandato e era aquela a primeira viagem oficial que eu empreendia ao exterior. Não por acaso foi a Venezuela o primeiro país que visitei. Já então a prioridade da América Latina se desenhava nitidamente em minha agenda diplomática.

Desde aquela época, tenho procurado ser fiel a esse projeto. Sinto que chegou final-

mente, para nós latino-americanos, a hora de unirmos o Continente em torno do que somos e do que aspiramos a ser.

Devemos viver nossa própria verdade. A partir de nós mesmos e de nossas experiências faremos com que se reconheça o que valem e podemos criar. Por isso, além de desenvolver os canais diplomáticos regulares, venho buscando expandir a dimensão do conhecimento direto e da confiança recíproca entre os governantes.

Em pouco mais de dois anos, com a simplicidade de vizinhos que se visitam, pude conhecer de perto a hospitalidade de seis países latino-americanos. Recebi em Brasília Chefes-de-Estado de nações irmãs. Foram contatos extremamente densos, em todos os aspectos, os quais consolidaram minha fé no futuro que juntos estamos a construir.

Em cada um desses encontros, através da palavra dos Estadistas ou da espontaneidade do homem da rua, observei que na rica diversidade dos povos latino-americanos se descobrem traços comuns de grande força; um ar de família, em que está presente a emoção, o sentimento, aquela sabedoria do coração que torna os homens mais huma-

nos e a vida mais solidária.

Viagens de trabalho, com impressionante saldo de resultados tangíveis, essas visitas ajudaram a fazer com que, pela primeira vez em nossa história, o Brasil e os demais países latino-americanos passassem a ser parceiros essenciais uns para os outros. Igualmente importante, porém, foi a contribuição que deram para revelar a proximidade espiritual e humana entre os brasileiros e nossos irmãos latino-americanos.

Senhor Presidente,

Permita-me evocar ainda a visita que lhe fiz em meio ao dinamismo transformador de Caracas.

Experimentei, então, a inconfundível sensação de calor e afeto populares, que transcendem ao rigor do planejamento protocolar. Experimentei a facilidade de comunicação e a convergência de visão-do-mundo entre os homens do Continente.

Entre latino-americanos, o diálogo diplomático é, e deve ser cada vez mais, o exercício sincero de antiga e sólida amizade, franca e confiante, entre países vizinhos que têm como traço comum, entre outros, a co-participação no Tratado de Cooperação Amazônica.

Para esse estilo de relacionamento, aberto e racional, muito tem contribuído as qualidades pessoais de Vossa Excelência, que o fazem expressão indiscutível das virtudes da personalidade venezuelana.

E algumas dessas virtudes apresentam afinidade notável com traços da alma brasileira. Falo de duas sociedades inspiradas pelos valores do dinamismo e do progresso, da mobilidade social, da igualdade. Falo de duas nacionalidades formadas de povos de origens próximas na sua diversidade, enriquecidas pela integração de culturas afins. Falo de personalidades otimistas, empen-

dedoras, voltadas para a edificação de um futuro melhor, mais equitativo, no contexto democrático.

Nesse sentido, a Venezuela foi, ao longo de sua História, uma sociedade capaz de renovar-se.

Todos reconhecemos o esplêndido papel da sociedade venezuelana, em começos do século dezenove, no grande movimento que levou à emancipação da América Latina e que ajudou a mudar a face do mundo.

Apesar do isolamento cultural e material característico do modelo colonialista, os venezuelanos produziram personalidades de uma grandeza que ultrapassou de muito as fronteiras do Continente. Além do Libertador Simón Bolívar, exemplo luminoso do homem latino-americano, figuras como a de Francisco de Miranda, veterano das Revoluções Americana, Francesa e Latino-Americana de que nasceu o mundo moderno, do nobre e abnegado Antonio José de Sucre, do sábio Andrés Bello, de José Antonio Paéz, fizeram com que a gente da Venezuela desse ao processo de libertação do Continente uma contribuição mais do que proporcional em talento, espírito de luta e sangue derramado.

Ao recordar essa grande geração, não podemos deixar de expressar nossa satisfação ante a decisão de Vossa Excelência de deslocar-se ao Recife, numa homenagem do mais alto mandatário da nação venezuelana ao General José Inácio de Abreu e Lima, companheiro daqueles bravos no heroísmo e vínculo imperecível entre os povos do Brasil e da Venezuela.

O gesto tão expressivo de Vossa Excelência, assim como a doação pelo meu Governo do retrato de Abreu e Lima para o Salão Elíptico do Congresso Nacional da Venezuela, irá permitir que se atenue o desconhecimento do caráter extraordinário desse soldado e intelectual que encontrou seu

momento de glória ao unir o Brasil à epopéia bolivariana.

Poucos meses antes de morrer, em carta dirigida ao General Paéz, Abreu e Lima passava em revista sua existência gloriosa: **Conservo todas mis patentes de Gran Colombia, todas mis condecoraciones, me ufano de haber sido general en la antigua República de Gran Colombia. Tengo orgullo de llamarme uno de los libertadores de Venezuela y de los de la Nueva Granada y en usar mis insignias. Tengo garbo de mis cruces de Boyacá y de Puerto Cabello y de mi noble escudo de Carabobo. Tengo y conservo el busto de oro del Libertador que él mismo me ha dado con un diploma honroso.**

Contemporâneo de Bolívar, San Martín, Santander e O'Higgins, Abreu e Lima espelhou, como os demais, qualidades que caracterizam a maneira de ser latino-americana.

Em sua História independente, apesar de imensas dificuldades, a América Latina permaneceu fiel à inspiração original, adaptando-a às exigências dos tempos.

Herdeiros do humanismo e do espírito da civilização clássica, os latino-americanos sempre se empenharam em fazer da lei, e não da força, o seu padrão norteador.

Nas relações entre os Estados, uma de nossas mais importantes contribuições tem sido, justamente, a recusa de todas as fórmulas de política baseadas no uso da força. Na incansável busca de estruturas de paz e de independência, ajudamos a definir princípios básicos, hoje de aceitação universal, como o da igualdade soberana dos Estados, da autodeterminação dos povos e da não-intervenção.

A América Latina não se restringiu, contudo, a teorizar. Muito pelo contrário, soubemos viver esses princípios.

Somos, sem dúvida, o Continente com o

menor índice de choques entre Estados. Essa é, sem favor, uma qualidade e um privilégio a preservar num século marcado pelas duas maiores guerras da História, além de um número alarmante, inaceitável, de conflitos regionais no resto do mundo.

A prática efetiva da paz e da conciliação deve continuar a permitir que a América Latina canalize, por meios pacíficos e generosos, a solução de eventuais divergências. É dever de todos nós persistir no esforço incessante, paciente ordenado, para superar as questões que ainda nos dividem. Só assim asseguraremos, em nossos dias, a eficácia da presença latino-americana na renovação e modernização do sistema internacional.

Longe de se esgotar no passado, a criatividade latino-americana continua atuante nos processos de mudança.

Partiram, por exemplo, deste Continente o impulso original e o arsenal de idéias que trouxeram o Direito do Mar para o Século XX. De igual forma, tem sido marcante a atuação latino-americana no desenvolvimento do Diálogo Norte-Sul e na definição das características de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Temos, pois, o mais legítimo dos interesses em que se acelerem as atuais negociações sobre todos esses temas.

Senhor Presidente,

Também através das relações econômicas diretas entre países em desenvolvimento estamos buscando a eliminação definitiva dos resquícios da economia colonial de dependência, da desigualdade entre as nações. Nesse terreno, o Brasil pode, com satisfação, verificar que parte significativa e crescente do seu intercâmbio global se realiza hoje com países do Terceiro Mundo.

Tem sido constante o esforço brasileiro de cooperação igualitária, com base numa ver-

dadeira mutualidade de benefícios, e na transferência real de conhecimentos.

As relações entre o Brasil e a Venezuela constituem exemplo objetivo de aplicação desses princípios básicos e dessa determinação em colaborar.

É este o terceiro encontro entre Chefes-de-Estado dos dois países, desde 1978. Esse fato em si, ao lado da multiplicação de visitas de Ministros de Estado, de empresários, de técnicos e artistas, demonstra de forma eloquente a aceleração que vem queimando etapas em nosso relacionamento bilateral.

Os resultados são concretos, são alentadores. O intercâmbio comercial venezuelano-brasileiro, já acima de 1 bilhão de dólares, atingiu níveis que o tornam dos mais expressivos em âmbito regional. Estabeleceram-se relações bancárias diretas. Temos conjunto trabalho e tecnologia latino-americanos na realização de obras de infra-estrutura. No âmbito da política de globalidade, multiplicamos mais de dez vezes nossas compras de petróleo venezuelano, ao mesmo tempo que firmamos acordo para o fornecimento a longo prazo de açúcar brasileiro à Venezuela.

Senhor Presidente,

Embora impressionantes, esses resultados ainda não permitem que abrandemos a marcha. Ao contrário, eles nos estimulam a avançar com firmeza e imaginação redobradas.

É com esse desafio ao trabalho duro, embora recompensador, e com inabalável confiança no futuro comum a dois povos irmãos inspirados pelo ideal democrático que convido os presentes a me acompanharem num brinde ao crescente desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre a Venezuela e o Brasil, à concórdia e pros-

peridade da nobre nação venezuelana e ao êxito e felicidade pessoais de Vossa Excelência e de sua Excelentíssima esposa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE LUÍS HERRERA CAMPÍNS

Todos los que hemos venido desde la ancha y fraterna tierra venezolana, cercana en la geografía y en el cariño a esta gran nación brasileña, nos sentimos honrados y regocijados por la cordial y cálida bienvenida que se nos ha dado, una razón más para el afecto y la solidaridad.

Este nuevo encuentro de los Mandatarios de Venezuela y Brasil se celebra en esta ciudad de impresionante arquitectura, erigida en el corazón de la inmensa geografía brasileña por obra y gracia del ingenio y laboriosidad de su pueblo.

En poco más de cuatro lustros, la perseverancia y la determinación han erigido esta magnífica urbe, proyectada al futuro en este alucinante paisaje de horizontes infinitos, con aspiración de corregir deformaciones inherentes a nuestro desordenado proceso urbanístico latinoamericano.

Nos anima el propósito común de estrechar cada vez más los vínculos de amistad y cooperación entre nuestros países, caracterizados por un dinamismo creciente, cuyo efecto trasciende lo inmediato para internarse en el porvenir, al compás del optimismo creador y de la voluntad de progreso de uno y otro pueblo.

Con esta Visita de Estado al Brasil, atiendo la gentil invitación que usted, señor Presidente, me formulara en Caracas, en noviembre de 1979. Representa una nueva oportunidad para desplegar la voluntad común, ese espíritu compartido de fortalecer cuanto nos une y de profundizar y diversificar el proceso de consultas y de búsqueda de coincidencias que hemos venido

desarrollando en muchas actividades y a diferentes niveles regionales y mundiales.

Estos procesos de acercamiento permiten conocer a fondo posiciones y criterios y concertarse sobre temas de recíproco interés fundamental y adquieren particular significación ahora cuando se recrudecen las tensiones, la crisis económica mundial se agudiza y aflora una perniciosa tendencia a soslayar los problemas del desarrollo de la gran mayoría de la humanidad, agravando el deterioro del clima internacional con serias repercusiones para la paz y la seguridad, cuya preservación debe ser, más que nunca, el objetivo primordial de todos los pueblos de buena voluntad.

Los venezolanos recordamos con cariño su visita a nuestra Patria. Usted ha sido el primer Presidente del Brasil que nos ha honrado llegando hasta Caracas. A mí me cabe el orgullo de haber ejercido, en esa circunstancia, función de anfitrión. ¿Como olvidar que su viaje a Venezuela fue el primero que hizo fuera de las fronteras de su Patria, después de haber tomado posesión de la Presidencia? ¿Cómo olvidar las reiteradas frases de su admirable decisión de realizar aquí una ascendente apertura democrática? No podía ser de otra manera, que de estirpe le vienen la inclinación y la decisión. Su padre, el señor General D. Euclides de Figueiredo, tomó parte en el movimiento constitucionalista de São Paulo y la adversa suerte lo condujo al exilio. Ese antecedente nos acerca en la vivencia personal y política.

Señor Presidente: Usted conoció el destierro en su infancia. Yo lo saboreé en mi juventud.

La democracia es la opción de la libertad para alcanzar la Justicia Social. Requiere un entrenamiento colectivo en el propio ejercicio democrático. Exige de los gobernantes un alto nivel de tolerancia, sobre todo frente a las tendencias al abuso. Por eso, es progresiva y perfectible. Brasil ha venido abri-

éndose hacia la democracia con medidas audaces y necesarias, como la terminación de las actas institucionales y la liquidación de la censura. Usted, señor Presidente, tuvo el coraje de dictar una amnistía política que benefició a millares de personas. Las circunstancias de los enfrentamientos hacen muchas veces muy difícil la adopción de una política de esa naturaleza. Nosotros tuvimos al comienzo de la década de los años 60 una subversión promovida y dirigida por el radicalismo totalitario de izquierda. ¡Cómo nos costó poder convencer de la necesidad de una política de pacificación como salida para el cese de la violencia! Por fortuna, los partidos políticos democráticos sin parpadeos, las organizaciones sociales, las Fuerzas Armadas y los factores institucionales y sociológicos de poder, supieron derrochar generosidad y comprender la urgencia de la pacificación.

Con ella no hemos pretendido resolver todos los problemas, pero le dimos solución al agudo problema político planteado y, en nuestra América Latina, no se podrán resolver los problemas económicos, sociales y culturales si no entrentamos el político, sobre el cual aquéllos tienen también tantas incidencias.

La comunidad de intereses y la determinación política de todos para la acción conjunta son factores determinantes de este proceso, como lo prueba el Plan de Acción adoptado en la reciente Conferencia del Grupo de los 77 de Caracas.

Este esfuerzo de los países en desarrollo no va dirigido contra nadie, sino en beneficio de todos. No pretende sustituir los compromisos adquiridos por los países desarrollados, sino el afianzamiento creciente de las potencialidades de la cooperación concertada del Tercer Mundo, que cobra gravitación determinante por la unidad solidaria que la inspira: unidad de propósitos en diversidad de realidades.

América Latina es quizás la región del mundo en desarrollo pionera y fecunda en acciones de este tipo. El Pacto Andino, la ALADI, el Mercado Común Centroamericano, CARICOM, el Tratado Amazónico, la OLADE, el SELA y el más reciente de estos esfuerzos emprendidos en el Caribe Oriental, que saludamos con profunda complacencia, son ilustrativos de la creatividad de nuestros países en materia de cooperación e integración.

Disponemos, pues, de una amplia base institucional para la concertación, la cooperación y la integración. Su vigencia útil dependerá del apoyo que le demos, de su utilización como instrumentos aglutinadores de esfuerzos y voluntades en favor del desarrollo integral de nuestros pueblos. Esta comunión de objetivos y la determinación de alcanzarlos, fortalece nuestra confianza en el porvenir de América Latina, por sobre las dificultades que confrontemos.

El éxito de esta tarea de organización sistemática de las posibilidades de acción concertada es factor fundamental que determina la importancia de América Latina en el mundo. Nuestra región no puede estar al margen de la toma de decisiones ni contentarse con un papel secundario, mucho menos subalterno. Tenemos derecho a ejercer un protagonismo según nuestra escala de recursos y según la necesidad internacional de cooperación y de paz. América Latina al unisono debe acentuar su perfil propio en la presente coyuntura histórica, a través de la legítima reafirmación de la identidad latinoamericana, para contrarrestar veleidades hegemónicas y evitar ser presa del peligroso juego de tensiones de Este-Oeste.

Nuestros países comparten preocupaciones similares que nos impulsan a actuar sin dilación. Esta afirmación no es producto del azar. tiene su confirmación en las múltiples oportunidades en que nos hemos encontrado venezolanos y brasileños en este renacer vigoroso de nuestras relaciones y en su ritmo vibrante.

Lo que nuestra común determinación ha logrado en corto tiempo, constituye a la vez motivo de satisfacción y fuente de estímulo, si observamos la amplia gama de oportunidades que el futuro nos depara. Con dedicación y constancia iremos convirtiendo posibilidades en realidades de mutuo provecho, como tiene que ser entre países vecinos y amigos.

Corresponde ahora adelantar acciones para profundizar coincidencias y explorar nuevas áreas de entendimiento con otros países de la región, promover un gran diálogo latinoamericano con respecto de las especificidades e intereses propios de cada país, armonizar enfoques y definir criterios comunes sobre los diversos problemas regionales y mundiales que afectan a nuestros pueblos. Así la proyección universal de América Latina estará garantizada.

Señor Presidente:

Le agradezco en nombre de Betty y del equipo que me acompaña, su magnífica hospitalidad. Le reitero a usted y a su distinguida esposa nuestros sentimientos de sincera amistad y formulo votos por los más brillantes éxitos del Gobierno que usted preside y por la felicidad del noble pueblo brasileño.

presidente venezolano visita o supremo tribunal federal

Discurso do Presidente da Venezuela, Luís Herrera Campíns, em Brasília, em 10 de agosto de 1981, durante sua visita ao Supremo Tribunal Federal, reunido em sessão solene.

La presencia del Presidente de la República de Venezuela en este Palacio, sede del Supremo Tribunal Federal de Brasil, está lejos de tener un carácter meramente protocolar. Proyecta la importancia que el pueblo y el Gobierno de mi país asignan a la administración de justicia dentro de la organización del Estado y de la vida social, así como nuestra admiración por los hombres a quienes se ha confiado la tremenda responsabilidad de zanjar conflictos, de sentenciar, de decir lo justo.

La justicia ha sido siempre considerada como una virtud suprema. En la acepción más general conocida, consiste "en dar a cada uno lo que es suyo". Es una de las cuatro virtudes cardinales en el orden conceptual cristiano. Castizamente se la entiende como "conjunto de todas las virtudes que constituye bueno al que las tiene" o "lo que debe hacerse según derecho o razón".

Está presente en todas las mitologías. Las religiones la identifican frecuentemente con el amor al bien o a Dios, con el ideal de la santidad. Desde Platón y Aristóteles, se le han consagrado numerosos estudios que coinciden en apreciarla como igualdad y armonía. En su *Ética*, Aristóteles afirma que "se cree con frecuencia que la justicia es la mejor de las virtudes, no habiendo ninguna estrella matutina ni vespertina que sea tan maravillosa; diciendo el proverbio: la justicia comprende todas las virtudes, y es la virtud perfecta en su más alto sentido, por ser la práctica de la virtud perfecta. Es perfecta porque el que la posee puede practicar su virtud no sólo en sí mismo, sino con referen-

cia a su prójimo también; quiero decir que son muchos los hombres que pueden practicar la virtud en la regulación de su conducta personal, mas no en sus relaciones con sus prójimos; también se debe a esta razón que la justicia sea la única entre las virtudes que consiste en el bien del prójimo, por estar relacionada con él; porque el hombre justo hace lo ventajoso para los demás, ya se trate del legislador o del gobernado".

En nuestra civilización, resuena cada día el Sermón de la Montaña: "Bienaventurados los que tienen hambre y sed de justicia, porque ellos serán saciados". La justicia es el valor jurídico por excelencia y la más preciada de las virtudes morales.

Nuestro primer sentimiento delante de un juez es de profundo respeto. El Estado le ha confiado en gran medida su poder coactivo. Tiene la responsabilidad de realizar la igualdad proclamada por la Ley. En cierta forma, la norma jurídica viene a ser el anuncio del tratamiento que dará el Estado a una determinada situación. Sin la norma, la vida social viviría empantanada en el acaso y en interminable serie de órdenes discrecionales e inconexas: el reino de la inseguridad, la injusticia y la desigualdad.

Es preciso garantizar la correcta aplicación de la norma para obtener la igualdad. Si las leyes son la expresión general de lo que el Estado define como justo, la jurisdicción es la realización de esa justicia en el caso concreto. Si en todos los casos análogos por la configuración y los elementos factores que los constituyen la ley es aplicada con idénti-

co criterio y rectitud, encontramos la expresión de la igualdad a través de la justicia. Quien tiene a su cargo esa misión maneja una de las piezas claves de la organización social y política. En buena parte de él dependerá el reino de la armonía y el equilibrio o el de la arbitrariedad. La constancia de sus juicios determinará si la realidad diaria se corresponde o no con la igualdad que proclaman las leyes. La confianza en su imparcialidad, honestidad y eficacia definirá en buena medida la imagen que el ciudadano común se haga del Estado, de su capacidad para resolver los conflictos según la justicia y no según el poder o la fuerza, de su aptitud como instrumento para la obtención del Bien Común.

Luce, así, enorme la función del juez en la vida social. A esa responsabilidad y a la dignidad que ella comporta, a las expectativas que la virtud ajena crea en cada uno de nosotros, es a lo primero que Venezuela rinde homenaje cuando se dirige a un grupo de hombres encargados por su país de administrar justicia al más alto nivel.

La exigencia de la justicia en la sociedad es bastante más vasta de lo que ofrece la modalidad de los jueces. No basta que haya jueces justos ni actos justos. Es necesario que existan las condiciones apropiadas para que a cada situación individual se imponga una solución apropiada, para que "se dé a cada uno lo que es suyo" y "a cada quien su dignidad".

En este sentido, la justicia es el eficaz cumplimiento del Derecho, en plena realización del ordenamiento jurídico. De ahí que el sistema normativo no debe tener solamente una vigencia formal sino que debe ser parte de nuestra vida diaria. Esa materialización del orden jurídico no depende sólo de la virtud de la Magistratura. Impone que los procesos puedan desarrollarse en forma tal que se asegure un grado mínimo de igualdad de las partes en un juicio, de modo que las diferencias sociales o económicas entre

ellas no sean determinantes en el resultado del mismo. E igualmente que se resuelva un problema acuciante, que afecta a casi todos los países del planeta, como es el del acceso al sistema jurídico legal. Las complicaciones propias de dicho sistema y, sobre todo, su costo, lo hacen inalcanzable para una gruesa porción de la sociedad y, en especial, de los sectores marginados. A nuestros países se les impone para ofrecer un mecanismo de defensa pública eficaz, que garanticen una asistencia jurídica apropiada para quien deba ocurrir ante los Tribunales y no disponga de los medios para proporcionársela. También es preciso estudiar más a fondo las posibilidades que ofrecen los distintos modos no formales de solución de controversias jurídicas, que han sido objeto de extremado estudio por parte de sociólogos y filósofos del Derecho. Me satisface poder decir que el Ministerio de Justicia de Venezuela, dentro de un programa de investigación en el que también participan el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICIT) y la Universidad Central de Venezuela, prepara un proyecto de Ley orientado hacia los fines mencionados.

Nuestro Libertador Simón Bolívar se pronunció al presentar ante el Congreso de Angostura su Proyecto de Constitución de 1819 "por la estabilidad y la independencia de los jueces; por el establecimiento de Jurados; de códigos civiles y comerciales que no sean dictados por la antigüedad, ni por reyes conquistadores sino por la voz de la naturaleza, por el grito de la justicia y por el genio de la sabiduría". Siete años más tarde (1826), en su Mensaje al Congreso Constituyente de Bolivia afirmó:

"El Poder Judicial que propongo goza de una independencia absoluta; en ninguna parte tiene tanta. El pueblo presenta los candidatos, y el Legislativo escoge los individuos que han de componer los tribunales. Si el Poder Judicial no emana de este origen, es imposible que conserve en toda su pureza

la salvaguarda de los derechos individuales. Estos Derechos, Legisladores, son los que constituyen la libertad, la igualdad, la seguridad, todas las garantías del orden social. La verdadera constitución liberal está en los códigos civiles y criminales; y la más terrible tiranía la ejercen los tribunales por el tremendo instrumento de las leyes. De ordinario el Ejecutivo no es más que el depositario de la cosa pública; pero los tribunales son los árbitros de las cosas propias — de las cosas de los individuos. El Poder Judicial contiene la medida del bien o del mal de los ciudadanos; y si hay libertad, si hay justicia en la República son distribuidas por este Poder (...) Era de esperarse, conforme a las ideas del día, que prohibiésemos el uso del tormento, de las confesiones; y que cortásemos la prolongación de los pleitos en el intrincado laberinto de las apelaciones”.

Dentro de esa manifestación, más general, de la justicia se nos revela otra dimensión más desafiante. La de una justicia que no tiene previstos Tribunales para garantizarla, pero cuya realización es cada día más urgente y acuciante, como es la justicia social. El mundo entero, pueblos y gobiernos, tiene ante sí el enorme reto de superar el imperio de la pobreza y la marginalidad, obra de sistemas productivos que se olvidaron del señorío del hombre sobre los bienes necesarios. Los pueblos, y especialmente los pueblos en desarrollo, están obligados a ir más allá de alternativas materialistas en que se nos pretende aprisionar entre el capitalismo y el comunismo, hacia una concepción solidaria y humana del orden social, donde sean compatibles la justicia, la libertad y la seguridad.

Esta aspiración, válida para la situación interna de cada país, lo es igualmente para las relaciones económicas internacionales. No hay base ética de ninguna especie para que continúen desarrollándose sobre la dependencia y la dominación, enriqueciendo a unos pueblos a expensas del empobrecimiento de otros. Es preciso que la justicia

presida los términos de ese intercambio. Y que la asistencia compense, así sea en una ínfima parte, los males que nos ha dejado una historia de injusticias. Venezuela, al tiempo que expone con claridad a los países desarrollados su aspiración legítima a un Nuevo Orden Internacional, desarrolla actualmente un ambicioso programa de cooperación petrolera y asistencia con los países centroamericanos y con los amigos del Caribe, que sienten con singular peso los efectos de la situación económica que actualmente padece el mundo.

Aunque parezca paradójico, recordemos esa urgencia con un pensamiento del Dante, según el cual “la justicia es la real y personal proporción que existe entre los hombres relativa a las cosas y las personas, la cual, conservada, conserva la sociedad y si es perturbada, la destruye” (Monarquía, Libro II, Capítulo II).

El juez debe gozar de un importante grado de independencia y de seguridad. Sin éstas es muy difícil garantizar la imparcialidad de quien debe sentirse en todo momento ajeno a las partes para poder pronunciarse con objetividad y rectitud sobre la razón que las asista. Este es un principio de elemental factura, que es el que está en la base, además, de la separación de poderes del Estado.

En Venezuela, aun cuando la independencia y seguridad de los jueces estaba formalmente garantizada, había tardado mucho su materialización. Mi Gobierno, en su afán de perfeccionar nuestro régimen democrático, se propuso superar esta deficiencia, a través de la creación, con rango legal, de la Carrera Judicial. El Ministerio de Justicia preparó cuidadosamente un proyecto que, después de haber sido sometido a discusión y análisis por la Asociación de Jueces, los Colegios de Abogados, los parlamentarios y, en general, los sectores interesados dispuestos a dar su opinión y su aporte, fue aprobado por las Cámaras Legislativas venezolanas y es hoy Ley de la República.

Esa Ley contempla el ingreso por concurso a la Carrera Judicial, la creación de una Escuela de Formación de Jueces y la aplicación de criterios rigurosamente objetivos para la promoción y el ascenso, y representa la ruptura final de los vínculos de la rama judicial con las otras y ofrece a nuestros Magistrados las mejores condiciones para el cumplimiento de su elevada misión. Me siento especialmente satisfecho de que ésta haya sido una iniciativa de mi Gobierno y de que en la presente oportunidad pueda expresar esta satisfacción ante la máxima manifestación del Poder Judicial de este gran país, vecino y amigo.

Mi gobierno ha procurado fortalecer en todo momento el Poder Judicial y estimular todas sus posibilidades de desarrollo, tanto en lo que se refiere a los proyectos de ley y a las leyes que he referido antes, como en lo que toca a la dotación y a la infraestructura material de los Tribunales. Muchos de los problemas que viven los jueces, en todas las naciones del globo, son análogos. Por eso, he hecho referencia a nuestros esfuerzos. Ese gran ciudadano de América que fue don Andrés Bello dijo: "Alabar la justicia cuando se viva en casa ajena, detestarla e increparla cuando se sienta en la propia, es una iniquidad indiscutible. Con todo, es lo que se observa más frecuentemente, propio efecto de la debilidad y corrupción del corazón humano; pero es, por lo mismo, lo que debe siempre combatirse con los principios con-

trarios, porque la poca reflexión sobre ellos es acaso el más fecundo origen de los vicios que en esta parte se sienten".

Señor Presidente, Señores Magistrados:

Esta visita a la sede de la Corte Suprema de Justicia de Brasil no tiene un carácter protocolar. Tiene un valor material, porque nos sentimos bien ante los jueces. Y un valor simbólico, porque estamos identificados con la esperanza que representan los hombres encargados de pronunciar la justicia en el mundo. Siguiendo la clásica división aristotélico-tomista podemos decir que cuando el juez ha de pronunciarse sobre la justicia distributiva debe dar a cada uno lo que es suyo. Y cuando debe ejercer su función para decidir sobre la justicia distributiva o la general, debe, entonces, encontrar el equilibrio entre el individuo y el Estado, entre el interés particular y el Bien Común, entre la libertad y la autoridad.

Como hombre libre formado en las disciplinas jurídicas y como Jefe de un Estado democrático, siento la obligación de proclamar la singular transcendencia del papel del juez en cualquiera de las posibilidades anotadas. Y es a la disposición, a la rectitud, a la eficacia con las cuales están llamadas a cumplirse tan delicadas funciones, a las que el pueblo y el Gobierno de Venezuela rinden su mensaje con sincera devoción.

herrera campíns: "venezuela y brasil son naciones que caminan com seguridad y seriedad"

Discursos dos Presidentes Luís Herrera Campíns e João Figueiredo, na Embaixada da Venezuela em Brasília, em 11 de agosto de 1981, por ocasião de jantar oferecido pelo Presidente venezuelano ao Primeiro-Mandatário brasileiro.

PRESIDENTE LUÍS HERRERA CAMPÍNS

Excelentísimo señor General João Baptista de Oliveira Figueiredo,
Presidente de la República Federativa del Brasil,
Distinguidas Autoridades,
Señoras, Señores:

El destino común de nuestros países, más allá de la vecindad geográfica, nos convoca a la amistad, a la fraternidad y a la cooperación.

Mi visita oficial a este grande y noble país, se acerca a su fin. A lo largo de ella hemos coincidido en que la voluntad política de ambos gobiernos y nuestros múltiples intereses impulsarán las relaciones entre Brasil y Venezuela, para asignarles creciente importancia, que debe materializarse en la multiplicación de contactos oficiales y privados.

Como Jefes de Estado y como amigos, hemos conversado amplia, sincera y cordialmente. Tenemos clara conciencia del papel que corresponde cumplir a Brasil y a Venezuela como miembros responsables e influyentes de la comunidad internacional.

Los venezolanos propiciamos el diálogo con marcado entusiasmo. No encuentra barreras psicológicas porque la historia de las relaciones entre Venezuela y Brasil no se halla oscurecida por resentimientos, sospechas o aprensiones. Tenemos, por tanto, profundas razones para el optimismo creador.

En Brasilia hemos continuado las conversaciones iniciadas en Caracas. Los asuntos que hemos abordado y los acuerdos alcanzados, han sido estimulados por el desarrollo de nuestros respectivos procesos políticos. Este relevante acercamiento se proyecta más allá de nuestras respectivas dimensiones territoriales para ejercer positiva influencia en la comunidad internacional en

general y en el continente americano en particular, pues Venezuela y Brasil son naciones que caminan con seguridad y seriedad.

La proyección internacional de ambos países es un hecho histórico. En los tiempos que corren, difíciles, tensos y violentos, se nos impone una definición muy decidida en favor de la libertad, la participación, la paz y la justicia social internacional. Cuando la paz mundial o regional es amenazada por acciones irreflexivas, producto de histerias belicistas, la sensatez de países con las responsabilidades de Venezuela y Brasil es un atributo cuyo valor se reconoce internacionalmente, por su potencialidad para contribuir a la distensión y al entendimiento.

Las soluciones domésticas para los problemas particulares que afectan a nuestros pueblos las aborda cada uno según las exigencias de su realidad social. Pero no cabe duda que la acción conjunta y solidaria, dirigida a la defensa y promoción de los intereses comunes, constituye un instrumento eficaz y poderoso que debemos consolidar.

Venezuela presenta una realidad tetrafásica: caribe, andina, atlántica y amazónica. La geografía y nuestra propia mentalidad, formada a lo largo de nuestro proceso histórico-cultural, nos dan características de pueblo abierto a las corrientes universales de entendimiento y de buena vecindad.

Entre las constantes de nuestra historia existen dos muy relevantes en la política exterior: una tradición pacifista y una vocación de solidaridad integracionista.

No entendemos la paz como simple ausencia de la guerra, suerte de armisticio *sine die*, sino como dinámico ambiente estimulador de acción creadora y de condiciones favorables para que la persona y las sociedades nacionales puedan realizarse en li-

bertad y con justicia social y vivir en dignidad.

Unidos seremos capaces de alcanzar el progreso y la prosperidad. No hay países, por grandes o pequeños que sean, que estén exentos de responsabilidades o derechos. De ese convencimiento deriva el empeño integracionista de Venezuela, bajo la inspiración permanente del ideario del Libertador Simón Bolívar. Nuestros países por sí solos tienen peso propio e individualmente considerados gozan de respeto e influencia. No obstante, unidos podemos ser aún más fuertes y alcanzar los objetivos propuestos, de manera más pronta y en mejores condiciones. En este sentido, en el cumplimiento de las responsabilidades que nos corresponden, somos un factor de progreso y de fortalecimiento del Grupo Subregional Andino, del Tratado de Cooperación Amazónica, de la ALADI y del SELA, iniciativas de concertación a las que aportamos efectivo y entusiasta concurso.

En el plano interamericano, los dos países deben activar todavía más su participación en la Organización de los Estados Americanos a los fines de lograr la reestructuración que le permita superar sus lastres burocratizantes y acometer las grandes tareas que le señalan los principios y normas establecidos en la Carta de la Organización.

Al nivel de la Organización de las Naciones Unidas, una diplomacia responsable y principista ha facilitado a Brasil y Venezuela coincidir en asuntos relativos a la paz mundial, los procesos de descolonización y las luchas contra el racismo y otras formas de opresión. Igualmente coincidimos en la apreciación de la necesidad del establecimiento de un Nuevo Orden Económico Internacional basado en la equidad y en la justicia, que permita alterar la actual situación de injusticia que predomina en las relaciones entre los países en desarrollo y los grandes centros industrializados.

Estas incidencias nos aportan motivos muy realistas para ser optimistas, pues no sólo identifican ideas y posiciones similares, sino que también evidencian una variedad de intereses comunes.

Somos buenos vecinos. Compartimos muchos ideales y aspiraciones, tenemos economías complementarias, la comunicación humana entre nuestros pueblos es una realidad cada vez más fácil y los gobiernos de ambos países propician y respaldan el acercamiento y la cooperación. Esto quiere decir que hay campo para la acción fecunda y buena voluntad para asegurarla.

Los venezolanos valoramos altamente nuestras relaciones con Brasil. Entendemos que este gran país, orgulloso de sus logros, se ha ganado por mérito propio el respeto de la comunidad internacional. Apreciamos el carácter de este pueblo, su capacidad de trabajo y de creación, su literatura y su pintura, sus héroes deportivos que también son nuestros, su cine, su música y sus danzas que recorren el mundo entero, sus facultades para el comercio, su ciencia, su industria y su tecnología, ejemplo de imaginación, laboriosidad y eficiencia.

Admiramos el apego del brasileño a su tierra, manifestado entre otros por sus dirigentes políticos, sociales, económicos y religiosos que trabajan por el progreso del Brasil; por sus empresarios, intelectuales y artistas, cuyas obras materiales o espirituales son testimonio de una poderosa voluntad nacional.

Saludamos las decisiones de sus gobernantes en favor del sistema democrático. Usted, señor Presidente, expresó durante su visita a Caracas: "promovemos la democratización política, en completa sintonía con los mayores anhelos de la nación brasileña. Los canales de información, acceso y participación están abiertos. La libertad se instaura, en todas sus dimensiones, en lo cotidiano. El país gana riqueza política. Gana confian-

za. Las dificultades de ese proceso no nos cierran para el mundo exterior”.

Señor Presidente:

Mi esposa Betty y los miembros de mi comitiva se unen a mí para expresar a usted, a su esposa, a sus colaboradores y a todo el pueblo brasileño nuestra comprometida gratitud por tantas atenciones y gentilezas recibidas.

Regresamos a Venezuela con una gratísima carga de sentimientos, emociones y afectos, brotados al calor de la estupenda amistad con que nos han distinguido y agasajado todos ustedes.

Distinguidos invitados:

Les ruego que, puestos de pie, alcemos las copas y brindemos por el éxito y la ventura personal del Excelentísimo Señor Presidente de la República Federativa del Brasil, de la honorable señora de Figueiredo y por el progreso y bienestar del hermano pueblo brasileño, incorporado ya y definitivamente a los ajetreos, las angustias, las realizaciones y las esperanzas de la democracia.

Muchas gracias.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,

Fiquei profundamente sensibilizado com as palavras eloquentes e calorosas que acabamos de ouvir, fiel expressão da generosidade de Vossa Excelência.

Ao agradecer-las em nome do povo brasileiro — seu legítimo destinatário — desejo dizer-lhe que as recebemos como expressão dos vínculos cada vez mais profundos que nos unem a nossos irmãos venezuelanos.

Senhor Presidente,

Em meio às homenagens e provas de simpatia de que lhe dão testemunho, a cada momento, as autoridades e o povo do Brasil, pôde Vossa Excelência conhecer de perto as grandes instituições do país, cumprindo assim a primeira parte do seu programa entre nós.

Pessoalmente, Vossa Excelência terá verificado que é unânime e sincera a satisfação com que acolhemos sua honrosa visita.

Entre velhos amigos que se reencontram, as conversas costumam ser amplas e profundas. Amplas, pela necessidade de passar em revista o mundo e seus problemas; profundas, porque nos falamos diretamente, sem rodeios.

Foi essa atmosfera descontraída e de compromisso apenas com a verdade que nos levou tão longe na convergência de opiniões sobre as questões essenciais dos dias que correm.

Ao lançar os olhos ao panorama de luz e sombras que nos rodeia, coincidimos em que seu elemento principal é a inevitabilidade das mudanças.

As forças de transformação hoje se fazem sentir em duas direções principais.

A primeira é a da paz e segurança. Não apenas o adiamento, sempre precário, da guerra. Mas a paz verdadeira que permita inverter em definitivo, a espiral da corrida de armamentos e de equilíbrio de terror.

Tem havido, nesse caminho, retrocessos inquietantes provocados pela intervenção armada em países da periferia do sistema de força ou por ameaças de uso do constrangimento para inibir a autodeterminação de parceiros.

A cada um desses atentados correspondem abalos no frágil edifício da distensão internacional e um aumento nos níveis de

confrontação ideológica.

Não que se possa ou deva ignorar que, no mundo atual, existem modelos de organização política e sócio-econômica estruturalmente diferentes.

Nem que se deseje evitar a escolha entre eles. De nossa parte, há muito fizemos opção irreversível pelo modelo ocidental de Estado democrático, de sociedade pluralista e aberta, de economia descentralizada de mercado.

A fidelidade à nossa escolha não nos inibe, porém, de reconhecer que nem tudo, neste vasto o complexo planeta, se reduz à questão de ideologia ou deve ser pesado e medido pelos seus parâmetros.

Erram os que subordinam ou condicionam a essa disputa a solução inadiável dos problemas ligados aos resquícios do colonialismo, ou a regimes racistas que atentam contra a consciência humana.

Da mesma forma, interesses estratégicos ou conceitos exagerados, elásticos e unilaterais de defesa preventiva não conferem, a país algum, a faculdade abusiva de violar a lei internacional e pôr a paz em perigo.

O segundo vetor de transformação histórica é a exigência de mecanismos corretivos das assimetrias e desequilíbrios do sistema internacional.

Se a liberdade foi a paixão que alimentou os movimentos de descolonização do século dezenove e do último pós-guerra, a igualdade é o anseio que domina hoje a pauta do debate internacional.

Não se trata, é claro, de desconhecer diferenças objetivas de recursos humanos ou materiais. O que se deseja é a mudança das estruturas atuais, que aprofundam o abismo entre países ricos e pobres, condenando estes últimos à desesperança perpétua da

fome, da ignorância e da miséria.

Para romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, já se viu que não bastam as engrenagens automáticas da presente organização econômica e comercial e o jogo, raramente livre, das forças do mercado.

Impõe-se um esforço planejado e vigoroso para atualizar as bases estruturais da ordem internacional, através da abordagem global e negociada dos temas do diálogo entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido.

Lembram-nos as Escrituras que uma casa dividida contra si mesma não subsistirá. É ilusório pensar que se possa ingressar no terceiro milênio, já tão próximo, sem oferecer, ao menos, alívio à frustração das nações em desenvolvimento.

É por isso que não pode ser diluído o tratamento das questões Norte-Sul, nem rebaixada a sua prioridade.

Assim como, no plano político e de segurança, reconhecemos a procedência das apreensões diante de ameaças ideológicas, da mesma forma compreendemos a realidade da crise que afeta as grandes economias do Ocidente.

Acreditamos, contudo, que essas dificuldades, por graves que sejam, não justificariam sacrificar novamente as expectativas que se criaram nos países em desenvolvimento. Alenta-nos ver que esse ponto de vista, tantas vezes expressado pelo meu Governo, encontrou algum eco no recente encontro de cúpula do Otawa.

Em relação à crise econômica ocidental, o diálogo com os países em desenvolvimento não é parte do problema, mas sim da sua solução.

Após a fantástica expansão da produção e do comércio que culminou no início da dé-

cada de 70, a economia ocidental atingiu nível de saturação de consumo e de aguda competição interna. Sua dependência de mercados do Terceiro Mundo é cada vez maior.

Não há como duvidar, portanto, de que o re-vigoramento das economias menores venha a contribuir para um novo ciclo de aumento da produção industrial e do comércio nos países avançados.

Voltamos, portanto, ao ponto de onde partimos. A mudança não só é inevitável, mas desejável. Mudar de uma situação de tensão para uma de maior cooperação internacional. Transformar a estagnação do sub-desenvolvimento em prosperidade para o conjunto do sistema.

Temos na memória as lições do passado recente: atrasar a mudança necessária será condenar-nos ao radicalismo, à violência.

Para evitar que isso suceda, para garantir que a renovação se realize sob o signo da durabilidade e da solidez, é imprescindível que ela se faça dentro do jogo democrático.

É esse mais um terreno em que coincidem a Venezuela e o Brasil.

Cremos firmemente que, tanto em âmbito

interno como no tocante à reforma do sistema internacional, só o diálogo poderá canalizar as mudanças por vias pacíficas e equilibradas.

Só a democracia poderá fazê-lo, porque nenhum outro sistema assegura a participação e o pluralismo de correntes, o respeito mútuo e a tolerância — condições para que as reformas correspondam à justiça e as transformações que acarretam sobrevenha sem opressão da maioria ou sacrifício de minorias.

Entre os muitos e importantes benefícios que nos traz a visita do mandatário de um país de tão admirável compromisso com a democracia, só este bastaria para conquistar nosso reconhecimento: a presença de Vossa Excelência, Senhor Presidente, oferece oportunidade única para renovarmos a expressão de nossa inabalável confiança no livre debate, na conciliação de interesses, nas soluções pacíficas e construtivas, tanto dentro de nossas fronteiras quanto no cenário internacional.

Com esta profissão de fé, peço a todos que comigo brindem às fraternas relações entre o Brasil e a Venezuela, à prosperidade e bem-estar do grande povo venezuelano e à ventura pessoal e contínuos êxitos de Sua Excelência o Senhor Presidente Luís Herrera Campíns e sua Digníssima esposa.

a assinatura da declaração conjunta brasil- venezuela

Discursos dos Presidentes João Figueiredo e Luís Herrera Campíns, no Palácio do Planalto em Brasília, em 11 de agosto de 1981, por ocasião da solenidade de assinatura da Declaração Conjunta Brasil-Venezuela.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,

Esta cerimônia reflete, no seu expressivo

significado, o passado e o presente de 160 anos de relações entre o Brasil e a Venezuela.

Abreu e Lima, no seu uniforme de General de Bolívar, com a insígnia solitária da Ordem dos Libertadores, única que costumava usar, evoca o ponto de partida. Nasciam então as duas nações.

O primeiro traço de união entre elas resultou, portanto — e cabe sublinhá-lo —, do impulso espontâneo do cidadão, da iniciativa desassombrada de um homem apaixonado pela liberdade.

Caracterizando o momento presente, a Declaração que firmamos é como que a síntese do que somos após século e meio de História. É o resumo do que pensamos e praticamos, nossa visão do mundo, o perfil de nossa personalidade internacional.

As vastas áreas de coincidência entre as concepções da Venezuela e do Brasil sobre os princípios básicos da convivência internacional, sobre os grandes problemas contemporâneos, sobre a América Latina, revelam a admirável identidade de nossas aspirações por um mundo de paz, progresso e justiça social.

No cotidiano trabalhoso e em constante mudança das relações diplomáticas, as visitas presidenciais marcam momentos destacados, em que podemos dar um balanço no panorama dos esforços realizados.

Ao iniciarmos a atual fase de nossas relações, era extensa e pesada a agenda dos projetos por concretizar. O Pacto Amazônico não passava de uma idéia. O diálogo do Brasil com o Grupo Andino apenas ensaiava as primeiras linhas.

Hoje, assinado e ratificado por oito países, o Tratado de Cooperação Amazônica é realidade sólida que, há menos de um ano, reuniu seus Chanceleres em Belém do Pará e agora se prepara para convocar seu Conselho em Lima.

Entre o Brasil e o Grupo Andino desenvolve-

ram-se, da mesma forma, vínculos múltiplos flexíveis, traduzidos em mecanismos permanentes de colaboração e consulta.

Está praticamente terminado o arcabouço institucional das relações bilaterais, obra de arquitetura diplomática destinada a sustentar as iniciativas específicas. Já dispomos do Convênio da Amizade e Cooperação, moldura geral e roteiro de trabalho, que opera através do mecanismo da Comissão de Coordenação.

Completam o conjunto o Convênio de Cooperação em Ciência e Tecnologia, o moderno Acordo Cultural, os acordos sobre bancos, saúde, drogas, bitributação, o **memorandum** de cooperação sobre energia nuclear.

Todos esses documentos estão implantados e em operação, com sensíveis resultados no domínio do concreto.

Em menos de 4 anos, saltamos de 8 para 100 mil barris diários de petróleo importado da Venezuela. O intercâmbio comercial nos dois sentidos, que era de 300 milhões de dólares, já ultrapassa 1 bilhão. Em 1980, nossas importações de produtos venezuelanos cresceram a uma taxa de quase 150% em relação ao ano anterior.

Os bancos e grandes empresas de cada país começam a ter presença permanente nos centros econômicos do outro. Estamos construindo, juntos, gigantesca obra de infra-estrutura.

Como se vê, foi acelerada a velocidade das transformações. O momento agora é de consolidação dos avanços, de aprofundamento das bases, de pleno aproveitamento e aplicação dos numerosos instrumentos internacionais já existentes.

Essa tarefa inclui a busca de novas oportunidades objetivas e pragmáticas de colaboração para benefício mútuo. Oportunidades

que possibilitem, dentro de um quadro de globalidade, a participação de cada um dos parceiros em grandes projetos industriais ou agropecuários de interesse prioritário.

Por esses meios práticos, assim como pela intensificação que temos imprimido às nossas consultas sobre temas internacionais, estamos hoje consolidando, por caminhos diversos, mas com o mesmo fim a independência iniciada há quase dois séculos — consolidação — indispensável ao aperfeiçoamento democrático.

Ao recordar o momento distante em que brasileiros e venezuelanos começamos a assumir nosso próprio destino, é um grato dever de reparação histórica voltar a Abreu e Lima.

Filho de um mártir da Revolução de 1817, um dos mais importantes movimentos brasileiros de autonomia, Capitão de Artilharia pela Academia Real Militar, José Inácio de Abreu e Lima foi uma figura em alto grau representativa da Era do Romantismo, do agitado início do Século 19, período de revolução marcante na política e nas artes.

Veterano de sete anos de lutas sob as ordens de Bolívar, combatente das batalhas libertadoras de Carabobo, onde foi ferido, e de Boyacá, polemista temível fiel ao Libertador até à morte, ajudante de ordens do General José Antônio Paéz, a quem deveu a promoção a Coronel, Abreu e Lima desenvolveu, ao voltar ao Brasil, fecunda carreira de historiador e escritor.

Não abandonou, porém, mesmo na velhice, o espírito de inconformismo, o amor à luta e à liberdade. Envolveu-se na Revolta Praieira e, pouco antes de morrer, em polêmicas religiosas.

No Recife, irá Vossa Excelência encontrar, no túmulo em que repousa há 112 anos, o soldado e intelectual que escolheu para epítáfio a frase: “Aqui Jaz o Cidadão Brasileiro

General José Inácio D’Abreu e Lima, Propugnador Esforçado da Liberdade de Consciência”.

Nunca o esqueceram na Venezuela. Seu nome encima a coluna dos combatentes estrangeiros da Avenida dos Próceres e tem recebido homenagens de instituições civis e militares.

Faltava, porém, devolvê-lo ao convívio dos seus antigos camaradas de armas, aqueles com quem lutou ombro a ombro, Bolívar, Sucre, Paéz, Soublette, Urdaneta, cujas figuras honram o Salão Elíptico do Congresso Nacional em Caracas.

Esperando que, um dia, o nome daquele que representou o primeiro traço de união entre nossas pátrias seja dado à estrada que liga Manaus a Caracas, entrego, com emoção, a Vossa Excelência, este retrato do General José Inácio de Abreu e Lima. No Salão Elíptico, na Caracas que tanto amou, debaixo das armas entrelaçadas do Brasil e da Venezuela, irá juntar-se a seus companheiros o herói brasileiro, símbolo perene da amizade indestrutível entre os nossos dois povos.

PRESIDENTE LUÍS HERRERA CAMPÍNS

Señor Presidente, usted se ha referido con suma elocuencia a la significación de la Declaración Conjunta que acabamos de suscribir. Son manifestaciones muy **acertadas** que, desde luego, compartimos a plenitud.

Yo quisiera destacar que es la segunda vez en un lapso menor de dos años, que tengo el honor de suscribir con usted un documento de esta naturaleza, en el cual se han puesto de relieve importantes coincidencias y planteamientos comunes de nuestros gobiernos con respecto a los diferentes asuntos de interés bilateral e internacional que tuvimos oportunidad de examinar durante esta grata visita al Brasil.

Los resultados de este interesante inter-

cambio de opiniones y los pronunciamientos afines que figuran en la declaración, no han podido ser mas alentadores y confirman el giro significativo que han tomado las relaciones entre Brasil y Venezuela.

En el curso de los ultimos anos, hemos intensificado el dialogo y se han hecho mas frecuentes los contactos a todos los niveles entre autoridades de nuestros dos paises. Se ha producido un acercamiento fehaciente y se han echado las bases para una cooperacion tan fecunda como dinamica, tan solida como mutuamente provechosa.

Todas estas acciones y aproximaciones configuran hoy un cuadro de amplias y promisoras perspectivas para el futuro.

Y hemos llegado a este punto de gran vitalidad en las relaciones brasileno-venezolanas, porque estamos convencidos de que es preciso actuar en consonancia con estos tiempos dificiles que caracterizan la situacion internacional, de riesgos y peligros para la paz, de situaciones de injusticia y opresion, que exigen la solidaridad y la conjuncion de esfuerzos entre paises en desarrollo, particularmente entre estados pertenecientes a una misma region con un pasado muy similar, un presente de luchas comunes y aspiraciones coincidentes para el futuro.

Dos paises vecinos, dos naciones hermanas, le estamos dando vigencia y solidez a la concertacion y a la solidaridad, porque estamos resueltos a enfrentar, en forma mancomunada, el desafio fundamental de **garantizar un porvenir de progreso y bienestar** para nuestros pueblos y de contribuir al logro de un orden mundial de paz y justicia social.

La Declaracion Conjunta tiene por consiguiente, un valor muy especial. Las posiciones y opiniones coincidentes en torno a numerosos topicos y problemas de indole bilateral, regional y mundial no han hecho sino demostrar, una vez mas, que es irreversible el rumbo que hemos tomado, que es indeclinable la determinacion que nos anima de estrechar constantemente los lazos de amistad y cooperacion.

Ha quedado tambien claramente establecido el firme proposito de continuar y fortificar las consultas entre Brasil y Venezuela, y de contribuir al mismo tiempo a la profundizacion del dialogo entre los paises latinoamericanos, para que la America Latina desempeñe su papel relevante.

Mi Pais, Señor Presidente, tiene una gratitud especial para quienes vinieron de otras naciones a luchar resueltamente con nuestros proceres en la emancipacion de la patria venezolana. Jose Ignacio de Abreu e Lima, impulsado por sus ideas de libertad y solidaridad, partio un dia de este pais hermano a participar en los esfuerzos de una nacion que luchaba tenazmente por su independencia y por la de otros paises latinoamericanos. Alli se distinguió, por su coraje y determinacion, en batallas cruciales de la gesta emancipadora bajo las ordenes del libertador Simon Bolivar y del General Jose Antonio Paez, como usted lo acaba de evocar. Se gana asi, para siempre, el aprecio y la admiracion del pueblo venezolano.

Yo llevare con mucha emocion este retrato del General Abreu e Lima a Venezuela donde formara parte destacada de la galeria del salon eliptico del Congreso Nacional, como simbolo permanente de la amistad fraterna entre Brasil y Venezuela.

na declaração conjunta, os entendimentos do presidente da venezuela em Brasília

Declaração Conjunta Brasil-Venezuela, assinada no
Palácio do Planalto em Brasília, em 11 de agosto de
1981, pelos Presidentes João Figueiredo e Luís Herrera
Campíns

Atendendo a convite do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Senhor Presidente da República da Venezuela, Luís Herrera Campíns, acompanhado de sua esposa, Senhora Betty Urdaneta de Herrera e de uma Comitiva Oficial, integrada por funcionários do Governo e outras personalidades representativas dos setores público e privado da Venezuela, realizou visita oficial ao Brasil, no período de 10 a 13 de agosto de 1981.

O Presidente Herrera Campíns foi recebido pelo Congresso Nacional, reunido em Sessão Conjunta Solene.

O Presidente da Venezuela foi recebido, igualmente, pelo Supremo Tribunal Federal, reunido em Sessão Plenária Solene.

O programa oficial incluiu, ainda, visitas às cidades do Rio de Janeiro, em 12 de agosto, e do Recife, em 13 de agosto, oportunidades em que o Presidente Herrera Campíns foi homenageado pelos Senhores Antônio de Pádua Chagas Freitas, Governador do Estado do Rio de Janeiro, e Marco Maciel, Governador do Estado de Pernambuco.

Durante a visita prevaleceu o espírito sincero de amizade que, tradicionalmente, une as nações irmãs do Brasil e Venezuela. A luz das relações bilaterais, dinâmicas e em franca expansão, os Presidentes mantiveram um amplo intercâmbio de opiniões em torno de diversos assuntos latino-americanos e mundiais.

No decorrer do intercâmbio de opiniões, os Presidentes afirmaram que o novo encontro, tal como os freqüentes contatos realizados entre os Ministros das Relações Exteriores de ambos os países, põe, uma vez mais, em relevo a determinação que anima os Governos do Brasil e da Venezuela a intensificar as relações de amizade e cooperação em benefício mútuo e a acentuar as coincidências no plano regional e internacional.

Ao final de suas conversações, os dois Chefes de Estado acordaram em assinar a seguinte

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Os Presidentes reiteraram o firme propósito do Brasil e da Venezuela de conduzir suas relações internacionais no clima de paz e concórdia que as tem caracterizado, e reafirmaram o direito de todos os Estados e sua plena realização na comunidade internacional de acordo com os princípios fundamentais do Direito Internacional e da convivência pacífica e harmoniosa entre os povos.

Reiteraram sua convicção de que o fiel cumprimento dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas constitui base indispensável para alcançar uma convivência respeitosa entre todos os Estados. Ratificaram sua confiança na organização mundial como um mecanismo adequado para promover o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, bem como o desen-

volvimento econômico e social de todos os povos.

Ao fazerem uma análise minuciosa da situação mundial os Presidentes expressaram sua preocupação pelo agravamento das tensões internacionais e da violência em diversas partes do mundo, que impedem a consolidação da paz e da segurança.

Ressaltaram a necessidade de que, através do diálogo da negociação, sejam superadas as tensões e os confrontos que se interpoem no caminho até um horizonte de melhores perspectivas para humanidade. Manifestaram a importância que atribuem à participação ampla e representativa de todos os Estados, no processo de tomada das decisões que afetam a comunidade internacional.

Enfatizaram que, de modo algum, devem ser transferidos a áreas do Terceiro Mundo, os conflitos e as rivalidades de outras regiões, para o que é essencial o respeito à autodeterminação dos povos, à soberania e à igualdade de todos os Estados.

Expressaram sua preocupação pela interminável corrida armamentista entre as grandes potências, o que constitui um dos aspectos mais alarmantes da atual conjuntura internacional. Afirmaram, assim, a urgente necessidade de promover o desarmamento geral completo, sobretudo o nuclear, sob efetivo controle internacional como um fator indispensável para que seja alcançada uma paz duradoura entre as nações.

Os presidentes concordaram em intensificar seus esforços na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito de Mar, para que a mesma chegue a bom termo, pela adoção de uma Convenção que acolha plenamente as aspirações justas e legítimas dos países em desenvolvimento. Reafirmaram que é indispensável manter o equilíbrio no seio da futura autoridade internacional para administrar os fundos marinhos e

oceânicos além dos limites da jurisdição nacional, patrimônio comum da humanidade, a fim de que sejam atendidos tanto os deveres das potências desenvolvidas quanto os interesses e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento. Manifestaram a decisão de seus Governos de continuar cooperando como o fizeram até agora, para que as negociações se concluam com a possível brevidade, e a Convenção de Caracas possa ser aberta à assinatura dos Estados.

Condenaram, mais uma vez, todas as manifestações de colonialismo e discriminação racial, em especial o **apartheid**, e insistiram na necessidade de intensificar, particularmente no âmbito das Nações Unidas, os esforços internacionais para eliminá-las. Expressaram que o **apartheid**, além de ser condenável sob todos os aspectos, é também fator de crescente ameaça à paz na região da África Meridional.

Referiram-se, igualmente, à urgência em conseguir uma solução justa no tocante à questão da Namíbia, de conformidade com o plano das Nações Unidas para a Namíbia.

Os Presidentes manifestaram sua preocupação pela situação econômica mundial e pelo crescente desequilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assinalaram a importância de que os países desenvolvidos adotem políticas que ajudem a resolver os problemas estruturais vigentes nas atuais relações econômicas internacionais. A respeito, fez-se especial menção aos problemas financeiros internacionais e às medidas tendentes a eliminar as políticas protecionistas lesivas aos interesses dos países em desenvolvimento.

Ressaltaram a necessidade de que se produzam avanços nos processos de negociação para que se obtenham resultados concretos no diálogo Norte-Sul e neste sentido destacaram a atitude construtiva do Grupo dos 77. Reafirmaram, em particular, sua de-

cisão de fazer todos os esforços necessários para iniciar, sem demora, as negociações globais sobre cooperação econômica internacional, no âmbito das Nações Unidas, a fim de promover a obtenção da Nova Ordem Econômica Internacional.

Expressaram a esperança de que a Conferência de Cúpula, a realizar-se no próximo mês de outubro em Cancún, México, represente um importante impulso político para o diálogo Norte-Sul e exerça, em consequência, uma influência favorável no processo das negociações globais. Neste sentido, enfatizaram a importância de que se evidencie uma vontade política mais decidida por parte dos países desenvolvidos.

Os Presidentes reafirmaram a necessidade de que os problemas prementes dos países em desenvolvimento e do seu relacionamento com os países industrializados sejam objeto de uma atenção especial por parte da comunidade internacional, de tal forma que as tensões internacionais não diluam ou atrasem a devida consideração dos assuntos vinculados ao diálogo Norte-Sul.

Afirmaram a importância de diversificar a cooperação direta entre os países em desenvolvimento para que se incrementem ao máximo o potencial de intercâmbio e a complementação mútua que possam oferecer as respectivas economias nacionais. Neste contexto, reiteraram que a cooperação Sul-Sul, sem substituir o diálogo Norte-Sul, vem a complementá-lo, e abre novas e amplas perspectivas para a promoção dos interesses políticos e econômicos dos países em desenvolvimento. Assinalaram que essa cooperação, por ser igualitária, tem valor exemplar para a implantação de uma ordem internacional mais justa e que, nessas condições, deve merecer o apoio firme e urgente por parte da comunidade internacional, inclusive por intermédio do sistema das Nações Unidas.

Tomaram nota, com especial satisfação, do

êxito da recente Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento, realizada em Caraballeda, Venezuela, de 13 a 19 de maio de 1981. Confirmaram sua determinação conjunta de contribuir ativamente com a instrumentação do Programa de Ação de Caracas.

Ao assinalarem a importância que atribuem à Conferência das Nações Unidas sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia, ora em realização em Nairobi, sublinharam a necessidade de que a comunidade internacional não poupe esforços em apoiar os programas energéticos dos países em desenvolvimento, mediante o estabelecimento de um quadro abrangente de cooperação internacional nesse setor.

Os Presidentes manifestaram a opinião de que a plena realização democrática é um dos propósitos fundamentais da América Latina e destacaram a relevância e a necessidade dos esforços que se realizam para institucionalizar a democracia e a liberdade, e promover a justiça social.

Referiram-se à importância e significado que atribuem ao respeito dos Direitos Humanos. Assinalaram que os direitos fundamentais da pessoa humana, além de sua expressão política, têm relação com a alimentação, o trabalho, a educação e a saúde, e que a devida garantia destes direitos nos países em desenvolvimento está vinculada às possibilidades de se conseguirem avanços confiáveis nas negociações internacionais, dirigidas para o estabelecimento de uma nova ordem econômica, de justiça e equidade.

Os Presidentes examinaram, com particular interesse, os vários aspectos relacionados com a situação da América Latina e reforçaram sua determinação de contribuir para que sejam alcançadas as aspirações comuns da região, como objetivo prioritário da ação diplomática de seus governos. Ressaltaram que os países da América Latina, com

perfil próprio de atuação política e de acordo com a importância da região, devem desempenhar o papel relevante que lhes corresponde no cenário internacional, especialmente nesta crítica conjuntura mundial.

Coincidiram na opinião de que é importante o desenvolvimento de meios flexíveis e eficazes de consulta e coordenação entre os países latino-americanos para contribuir, em um plano de igualdade, para garantir relações entre todos os Estados, baseadas na justiça e equidade, em consonância com as tradições e a perspectiva universalista que caracterizam a atuação diplomática da América Latina. Nesse sentido, referiram-se, com satisfação, às consultas efetuadas entre o Brasil e a Venezuela e ao propósito comum de fazer pleno uso das vantagens que elas oferecem.

Ao reiterar seu repúdio a todas as formas de hegemonia e às políticas de bloco e confrontação, incompatíveis com a tradição latino-americana, destacaram os esforços que se realizam, atualmente, no âmbito latino-americano para promover a cooperação e a integração, bem como a intensificação do diálogo político na região.

Ao examinar a situação da América Central, os Presidentes concordaram em que a amplitude e a complexidade da crise política, econômica e social centro-americana, exige soluções profundas que possam criar condições propícias para sociedades mais estáveis, prósperas e justas. Concordaram em realizar os máximos esforços, dentro do espírito de solidariedade latino-americana, para contribuir ao alcance de soluções justas na área e em que é necessário evitar que os problemas centro-americanos sejam instrumentos de confrontos alheios à região.

Ao referirem-se à difícil situação econômica que atravessam a América Central e o Caribe, reafirmaram sua solidariedade com os países da área, e manifestaram que preços

justos e remuneradores para as exportações da região constituem objetivo desejável, no sentido de sua estabilidade econômica.

No que se refere a El Salvador, os Presidentes formularam votos para que os próprios salvadorenhos encontrem uma solução política e democrática para a crise que o país atravessa, sem ingerências externas diretas ou indiretas que conduzam a uma indesejável internacionalização e agravamento do conflito.

Os Presidentes reafirmaram o apoio decidido de seus Governos à Organização dos Estados Americanos (OEA) e coincidiram na necessidade de fortalecê-la como um instrumento idôneo para promover o diálogo e a cooperação entre os países do Continente.

Os Presidentes ressaltaram a importância que atribuem à Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) como o organismo de consulta, coordenação e cooperação da América Latina em matéria de energia. Referiram-se, com agrado, aos trabalhos realizados no campo energético entre os países da região e, em particular, ao estabelecimento de um Programa Latino-Americano de Energia. Nesse sentido, reiteraram seu apoio aos grupos de cooperação e assistência técnica em campos de interesse para países da América Latina, estabelecidos pela OLADE.

Expressaram seu apoio aos objetivos do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e destacaram as potencialidades do Sistema como um meio permanente de consulta para fortalecer a coordenação de posições da região, tendentes a incrementar os esforços de cooperação regional. Por conseguinte, ratificaram sua vontade de estimular a participação de ambos os países nos mecanismos operativos do Sistema e manifestaram o propósito de contribuir a que a Rede de Informação Tecnológica La-

tino-Americana (RITLA) possa cumprir, o mais cedo possível, os objetivos estabelecidos em seu Convênio Constitutivo.

Ressaltaram a importância que atribuem à integração para a consecução dos objetivos de desenvolvimento econômico e social dos povos, num contexto de equidade e de benefício mútuo. Referiram-se à valiosa experiência adquirida nos diferentes processos de integração atualmente existentes na América Latina.

Manifestaram sua confiança na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Ao qualificá-la como instrumento pragmático e flexível para o estabelecimento, gradual e progressivo, de um Mercado Comum Latino-Americano, reiteraram seu total apoio ao novo esquema constituído pelo Tratado de Montevideu de 1980 e formularam votos para que o mesmo seja ratificado a curto prazo. Da mesma forma, ambos os Presidentes assinalaram que os princípios de pluralismo, convergência, flexibilidade, tratamentos diferenciais e alcances múltiplos contidos no referido Tratado se ajustam aos requisitos de um processo de desenvolvimento econômico e social harmônico e equilibrado da região, razão pela qual coincidiram na necessidade de fortalecer aquele processo, através da implementação dos mecanismos previstos no ordenamento jurídico da Associação.

Ao salientar os avanços alcançados pelo Grupo Sub-regional Andino, os Presidentes manifestaram sua satisfação pelos progressos no desenvolvimento da cooperação entre o Brasil e os países do Acordo de Cartagena, nos termos da Ata de Brasília, assinada em 16 de outubro de 1979, e assinalaram a importância dos acordos entre o Brasil e o Grupo Andino em setores de interesse comum, os quais contribuem, ademais, à promoção dos objetivos da integração latino-americana e a uma presença mais ativa da América Latina no cenário internacional. Afirmaram sua disposição de trabalhar con-

juntamente para o logro de uma vinculação mais estreita entre o Brasil e o Grupo Andino.

Expressaram satisfação pelos recentes avanços obtidos no processo de cooperação entre os países amazônicos, em especial durante a I Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica, realizada em Belém, Pará, em 23 e 24 de outubro de 1980. Ao ratificarem seu decidido apoio aos princípios e objetivos do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, e à Declaração de Belém, concordaram em considerá-los como elementos valiosos para desenvolvimento e preservação da região e enfatizaram a contribuição do Tratado como efetivo instrumento de aproximação e de colaboração entre as nações integrantes da área amazônica.

Ao examinarem o estado das relações bilaterais, os Presidentes constataram com satisfação que são amplas e promissoras as perspectivas de aprofundar os laços de amizade e cooperação. Ressaltaram que foram alcançados progressos importantes no quadro destas relações e que existem condições propícias à formulação e execução de iniciativas concretas em diversas áreas de interesse comum, que permitiriam um melhor aproveitamento das potencialidades de cooperação existentes entre os dois países.

Reconheceram a importância dos progressos alcançados no desenvolvimento da cooperação técnica e científica, e assinalaram o interesse em ampliar as atividades e executar programas conjuntos no quadro desta cooperação, em especial na formação de recursos humanos, educação, saúde, ciência e tecnologia.

Verificaram com agrado o progressivo e sustentado incremento das relações econômicas e comerciais bilaterais. Alentados por esta tendência, reiteraram a disposição de participar em áreas prioritárias dos pla-

nos de desenvolvimento do Brasil e da Venezuela.

Referiram-se, com satisfação, aos trabalhos acordados quando da I Reunião da Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana, realizada em 1979. Sublinharam a conveniência de que seja celebrada, em data próxima, a II Reunião da referida Comissão, para continuar o exame das possibilidades de cooperação existentes.

Os Presidentes constataram que prosseguem as conversações relativas aos transportes aéreos, marítimos e terrestres entre o Brasil e a Venezuela, com vistas a sua regulamentação e aprimoramento.

Referiram-se novamente à conveniência de melhorar a conexão viária existente entre os dois países, através, entre outras medidas, da pavimentação da rodovia entre o Brasil e a Venezuela que passa pelo marco BV-8, e liga o Território Federal de Roraima e o Estado Bolívar.

Os Presidentes convieram em estudar as disposições necessárias a nível de governo que permitam programas conjuntos de cooperação e de desenvolvimento entre empresas brasileiras e venezuelanas no setor da pesca.

Reiteraram suas instruções aos organismos nacionais competentes para que prossigam os trabalhos correspondentes com vistas a concretizar a elaboração de um acordo de cooperação técnica sobre os usos pacíficos da energia nuclear, dentro do espírito do Memorando de Entendimento firmado a 27 de julho de 1979.

Os Presidentes se congratularam pelo aumento significativo no fornecimento de petróleo venezuelano ao Brasil, o que constitui uma clara demonstração do dinamismo que adquiriram as relações bilaterais. Ressaltaram a importância do comércio dos hidrocarbonetos e do intercâmbio petroquímico,

pesquisas tecnológicas e energéticas em geral, como fatores de ampliação e diversificação da cooperação bilateral.

Outrossim, expressaram satisfação pelo desenvolvimento das relações bilaterais nesse setor, fato que evidencia o alto grau de confiabilidade que caracteriza esse relacionamento entre o Brasil e a Venezuela.

Sublinharam, com agrado, a importância que atribuem à entrada em vigor, no dia de hoje, do Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo, instrumento de especial significação para o desenvolvimento dos transportes aéreos entre os dois países.

Manifestaram sua satisfação pela entrada em vigor, a 23 de julho de 1981, do Acordo Cultural entre o Brasil e a Venezuela, que revisou o de 1942, que contribuirá para a promoção de iniciativas tendentes a alcançar um melhor conhecimento mútuo dos valores culturais, e incrementará as correntes de intercâmbio nos campos cultural e universitário.

O Presidente Figueiredo e o Presidente Herrera Campíns manifestaram sua especial satisfação pelo aprofundamento do diálogo político e pela intensificação de diversas formas de cooperação entre o Brasil e a Venezuela, da qual a presente visita é testemunho eloquente. Expressaram igualmente sua convicção de que o constante estreitamento dos laços bilaterais beneficiará os povos brasileiro e venezuelano, e contribuirá para o fortalecimento da cooperação, da integração e da solidariedade entre os países da América Latina.

O Presidente Herrera Campíns agradeceu ao Presidente Figueiredo o gentil convite e as cordiais atenções que recebeu durante sua agradável permanência no Brasil e manifestou, em nome de sua esposa, de sua família e da Comitativa Oficial que o acompanhou, sua gratidão pela calorosa acolhida

dispensada. O Presidente Herrera Campíns estendeu ao Presidente Figueiredo um convite para que realize oportunamente uma vi-

sita oficial à Venezuela. O Presidente Figueiredo aceitou com particular satisfação, e agradeceu vivamente o amável convite.

no brasil, o presidente da colômbia, julio César turbay ayala

Discursos dos Presidentes do Brasil, João Figueiredo, e da Colômbia, Julio César Turbay Ayala, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 01 de setembro de 1981, por ocasião do banquete oferecido pelo Presidente brasileiro ao Presidente colombiano.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A presença de Vossa Excelência no Brasil tem o mais alto significado para as relações entre nossos dois países.

Há menos de seis meses, tive a grata oportunidade de estar na Colômbia e ser o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar Bogotá.

Recordo, com emoção, as demonstrações da hospitalidade generosa com que o povo e o Governo da Colômbia nos acolheram a mim, à minha mulher e à minha comitiva.

Sensibilizou-me, sobretudo, a genuína e cordial simpatia que os colombianos dedicam aos brasileiros. Estou seguro de que Vossa Excelência e a Senhora de Turbay Ayala, assim como a ilustre comitiva que o acompanha, testemunharão, nesta viagem, o afeto que os brasileiros nutrem pela Colômbia e por seu altivo povo.

Nosso reencontro, passados poucos meses, é indício alentador das potencialidades do relacionamento entre a Colômbia e o Brasil e das perspectivas de sua cooperação em todos os setores.

Fundado na secular amizade que vincula nossos países, esse diálogo se alimenta da franqueza e da cordialidade próprias ao reencontro entre irmãos. E representa a determinação política dos dois Governos de fortalecer e diversificar suas realizações conjuntas.

Senhor Presidente,

Vivemos um momento em que, contrapondo-se à visão ética das relações internacionais e aos princípios da cooperação igualitária e do diálogo franco, parecem querer ressurgir ultrapassadas vocações hegemônicas, equações de equilíbrio de forças, partilhas de esferas de influência e velhos intervencionismos.

O panorama é de natureza a preocupar os que, como nós, temos na paz, na cooperação e no desenvolvimento as principais metas de nosso comportamento externo.

Enfrentamos, portanto, novos óbices — que acreditávamos suplantados — à realização de nosso projeto diplomático. Alenta-nos, porém, uma tradição comum latino-americana, rica em experiência de paz e de solidariedade internacional. Princípios como,

entre outros, o da não-intervenção, o do respeito à soberania dos Estados, o da solução pacífica de controvérsias e o da integração, não constituem, para nós, formas retóricas de estilo. Representam, ao contrário, padrões indispensáveis à conduta internacional dos Estados soberanos.

Na presente conjuntura, a América Latina não pode senão reafirmar os princípios que foram sua contribuição pioneira à vida e ao direito internacionais. Deve traçar caminhos regionais autônomos, e demonstrar que a solução dos problemas coletivos só pode ser procurada no diálogo.

Temos os olhos postos na paz e na segurança, binômio que se desdobra no esforço pelo desarmamento entre as nações, na disposição permanente para a solução pacífica de controvérsias, e na definição de um espaço internacional propício ao desenvolvimento.

Preocupa-nos, nesse contexto, a estagnação das negociações econômicas no diálogo Norte-Sul, carregada de efeitos negativos sobre a cena internacional. Nossas propostas não se materializam em recriminações, mas na busca de plataformas comuns para a geração de vitalidade econômica. Em tal processo, não se darão passos expressivos se a inteligência econômica se dissociar da ética e da sensibilidade política. É fundamental que, no diálogo Norte-Sul, se combinem técnica e justiça, interesse e ética. E para que seus frutos sejam duradouros, toda convergência de interesses deve estar modulada pela equidade.

Não andamos, nós, países do Sul, em busca de benevolência, mas de maior equidade no sistema econômico global. Não desejamos soluções de superfície, soluções que aliviem consciências, sem constituir base para a real cooperação, em níveis progressivamente mais equilibrados. Não desejamos acertos retóricos, que servirão apenas

para gerar, ao longo dos anos, a frustração e o ressentimento.

A verdadeira equação para as tensões internacionais deve estar fundada na confiança entre o Ocidente e os países do Terceiro Mundo. Para tanto, esperamos ver realizados maiores progressos, na esteira da Reunião de Cúpula de Cancún e no mecanismo das negociações econômicas globais.

Não será possível estruturar um sistema internacional equilibrado e estável se não houver disposição de transformar e inovar. Não haverá paz sem confiança, nem confiança se o diálogo se apartar dos ideais de progresso e justiça.

Senhor Presidente,

Manancial importante da cultura latino-americana, a Colômbia permanece como centro irradiador de uma atividade cultural que já a notabilizava nos tempos coloniais.

Rica na expressão do espírito, a Colômbia se distingue também pelo seu acelerado desenvolvimento econômico e social, e pelos princípios de convivência política que pratica, nas esferas interna e externa.

Colômbia e Brasil, nesse sentido, encontram pontos de evidente afinidade. Compartilhamos um conjunto de valores, de que decorre o compromisso comum da edificação de sociedades abertas, com a participação consciente e responsável de todos os setores da sociedade. As realizações democráticas da Colômbia são extremamente importantes para nossa região. Estou convencido de que, no Brasil, tanto quanto na Colômbia, existem condições para que, sem qualquer ruptura, se construam bases sólidas para sociedades cada vez mais justas e prósperas.

Fiz da construção democrática do Brasil o cerne do programa político do meu Governo. Encontro-me inspirado, no desenvolvi-

mento deste projeto, pela firme convicção de que a democracia é vocação natural do povo brasileiro. O processo político que hoje vivemos no Brasil tem dinâmica irreversível. Não serão percalços de natureza econômica que irão interrompê-lo. Pelo contrário, estou certo de que, em estruturas políticas renovadas e de fortalecida legitimidade democrática, será mais fácil enfrentar os desafios econômicos e vencê-los.

Senhor Presidente,

Desde o século XIX, nos momentos iniciais da independência das nações latino-americanas, nossos ideais de convivência política foram informados pelo pluralismo e pela representatividade. Tantas vezes, não pudemos realizar esse ideal. Tantas vezes, a distância entre a retórica e a cena política foi tristemente expressiva. Dizia-se que os países legais eram diferentes dos países reais. Mas as discrepâncias não diluíram o veio profundo e permanente do ideal democrático, que hoje compõe uma das faces da presença da América Latina no mundo.

A América Latina vive momento especialmente fértil de renovação e de aprofundamento do diálogo político. Os caminhos da cooperação e do intercâmbio estão abertos. Os parâmetros que os orientam são modelos. Um deles é, exatamente, a delicada combinação entre a permanência das idéias comuns e a aceitação da diversidade no quadro internacional. Trocamos exemplos e experiências, êxitos e frustrações, mas não caminhamos no sentido da imposição de modelos, da determinação de influências e hegemonias. Esta prática une mais do que tudo. Ela nos proporciona a paz e, por isso, deve ser preservada e enriquecida.

Senhor Presidente,

É empenho de meu Governo estreitar os laços entre a Colômbia e o Brasil, concretizando todas as possibilidades abertas aos nossos empreendimentos comuns.

Durante sua vida independente, os dois países cultivaram profunda amizade. Como assinalai em Bogotá, o Libertador Simón Bolívar, em seu discurso de acolhida ao primeiro enviado do Governo brasileiro, ressaltava ser o Brasil “uma das garantias mais poderosas que receberam as repúblicas da América, no caminho de sua independência”. O Libertador já prenunciava, em sua visão ímpar de estadista, o quanto se poderiam beneficiar as duas nações com uma aproximação reclamada pela contigüidade geográfica e plasmada em ideais comuns.

A intensidade renovada dos contatos de alto nível entre os dois Governos permitiu, em nossos dias, a celebração de um elenco abrangente de acordos de cooperação em campos prioritários. Nossos países dispõem, portanto, dos instrumentos adequados a um frutífero intercâmbio, de que o Tratado de Amizade e Cooperação é valioso exemplo.

A importância do café para a economia de nossos países tem sido fator de aproximação entre Brasil e Colômbia, na busca da defesa de seus interesses comuns. Nossa atuação tem-se pautado sempre pela busca do equilíbrio do mercado cafeeiro, com vistas a assegurar preços justos para nosso principal produto de exportação. Por esse motivo, é com grande preocupação que o Brasil encara os momentos de crise que o mercado internacional do café tem atravessado. Dentro, porém, do constante espírito de defesa dos preços, o Brasil mantém seu apoio ao Acordo Internacional do Café, como instrumento válido e eficaz para o ordenamento do mercado. Agora, ao se aproximar o ensejo em que o sistema de preços previsto no Convênio deverá ser renegociado, considero importante um trabalho coordenado por parte dos países produtores, a fim de que a revisão e atualização desse mecanismo se façam em bases justas.

Outro exemplo do potencial de nossa colaboração é o acordo sobre o carvão, em cujo

âmbito temos trabalhado juntos desde 1976, com resultados alentadores. Creio ser de interesse recíproco que esse produto ganhe importância em nossa pauta bilateral.

Os acordos de cooperação técnica e científico-tecnológica, tanto os assinados em Bogotá quanto os que firmaremos em Brasília, orientam o intercâmbio de experiência e conhecimento, em áreas como a formação de recursos humanos, a preservação do meio ambiente, o álcool combustível e a pesquisa agropecuária, entre outras tantas.

Seja no contexto coletivo, seja no bilateral, o Brasil está disposto a levar a cabo um trabalho de fecunda cooperação com os países amazônicos. A tarefa que nos espera é complexa e os frutos serão, em alguns casos, de longa maturação. Importa, assim, emprendermos uma intensa troca de opiniões e experiências sobre o desenvolvimento regional, e uma ação harmônica no campo da pesquisa científica e tecnológica.

Senhor Presidente,

O fortalecimento da colaboração entre o Brasil e a Colômbia tem reflexos positivos sobre a nossa região, e está compreendido no cenário mais amplo da unidade e da integração latino-americanas.

Nossos dois países são solidários com os anseios das demais nações da região, às quais nos unem históricos propósitos de paz e de desenvolvimento.

Tive a grande satisfação de reencontrar, em Vossa Excelência, o estadista com ampla percepção dos problemas contemporâneos e o interlocutor plenamente identificado com a causa da amizade entre os dois países.

As proveitosas conversações que mantivemos e os acordos que iremos celebrar reiteram a firme disposição da Colômbia e do

Brasil de abrir novos caminhos de entendimento.

É com esse espírito de fraternidade que convido todos os presentes para comigo brindarem à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Turbay Ayala, à crescente prosperidade e concórdia da nobre nação colombiana e à amizade leal, sincera e crescente entre as duas repúblicas irmãs.

PRESIDENTE TURBAY AYALA

Excelentíssimo senhor Presidente do Brasil, Senhores Ministros de Estado, Autoridades militares, civis e eclesiásticas, Distintos convidados:

Excelentíssimo senhor:

Venho à vossa pátria com a emoção que o Brasil suscita em nosso povo. Faz poucos meses, Vossa Excelência visitou meu país e semeou, em terra bem adubada pelo afeto, as profundas raízes duma amizade que renovou seu vigor e adquiriu novas e mais positivas formas através da análise diáfana, franca e desprevenida que fizemos de todos os problemas comuns a nossas duas nações, assim como também de nossas obrigações hemisféricas e de nossos compromissos com a comunidade internacional.

Quando vossa excelência compartilhou conosco uns breves dias pôde apreciar, pela sua própria percepção, a admiração pessoal que meu país lhe dedica e o carinho, sem limites que, pela nação brasileira, brota como um chafariz, de todos os corações colombianos.

Explico-me este afeto como uma demonstração de confiança e de fé no papel que o Brasil pode realizar no campo das relações hemisféricas onde, por direito próprio, ocupa uma posição de grande potência. Talvez a virtude que nós mais admiramos em vosso

povo e em vossos estadistas é a simplicidade para administrar sua própria grandeza.

Nunca tem sido o Brasil uma ameaça para ninguém, nem tem mostrado propósitos imperialistas que, até começos deste século, caracterizaram a política da grande democracia do norte, hoje felizmente respeitosa da integridade territorial e da capacidade de autodeterminação dos nossos povos.

Desde o Libertador Simón Bolívar até nossos dias, todos os homens de estado que penetram no estudo deste país, têm chegado à fácil conclusão de que o Brasil constitui a melhor garantia e a esperança de paz mais firme. Assim, acredito eu firmemente e por isso o pregôo, sem os recortes que costumam estabelecer alguns países que têm melhor definido seu conceito da rivalidade que o da amizade.

A Colômbia tem consciência de não ser êmulo desta grande nação presidida por um estadista que sabe ganhar amigos e conduzir, sem sobressaltos, a seu povo que, com razão, reconhece a bondade de suas qualidades humanas.

Durante vossa visita à Colômbia revestimos com plenos poderes aos chanceleres dos dois países para subscrever tratados que muito interessam às relações bilaterais. Entre estes subscreveram-se:

o de turismo;

o de cooperação amazônica;

o de amizade e cooperação;

o de assistência recíproca para a prevenção, controle e repressão do uso e do tráfico ilícito das substâncias estupefacientes e psicotrópicas;

o de cooperação sobre as utilizações pacíficas da energia nuclear; e

o acordo complementar de cooperação científica.

Todos estes tratados estão sendo objeto de estudo cuidadoso pelo congresso colombiano e acho que, na atual legislatura ordinária, receberão sua aprovação.

Se de seu lado o Brasil dá aos referidos projetos o mesmo tratamento preferencial, penso que, rapidamente, poderemos caminhar os instrumentos respectivos e comprometer-nos na grande empresa de recíproca colaboração que implicam tais convênios. As relações entre nossos povos, sem lugar à dúvida, poderá dinamizar-se e adquirir o ritmo acelerado que reclama a política internacional nos tempos modernos.

Sei que, além dos tratados aos quais faço referência, nossos governos têm avançado no estudo de novos convênios que respondem às necessidades vitais para a cooperação tecnológica entre nossos dois países.

Suspeito não errar afirmando que são ilimitadas as possibilidades de ação que se abrem, no futuro imediato, a nossas duas nações. Nenhuma das atividades próprias ao nosso desenvolvimento é de escassa significação. Todos os temas representam a consagração e o esforço dos nossos governos. Como exemplo assinalo o que significa poder cumprir nossas obrigações de países amazônicos. Esta é uma política de incommensuráveis dimensões que requerirá o concurso de vários governos e de não poucas gerações de brasileiros e colombianos.

Existem muitos campos nos quais podemos, no entanto, aprender muito de vossas experiências. Precisamente acompanhame, nesta visita, os ministros que mais diretamente têm que ver com os temas que serão tratados em nossas entrevistas e nas quais eles, em seu momento, terão que sustentar com seus ilustres colegas do Brasil.

Também queremos comprometer-nos com

o Estado e com os particulares em empresas integracionistas que nos permitam, a uns e a outros, completar-nos e fornecer-nos daqueles insumos e com os produtos terminados que nossas economias requeiram. Penso que, em matéria de carvão, podemos entender-nos facilmente.

No que se refere aos carvões coquizáveis, estamos dispostos a realizar, em conjunto com os técnicos brasileiros, os estudos de pré-factibilidades indispensáveis, para desenvolver, pelo caminho reto, os planos respectivos. Assim mesmo entendemos que o Brasil, talvez para o ano 1985, precise importar carvões térmicos que nós estamos em capacidade de lhe fornecer nas melhores condições possíveis. Não excluo a possibilidade de que a empresa privada e as mesmas entidades governamentais dos nossos povos possam logo comprometer-se em empresas ambiciosas.

Nós, os colombianos, somos um pouco cépticos sobre a criação, mais ou menos próxima, duma nova ordem econômica internacional, da qual se tem vindo falando, com insistência inútil, nestes últimos lustros. Trata-se dum tema que se converteu em objeto de dissertações acadêmicas, de estudos econômicos e de ensaios sociológicos.

Os estadistas do Norte e do Sul coincidem no campo da teoria sobre a prelação para modificar muitas das velhas estruturas econômicas que não perderam seu caráter colonialista. No entanto não há esforço mais difícil que o de convencer aos países desenvolvidos para que cedam no campo dos privilégios e compartilhem suas riquezas e sua abundância com os povos de menos ingressos. Desde já será necessário persistir nesta política, tanto quanto seja preciso e fazer possível o desenvolvimento acelerado dos países em processo de crescimento.

A próxima conferência Norte-Sul de Cancún tem a vantagem de que congrega aos pregoeiros autorizados dos dois mundos.

Mas, ao mesmo tempo, tem a desvantagem de que seu número é muito reduzido, até o ponto de que mais das seis quintas partes dos países integrantes das nações unidas não serão membros em direito pleno de tal conferência, na qual radica nossa esperança no que possam fazer, a favor da nova ordem econômica internacional, os distintos chefes de Estado do Brasil, da Venezuela e da Guiana.

O petróleo divide muito mais o mundo que a mesma geografia. Falar de Norte e de Sul é acertado, mas, ao referir-nos ao nosso continente, incluído para os efeitos da conferência de Cancún no lado Sul, parece indispensável estudar as circunstâncias diferentes das nossas economias.

Seria necessário estabelecer a primeira diferença entre o Sul petroleiro e o Sul não-petroleiro. Nós defendemos os preços dos produtos básicos, mas não estamos bem convencidos de que o encarecimento excessivo dum só deles se identifique com as aspirações duma nova ordem econômica internacional justiceira.

Sem ter que deplorar, com pesar do bem alheio, a prosperidade dos países produtores de petróleo, nossas energias deverão canalizar-se especialmente em obter melhores preços nos mercados internacionais para os outros produtos básicos dos quais depende a prosperidade dos povos de menos ingressos.

Num mundo onde a inflação tem determinado que a grande maioria dos bens aumentem seu preço, registra-se o fenômeno de que os produtos básicos dos países de menos ingressos se vêm envilecidos nos mercados internacionais.

O Brasil e a Colômbia têm padecido este fenômeno em relação à política cafeeira. Uma grande associação nos foros internacionais permitiu-lhes lutar, ante a incompreensão dos consumidores e de não poucos países

produtores, em defesa dos preços do grão.

Nossos povos constituem uma exceção no mundo cafeeiro latino-americano. São os únicos que dispõem duma organização nacional séria e estruturada e os únicos que, em diferentes ocasiões, têm feito sacrifícios conscientes para evitar o rompimento dos preços do café. Temos o sentido da disciplina do mercado e sabemos da eficácia dos acordos internacionais.

Somos os produtores principais de café do mundo e jamais utilizamos essa posição para causar prejuízo aos produtores pequenos nem para abusar das nações consumidoras.

Estando próxima a reunião de Londres, eu me atreveria a dizer que nada resultará tão proveitoso para assegurar o êxito dessa conferência, como o acordo prévio dos produtores. A autoridade negociadora dos países produtores diminui ante os consumidores que se apresentam anarquizados e dispersos.

Felizmente a Colômbia e o Brasil continuarão trabalhando identificados nos seus propósitos e dispostos a pôr sua autoridade e sua experiência ao serviço dum acordo estável que evite as crises intermitentes da

política cafeeira. Ouso supor que este é um foro apropriado para recomendar às nações cafeeiras, pensando em termos do futuro, que não se lancem irrefletidamente pelo caminho para intensificar, ao amparo dos preços do grão, sua produção respectiva. A superprodução exerce um maior poder envilecedor dos preços internacionais que o próprio egoísmo dos intermediários ou que as preocupações domésticas das donas-de-casa. Permitam-me dizer que a superprodução é tão prejudicial aos preços e quotas do mercado do café como a roja é para a qualidade e a quantidade da produção cafeeira.

Excelentíssimo senhor Presidente:

Este diálogo que agora prosseguimos é a continuação do que iniciamos na vossa inesquecível visita a Bogotá; espero que se converta, pela bondade de seus resultados, num ponto de referência obrigatório para o fortalecimento das relações entre o Brasil e a Colômbia que, em vosso governo e no meu, tem desbravado os caminhos da co-operação leal entre os povos que unem a história, a geografia e o destino comum da América.

Muito obrigado.

turbay ayala a figueiredo: minha visita fortalecerá a amizade entre os povos brasileiro e colombiano

Discursos dos Presidentes Julio César Turbay Ayala e João Figueiredo, no Clube Naval de Brasília, em 2 de setembro de 1981, por ocasião de banquete oferecido pelo Presidente colombiano ao Presidente brasileiro.

PRESIDENTE TURBAY AYALA

Excelentísimo señor Presidente:

Qué grato resulta el diálogo cuando se reali-

za entre personas desprevenidas que se aproximan con objetividad al análisis de las situaciones y buscan, con imaginación

creadora, soluciones para los problemas.

Las conversaciones que he sostenido con vuestra excelencia, así como las que mis compañeros de trabajo han adelantado con las autoridades brasileñas, se han movido dentro del marco de la más constructiva amistad, demandando en todos los campos posibles la colaboración entre nuestros pueblos y gobiernos y diseñando las estrategias para convertir en realidad las ideas que hoy pertenecen al plano teórico de las posibilidades, pero que mañana serán palpable y tangible realidad.

El ejercicio del gobierno supone, además del conocimiento de los asuntos del Estado, el sentido del mando, esto es, la capacidad de dirigir, ordenar y coordinar los planes y programas que en lo interno se requieran, así como poder con propiedad manejar los asuntos internacionales que oscilan, en nuestro caso, desde los muy sencillos de nuestras relaciones bilaterales, hasta los bien complejos de nuestros compromisos con la comunidad internacional a la cual pertenecemos y cuyos problemas, inequívocamente, nos afectan.

En estos dos campos, el nacional y el internacional, debo reconocer que vuestra excelencia es un estadista moderno, que sabe bien lo que desea y conoce a plenitud la mejor forma de lograrlo. Sería injusto en mis apreciaciones si no reconociera, como lo hago con verdadero agrado, la gran apertura democrática que vuestra excelencia está impulsando en este gran país.

Para asumir una actitud como la vuestra, se requiere tener fe creciente en la madurez de vuestro pueblo y coraje suficiente para permitir que las corrientes de opinión circulen sin encontrar retenes o aduanillas que les impidan su libre paso.

Yo creo que el Estado moderno tiene necesariamente que ser un Estado fuerte, en el cual la autoridad impida que el caos se en-

senoree del país. Pero es evidente que no existen incompatibilidades entre la autoridad y la libertad.

La tarea que vuestra excelencia se ha impuesto le da perfiles excepcionales al ejercicio de vuestro gobierno y seguramente le conquistará un puesto de primerísima importancia en la brillante nómina de los mandatarios brasileños. Quisiera que Dios me diera larga vida para poder admirar, en los años finales de esta centuria, la prosperidad de este país llamado a convertirse no solo en la primera potencia de Latinoamérica, sino también en la democracia ejemplar del continente.

Bajo el amplio cielo brasileño encontrarán siempre los amantes de la naturaleza y de la libertad un lugar para vivir una existencia plácida, en la que el progreso y los altos valores del espíritu andan hermanados. El Brasil, como lo dijera uno de los cronistas de la Colonia, refiriéndose a mi patria, "es tierra buena, es tierra grata, es tierra de promisión, es tierra para edificar perpetua casa".

Volviendo a los concretos objetivos de mi visita al Brasil, debo declararme satisfecho con los resultados obtenidos, pues hemos podido complementar el diálogo que iniciamos en Bogotá, hacer avances sustantivos en los asuntos de interés común y establecer que dentro del marco de la ALADI, además de reafirmar lo que constituye el patrimonio histórico de la antigua ALALC, se nos abren inmensas oportunidades de acción.

Los gobiernos pueden abrir los caminos y crear la infraestructura de los grandes acuerdos, pero no se debe ignorar que de la gran empresa integracionista no puede estar ausente el sector privado que tiene la responsabilidad de impulsar el desarrollo al amparo de los convenios internacionales.

La integración no es un capricho de los gobernantes, sino un mandato de la historia que nos obliga a complementar y a aunar

nuestras energías para mejorar la calidad de vida de nuestros pueblos y alcanzar altas metas de justicia social. Todos los días se advierte mejor que el mundo se ha dividido en grandes y poderosos núcleos económicos que pretenden constituirse en mercados de privilegio para sus miembros.

Nosotros en Latinoamérica no podemos individualmente desarrollar a plenitud nuestras ventajas comparativas y nuestra competitividad internacional, si no hacemos de la integración una política hemisférica prioritaria que permita a Latinoamérica participar de los bienes de la civilización, del progreso, de la cultura y de la tecnología, en la misma proporción de aquellas regiones que ya han conquistado etapas superiores del desarrollo.

Al concluir nuestra visita a Brasília tenemos nuevos motivos para acrecentar nuestra gratitud hacia vuestra excelencia y hacia el pueblo de esta gran nación. Hemos recibido el testimonio del afecto vuestro y hemos disfrutado de la tradicional hidalguía de vuestros compatriotas que saben entregar su amistad a quienes se la ofrecen y su corazón a quienes le entregan el suyo.

Será imposible olvidar los fugaces días que nos han dado el privilegio de aproximarnos más a vuestras gentes y de conocer mejor el alma de esta gran nación.

Excelentísimo señor Presidente:

Es indudable que el resultado de nuestra visita está llamado a traducirse en el mejoramiento no solo de la infraestructura de las relaciones económicas, del intercambio comercial, de la cooperación cultural, científica y tecnológica, sino también en el fortalecimiento de la amistad entre nuestros pueblos y su gente.

En la medida en que he podido tratar a vuestra excelencia y a vuestra familia, se han acrecentado los vínculos de una amistad,

que de nuestra parte se proyectará en el futuro, tanto cuanto nuestra propia existencia.

Invito a todos a brindar por la prosperidad del pueblo brasileño, por el bienestar de la señora de Figueiredo y del ilustre soldado y gobernante que con dignidad encarna la suprema majestad de esta gran república.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores.

As palavras de Vossa Excelência confirmam a personalidade aberta e generosa do grande amigo que encontrei em Bogotá, do amigo sincero, que passei a admirar a partir do primeiro encontro que tivemos. Sabemos Vossa Excelência e eu que os amigos devem conversar, trocar idéias, discutir problemas e falar de seus planos.

Nesse sentido, muito me alegra que Vossa Excelência haja decidido aceitar o convite que lhe formulei quando de minha grata estada em Bogotá, em março último. Venho, agora, reafirmar, que todos nós brasileiros vemos no Presidente da Colômbia o representante das melhores qualidades de um povo irmão. As afinidades entre os povos da Colômbia e do Brasil exigem todo o empenho de seus Governos no trabalho de estreitar esse laço fraterno.

Senhor Presidente,

Nos vários contatos que mantivemos, muito me impressionaram a clareza e a objetividade da percepção que tem Vossa Excelência dos problemas internacionais. Não tenho dúvidas de que para tanto deverá ter contribuído, de modo marcante, a vasta experiência daquele que exerceu, com reconhecido brilho, as funções de Ministro das Relações Exteriores, e de Embaixador em alguns dos mais importantes postos da diplomacia colombiana.

Por ocasião da visita que fez a Brasília, como Chariceler, em 1959, para o lançamento da pedra fundamental da nova sede da Embaixada da Colômbia nesta cidade, já estava Vossa Excelência pessoalmente empenhado em trabalhar pelo fortalecimento das relações entre nossos países.

Senhor Presidente,

Brasil e Colômbia observam com preocupação a escalada das tensões mundiais e a exacerbação das contendas ideológicas.

A retomada de atitudes típicas da guerra fria acarreta graves prejuízos aos países em desenvolvimento, tanto no plano político quanto no econômico. São crescentes as pressões exercidas sobre esses países no sentido da afirmação de uma absoluta prioridade da competição entre Leste e Oeste. Caso acolhidas, tais pressões viriam estreitar abusivamente aquele campo de atuação internacional em que se defendem os interesses específicos das nações em desenvolvimento.

Em resposta a essa tendência, devemos chamar a atenção da comunidade mundial para o crescimento da desigualdade entre as nações altamente industrializadas e o conjunto dos países do Terceiro Mundo, que se faz sentir em aspectos essenciais da existência humana, tais como a alimentação, a saúde e a educação.

O momento exige que unamos esforços no sentido de sensibilizar as nações desenvolvidas, quanto à capital importância de se encontrar solução para os problemas ligados à criação de uma nova ordem econômica internacional. Só esse trabalho de convencimento poderá conduzir ao desbloqueio do diálogo Norte-Sul, em todas as suas instâncias.

Nesse contexto, a colaboração entre as nações em desenvolvimento pode assumir caráter verdadeiramente exemplar. Muitas são

as avenidas que se abrem à busca de soluções conjuntas para dificuldades comuns, entre as quais caberia citar, como exemplo, o desenvolvimento de fontes alternativas de energia e a utilização racional dos recursos do trópico úmido.

No mesmo espírito, Brasil e Colômbia poderão tornar mais intenso e diverso o intercâmbio que mantêm com os países irmãos da América Central e do Caribe.

Senhor Presidente,

Temos diante de nós o desafio de conceber idéias novas, de desenvolver em comum um arcabouço conceitual que corresponda à nossa situação no concerto das nações. É importante que esse ideário, vivo e dinâmico, possa servir-nos de instrumento na luta pela transformação dos padrões de convivência global, que hoje nos são obviamente adversos.

O substancial aprofundamento e a rápida intensificação das relações entre a Colômbia e o Brasil constituem sinais claros do êxito dos esforços que vimos empreendendo. Só unidos poderemos conviver com uma realidade internacional onde as oportunidades não surgem por si mesmas, mas precisam ser criadas e aproveitadas com determinação.

É altamente significativa a visita de Vossa Excelência ao Brasil, menos de seis meses depois de minha viagem a Bogotá. Ao lado desse componente pessoal em nossas relações bilaterais, contamos com expressivo número de compromissos firmados nas duas ocasiões, oferecendo amplo lastro jurídico à colaboração brasileiro-colombiana nos mais diversos setores, tais como o da cooperação técnica, o da cooperação amazônica e o do intercâmbio de experiências na área da ciência e da tecnologia.

Senhor Presidente,

Essa vocação para o trabalho solidário de nossos países, e as perspectivas promissoras que ora se abrem diante de nós, inspiraram-me a propor um brinde à prosperidade e ao bem-estar, cada vez maiores, da gran-

de nação colombiana, ao desenvolvimento das fraternas relações entre o Brasil e a Colômbia e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e Senhora de Turbay Ayala.

presidente colombiano visita o congresso nacional e o supremo tribunal federal

Discursos do Presidente da Colômbia, Julio César Turbay Ayala, em Brasília, em 2 de setembro de 1981, por ocasião de suas visitas ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal.

DISCURSO NO CONGRESSO NACIONAL

Honoráveis membros do Congresso:

Entre os atos mais deferentes que se me têm tributado com ocasião de minha visita ao Brasil, devo destacar esta reunião com os membros do Congresso Nacional, que, em certo modo, considero meus colegas, pois a minha vida pública tem uma típica formação parlamentarária.

Tenho oficiado nestes altares da democracia e aproximo-me a eles com a fé de quem confia, com devoção, no poder dos mecanismos representativos. Acredito que, dentro do sistema de controles mútuos que implica o exercício da democracia, corresponde às câmaras legislativas a mais nobre função. Elas não só modelam a arquitetura jurídica do estado, mas também cumprem uma tarefa fiscalizadora que as enobrece.

O congresso não é tão-só uma máquina de fazer leis, mas também um posto de observação, de análise de todos os atos que, dum ou doutra maneira, afetam a vida administrativa do país. Um congresso que não tivesse capacidade fiscalizadora estaria diminuído em suas funções e negaria os valores essenciais que justificam sua existência.

Não ignoro naturalmente que, em muitos lugares, ao amparo da função fiscalizadora do congresso, faz-se "flibusteirismo", parlamentarismo. Isso não é uma falha da instituição mesma, mas dos que desvirtuam os objetivos e as metas que o congresso deve conquistar quando faz uso sensato e construtivo da liberdade.

Tendo em consideração que o congresso não é perfeito e pode incorrer em erros, sou, apesar desse fato, um decidido defensor de sua existência e um firme abanderado de seus foros. Compartilho o pensamento amplamente generalizado de que, onde não funcionam as câmaras, costumam mandar as camarilhas.

De maneira análoga pertencço à escola filosófica e política dos que afirmam que os estragos da liberdade os cura a mesma liberdade. O estado moderno possui o desafio dos graves problemas que hoje afetam a imensa maioria das nações. Logicamente, as câmaras, por si mesmas, não podem curar, com extraordinária rapidez, as enfermidades que padecem os povos mas sim podem, como o ordena a constituição, auxiliar, com os órgãos restantes do poder público, a fazer face às circunstâncias comple-

xas que hoje gravitam na órbita mundial.

Sou um convencido de que o planejamento democrático é o instrumento que os países em vias de desenvolvimento podem empregar para romper as cadeias da miséria. Acredito com uma convicção firme que, somente através dum investimento metódico da despesa pública submetido a um programa de longa projeção que assinale as prioridades essenciais do desenvolvimento, poderíamos imprimir-lhe, a este, um rumo acelerado e melhorar a qualidade de vida dos habitantes de nossos respectivos países.

Um país sem programas de desenvolvimento, necessariamente, agarrará como o navio sem bússola. Abrir os caminhos da participação democrática e fortalecer a concertação entre o estado, a iniciativa privada e a força laboral é uma política que servirá para congregar vontades e analisar objetivos que garantam, em pouco tempo, uma vida decorosa que se compadeça da suprema dignidade da pessoa humana.

Todos os povos querem ter acesso aos bens da civilização e da cultura e é nossa obrigação de governantes fazer-lhes a conquista de níveis de vida que respondam ao clamor unânime da justiça social.

A nossa voz nestes foros nacionais e internacionais deverá levantar-se vigorosamente para reclamar melhores termos de colaboração internacional. O sistema interamericano, tão rico em valores espirituais, atende, principalmente, aos aspectos de nossas relações jurídico-políticas.

Naturalmente, não quero desconhecer o muito que representa em favor da paz o respeito ao princípio da não-intervenção, a santidade dos tratados, as soluções pacíficas e, sobretudo, um instrumento jurídico que oportunamente foi concebido como a contribuição mais eficaz para frear o armamentismo. Refiro-me ao tratado de assistência recíproca do Rio de Janeiro que, bem

aplicado, deveria converter-se na verdadeira garantia da paz e, como consequência, do progresso.

O sistema de segurança coletiva que subcreveram os representantes dos governos da América no Rio de Janeiro representa uma contribuição eficaz para que os países deste hemisfério não malgastem os recursos que podem dedicar ao desenvolvimento, em armas convencionais que excedem as necessidades da defesa nacional e que passam a converter-se num fator de perturbação da paz.

Geralmente todos os governos combatem o armamentismo mas sempre preferem dirigir suas baterias verbais contra o armamentismo nuclear e não contra o convencional que é o que, em verdade, constitui um perigo e uma limitação para o desenvolvimento de nossos povos.

É claro que, a todos nós, nos agradaria o desarmamento geral e completo. Porém, como esta decisão corresponde às superpotências, não é fácil garantir o êxito total duma empresa tão necessária.

América tem que ser um território de paz mas não de paz armada. Não devemos cair nas garras do equilíbrio do terror para garantir a cordialidade entre os povos. Armar-se, além do que requiere o exercício da soberania e da defesa adequada das fronteiras, é uma política que obtém, ainda sem se propor, um caráter bélico.

Reconsiderando finalmente sobre a necessidade de trabalhar em defesa dos preços básicos, devo insistir na tese que aconselha a necessidade de estabelecer diferenças entre as possibilidades que se apreciam entre o Sul petroleiro em contraste com o Sul não-petroleiro.

Por exemplo, enquanto em 1970 — refiro-me ao caso colombiano — o preço externo de duas libras e meia de café nos servia

para comprar um barril de petróleo; em 1977 — um ano de bons preços para o grão — re-queríamos 5,3 libras e, em 1981, a despro-porção é ainda maior, pois hoje compramos o mesmo barril do crú com o equivalente de 33 libras de café. Suponho que o caso brasi-leiro é ainda mais grave, pelo menor valor que tem o café deste país em relação com o colombiano.

Permite-me este exemplo insistir ante o congresso desta grande nação na tese ex-posta no discurso que dirigi ao excelentíssimo senhor Presidente Figueiredo, de que os países do terceiro mundo devemos compro-meter-nos, com todas nossas energias, numa política que lhe dê estabilidade e que torne remunerativos os preços de todos os produtos básicos e não exclusivamente o do petróleo.

Muitos seriam os temas de interesse co-mum que poderia apresentar à vossa ilus-trada consideração, mas sinto-me como se estivesse abusando de vossa paciência e ocupando vosso tempo numa cerimônia que vos agradeço pela fidalguia que reveste e que me obriga a não me afastar dos limites próprios nestes atos.

Finalmente, seja-me permitido expressar-vos a cordialidade que 29 milhões de co-lombianos experimentam pelo Brasil, por suas instituições e por seu povo. No que a mim se refere, minha gratidão é imperece-dora para convosco que sois a viva realida-de duma nação onde a grande abertura de-mocrática é a política que compartilham o governo, as forças armadas, o povo e, natu-ralmente vós que os representais com digni-dade, eficiência e patriotismo.

Só me resta agradecer-vos as generosas palavras com as quais fui cumprimentado neste recinto e que muito me honraram, muito além do que mereço.

Muito obrigado.

DISCURSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Honoráveis magistrados:

O Brasil é um país onde permanentemente se há rendido culto ao direito. É uma terra de juristas que têm penetrado em todas as di-mensões jurídicas e que enriqueceram enormemente a jurisprudência hemisférica. Ter, pois, a oportunidade de ser recebido pe-los que constituem a cabeça do Poder Judi-cial representa, para um Presidente duma República de democratas como é a Co-lômbia, uma honra que sei apreciar em todo o significado afetivo e em sua projeção no campo das relações entre nossas duas na-ções.

Os fundadores da República da Colômbia disseram, com precisão e sabedoria, ao concluir a batalha emancipadora, que se as “armas nos deram a independência, as leis nos darão a liberdade”. Esse pensa-mento prolongou-se através do tempo e do espaço e constitui a característica funda-mental do nosso povo. Colômbia é, acima de qualquer outra consideração, um país de leis com vocação jurídica inalterável.

Considero oportuno utilizar a hospitalidade intelectual que o Supremo Tribunal Federal me brinda para lhes informar sobre algumas de nossas características jurídico-políticas que, em meu critério, possuem identidades valiosas.

A evolução das instituições políticas colom-bianas tem representado um esforço per-manente dos legisladores, juizes e adminis-tradores com o fim de adequar o comporta-mento do processo político para a normati-vidade constitucional, sem esquecer que esta deve recolher as tendências doutriniais do Estado moderno. Tal evolução pode ca-racterizar-se como uma marcha incessante dirigida ao estado social do direito, como uma busca permanente da justiça social.

A modernização das instituições políticas

de meu país se tem operado desde o ano 1936, quando, dum liberalismo clássico, de índole puramente individualista, passou-se às novas correntes jurídicas, representadas pela escola solidarista do direito. Então concebeu-se o Estado como um órgão que cumpria, não somente as funções policiais clássicas de velar pela vida, a honra e os bens dos nacionais, senão como uma entidade com deveres sociais que, de sua parte, também devem cumprir os particulares.

Dentro dessa nova concepção política, a propriedade deixou de ser um conceito de domínio absoluto no sentido romano da expressão para ser considerada como um direito que terá que cumprir uma função social. Ali, nesse instante histórico, nasce o Estado social do direito colombiano, como uma resposta ao individualismo opressor e ao coletivismo totalitário. A liberdade e a justiça social não são consideradas como conceitos excludentes, senão como metas da nova concepção do Estado.

Depois, no ano 1945, introduziram-se reformas que tratam de racionalizar, em maior grau, o trabalho parlamentar.

No ano 1968 operou-se uma grande transformação jurídico-política que se orienta no princípio de deslocar a iniciativa em matéria de gasto público e noutras matérias importantes, das mãos do Congresso às do Executivo.

Esse fortalecimento da administração era necessário por razões de ordem técnico-jurídica, pois a complexidade dos problemas projetados pela vida moderna impõe uma competência especial nos organismos encarregados de apresentar as soluções que, por múltiplas razões, radicam-se no Executivo. Mas, o tal fortalecimento teve, como compensação necessária, a intensificação dos mecanismos de controle político, pois, por meio desse jogo de contra-pesos, garante-se a eficácia da administração e os direitos dos cidadãos.

No ano 1979, em meu governo, realizou-se outra reforma constitucional que está chamada a transformar sensivelmente o trabalho parlamentar e a administração da justiça.

A partir deste último ponto de vista, vale a pena destacar que, em matéria penal, a transformação é profunda porque, do sistema inquisitivo que tinha graves deficiências, passa-se a um sistema marcadamente acusatório que dirigirá o fiscal geral da nação. Esperamos que esta reforma tenha consequências benéficas na administração da justiça penal, considerada como um elemento essencial da ordem social, pois uma sociedade onde a pesquisa dos delitos não conduza a resultados positivos, terminará contaminada e desordenada.

Quanto ao controle da constitucionalidade das leis, exercido pela Corte Suprema de Justiça que é o organismo equivalente a vosso "Supremo Tribunal Federal", introduziram-se reformas tendentes a conseguir um controle unificado que substitua o controle difuso, reinante até esse momento. Esse controle de constitucionalidade da lei opera sob o regime jurídico duma ação pública, aberta a todos os colombianos.

E, como órgão encarregado de administrar a carreira judicial e de exercer o poder disciplinatório sobre os magistrados, juizes e advogados, introduziu-se o Conselho Superior da Judicatura.

Estas breves notas sobre o ordenamento jurídico colombiano vos mostram que nosso povo não tem deixado de buscar o aperfeiçoamento de suas instituições, pois, sem incorrer nos excessos do nominalismo constitucional, o governo considera que uma normatividade apropriada e eficaz constitui uma base relevante da concórdia e do progresso.

Porém, um ordenamento jurídico aperfeiçoado não constitui garantia suficiente de

concordia e de progresso porque, nas sociedades em via de desenvolvimento, são vários os elementos que conspiram contra o sistema político, ao procurar transformá-lo violentamente em ordens jurídicas totalitárias.

O Estado de direito deve buscar então seu apoio na força, umas forças armadas profissionais, fortes, leais e capazes de derrotar aos inimigos da democracia. Talvez possamos dizer sobre estas relações entre a força e o direito que as forças armadas conservarão a independência como orçamento insubstituível da liberdade cidadã.

Outras das modalidades, talvez a mais importante da reforma do 79, é a que, definiti-

vamente institucionaliza e faz funcionar o planejamento democrático. Torna-se obrigatório, desta maneira, para quem resulte eleito Presidente da República, apresentar à consideração das câmaras, nos primeiros cem dias de seu governo, o programa de desenvolvimento econômico e social. Estamos certos de que o planejamento e a concertação são fatores que exercem influência decisiva para dinamizar o desenvolvimento.

Desejo expressar a esta augusta corporação o testemunho da minha gratidão pela distinção que significa o fato de ser recebido e ouvido pelos que encarnam a majestade da República Federativa do Brasil.

Muito obrigado.

declaração conjunta brasil-colômbia

Declaração Conjunta Brasil-Colômbia, assinada em Brasília, em 2 de setembro de 1981, pelos Presidentes João Figueiredo e Julio César Turbay Ayala.

Atendendo a convite do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, o Senhor Presidente da República da Colômbia, Júlio César Turbay Ayala, acompanhado de sua esposa, Nydia Quintero de Turbay, visitou oficialmente o Brasil entre os dias 31 de agosto e 6 de setembro de 1981.

O Presidente da República da Colômbia se fez acompanhar da seguinte Comitiva:

— Sua Excelência o Doutor Carlos Lemos Simmonds, Ministro das Relações Exteriores;

— Doutor Eduardo Wiesner Durán, Ministro da Fazenda e Crédito Público;

— General Luis Carlos Camacho Leyva, Mi-

nistro da Defesa Nacional;

— Doutor Luis Fernando Londoño Capurro, Ministro da Agricultura;

— Doutor Carlos Rodado Noriega, Ministro de Minas e Energia;

— Doutor Enrique Vargas Ramírez, Ministro de Obras Públicas e Transporte;

— Sua Excelência o Doutor Germán Rodríguez Fonnegra, Embaixador da Colômbia no Brasil;

— Senhora Diana Turbay Quintero, Secretária Particular do Presidente da República;

— Doutor Arturo Gómez Jaramillo, Gerente da Federação Nacional de Cafeicultores;

— Doutor Rafael Gama Quijano, Gerente-Geral do Banco da República;

— Coronel Jaime Forero Quiñones, Chefe da Casa Militar da Presidência da República;

— Doutor Manuel Sanz de Santamaría, Diretor-Geral do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores;

— Senhora Martha Montoya, Secretária de Informação e Imprensa da Presidência da República;

— Senhor Júlio Aníbal Riaño Velandia, Subdiretor do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores;

— Major Roberto Arbelaez Moscoso, Ajudante-de-Ordens de Aeronáutica;

— Major Paulino Álvarez Nino, Ajudante-de-Ordens de Polícia; e

— Doutor Gustavo Malagon Londoño, com categoria de Ministro-Conselheiro.

O programa da visita teve início em Manaus, onde o Presidente da República da Colômbia recebeu as boas-vindas do Governador do Estado do Amazonas, Senhor José Lindoso, e se desenvolveu em Brasília, São Paulo e São José dos Campos. Na Capital do Brasil o ilustre visitante foi recebido pelo Presidente Figueiredo, e em São Paulo foi acolhido pelo Governador do Estado, Senhor Paulo Salim Maluf.

A visita do Presidente Turbay Ayala ao Brasil, que se realiza depois de curto intervalo da que o Presidente Figueiredo efetuou à Colômbia, reflete a intensificação da ampla e positiva cooperação que se manifesta nas relações brasileiro-colombianas.

Os dois Presidentes mantiveram diversas entrevistas, que constituíram ocasião especial para renovar os propósitos de seus res-

pectivos Governos de continuar a fortalecer o entendimento e concórdia que tradicionalmente têm caracterizado as relações entre o Brasil e a Colômbia.

Durante a visita, na qual prevaleceu o espírito de fraternal e estreita amizade que une o Brasil e a Colômbia, os Presidentes examinaram a presente conjuntura mundial e latino-americana, e o dinâmico e franco desenvolvimento que caracteriza as relações bilaterais.

Ao final de suas conversações, os dois Chefes de Estado acordaram subscrever a presente

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Reiteraram o direito de todos os Estados a sua plena realização na comunidade internacional, com base na igualdade soberana, no respeito mútuo, na integridade territorial, na exclusão da ameaça ou do uso da força, no fiel respeito às obrigações emanadas dos tratados, na autodeterminação dos povos, na não-intervenção nos assuntos internos e externos de cada país, na defesa dos direitos humanos e na solução pacífica das controvérsias. Reafirmaram igualmente a determinação do Brasil e da Colômbia de conduzir suas relações internacionais em um clima de paz e de concórdia, levando em conta suas metas prioritárias de buscar o bem-estar de suas populações e o desenvolvimento integral, independente e soberano.

Reiteraram a convicção de que a fiel observância dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas constitui base indispensável para alcançar a convivência internacional harmônica, e ratificaram sua confiança na Organização das Nações Unidas como promotora dos elevados objetivos de manutenção da paz, do fortalecimento da segurança internacional e do desenvolvimento econômico e social dos povos.

Declararam ser urgente que a comunidade internacional fortaleça os meios e instrumentos que possam servir para atenuar o clima de tensões internacionais de nossos dias. Salientaram, também, que os processos de diálogo e de negociações devem ser a única base para que se alcancem níveis de estabilidade necessários para fazer frente aos graves problemas mundiais, entre outros a fome, o subdesenvolvimento, o armamentismo e as tensões que afetam a comunidade internacional.

Afirmaram, a esse respeito, que o desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional, é fundamental para garantir uma paz duradoura entre as nações, e renovaram seu apoio aos esforços internacionais tendentes a alcançá-lo. Sobre este tema, renovaram, igualmente, sua oposição a todas as formas de proliferação de armas nucleares.

Manifestaram a importância que atribuem à participação ampla e representativa dos Estados no processo decisório internacional relativo aos problemas de seu interesse e da comunidade internacional.

Ressaltaram, também, que as tensões e rivalidades internacionais não devem ser transferidas para áreas do Terceiro Mundo, para o que é essencial o pleno respeito à soberania, à autodeterminação e à igualdade de todos os Estados.

Condenaram todas as manifestações de colonialismo e de discriminação racial, em especial o **apartheid**, e insistiram na necessidade de intensificar os esforços das Nações Unidas para eliminá-las. Consideraram que o **apartheid**, além de condenável sob todos os aspectos, é também fator de crescente ameaça à paz na região Sul da África. Manifestaram seu repúdio às ações militares contra territórios de países em desenvolvimento da região, em flagrante violação das normas básicas do Direito Internacional.

Ressaltaram a urgência de que se chegue a uma solução justa para a questão da Namíbia, dentro do respeito a sua independência e integridade territorial, e com base nas normas estabelecidas pelas Nações Unidas.

Os dois Presidentes acordaram intensificar seus esforços na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de que a mesma chegue a bom termo, com a adoção de uma Convenção que acolha, plenamente, as aspirações justas e legítimas dos países em desenvolvimento. Reafirmaram que é indispensável manter um equilíbrio adequado no seio da futura autoridade internacional que se encarregará da administração dos fundos marinhos e oceânicos além dos limites da jurisdição nacional como patrimônio comum da humanidade, a fim de que sejam contemplados tanto os deveres dos Estados desenvolvidos, quanto os interesses e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento.

Manifestaram sua confiança no êxito da Conferência, para o qual será necessária a contribuição efetiva de todos os países durante as negociações, que se encontram em sua fase final.

Os dois Presidentes expressaram sua preocupação pela situação econômica mundial e o crescente desequilíbrio entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Nesse sentido, assinalaram a importância de que os países desenvolvidos adotem políticas que ajudem a resolver os sérios desequilíbrios financeiros internacionais e tomem medidas tendentes a eliminar as políticas protecionistas lesivas a todos os interesses dos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, destacaram sua preocupação pela atual situação do sistema monetário e financeiro internacional, no qual a desordem do mercado cambial e as elevadas taxas de juros constituem sérios entraves ao esforço de progresso dos países em desenvolvimento. Manifestaram, sobre o as-

sunto, a necessidade de que se tomem medidas urgentes no plano internacional que removam esses graves obstáculos.

Ressaltaram a importância de que não haja retrocessos nos processos de negociação tendentes a possibilitar resultados concretos no diálogo Norte-Sul, em particular no que se refere às negociações globais nas Nações Unidas, como fonte do esforço permanente para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional mais justa e equitativa.

Assinalaram sua confiança de que a projetada conferência de cúpula a realizar-se no próximo mês de outubro em Cancún, México, possa contribuir para o pronto lançamento das negociações globais, graças a uma vontade política mais decidida e efetiva dos países desenvolvidos.

Os dois Presidentes reafirmaram a necessidade de que os problemas prementes dos países em desenvolvimento e de seu relacionamento com os países industrializados, mereçam atenção especial da comunidade internacional, evitando que as tendências de reativação de tensões internacionais conduzam a um adiamento ou diluição da prioridade que deve ser dada ao pronto encaminhamento do diálogo Norte-Sul.

Afirmaram a importância da diversificação da cooperação entre os países em desenvolvimento, a fim de que seja maximizado o potencial de intercâmbio e de complementação mútua que podem oferecer as respectivas economias nacionais. Nesse contexto, reiteraram que a chamada cooperação Sul-Sul, sem substituir o diálogo Norte-Sul, o complementa e abre novas e amplas perspectivas para a promoção dos interesses políticos e econômicos dos países em desenvolvimento. Notaram que essa cooperação, por ser equitativa, tem valor exemplar para a implantação de uma ordem internacional mais justa e que, nessas condições, devem merecer o apoio sustentado

e urgente da comunidade internacional, inclusive por meio do sistema das Nações Unidas.

Sublinharam a importância básica da questão energética para o desenvolvimento econômico, a qual deverá ser levada em conta no estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional conjuntamente com outros fatores fundamentais, como as finanças, o comércio, a transferência de tecnologia, as matérias-primas e os alimentos. Registraram, a esse respeito, a importância de que a comunidade internacional não poupe esforços na utilização racional dos recursos energéticos não-renováveis e no desenvolvimento de fontes alternativas de energia, com o aumento do intercâmbio de experiências nacionais nesses campos, e em especial com o crescente apoio aos países em desenvolvimento em seus programas energéticos.

Os dois Presidentes passaram em revista a situação latino-americana e coincidiram na opinião de que as necessidades e aspirações da América Latina constituem aspectos prioritários da ação diplomática. Verificaram, assim, que os países latino-americanos, os quais têm perfil próprio de atuação política para a condução e solução de problemas internacionais, devem, da mesma forma, ter participação efetiva nas decisões sobre questões de interesse global.

Julgaram benéfico e importante o desenvolvimento de meios flexíveis e eficazes de consulta e coordenação entre os países da região, em condições de igualdade, dentro do espírito de contribuir positivamente para assegurar bases justas e equitativas nas relações entre Estados, em harmonia com as tradições e a perspectiva universalista que caracterizam a atuação diplomática na América Latina. Nesse sentido, assinalaram com satisfação que tais mecanismos já existem entre o Brasil e a Colômbia, e afirmaram sua determinação de fazer pleno uso das possibilidades de consulta e de co-

ordenação que os mesmos propiciam.

Expressaram sua repulsa a todas as formas de hegemonia, blocos ou eixos na América Latina, indicando que tais padrões de comportamento contrariam frontalmente a tradição da região. Destacaram, com satisfação, os esforços de cooperação e integração, e a intensificação do diálogo político na América Latina.

Os dois países acordaram manter um freqüente intercâmbio de pontos de vista, com a finalidade de contribuir a estreitar os vínculos entre a América Central e o Caribe e a América do Sul, bem como a desenvolver a cooperação entre todos os Estados da região.

Sublinharam, da mesma forma, que um dos ideais latino-americanos deve ser a plena realização democrática. Nesse contexto, reiteraram a importância de que sejam plenamente respeitados os direitos fundamentais da pessoa humana, que incluem, além de sua livre expressão política, os referentes à alimentação, trabalho, educação e saúde.

Os Presidentes ratificaram seu apoio à Organização dos Estados Americanos e sua adesão aos princípios contidos na Carta da Organização, e reafirmaram a necessidade de realizar esforços no âmbito da OEA com vistas a assegurar o aperfeiçoamento de seus mecanismos de cooperação entre os países do Continente.

Nesse sentido, os dois Mandatários expressaram sua satisfação pela iniciativa do Governo de Santa Lúcia de acolher em Castries a Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos no próximo mês de dezembro.

Reiteraram sua confiança no Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) como um foro de consulta, coordenação de posições e cooperação entre os países da América Latina.

Manifestaram também sua confiança na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Reafirmaram o decidido apoio político de seus Governos ao processo de integração latino-americana e ressaltaram que o Tratado de Montevideu de 1980 deve ser um dos veículos que conduzam à integração regional, sendo desejável que o mesmo entre em vigor para todas as Partes Contratantes em curto prazo. Manifestaram, igualmente, sua vontade de lograr, dentro do quadro dos Acordos Parciais, uma abertura maior de mercado para os produtos de ambos os países.

Os dois Presidentes registraram o êxito da I Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica, realizado em Belém, Pará, em 23 e 24 de outubro de 1980, e renovaram seu apoio à "Declaração de Belém" e às decisões adotadas como linhas mestras da cooperação regional amazônica.

Fiéis à vocação amazônica de seus países, os Presidentes reiteraram sua determinação de continuar a cooperar ativamente na fase atual de implementação dos primeiros projetos concretos de colaboração multilateral, especificamente dirigidos para a Amazônia.

Renovaram seus votos para que a II Reunião Amazônica de Chanceleres, a realizar-se na Colômbia, produza resultados que redundem em benefício dos países da região.

Manifestaram sua satisfação pelos progressos alcançados no desenvolvimento de mecanismos eficientes de cooperação e coordenação entre o Brasil e os países do Acordo de Cartagena, nos termos da "Ata de Brasília", concluída em 16 de outubro de 1979, e do Memorando de Entendimento, assinado em Lima em janeiro de 1980, entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e o Conselho Andino. Registraram a importância dos entendimentos entre

o Brasil e o Grupo Andino em todos os níveis, em benefício dos interesses gerais da integração latino-americana e de uma presença mais atuante da América Latina no cenário internacional.

Ao examinar as condições que prevalecem na América Central, os Presidentes concordaram na complexidade e amplitude da crise política, econômica e social existentes nessa região. Nesse sentido, expressaram seu propósito de propender a evitar que os problemas centro-americanos sejam aproveitados como instrumentos de confrontações alheias à área.

No tocante a El Salvador, os Presidentes formularam votos para que sejam os próprios salvadorenhos a encontrar um solução política adequada para a crise que atravessa o país, sem ingerências externas que levem a uma indesejável internacionalização e agravamento do conflito, e dentro dos parâmetros da ordem e da democracia representativa.

Tendo em conta as estreitas vinculações entre a Colômbia e os países da América Central e do Caribe, e a relevante posição colombiana na região caribenha, o Presidente Turbay Ayala informou o Presidente Figueiredo dos esforços que seu Governo vem realizando para intensificar suas relações com essas áreas.

Os dois Presidentes examinaram detidamente o estado das relações entre ambos os países e suas perspectivas futuras. Destacaram, nesse sentido, a ampla convergência de pontos de vista sobre temas de interesse comum. Destacaram também o caráter dinâmico e operacional com que estão sendo levadas a cabo ou estudadas iniciativas concretas de cooperação em campos prioritários para o desenvolvimento dos dois países. Manifestaram, assim, o empenho dos dois Governos em complementar em todos os aspectos as diversas modalidades

de colaboração previstas entre o Brasil e a Colômbia.

Nesse contexto, reiteraram seu propósito de continuar a utilizar mecanismos eficientes de entendimento e cooperação sobre assuntos de interesse comum para as partes, tanto no plano bilateral quanto no regional e multilateral.

Dando prosseguimento ao propósito de vincular os territórios do Brasil e da Colômbia, através de interconexões viárias, fluviais, aéreas e de telecomunicações entre os espaços marítimos dos oceanos Atlântico, Pacífico e do mar das Caraíbas, os dois Chefes de Estado manifestaram interesse em que técnicos em transportes e comunicações iniciem estudos para uma avaliação global das diferentes alternativas, em benefício do desenvolvimento harmônico e da integração física dos dois países.

De acordo com os altos ideais que inspiraram os instrumentos internacionais celebrados sobre temas amazônicos, os dois Presidentes coincidiram na necessidade de manter um contacto permanente e impulsionar o desenvolvimento de uma política conjunta nos pontos de interesse comum, especialmente no que se refere ao intercâmbio de experiências. Nessa ordem de idéias, expressaram o especial interesse de seus Governos em levar adiante, em seus respectivos territórios amazônicos, programas de desenvolvimento econômico e de conservação do meio ambiente, aproveitamento da flora e proteção da fauna, através dos organismos especializados de cada país.

Os dois Presidentes expressaram o desejo de seus Governos de participar nos esforços realizados dentro do âmbito das Nações Unidas tendentes à proteção da natureza e de incorporar os resultados importantes da experiência adquirida no exercício internacional aos objetivos de crescimento econômico e de preservação do meio

ambiente contemplados no Tratado de Cooperação Amazônica.

Ambos os Mandatários assinalaram, da mesma forma, que tais esforços deverão levar em conta, entre outros aspectos, a diversidade dos sistemas ecológicos do mundo e, em especial, as necessidades de desenvolvimento dos países amazônicos.

Os dois Presidentes convieram em impulsionar os trabalhos preparatórios com vistas a promover e a facilitar a navegação dos rios Içá (Putumayo), Paquetá e Negro, dentro do espírito do Acordo de Cooperação Amazônica, assinado pelos dois países a 12 de março do corrente ano.

Os dois Presidentes expressaram seu interesse em estimular o transporte fluvial nos rios da região, e reiteraram seu respeito aos princípios gerais do Direito Internacional e aos Tratados vigentes relativos à liberdade de navegação dos rios comuns.

Os dois Presidentes assinalaram a conveniência de prestar às populações das áreas fronteiriças de um e outro país, serviços de saúde, de conformidade com a coordenação que se realize entre as autoridades sanitárias dos dois Estados.

Tendo em conta as promissoras perspectivas que se abrem à intensificação das relações econômicas e comerciais entre os dois países, os Mandatários reafirmaram o interesse em aprofundar e ampliar o intercâmbio bilateral mediante, inclusive, o incremento do comércio, com vistas a seu maior equilíbrio, estabilidade e dinamismo.

Dentro do propósito de organizar feiras e exposições em um e outro país, destacaram com agrado a realização, durante a visita, de uma Exposição Móvel Colombiana de caráter comercial, em São Paulo e no Rio de Janeiro, organizada por um número significativo de empresários colombianos, os quais tiveram, também, a oportunidade de

trocar, novamente, pontos de vista com seus colegas brasileiros.

Os dois Presidentes, reconhecendo a importância do café para a economia dos dois países, bem como para a dos demais produtores:

a) reafirmaram sua intenção de continuar mantendo estreita cooperação com vistas ao equilíbrio do mercado, em defesa dos preços do produto;

b) reiterar seu apoio ao Acordo Internacional do Café como instrumento válido e eficaz para o controle do mercado, e manifestaram seu propósito de empenhar-se para que se mantenham em vigor os mecanismos de defesa dos preços previstos no Convênio;

c) expressaram a necessidade de uma ação coordenada por parte dos países produtores, por ocasião da 36ª Reunião do Conselho da Organização Internacional do Café, com vistas a assegurar a renegociação do mecanismo de defesa de preços, previsto no Acordo Internacional do Café, sobre bases justas e equitativas.

No que se refere à implementação do Acordo de 1976 para a pesquisa e exploração do carvão coqueificável, os dois Presidentes registraram com satisfação o avanço da primeira fase dos trabalhos do Comitê Misto Permanente Brasileiro-Colombiano. Consideraram de grande valor a apresentação por ambas as partes de documentos relativos ao desenvolvimento da segunda fase de trabalhos e à tomada de providências julgadas essenciais à exploração das reservas e à celebração dos contratos de comercialização, que serão avaliados conjuntamente em reuniões do comitê, previstas para fins de setembro.

Anotaram como especialmente expressiva a decisão do Comitê Misto de se reunir com

maior freqüência, com vistas à dinamização de suas atividades.

Julgaram, também, como altamente positivos os contactos realizados entre autoridades brasileiras e colombianas tendentes a adiantar o exame da proposta colombiana de fornecimento de carvão térmico ao Brasil.

Os Presidentes reiteraram o interesse em desenvolver de forma crescente a cooperação bilateral nos campos científico e técnico, e manifestaram nesse sentido sua satisfação pelo significativo número de programas de amplo alcance que se encontram em negociação ou já em execução.

Expressaram seu agrado pelo fato de terem sido assinados, no transcurso da presente visita, os instrumentos a seguir enumerados, todos relacionados, com o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 13 de dezembro de 1972:

— Convênio Complementar de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para a pesquisa de recursos minerais;

— Convênio Complementar de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica sobre assuntos agropecuários;

— Convênio Complementar de Cooperação Técnica no campo da engenharia agrícola de alimentos;

— Convênio Complementar de Cooperação Técnica no setor elétrico;

— Troca de notas sobre o Acordo de Cooperação Técnica entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Brasil, e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA), da Colômbia;

— Convênio Complementar relativo ao desenvolvimento de metodologias para desenvolver ações de formação profissional

nos níveis informais da população;

— Convênio Complementar sobre Planejamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação Técnica Empresarial;

— Convênio Complementar relativo ao aproveitamento de experiências em programas móveis;

— Convênio Complementar de Cooperação Técnica no campo do saneamento básico e da proteção do meio ambiente.

Os dois Presidentes, considerando que seus Governos se empenham, no momento, em programas orientados para a racionalização administrativa e para a desburocratização, manifestaram seu interesse em que se efetue, através dos órgãos responsáveis, um amplo intercâmbio de informações sobre suas experiências nesses campos.

Ao final de suas conversações, realizadas em ambiente de cordialidade, confiança e franqueza, os dois Mandatários verificaram, com satisfação, o alto nível alcançado pelas relações bilaterais, reflexo da amizade permanente e da crescente cooperação que unem o Brasil e a Colômbia.

Manifestaram sua convicção de que o estreitamento cada vez maior dos vínculos de colaboração e entendimento entre os dois países representa significativa contribuição aos ideais de integração e fraternidade que caracterizam a América Latina.

Reiteraram a solidariedade fraternal do Brasil e da Colômbia com os povos irmãos do Continente, com vistas à construção de um futuro comum latino-americano e à presença e projeção crescentes da América Latina no cenário internacional.

O Presidente da Colômbia expressou seu profundo agradecimento pelas atenções que ele, sua esposa e comitiva receberam durante a grata permanência no Brasil, e es-

tendeu novo convite ao Presidente Figueiredo para visitar oficialmente a Colômbia,

convite que foi aceito com especial satisfação.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 148, os textos dos Acordos entre o Brasil e a Colômbia, assinados por ocasião da visita do Presidente Julio César Turbay Ayala.

aureliano chaves recebe o vice-presidente da república de gana

Discursos dos Vice-Presidentes da República do Brasil Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, e da República de Gana, J.W.S. de Graft-Johnson, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 14 de julho de 1981, por ocasião de almoço que o Vice-Presidente brasileiro ofereceu ao Vice-Presidente de Gana.

AURELIANO CHAVES

Senhor Vice-Presidente,

A presença de Vossa Excelência e da importante delegação que o acompanha no Brasil constitui para nós motivo de grande satisfação. Sinto-me honrado em recebê-lo nesta visita, tanto em razão de suas reconhecidas qualidades profissionais e pessoais, quanto por representar Vossa Excelência o povo ganense, ao qual o povo brasileiro está ligado por estreitos laços de amizade e de cooperação. Desejaria que Vossa Excelência levasse de sua viagem ao Brasil a certeza de que, como países em desenvolvimento, defendemos causas comuns e pretendemos um mundo de justiça, de paz e de iguais oportunidades para todas as Nações.

Senhor Vice-Presidente,

País pioneiro na luta pela libertação da África, com influência decisiva no processo de independência das nações africanas, a República de Gana acolheu uma das primeiras representações diplomáticas brasileiras naquele Continente. Os vínculos profundos que unem nossos países vêm de muito lon-

ge: a formação da nacionalidade brasileira encontra muitas de suas raízes na África e em Gana, em particular. Aqui elas se desenvolveram e frutificaram em nossa cultura, imprimindo na vida brasileira, de modo indelével, as afinidades que compartilhamos e a estima que nos dedicamos. Quando o Rei dos Achantis, Opoku Ware II, nos honrou com sua visita, em 1978, a calorosa acolhida que lhe foi dispensada demonstrou quão vivas são as tradições que herdamos de seu país e quão vasto é o interesse dos brasileiros em mantê-las.

Há, efetivamente, entre o Brasil e a África, mais do que simples relações de amizade e vizinhança: há relações de fraternidade, oriundas da história e da cultura que temos em comum; há, sobretudo, relações de cooperação, pois buscamos os mesmos objetivos, que são, no plano interno, o desenvolvimento e o bem-estar de nossos povos, e, no plano externo, a prevalência da paz, da igualdade e da justiça entre os Estados, baseadas no respeito aos princípios da Carta das Nações Unidas. Estas facetas do relacionamento brasileiro-africano ressaltam ainda mais do que diz respeito às relações entre o Brasil e Gana.

Senhor Vice-Presidente,

A conjuntura internacional continua a exigir que se unam os esforços dos países em desenvolvimento para enfrentar condições adversas, que nos distanciam de nossos propósitos.

A permanência de desigualdade nas relações econômicas entre os países industrializados e as nações em desenvolvimento, geradoras de situações de desemprego e miséria, é condenável e deve ser superada pelo diálogo enérgico e construtivo, em todos os foros internacionais.

Nossas tarefas são múltiplas e abrangentes. E nossa cooperação deve ser, em consequência, intensa e diversificada. Nesse sentido, lembro o papel que o Brasil e Gana desempenham, como grandes produtores, junto à Comunidade dos Países Exportadores de Cacau, procurando, de maneira concertada, influir no estabelecimento de preços compensadores para esta matéria-prima ponderável na balança do comércio exterior de nossos países.

Também nas demais instâncias do relacionamento internacional nossos países devem reforçar os vínculos de solidariedade e de cooperação mútua, cada vez mais necessários para que se projetem na prática os ideais de justiça, progresso e participação que caracterizam nossa atuação externa.

A esse propósito, desejo manifestar-lhe o apoio que o Governo brasileiro empresta às grandes causas africanas, que são as que defendem todos os países amantes da paz e da equidade. Em reiteradas ocasiões, temos expressado, e agora o faço novamente, nosso repúdio a todas as formas de discriminação racial, particularmente o aparteidismo, nosso total amparo à erradicação do colonialismo na África e nosso firme apoio à pronta independência e à integridade territorial da Namíbia, dentro dos parâmetros

estabelecidos pelas Nações Unidas.

Temos também pontos de vista comuns quanto à consideração da atual conjuntura da vida entre as nações. Porque desejamos a paz, manifestamos nossa profunda preocupação com o agravamento das tensões internacionais e nossa convicção de que o diálogo, e não a confrontação, é o instrumento mais eficaz para a resolução dos problemas do mundo. Porque desejamos a justiça, propugnamos uma ordem internacional mais igualitária e aberta, em que as decisões sobre as questões de relevância mundial sejam tomadas com a participação ampla e representativa da comunidade das nações. Porque desejamos o desenvolvimento, estamos dispostos a contribuir e a empenhar-nos vigorosamente para o êxito das iniciativas ligadas ao diálogo Norte-Sul, para o que é tão necessário que os países industrializados demonstrem, em termos efetivos, compreensão madura da gravidade dos problemas com que a comunidade internacional se defronta nesta área e da necessidade urgente de resolvê-los.

Senhor-Vice-Presidente,

Os países em desenvolvimento não se unem apenas em suas reivindicações globais. Unem-nos também o desejo e a consciência da viabilidade de forjar entre nós vínculos de cooperação direta. Os rápidos avanços já realizados neste campo constituem clara indicação da grande potencialidade do terreno que ainda está por explorar. O adensamento de cooperação Sul-Sul, em termos concretos e realistas, tanto em seus aspectos globais quanto no dia-a-dia das relações bilaterais com os países amigos, constitui meta prioritária do Governo brasileiro.

A visita de Vossa Excelência, também na qualidade de Presidente do Comitê de Desenvolvimento Nacional, órgão que coordena o planejamento e a execução dos programas econômicos de Gana, contribuirá

para a identificação das áreas em que a co-operação entre nossos países pode ser mais profícua. O Protocolo de Intenções firmado esta manhã é prova tangível do desejo de nossos Governos de abrir novas vias de trabalho conjunto. Complementamos, assim, os passos dados um ano atrás, quando da assinatura do Convênio de Crédito entre o Banco do Brasil e o Banco de Gana, pelo qual oferecemos, dentro do limite de nossas possibilidades, contribuição a projetos industriais do Banco de Habitação e Construção de Gana.

Como países em desenvolvimento, enfrentamos, em geral, os mesmos tipos de problemas, agravados por condições internacionais desfavoráveis. Temos que buscar soluções que nos sejam próprias, ao que chegaremos através do melhor conhecimento mútuo, do intercâmbio de experiência e da cooperação em todos os domínios de atividade. A imaginação criadora, fundamental para o desenvolvimento de novas modalidades de cooperação, e o espírito de fraternidade, que nos leva a buscar laços igualitários e vantagens recíprocas, sem preconceitos ou paternalismos, constituem as bases de nosso esforço. Desse modo, nossos países estarão contribuindo não só para o progresso de nossos povos, mas também demonstrando, pelo exemplo, ser possível e viável uma nova ordem internacional alicerçada na justiça e na equidade entre as nações.

A presença de Vossa Excelência e da ilustre delegação que o acompanha revela, mais uma vez, o desígnio de nossos Governos de buscar renovadas oportunidades de cooperação amistosa e frutífera, refletindo a convergência de pontos de vista e a solidariedade que anima nossas relações.

É nesse espírito que saúdo Vossa Excelência e sua delegação e convido todos os presentes a erguerem suas taças pela continuação das relações fraternas entre o Brasil e Gana; pela prosperidade do povo ganense;

pela felicidade pessoal dos nossos visitantes e pela saúde do Presidente da República de Gana, Doutor Hilla Limann.

J.W.S. DE GRAFT-JOHNSON

Your Excellency the Vice President,
Excellencies,
Ladies and Gentlemen,

It was with great pleasure that I received the kind invitation of the Government of Brazil to pay an official visit to this dynamic and hospitable country — a country with which Ghana shares many common historical experiences and cultural affinities. As we all know, relations between Ghana and Brazil date back more than a century with the movement of peoples between West Africa and Brazil. Though today these peoples have been truly assimilated to the Brazilian nationality, nevertheless they still retain certain cultural attributes of the land of their forefathers which so richly endow Brazilian way of life and which make visitors from Africa like myself and my delegation already feel so much at home in Brazil.

But this is not all. Brazil's history of economic and industrial development also interests us. It is a country which like Ghana, emerged from the ravages of colonialism but has managed to make remarkable strides in development — thanks to the quality of its leadership and the resourcefulness of its peoples. No doubt in finding solutions to problems related to development, Brazil has gained rich experience which emerging countries can with great benefit share. This applies with greater force in the area of agriculture. As a country which lies largely in the tropical region, its experience in the control of pests, animal disease and soil erosion, to name but a few of the problems of tropical agriculture, are of great interest to us.

Excellency, the mere fact that I stand before you today, a grateful recipient of your honour

and attention, testifies to the harmonious and growing relations between our two countries.

This has sometimes confounded those who hold the view that because both countries are suppliers of tropical raw materials, our economies must necessarily be competitive. This viewpoint ignores the importance of complementary economic and political policies aimed at harmonising seemingly competing national interests. As two important cocoa producing countries, Ghana and Brazil have a common interest in obtaining fair and stable prices for the produce of our cocoa farmers. Our two countries have worked closely together as members of the Cocoa Producer's Alliance, and it is the hope of the Ghana Government that the same spirit will characterise our efforts in getting the Second Cocoa Agreement signed by the required majority of producer and consumer countries.

The agreement signed between Ghana and Brazil last year for a credit line of US\$ 15 million marked a welcome beginning of a new phase of trade relations between our two countries. Since it is the first credit agreement of this nature, we have taken care to apply it in an area of our economy where the social benefit would be greatest. The capital goods which be financed through the credit agreement would be used in establishing brick and ceramic factories in the rural areas of Ghana. About 80% of the raw materials to feed these factories are available locally. When the factories become operational, we shall move away from the costly practice of using cement to build ordinary houses. We are determined that these projects should become a success story, and the Government of Ghana would give all the necessary administrative support to ensure this.

As Chairman of the National Development Planning Commission of Ghana, I am keenly aware of the development needs of the country and the nature of assistance that

must be sought from friendly countries with the kind of technology that is suitable to our peculiar conditions and level of development. It is in this context that the Protocol of Intent gains enormous significance.

The list of items annexed to the Protocol embody carefully selected projects to which we wish to give priority. It is my belief that in the case by case negotiations that will be undertaken subsequently, the same goodwill and understanding will guide us to a successful end.

Ghana shares Brazil's commitment to the ideals of office and justice as enshrined in the United Nations Charter. Your Excellency, I cannot talk about peace and justice, without recalling the inhuman and immoral system known as apartheid practised by the racist South African regime. It is a system which is at bottom based on economic greed and callousness. It has led to the denial of political rights and power, because the exercise of political powers confers a decisive say on how the national wealth is to be distributed. It is a system which by its wickedness has succeeded in incurring the justified condemnation of all civilized and peace-loving countries in the world. Since the racist regime has remained obstinately impervious to all persuasive arguments about the inherent iniquity of its system, some of us have advocated for total and mandatory economic sanctions against South Africa. The attitude of the regime convinces us that it will not willingly surrender its privileged position until the explosive forces of injustice and greed blows the whole wicked system apart. I dare say that the dimensions of such an explosion could very well threaten international peace and security. It behoves all peace-loving countries to avoid this grim alternative.

Your Excellency as members of the Third World, our countries have keen interest in negotiating successfully for a restructuring of the present International Economic Order.

Although the deadlock in the September 1980 negotiations is to be lamented, and largely blamed on the unwillingness of developed countries to yield some of their privileges, yet it showed clearly the need for developing countries to harmonise their negotiating strategy. For instance do we want long-term structural change or short-term concessions, such as more aid, more debt relief and more trade concessions? It is only when we have a well-defined conception of the nature of change which we seek, that we can avoid the pitfall of appearing to be divided and uncertain about our collective objectives.

Finally, Your Excellency, I must say how pleased I am for the opportunity which this visit has given me to hold discussions with

high Brazilian officials on matters of mutual interest. These discussions have deepened our understanding and appreciation of the aspirations and actions of our respective governments and peoples. I look forward very much to visiting some of your industries as well as meeting members of the Federations of Industries of São Paulo and Porto Alegre.

May I now ask you kindly to rise with me and toast to the health of the President of the Republic, His Excellency Mr. João Figueiredo, to the prosperity and happiness of the people and government of Brazil and to the personal well-being of Your Excellency.

Thank you.

comunicado de imprensa brasil-gana

Comunicado de imprensa Brasil-Gana, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 20 de julho de 1981, ao final da visita do Vice-Presidente da República de Gana, J.W.S. de Graft-Johnson.

Atendendo a convite do Governo brasileiro, estive em visita oficial ao Brasil, de 13 a 19 de julho de 1981, Sua Excelência o Senhor Doutor J.W.S. de Graft-Johnson, Vice-Presidente da República de Gana, acompanhado de sua esposa, Senhora Lily de Graft-Johnson, e de importante delegação integrada por Sua Excelência o Senhor F. Wulff Tagoe, Ministro de Energia e dos Combustíveis; Sua Excelência o Senhor R.O. Frimpong Manso, Assessor do Vice-Presidente; Sua Excelência o Senhor Hanso Adu, Secretário-Geral da Vice-Presidência; Sua Excelência o Senhor Anan Cato, Chefe do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros; Sua Excelência o Senhor John Bentum-Williams, Diretor Gerente do Banco da Previdência Social, e Sua Excelência o Senhor Samuel Yao Osafo-Maafa, Diretor Gerente Interino

do Banco de Habitação e Construção.

Em Brasília, Sua Excelência o Senhor de Graft-Johnson foi recebido em audiência especial por Sua Excelência o Senhor Presidente da República João Figueiredo, a quem transmitiu convite de Sua Excelência o Senhor Hilla Limann, Presidente da República de Gana, para visitar oficialmente Gana. O convite foi aceito e as datas para a realização da visita serão fixadas oportunamente por via diplomática.

Foi ainda recebido por Sua Excelência o Senhor Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, Vice-Presidente da República, com quem manteve, em clima de amizade e entendimento mútuo, conversações sobre assuntos internacionais de interesse comum e

sobre setores das relações bilaterais, visando ao desenvolvimento da cooperação e dos laços entre os dois países. O Doutor de Graft-Johnson convidou o Vice-Presidente brasileiro a efetuar visita oficial a Gana. O convite foi aceito com satisfação.

No impedimento de Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Vice-Presidente da República de Gana manteve igualmente conversações proveitosas e construtivas com Sua Excelência o Senhor Embaixador João Clemente Baena Soares, Secretário-Geral das Relações Exteriores, com Sua Excelência o Senhor Ernane Galvêas, Ministro de Estado da Fazenda, e com Sua Excelência o Senhor Flávio Pécora, Ministro-Chefe, interino, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Efetuou ainda visitas a sua Excelência o Senhor Deputado Nelson Marchezan, Presidente da Câmara dos Deputados, a Sua Excelência o Senhor Senador Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, a Sua Excelência o Senhor Francelino Manoel Xavier de Albuquerque, Presidente do Supremo Tribunal Federal e ao Senhor Militão de Moraes Ricardo, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. O Ministro da Energia e dos Combustíveis encontrou-se com Sua Excelência o Senhor César Cals de Oliveira, Ministro de Estado das Minas e Energia, com o qual tratou de assuntos de suas respectivas pastas.

Durante sua permanência no Brasil, o Doutor de Graft-Johnson, na qualidade de Presidente do Comitê de Desenvolvimento Nacional de Gana, realizou um programa de contatos de natureza comercial com empresas brasileiras que atuam ou pretendem atuar naquele país. O programa compreendeu visitas a São Paulo, onde foi recebido pelo Presidente da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, Sua Excelência o Senhor Deputado Adalberto Camargo e onde inaugurou a sede do Consulado Honorário de Gana, bem como, a Porto Alegre, onde foi

recebido por Sua Excelência o Senhor Governador José Augusto Amaral de Souza.

Durante as conversações mantidas entre o Doutor de Graft-Johnson e o Embaixador Baena Soares, foram examinados alguns aspectos da conjuntura internacional, especialmente os que dizem respeito à África e à América Latina e foram analisados em profundidade aspectos das relações bilaterais. As duas partes expressaram a convicção que estas conversações abrirão novas perspectivas para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e Gana.

As duas partes procederam à avaliação das relações econômicas e comerciais entre o Brasil e Gana e verificaram que os esforços de ambos os Governos poderiam contribuir para estimular a cooperação bilateral e a valorização das potencialidades de cada um. Foi firmado um Protocolo de Intenções, entre os dois Governos, onde são identificadas áreas em que a cooperação entre os dois países seria mais útil e proveitosa.

No que tange às relações financeiras, as duas partes manifestaram sua satisfação pela assinatura, em junho de 1980, do Convênio de Crédito entre o Banco do Brasil e o Banco de Gana, no valor de US\$ 15.000.000, destinados à execução de projetos industriais em Gana, ligados à importação de bens de capital produzidos no Brasil.

No campo da cooperação técnica e científica, ambos convieram em recomendar aos setores competentes de seus respectivos Governos o exame das possibilidades de desenvolver formas de cooperação nas áreas, entre outras, da agropecuária, da mineração, da infra-estrutura, da formação profissional e da educação. Consideraram igualmente a colaboração que o Governo brasileiro poderia prestar para a instalação de um Centro de Tecnologia em Gana.

Ao fim de sua visita oficial, o Doutor de Graft-Johnson expressou seu reconheci-

mento pela acolhida que lhe foi dispensada, assim como à delegação que o acompa-

nhava, pelo Governo e pelo povo brasileiro.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 143, o texto do Protocolo de Intenções entre o Brasil e a República de Gana, assinado por ocasião da visita do Vice-Presidente daquele país, J.W.S. Graft-Johnson.

ministro do comércio e da indústria do japão visita o brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 27 de julho de 1981, por ocasião do almoço oferecido ao Ministro do Comércio e da Indústria do Japão, Rokusuke Tanaka.

Excelentíssimo Senhor Ministro Rokusuke Tanaka,
Excelentíssimos Senhores Ministro de Estado
brasileiros presentes,
Meus Senhores e Minhas Senhoras,

Em primeiro lugar, desejo expressar a Vossa Excelência e à Excelentíssima Senhora Tanaka, minhas sinceras boas-vindas. É com satisfação que os acolhemos hoje nesta Casa para significar a Vossa Excelência e aos ilustres membros de sua comitiva a amizade e hospitalidade do Governo brasileiro. Minha satisfação é compartilhada pelos Ministros brasileiros aqui presentes e com os quais Vossa Excelência se entrevistará durante sua breve permanência nesta capital.

O seu intenso programa de contatos no Brasil bem ilustra a significativa densidade e abrangência de nossos interesses comuns. Tem sido freqüente — sobretudo nos últimos anos — a troca de visitas de altas personalidades entre o Japão e o Brasil. Receberemos, dentro de alguns dias, a visita do Chanceler Sunao Sonoda, o que muito nos honra. Esperamos, também, que o Primeiro-Ministro Zenko Suzuki venha ao Brasil, atendendo ao convite que lhe foi feito pelo Presidente João Figueiredo.

A confiança mútua será sempre a grande beneficiária desses contatos pessoais em alto nível. A despeito das diferenças naturais entre o Brasil e o Japão, tenho certeza de que Vossa Excelência reconhecerá entre nós uma atmosfera amigável e acolhedora. O Japão e o Brasil tornaram-se, de há muito, países próximos. A técnica se encarregou de eliminar a distância física entre nossos países e nossos povos mantêm vínculos humanos que se consolidaram em cerca de três gerações.

Vossa Excelência teve oportunidade de manter, em São Paulo, algumas horas de convivência com imigrantes japoneses originários da província de Fukuoka, que — segundo estou informado — é a sua província natal. Registro esse fato para mais uma vez manifestar o quanto foram bem-vindos os japoneses que se transferiram para o nosso país e com o seu talento e trabalho, ajudaram a construir a prosperidade da nação brasileira. Sei o quanto o povo japonês é sensível aos deveres de gratidão e o que para ele significa havermos acolhido, com fraternidade, esses seus representantes, cujos descendentes são hoje bons cidadãos deste país, e que, como todos os demais brasileiros, preparam orgulhosamente o Brasil de amanhã.

Existe no relacionamento entre nossos países uma perspectiva histórica que transcende o plano dos interesses imediatos. A colaboração nipo-brasileira constitui sólido patrimônio pelo qual devemos velar e que certamente podemos aprimorar. Por seus fundamentos e potencialidades, as relações entre nossos países requerem entendimento pleno e constante, de modo a aperfeiçoar o nosso diálogo em nível governamental.

Estou seguro de que a visita de Vossa Excelência contribuirá para acelerar a cooperação bilateral e, nesse sentido, não devo deixar de mencionar a feliz conclusão dos entendimentos para a assinatura do acordo final do projeto ALBRÁS/ALUNORTE.

Novas e importantes perspectivas de cooperação se abrem neste momento para nossos países, como é o caso do Grande Projeto Carajás. Creio que devemos e podemos encarar o futuro com serenidade e otimismo. Como resultado da crise econômica mundial, vivemos todos uma fase de reajustes profundos. Esse desafio não abalou — antes fortaleceu — a determinação do povo brasileiro de levar adiante seu projeto de desenvolvimento. Somos, por felicidade, um povo otimista. Sobretudo, não nos falta disposição para buscar soluções, nem empenho para pô-las em prática. Nesse ponto estou certo de que Vossa Excelência encontrará mais um traço comum entre nossos países, sendo — como é — responsável por um Ministério diretamente ligado ao setor empresarial nipônico, cuja imaginação e espírito empreendedor muito contribuíram para o extraordinário progresso do Japão.

Senhor Ministro,

O Brasil ocupa o terceiro lugar no elenco dos maiores receptores de investimentos diretos nipônicos. A densidade desse relacionamento me faz pensar que o mesmo nível de colaboração deveria ser promovido também em outras áreas, como nos setores

científico e tecnológico. Nesse campo, já se vêm desenvolvendo relações entre entidades governamentais e privadas dos dois países e seria desejável — e mesmo necessário — que a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e o Japão pudesse contar com o apoio governamental adequado, em bases jurídicas e institucionais. No entender do Governo brasileiro, este seria um passo importante para o aperfeiçoamento de nossas relações bilaterais, pois corresponderia a uma demonstração concreta, por parte do Japão, de que participa do interesse em criarmos as bases de uma cooperação mais ampla em setor onde são promissoras as potencialidades de intercâmbio mutuamente proveitoso.

No plano comercial, o Japão mantém sua posição de nosso quarto maior parceiro comercial em todo o mundo. Há, certamente, margem para a ampliação e diversificação do intercâmbio bilateral. O atual estágio da economia brasileira e o fato de que os manufaturados já compõem a maior parte da pauta brasileira de exportações levam o Brasil a esperar uma participação mais significativa no mercado importador japonês, onde estamos interessados em que nos sejam assegurados os benefícios decorrentes do Sistema Geral de Preferências em favor dos países em desenvolvimento. É esta uma outra área em que o Japão poderá demonstrar maior flexibilidade e interesse em impulsionar nossas relações bilaterais.

Senhor Ministro.

O diálogo entre nossos Governos deve ser amplo porque o Brasil e Japão têm responsabilidades amplas, no plano político como no econômico. A causa da paz — a que nossos países estão ligados por compromisso constitucional — reclama o diálogo, que é hoje condição de sobrevivência para a humanidade. O Brasil acredita na necessidade de participação — e não de isolamento — como forma de contribuir para a solução dos problemas mundiais. Por seu lado, o Ja-

pão destruta cada vez mais de reconhecida capacidade de atuação no cenário internacional. O mundo do futuro requererá, mais e mais, essa participação japonesa, especialmente na construção de uma nova ordem econômica internacional que seja verdadeiramente benéfica a todos os povos que ainda enfrentam a batalha árdua do desenvolvimento. O Brasil está confiante de que a contribuição japonesa nesse sentido se fará sentir de forma adequada na Reunião Internacional sobre Cooperação e Desenvolvimento, a realizar-se em Cancún, em outubro próximo.

Senhor Ministro,

Como já afirmei, as relações entre o Brasil e

o Japão já alcançaram dinamismo próprio. Nossos Governos não se podem contentar com as metas de colaboração já atingidas, sob pena de sermos ultrapassados pela própria evolução dos fatos. Cabe-nos, sobretudo, o dever de corresponder às expectativas de nossos povos. Estou seguro de que a visita de Vossa Excelência é um augúrio auspicioso para a crescente aproximação e amizade entre nossos países.

Permita-me erguer um brinde à saúde de Vossa Excelência, da Senhora Tanaka e de sua ilustre comitiva, com reiterados votos pela prosperidade da grande nação japonesa.

saraiva guerreiro na reunião de chanceleres de cancún

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no México, em 1º de agosto de 1981, por ocasião da Reunião de Chanceleres de Cancún.

Senhores,

Instruiu-me o Presidente Figueiredo a expressar seu pessoal apreço pelo convite a ele dirigido pelos patrocinadores da Reunião Internacional sobre Cooperação e Desenvolvimento a realizar-se nesta cidade em outubro próximo.

O Governo brasileiro considera a reunião de outubro uma oportunidade única e adequada para um debate franco e amplo sobre a atual situação econômica internacional. Esse exercício sem precedentes não pode, entretanto, esgotar-se em uma mera troca de opiniões, embora útil e necessária. As questões do Diálogo Norte-Sul foram anteriormente estudadas, analisadas e discutidas exaustivamente. Apesar de não ser um exercício negociador, a Reunião terá sentido apenas se conseguir estabelecer um consenso político básico sobre a necessidade urgente de uma ação sobre a questão Norte-Sul. Consideramos, pois, indispensável que a Reunião produza conclusões que sejam a expressão concreta daquele consenso.

A cena econômica internacional encontra-se em virtual desordem. O que enfrentamos não é uma série de dificuldades de caráter circunstancial ou setorial, mas uma crise estrutural com raízes profundas. Suas con-

seqüências são sentidas por todos nós, países em desenvolvimento e desenvolvidos, igualmente, mas é indiscutível que os países em desenvolvimento são muito mais seriamente atingidos, dada sua vulnerabilidade econômica inerente.

A comunidade internacional não foi capaz de construir um sistema de relações econômicas equilibrado e integrado que esteja à altura das novas e diferentes realidades com as quais nos defrontamos. Isto é especialmente verdade no que se refere ao intercâmbio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Há uma nova situação de interdependência em escala mundial na qual os países em desenvolvimento são crescentemente relevantes para o próprio funcionamento básico da economia mundial. Soluções viáveis para a presente crise serão encontradas se for dada devida consideração a essa nova realidade. Certamente não serão adequadas ou efetivas abordagens limitadas, de curto prazo ou unilaterais. Rejeitamos firmemente a suposição de que o diálogo Norte-Sul deva ser mantido à espera de que os países desenvolvidos consigam arrumar suas casas. Esta não é uma idéia realista, mesmo porque a recuperação das economias altamente industrializadas está agora diretamente relacionada com a mobilização efetiva do vasto potencial econômico do Terceiro Mundo.

Da mesma forma, não poderemos crer na suposição de que as atuais dificuldades

econômicas serão superadas pelo livre jogo das forças de mercado. As questões que enfrentamos requerem soluções políticas, o que vale dizer, uma ação conjunta por parte dos Governos com vistas a corrigir desequilíbrios e disfunções estruturais, prejudiciais para economia mundial como um todo.

Este é o quadro no qual meu Governo considera deva ser conduzido o exercício de Cancún. Este encontro preparatório deve dirigir sua tarefa organizacional à luz da necessidade de garantir que a reunião de outubro consiga realmente dar impulso ao diálogo Norte-Sul, de forma a que tenha desdobramento sobretudo nas negociações globais no foro das Nações Unidas.

em Brasília, o ministro dos negócios estrangeiros do Japão

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Sunao Sonoda, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 5 de agosto de 1981, por ocasião de almoço oferecido ao Chanceler japonês.

SARAIVA GUERREIRO

Senhor Sunao Sonoda,

Eu mesmo, o Senhor Núncio Apostólico, os representantes de nações amigas, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro dos Transportes, representantes de Ministros brasileiros, altas autoridades, jornalistas, funcionários desta Casa, todos estamos muito satisfeitos de termos hoje a sua companhia neste almoço.

Vossa Excelência prefere, muito sabiamente, que ao invés de discursos, troquemos um pouco mais do que um simples brinde. Ao dizer estas palavras, noto uma sensação de alívio entre os nossos ilustres convivas.

Permito-me apenas recordar que no campo multilateral, onde juntos estivemos há três dias atrás, em Cancún, mais uma vez nossos dois países deram uma demonstração, cada qual dentro das suas condições específicas e com suas opiniões próprias, de espírito construtivo.

Nós vemos como indispensável a ação nos diversos campos, no multilateral, no regional e no bilateral.

Em nossas relações bilaterais podemos congratular-nos com o que vem sendo feito e, estou seguro, podemos estar otimistas quanto ao futuro.

Seria desnecessário recordar o papel que o Japão tem tido no desenvolvimento brasileiro, participando de grandes projetos neste país. E estamos seguros de que assim continuará a ser, agora mesmo com os nossos projetos relativos ao desenvolvimento da província mineira de Carajás.

No campo cultural, muito ainda resta por fazer. Estamos certos também de que na cooperação científica e tecnológica, que se vem anunciando promissora, chegaremos a entendimentos mais definidos e a um quadro formal propiciatório.

Dominados pelo interesse na paz e no progresso, essencial aos nossos dois países, também acreditamos que as consultas de natureza política e as avaliações de conjuntura se tornarão mais freqüentes, não só a alto nível como também, de uma forma regular, entre as equipes de planejamento político das duas Chancelarias.

Para não exceder-me, peço licença para aqui terminar com uma manifestação de nosso agradecimento pela visita do Ministro Sonoda, com os nossos votos por seus êxitos à frente da pasta que dirige, pela excelência das relações entre nossos dois países. Por fim, mas não menos importante, permito-me brindar pela saúde de Sua Majestade o Imperador do Japão.

SUNAO SONODA

Senhor Ministro,

Tenho a oportunidade de visitar outra vez o Brasil, graças ao esforço do Senhor Ministro Saraiva Guerreiro.

Eu noto agora dois aspectos do Brasil, em comparação com a época em que o visitei, há dois anos atrás. O primeiro é a atividade do Brasil. O segundo é a elevação da posição do Brasil no campo internacional. O comércio internacional do Brasil está aumentando cada vez mais, aumento no sentido de quantidade e de qualidade também.

Dentro da Conferência Internacional realizada em Cancún o Senhor Ministro Guerreiro fez uma declaração excelente e contribuiu bastante para a atuação da Reunião. Considerando essa atividade do Brasil, eu tive a confirmação de que a posição brasileira dentro do campo internacional foi mui-

to elevada. Isso me causa satisfação.

As relações entre o Japão e o Brasil envolveu aspectos relativos a desenvolvimento e cultura, e também ao campo de tecnologia. Mas ainda não estamos satisfeitos. O Brasil tem possibilidades, tem uma potencialidade infinita, esse país brasileiro tão grande. O Japão fica satisfeito em procurar a estabilidade e a prosperidade baseado na estabilidade e na prosperidade deste país. Nesse sentido, eu queria promover a prosperidade e a estabilidade dos dois países baseado nas relações fortes e profundas.

Fico profundamente satisfeito em ver a situação dos japoneses ou descendentes de japoneses residentes aqui no Brasil, que estão contribuindo em vários campos e chegando a uma posição muito alta. Agradeço os esforços dos japoneses residentes aqui e dos seus descendentes.

Desejo manifestar meus sentimentos de profundo agradecimento pela hospitalidade calorosa do Senhor Ministro Guerreiro e outras autoridades aqui presentes.

Senhor Ministro Saraiva Guerreiro e autoridades aqui presentes, permitam-me convidá-los a levantar suas taças em um brinde à saúde de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, do Senhor Saraiva Guerreiro e à prosperidade do Brasil.

comunicado conjunto relata os entendimentos de sunao sonoda em Brasília

Comunicado Conjunto Brasil-Japão, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 6 de agosto de 1981, ao final da visita do Ministro japonês dos Negócios Estrangeiros, Sunao Sonoda.

A convite do Governo da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor

Sunao Sonoda, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, fez uma visita oficial ao

Brasil, entre os dias 4 e 6 de agosto de 1981.

O Ministro Sonoda foi recebido em audiência por Sua Excelência o Senhor João Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil.

O Ministro Sonoda fez visitas de cortesia a Sua Excelência o Senhor Deputado Nelson Marchezan, Presidente da Câmara dos Deputados, a Sua Excelência o Senhor Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, e a Sua Excelência o Senhor Ministro Francisco Manuel Xavier de Albuquerque, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Manteve também conversações com Sua Excelência o Senhor Professor Antônio Delfim Netto, Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e o Chanceler Sunao Sonoda mantiveram conversações cordiais e francas sobre a situação internacional, especialmente sobre a situação na Ásia, na América Latina, sobre problemas do diálogo Norte-Sul, e sobre assuntos bilaterais de interesse mútuo.

O Ministro Sonoda assinalou a necessidade de se renovar o espírito de interdependência e de solidariedade da comunidade internacional, que se acha cada vez mais interdependente, e salientou a importância de reconduzir a comunidade das nações em direção à estabilidade e ao desenvolvimento, com vistas à superação das graves circunstâncias do mundo atual. A fim de atingir tais objetivos, o Japão tenciona exercer um papel ativo, proporcional a sua capacidade e adequado a sua posição de país comprometido com a paz; procurará manter e fortalecer o sistema livre e aberto de comércio internacional; prosseguirá seus esforços em prol da expansão da cooperação econômica e técnica com os países em desenvolvimento, a fim de assisti-los em seu de-

envolvimento econômico e social. Além disso, o Japão continuará a desempenhar um papel ativo para a promoção do diálogo Norte-Sul baseado no reconhecimento da interdependência e dos interesses mútuos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O Ministro Sonoda expôs as positivas contribuições que, baseado naquela política, o Japão prestou em foros como a Conferência Internacional sobre o Camboja, a Conferência de Cúpula de Ottawa e a recente Reunião Preparatória à Conferência de Cúpula Norte-Sul.

O Ministro Guerreiro expressou preocupação com os rumos da conjuntura internacional, dominada por um clima de conflito e tensão, marcada pela renovação da corrida armamentista. Acentuou que as dificuldades globais tornam mais difícil a superação das formas regionais de tensão. Nesse sentido, reafirmou que serão absolutamente urgentes esforços coordenados da comunidade internacional com o objetivo de que se redefinam padrões de diálogo e negociação no sistema internacional, que permitam a retomada de esforços efetivos para a construção de estruturas estáveis de paz e para a solução dos graves problemas dos países em desenvolvimento. Para a realização de tais objetivos, a diplomacia brasileira está, dentro dos limites de seus meios, permanente e fortemente empenhada. O Brasil tem feito do diálogo e da cooperação os seus instrumentos diplomáticos de preferência, e, assim, espera contribuir para o estabelecimento de um clima de maior harmonia política; de outro lado, tem feito esforços no sentido de buscar formas de progresso efetivo no diálogo Norte-Sul, pois acredita que o fortalecimento das economias dos países em desenvolvimento é absolutamente essencial para que se evitem crises e instabilidades no sistema econômico internacional. O Ministro Guerreiro descreveu a atuação diplomática brasileira no continente e indicou os esforços brasileiros de incrementar as relações Sul-Sul; descreveu o rápido desenvolvimento das relações com os

vizinhos latino-americanos e africanos, a que o Brasil está ligado por profundos laços históricos, bem como o atual estado das profundas relações que o Brasil mantém com os países ocidentais.

Ambos os Ministros afirmaram que suas conversações em muito contribuíram para o fortalecimento da compreensão mútua e das relações de amizade existentes entre os dois países. Convieram também em que o Brasil e o Japão devem manter estreitos contatos numa base contínua, a fim de atingir o objetivo comum de contribuir para a paz e a prosperidade mundiais. A esse respeito, os dois Ministros também manifestaram sua concordância sobre a conveniência de se estabelecerem consultas diplomáticas regulares a nível de funcionários dos Ministérios do Exterior dos dois países.

Os Ministros expressaram a importância que atribuem ao desenvolvimento contínuo das relações econômicas entre os dois países, tanto através da expansão e diversificação do comércio bilateral, em termos equilibrados, como da cooperação em projetos binacionais de larga escala. Reconheceram a importância de promover uma maior cooperação científica e tecnológica e trocaram opiniões sobre as medidas a adotar para tal objetivo. Salientaram também a necessidade de que as relações bilaterais se tornem cada vez mais densas nos campos acadêmico e cultural.

Durante a visita, foi feito um exame da situação dos projetos binacionais de cooperação atualmente em curso — tais como os projetos USIMINAS, ALBRÁS/ALUNORTE e Companhia Siderúrgica de Tubarão — e houve acordo no sentido de que os dois la-

dos devem envidar esforços para implementá-los de maneira fluente e com êxito. Foi também mencionada a alta prioridade atribuída pelo Governo brasileiro ao Projeto Minério de Ferro Carajás, para cuja implementação o Brasil deseja contar também com a cooperação japonesa.

Tendo em mente que as freqüentes trocas de visitas de personalidades do Brasil e do Japão em muito têm contribuído para o fortalecimento dos mútuos laços de amizade, os dois Ministros concordaram que é de vital importância continuar a promover ativamente as visitas de alto nível.

Os Ministros notaram com satisfação os contatos que têm sido mantidos por funcionários dos dois Governos, como no caso das consultas sobre cooperação técnica, que tiveram lugar por duas vezes nos últimos anos.

O Ministro Sonoda transmitiu ao Presidente Figueiredo os agradecimentos do Primeiro-Ministro quanto ao convite feito pelo Presidente ao Primeiro-Ministro para visitar o Brasil, e renovou o convite, formulado por ocasião de sua última visita ao Brasil, para que o Presidente da República visite o Japão. Ficou acordado que as visitas do Primeiro-Ministro Suzuki ao Brasil e do Presidente João Figueiredo ao Japão se realizariam nas datas mais próximas possíveis, de mútua conveniência para os dois Chefes de Estado.

O Ministro Sonoda manifestou sua sincera gratidão pela gentil e calorosa hospitalidade que lhe foi proporcionada, e à sua comitiva, pelo Governo brasileiro, durante sua permanência no Brasil.

ministro dos negócios estrangeiros da arábia saudita no brasil

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, Príncipe Saud Al-Feiçal, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 12 de agosto de 1981, por ocasião de jantar oferecido ao Chanceler saudita.

CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Senhor Ministro,

Constitui motivo de grande honra receber Vossa Alteza Real e a ilustre comitiva que o acompanha e dar-lhes as boas vindas nessa sua primeira viagem ao Brasil.

Vossa Alteza Real vem de uma terra marcada pela dimensão épica.

Construíram, os árabes, não só um império, mas toda uma cultura. Herdeiros das civilizações que floresceram às margens do Tigre e do Eufrates, no vale do Nilo e nas costas orientais do Mediterrâneo, souberam ainda absorver e assimilar as principais contribuições da cultura greco-romana. Mais tarde, transmitiriam à Europa medieval muitas das influências intelectuais que abriam caminho para o Renascimento.

Com efeito, nenhum outro povo, na época medieval contribuiu tanto para o progresso da humanidade quanto os árabes e os povos arabizados.

A língua árabe, hoje meio de comunicação diária de mais de uma centena de milhões de pessoas, deixou sua marca em quase

todos os falares mundiais, e está presente, de forma particular, em nosso idioma, que conta com, pelo menos, um milhar de vocábulos dessa origem.

Vossa Alteza Real vem da terra onde floresceu o Islã, a terceira e última religião mono-teísta e depositária de valores morais que nós, brasileiros, respeitamos, sem negar nossa fé majoritariamente cristã.

E foi exatamente sob a flâmula do Islã que, Abdulaziz Al Saud, seu avô — e seu pai, Faiçal Ibn Abdulaziz — conduziram o povo árabe à moderna reunificação da Península e à criação e consolidação de um Estado voltado para a justiça social e para o progresso tecnológico, sem por isso descuidar de suas tradições e autenticidade cultural.

Temos no Brasil acompanhado com muito interesse a ação que Vossa Alteza, na qualidade de responsável pela política externa do Reino e sob a clarividente orientação de Sua Majestade o Rei Khaled Ibn Abdulaziz e de Sua Alteza Real o Príncipe Fahed Ibn Abdulaziz — vem desenvolvendo nos foros internacionais e no contexto das relações bilaterais sauditas.

Apreciamos a habilidade e argúcia com que tem conduzido as questões surgidas entre países do Oriente Médio ou nas negociações com as potências mundiais sobre temas de interesse global. Ouvimos sempre com atenção a palavra ponderada e construtiva da Arábia Saudita nas Nações Unidas e em outras assembléias internacionais.

Por todos esses motivos, a visita de Vossa Alteza Real é recebida com satisfação e constitui oportunidade para que se solidifiquem e se ampliem os laços de amizade e de cooperação entre nossos dois países.

Há que assinalar que Brasil e Arábia Saudita, pelo devotamento comum às causas da paz, da justiça e do desenvolvimento, demonstram significativa coincidência de posições com relação às grandes questões da atualidade.

Como a Arábia Saudita, crê o Brasil na diplomacia como instrumento não apenas válido como também o mais adequado para resolver os conflitos de interesse. Acreditamos no diálogo igualitário entre os Estados, o que exclui o uso da força e a prepotência. Apegamo-nos às virtudes da negociação e sentimo-nos encorajados nessa crença pela própria imagem de bem-sucedida modernização projetada pela diplomacia saudita.

Vemos, portanto, em toda a sua gravidade, as implicações de medidas, recentemente reiteradas, tendentes à consolidação da ocupação ilegal e de anexação formal de territórios tomados pela força das armas à Nação Árabe.

Almejamos uma paz abrangente, justa e duradoura no Oriente Médio, e compartilhamos da percepção crescente da comunidade internacional quanto ao imperativo da retirada completa das forças de ocupação de todos os territórios árabes; quanto ao exercício dos direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação, à independên-

cia e à soberania na Palestina, de acordo com a Carta e resoluções pertinentes das Nações Unidas; quanto à necessidade de participação da Organização para a Libertação da Palestina nas negociações de paz; e ainda quanto ao reconhecimento do direito de todos os Estados da região de existir em paz dentro de fronteiras reconhecidas.

Vossa Alteza Real conhece também a preocupação do Brasil com a questão de Jerusalém, e nossas reiteradas expressões de repúdio às medidas que pretendem alterar o **status** e o perfil arquitetônico e urbanístico da Cidade Santa.

Paralelamente, a confiança política entre nossos países, consolidada pelos fluxos efetivos de comércio e de financiamentos que já logramos estabelecer, reforça nossa identidade de posições em torno de plataformas comuns, no plano Norte-Sul, com vistas à implementação de Nova Ordem Econômica Internacional. Ainda recentemente, em Cancún, pude apreciar o papel construtivo de Vossa Alteza Real.

Senhor Ministro,

A vasta área de convergência de nossas visões dos problemas mundiais traz-nos poderoso estímulo para que coloquemos em prática esquemas de cooperação que frutifiquem não apenas em benefício recíproco dos nossos povos mas também em favor dos povos irmãos do Terceiro Mundo, através da promoção de empreendimentos conjuntos em nossos territórios e em países carentes de tecnologia e recursos e da dinamização do nosso intercâmbio de bens e serviços.

Vossa Alteza Real e sua comitiva terão a oportunidade de conhecer outras regiões do Brasil e entrar em contato com autoridades estaduais e com setores de nosso empresariado desejosos de poder concretizar todas as promissoras potencialidades de nossa cooperação bilateral.

De todos receberá Vossa Alteza Real o testemunho da consideração e elevado apreço que o povo brasileiro genuinamente nutre pelo fraternal povo saudita.

PRÍNCIPE SAUD AL-FEIÇAL

Excelentíssimo Senhor Ministro
Excelências
Senhoras e Senhores

Agrada-nos expressar a Vossa Excelência nosso profundo agradecimento e apreço por este generoso convite a nós dirigido, para visitar vosso país amigo, para troca de opiniões convosco nos diversos assuntos e questões de interesse para os nossos dois países e temos a certeza que encontros deste tipo contribuem para uma visão comum e clara perante aqueles assuntos e questões, o que traz benefícios para ambos os países.

Gostaria, também, de agradecer a Vossa Excelência pelas palavras de boas vindas que teve a gentileza de proferir e, em especial, os sentimentos atenciosos em relação a nosso país e seus responsáveis.

Agradeço-vos por outro lado, a generosa hospitalidade e a calorosa acolhida com que tiveram a gentileza de nos cercar, desde a nossa chegada a este nobre país, que desempenhou e continua desempenhando um papel importante e destacado na comunidade mundial, tanto através da Organização das Nações Unidas como da Organização dos Estados Americanos. Esse papel ativo está de pleno acordo com a história de vosso país, repleta de numerosas conquistas no campo da política e da civilização, e de acordo com suas possibilidades e potencialidades, dando um sinal claro e prova evidente da sua atuação de liderança e a alta consideração que o Brasil desfruta no Continente Latino Americano e o papel ativo que desempenha na Política Internacional.

Talvez o que reforce tudo isso e torna reali-

dade é que o Brasil constitui um lugar de encontro de civilizações onde se fundiram povos e raças das mais diversas partes do mundo que souberam conviver em concórdia e harmonia, lado a lado, desfrutando da completa igualdade dos direitos civis e sociais, sem discriminação ou preferência. Talvez o melhor exemplo sejam os emigrantes árabes que chegaram ao Brasil e nele permaneceram e integraram sua população, trabalharam pelo país e o tornaram uma pátria para seus filhos e netos.

Este país generoso acolheu-os de braços abertos proporcionando-lhes oportunidades de uma vida digna e possibilidades de desenvolvimento e progresso, o que se tornou testemunho da originalidade dos laços que une árabes e brasileiros e motivação para fortalecer e estreitar a cooperação construtiva e frutífera entre os dois povos.

O papel pioneiro do Brasil não se limitou a esses campos e sim ampliou-se para abranger novos horizontes mais vastos, em todos os campos da literatura e conhecimento, onde vosso país conseguiu, apesar dos vínculos históricos e culturais do passado, formar características próprias, destacadas de cultura e civilização. Dentro das quais brilharam vários brasileiros nos campos da literatura, arte, ciência e tecnologia.

Apraz-nos, realmente, enaltecer aqui as excelentes relações que ligam nossos dois países, observando com alegria que a cooperação entre ambos cobriu vastas atividades e galgou longas distâncias dentro de um curto espaço de tempo. Compartilhamos convosco da opinião e do desejo de procurar apoiar essas relações e olhar sempre em direção a novos horizontes nesse campo, para assegurar a continuação de consultas e cooperação entre nós, envidando todos os esforços para o bem, o conforto e o progresso de nossos países.

Esperamos que estas conversações, com Vossa Excelência e com as autoridades do

Governo brasileiro, contribuam para essa realização e para o estreitamento e fortalecimento da cooperação mundial, nas diversas atividades. Almejamos, ainda, concretizar a assinatura de um acordo de cooperação cultural informativa entre nossos dois países que virá em apoio ao acordo firmado anteriormente e segundo o qual foi criada a Comissão Mista Saudita-Brasileira.

Senhor Ministro,

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para vos afirmar que meu país tem a esperança que as relações internacionais sejam regidas pela sabedoria, ponderação e justiça, para que se torne possível extinguir as causas de discórdias e fontes de preocupação e tensão em muitas questões de interesse mundial; para poder proporcionar a participação ativa na realização da paz, conforto e progresso para todos os povos do mundo. Nesse sentido é motivo de satisfação para nós, que nossos pontos de vista se identifiquem em torno dos valores que devem reger as relações internacionais e a necessidade de assentar esses valores nos princípios de respeito, independência, igualdade e soberania dos Estados e na não-intervenção nos assuntos internos e do direito de cada povo em fazer sua própria autodeterminação, longe das pressões, a salvo das interferências externas, por mais variadas que sejam suas formas e diferenciados seus modos.

Por outro lado, a semelhança econômica e social entre os problemas das sociedades árabes e desta importante região do mundo — consideradas todas como países subdesenvolvidos — mais as aproxima nos objetivos, no pensamento, nas diretrizes e reflete o firme desejo de solidariedade e compreensão. O ponto de partida político destas regiões apoia-se, na maioria dos casos, em suportes que nascem dos seus valores superiores e suas tradições de pensamento e civilização. Daí, não é de admirar se suas políticas se assemelharem e suas posições

se unirem em relação ao direito, justiça, igualdade, independência e direito de autodeterminação e em relação à rejeição da injustiça, agressão, racismo, colonialismo.

O Reino da Arábia Saudita acredita que o interesse dos países subdesenvolvidos do terceiro mundo e sua responsabilidade no cuidado desses interesses, concentra-se na sua capacidade de afastar as regiões estratégicas — que se caracterizam pela sua importância por um lado devida a sua segurança e por outro em relação à paz e prosperidade do mundo — do monopólio das grandes potências e na sua capacidade para enfrentar as intervenções estrangeiras que ameaçam de uma forma clara a estabilidade, segurança e paz daquelas regiões e atrapalham seu progresso e seu desenvolvimento.

Senhor Ministro,

Em relação às questões delicadas da nação árabe-islâmica e à primeira delas, a Questão Palestina e o direito do povo palestino em decidir seu próprio destino e estabelecer seu Estado independente, foi motivo de satisfação para nós que vosso Governo tomasse uma posição nobre, apoiando o Direito Árabe Palestino e reconhecendo a Organização de Libertação da Palestina, como o único representante legítimo do povo palestino.

Prezamos vossa posição sincera na condenação das atitudes de Israel em anexar Jerusalém, estabelecer colônias e expulsar os líderes árabe-palestinos, transgredindo todos os conceitos e leis.

Excelência, foi provado ao mundo que os árabes querem a paz e procuram a sua realização e que Israel põe obstáculo após obstáculo no caminho da realização da paz e que as histórias de segurança com que se arma, nada mais são que alegação fraca e desculpa clara para concretizar a sua ocupação das terras árabes e palestinas e a

continuação de sua política expansionista e racista. A destruição por Israel, dos reatores atômicos iraquianos — aquele ato criminoso que foi condenado pela totalidade dos países do mundo — assim como suas progressivas agressões selvagens contra o Líbano, que teve como vítimas centenas de mulheres, velhos e crianças, não é senão um elo da cadeia, da traiçoeira agressão sionista contra a nação árabe.

Nós, diante dessa agressão permanente na Palestina, nos territórios ocupados e no Líbano, afirmamos que a comunidade mundial e as grandes potências — em especial, os Estados Unidos da América como uma das duas grandes potências, que tem uma responsabilidade especial em garantir a segurança e a paz no mundo — têm a responsabilidade de fazer cumprir o direito, enfrentar a agressão com firmeza para repelir o agressor e impedir qualquer agressão.

O importante papel que vosso país desempenha na área internacional, tanto do lado político ou econômico como humanístico ou moral e a história de vosso país repleto de apoio às questões de direito e justiça, levamos a esperar vosso apoio ativo em prol do cumprimento do direito e afirmação da paz no Oriente Médio.

Senhor Ministro,

Recentemente, a região conheceu uma situação perigosa, criada pela invasão soviética ao Afeganistão e sua ocupação militar, o que provocou a preocupação e o receio de todos e constituiu uma ameaça à segurança, estabilidade da região e à paz e segurança mundiais.

O fato daquela agressão ser praticada por uma grande potência contra um Estado independente e soberano, confirma a importância de seu repúdio e resistência por todos os meios e caminhos possíveis. Os países membros da Organização da Conferência Islâmica demonstraram as dimensões

perigosas criadas em consequência daquela agressão, condenaram a União Soviética e confirmaram a necessidade da total e incondicional desocupação militar soviética do Afeganistão, o que tornou necessário o apoio do restante dos países do mundo, aos países islâmicos nesta sua posição. Na qualidade de grande potência recaem sobre a União Soviética determinadas responsabilidades, nesse campo.

Um dos fatos positivos que aconteceram na nossa região e que é motivo de orgulho e satisfação para nós, é a criação do Conselho de Cooperação dos Países Árabes do Golfo que veio como consolidação da cooperação já existente entre os Estados-membros. A criação do referido conselho não representa, na realidade, um bloco contra ninguém, mas sim, uma expressão da vontade livre daqueles Estados e da cooperação entre eles, dentro do conhecimento comum de seus interesses nacionais e longe de qualquer influência externa.

Senhor Ministro,

O Reino da Arábia Saudita, ciente de que os fatores econômicos provocam sinais marcantes no desenvolvimento da civilização dos povos e em consideração aos problemas e obstáculos que afetam a situação mundial contemporânea, apóia com toda a força os esforços mundiais dispendidos no sentido de chegar a uma nova ordem econômica mundial que proporcione mais justiça e mais eficiência; que observe igualmente os direitos dos Estados subdesenvolvidos e desenvolvidos; que se preocupe com os meios necessários para encontrar relação equilibrada entre o crescimento econômico e a estabilidade política. E o preço para estabelecer esta nova ordem é encontrar uma visão de todos os ângulos do desenvolvimento econômico e social, que se apoie basicamente nos conceitos da cooperação positiva e no entrelaçamento dos interesses, porque os países industrializados e avançados devem saber que seu progresso

e sua superioridade tecnológica não lhes garante a continuação do bem-estar e da estabilidade, a menos que colaborem efetivamente com tudo que eles têm de experiência e tecnologia no avanço da máquina do progresso nos países subdesenvolvidos. As nações do mundo não são mais isoladas umas das outras, avançaram longas caminhadas para incrementar a consolidação da dependência mútua. E nesse sentido, o Reino da Arábia Saudita espera que a reunião da cúpula econômica que se pretende realizar, no México, em outubro próximo, tenha bom êxito, no sentido de encontrar um forte impulso em direção das negociações mundiais totais e chegar a uma solução integrada para as questões de cooperação internacional, nos setores de desenvolvimento, e chegar a realizar um avanço visível, em direção ao estabelecimento do sistema econômico mundial desejado.

Como o Reino da Arábia Saudita é o país guardião dos Lugares Sagrados do Islã que são visitados anualmente, por milhões de muçulmanos das diversas partes do mundo, estamos felizes em ver, em vossa linda capital, um importante Centro Islâmico. Apreciamos e agradecemos ao vosso Governo as facilidades que vem concedendo à comunidade islâmica radicada em vosso país.

Ao final de nossas palavras temos a satisfação de estender convite, a Vossa Excelência, para visitar o Reino da Arábia Saudita, na mais próxima oportunidade, para poderemos retribuir algo da hospitalidade e calorosa acolhida, com que fui recebido juntamente com a nossa comitiva, por parte de Vossa Excelência e demais autoridades.

Muito obrigado.

acordo básico de cooperação científica e técnica estimulará o intercâmbio entre o brasil e a arábia saudita

Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 13 de agosto de 1981, por ocasião da solenidade de assinatura, juntamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, Príncipe Saud al-Feiçal, do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e a Arábia Saudita. Na mesma solenidade, o Príncipe Saud Al-Feiçal recebeu, do Chanceler Saraiva Guerreiro, a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, e do Governador do Distrito Federal, Aimé Alcebiades Lamaison, o título de propriedade de um lote de terreno, em Brasília, doado ao Centro Islâmico do Brasil para a construção de uma Mesquita.

Senhor Ministro,

A cerimônia que acabamos de presidir reafirma a amizade que sempre uniu nossos países e que recebe agora novo e vigoroso impulso.

O Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica estabelece mecanismos que estimularão o desenvolvimento de recursos humanos e o intercâmbio de informações tecnológicas entre nossos dois países, e representa o quadro jurídico em que se deli-

nearão entendimentos que pretendemos frutíferos e mutuamente vantajosos entre as instituições científicas e organismos técnicos da Arábia Saudita e do Brasil.

Comprometemo-nos a encorajar e facilitar a troca de técnicos e peritos nos campos de interesse comum, a contratação recíproca de serviços de consultoria, o empreendimento de projetos comuns de pesquisa e o treinamento de pessoal qualificado, ampliando e complementando, assim, o escopo do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica firmado em Jedá em 1975 e que se tem revelado útil instrumento de aproximação entre os dois países.

A edificação do primeiro templo islâmico de

Brasília simboliza, de um lado, o espírito ecumênico que anima a Nação brasileira, aberta à contribuição de todos os povos e respeitosa de todos os credos religiosos; e, ainda, o apreço que nos merece a mensagem do Islã, transmitida pelo mesmo Deus que reverenciamos.

Senhor Ministro,

Houve por bem o Senhor Presidente da República distinguir Vossa Alteza Real com a Ordem do Cruzeiro do Sul e incumbir-lhe do privilégio de fazer-lhe a entrega das insígnias que ora lhe passo às mãos. Ao ter a honra de assim proceder, é-me grato formular-lhe os votos mais sinceros de saúde e felicidade.

comunicado conjunto brasil-arábia saudita

Comunicado conjunto Brasil-Arábia Saudita, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 14 de agosto de 1981, ao final da visita do Ministro saudita dos Negócios Estrangeiros, Príncipe Saud Al-Feiçal.

A convite do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Sua Alteza Real, o Príncipe Saud Al-Feiçal, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino da Arábia Saudita, visitou oficialmente o Brasil de 12 a 14 de agosto de 1981, correspondente ao período de 12 a 14 do mês de Chaul, do ano 1401 da Hégira.

Sua Excelência, o Senhor João Batista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República, recebeu em audiência Sua Alteza Real, o Príncipe Saud Al-Feiçal.

Sua Alteza Real efetuou visitas de cortesia a Suas Excelências o Senhor Deputado Nelson Marchezan, Presidente da Câmara dos Deputados, o Senhor Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, Presidente do Senado Federal, e o Senhor Ministro Francisco Ma-

noel Xavier de Albuquerque, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Sua Alteza Real, o Príncipe Saud Al-Feiçal, e Sua Excelência o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro mantiveram dois encontros de trabalho, durante os quais passaram em revista assuntos de mútuo interesse, especialmente suas relações bilaterais, e examinaram temas da atualidade internacional.

Registraram, com satisfação, o clima de cordial entendimento que sempre presidiu as relações bilaterais, o aumento do intercâmbio em vários importantes campos de atividades nos últimos anos, e concordaram em desenvolver essas relações.

Nesse sentido, assinaram Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica e manifestaram seu desejo de que outros acordos

e iniciativas se sigam em breve, de molde a aperfeiçoar ainda mais as relações entre os dois países.

Sua Alteza Real agradeceu o generoso gesto do Governo brasileiro que permitirá ao Centro Islâmico do Brasil construir sua sede e Mesquita. Sua Alteza Real elogiou o espírito de fraternidade que prevalece no Brasil, e co-presidiu a cerimônia de entrega ao Centro Islâmico do Brasil do título de propriedade do referido terreno.

Notaram com agrado a ampla coincidência de posições partilhadas pelos dois países quanto a numerosas questões internacionais, bem como o sincero desejo de que maior harmonia, cooperação e justiça prevaleçam entre os Estados.

Ao examinar a situação no Oriente Médio expressaram sua preocupação quanto ao aumento das tensões naquela região e reafirmaram sua convicção de que uma paz justa global e duradoura não poderá ser concretizada sem que cesse completamente a ocupação de todos os territórios árabes, inclusive Jerusalém, e sem que sejam exercidos pelo povo palestino, representado pela Organização para a Libertação da Palestina, os seus direitos legítimos, inclusive os de retorno à Pátria, autodeterminação, independência nacional e soberania na Palestina, de acordo com a Carta e Resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Reiteraram seu firme repúdio a todas as medidas que pretendem alterar unilateralmente o caráter da cidade sagrada de Jerusalém.

Sublinharam sua condenação ao ataque injustificado de Israel ao Centro Iraquiano de Pesquisas Nucleares e deploraram as ofensivas militares no Sul do Líbano e especialmente em bairros densamente povoados da capital e de outras cidades libanesas que infligiram pesadas perdas à população desarmada. Sua Alteza Real expressou a apreciação da Arábia Saudita pela posição brasilei-

ra nessas questões.

Manifestaram sua firme convicção de que os princípios de autodeterminação, igualdade soberana dos Estados e não-intervenção em seus assuntos internos são o fundamento da paz e segurança internacionais. Nesse contexto os dois Ministros expressaram sua preocupação com a permanência da intervenção estrangeira e ocupação militar no Afeganistão e expressaram a necessidade da retirada das forças estrangeiras, de forma a permitir que o povo afegão livremente determine o seu destino e escolha seu sistema social e político de governo.

Reiteraram seu repúdio a todas as manifestações de colonialismo e discriminação racial, em particular o **apartheid**, que constitui fator de crescente tensão na África Austral e assinalaram a necessidade de se intensificar os esforços da comunidade internacional, no quadro das Nações Unidas, para a eliminação dessas formas injustas de dominação política e social.

Ressaltaram também a necessidade de pronta solução para a questão da independência e integridade territorial da Namíbia, em conformidade com o plano estabelecido pelas Nações Unidas.

Sua Excelência, o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, manifestou sua apreciação pelo papel construtivo desempenhado pelo Reino da Arábia Saudita, que corresponde ao interesse geral, com relação ao fornecimento e fixação dos preços do petróleo.

Os dois Ministros convieram em assinalar a importância da continuação da cooperação bilateral no campo da energia, em espírito de confiança e compreensão mútuas e no quadro dos interesses de ambos os países.

Os dois Ministros coincidiram em que as origens dos atuais problemas econômicos enfrentados pela comunidade internacional são de natureza estrutural e precederam os

reajustes dos preços de petróleo verificados na década de 70. Reiteraram sua crença em que as soluções dos problemas econômicos internacionais presentes só poderão ser encaminhadas mediante a intensificação dos esforços para reestruturar as relações Norte-Sul, de maneira equilibrada, justa e equitativa.

Sua Alteza Real registrou com agrado os esforços empreendidos pelo Brasil para implementar um programa de desenvolvimento de fontes alternativas próprias de energia, vendo-os como resposta positiva à necessidade mundial de conservação de energia e de preservação do petróleo para usos mais vantajosos.

Ressaltaram a importância da ciência e da tecnologia em qualquer processo de desenvolvimento e a necessidade de eliminar as barreiras à sua livre transferência de modo a que todos os Estados possam fruir, em condições iguais e equitativas, dos benefícios resultantes.

Assinalaram a esperança de que a Conferência de Cúpula a realizar-se no próximo mês de outubro em Cancún possa reativar o diálogo Norte-Sul e promover um bom entendimento e confiança, oferecendo assim uma oportunidade aos países desenvolvidos para que externem seu desejo político

de assegurar o bom êxito de sessão de negociações globais a ser realizada sob os auspícios das Nações Unidas.

Também reiteraram a importância que atribuem à cooperação econômica entre países em desenvolvimento e registraram, com satisfação, o crescente estreitamento das relações saudito-brasileiras, que poderão constituir experiência exemplar de cooperação econômica horizontal.

Ao término desses encontros, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, fez entrega da mais alta condecoração brasileira, a Ordem do Cruzeiro do Sul a sua Alteza Real, o Príncipe Saud Al-Feiçal.

Sua Alteza Real, o Príncipe Saud Al-Feiçal, e sua comitiva, visitaram também o Rio de Janeiro e São Paulo.

Sua Alteza Real, o Príncipe Saud Al-Feiçal, dirigiu convite oficial a Sua Excelência o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro para visitar o Reino da Arábia Saudita em data próxima e de mútua conveniência, a ser fixada através dos canais diplomáticos. Sua Excelência, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, aceitou o convite, com satisfação.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 144, o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e a Arábia Saudita e a Ata de doação de um terreno, em Brasília, para construção de uma Mesquita.

chanceler encerra o IV seminário sobre política exterior do brasil, em belo horizonte

Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 14 de agosto de 1981, por ocasião do encerramento do IV Seminário sobre Política Exterior do Brasil.

Desejo, inicialmente, agradecer ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, bem como aos Professores José Alfredo de Oliveira Baracho, Diretor da Faculdade de Direito, e Orlando de Carvalho, a oportunidade que criaram para que pudéssemos renovar o convívio entre os diplomatas e os meios universitários e a opinião pública deste Estado.

O ciclo, que ora encerro, constituiu excelente ocasião para a troca de impressões e para o exame de questões que interessam à formulação e à execução da política externa. O Itamaraty lhes é grato por essa iniciativa que, espero, lhes seja tão útil, quanto valiosa foi para os diplomatas que a ela emprestaram sua colaboração.

Estar em Minas e em ambiente universitário é, em si, motivo de reflexões. E a primeira delas seria sobre os requisitos pessoais do diplomata, as qualidades essenciais para a implementação correta da política externa. A sensibilidade e a capacidade crítica são fundamentais para o trabalho político. E Minas tem sido fecunda nas lições sobre as virtudes políticas. A aceitação da política como jogo complexo em que comandam as

artes de negociar; o reconhecimento do adversário e do parceiro; a discrição como elemento de sabedoria política; o realismo tranqüilo que recusa fórmulas estáticas, mas que não esquece as soluções estabilizadoras; o descortínio que permite a necessária audácia criativa, são alguns dos elementos que compõem as virtudes cívicas mineiras. Essas virtudes, profundamente democráticas e brasileiras, seguramente são excelente guia para o trabalho do diplomata. A boa execução política depende da convicção e do desempenho pessoal. E, no caso do diplomata, esse desempenho nos dá muitas vezes a impressão de um trabalho artesanal, paciente.

A inspiração universitária é importante quando se trata de diplomacia. A ação diplomática está enraizada na sociedade nacional. Não se faz no isolamento. Ao contrário, incorpora consenso e procura refletir a nação como um todo, com suas grandezas ou deficiências. Para que isto aconteça plenamente e para que haja consenso real, a sociedade deve dispor de instrumentos de permanente reflexão sobre o processo diplomático. Assim, percebe nuances e matices relevantes e terá condições de manter diálogo frutífero com as áreas de decisão.

Na realização desse objetivo, a Universidade desempenha papel estratégico. Na verdade, em variadas áreas, como a das ciências jurídicas, a Universidade contribuiu para que alcançássemos importantes marcos doutrinários, na produção da política externa. E, num momento de afirmação de presença internacional do Brasil — quando se torna ainda mais necessário o trabalho diplomático para que possamos cumprir as metas básicas do desenvolvimento, quando se multiplica a demanda por nossos escasos recursos diplomáticos, quando o sistema internacional alcança novos níveis de tensão, enfim neste espaço complexo —, deve a Universidade prestar a sua contribuição. Entender o passado diplomático e as razões de nossas opções políticas, projetar alternativa de presença externa, medir as influências do sistema internacional sobre a nossa atuação são, entre muitos, temas que merecem reflexão acadêmica.

Entendo, aliás, que a Universidade floresce — dá o melhor para a sociedade —, quando se defronta com a plena complexidade do real, que não admite reduções ou fórmulas simplificadoras. A prática que nos é imposta pela crescente presença internacional do Brasil é também um desafio para o trabalho acadêmico. O exercício da diplomacia e a reflexão acadêmica, dentro de suas lógicas e competências próprias, podem e devem enriquecer-se mutuamente.

Nesta oportunidade, desejaria examinar uma questão que julgo básica para a execução da política externa do Brasil e dos demais países em desenvolvimento: a capacidade de cada nação assumir seu papel histórico, à vista da interação do poder.

Freqüentemente, noto que, nesta época em que predomina a equação estratégica nuclear, se confunde a posse do poder com a possibilidade de um país conduzir o seu próprio destino, no plano internacional.

Como preliminar, desejaria situar concei-

tualmente essa questão. Na verdade, quando se fala em implementação da política externa, tem-se em mente a **realidade externa** e a **realidade nacional**. Sobre esta, cabem algumas rápidas palavras neste momento.

O trabalho diplomático se orienta por princípios claros, que recolhem, sem hesitação, as linhas mestras do interesse nacional. Chegamos hoje, no Brasil, a alto nível de consenso quanto às bases nacionais de nossa diplomacia. Refiro-me não só aos princípios enquanto **ética de comportamento** — nossa adesão aos postulados da não-intervenção, da solução pacífica de controvérsias, de respeito à autodeterminação, etc. —, senão também aos princípios como **caminho prático** claramente indicado pela experiência histórica. Penso que o Presidente João Figueiredo soube interpretar o espírito da nacionalidade quando decidiu nortear a política externa de seu Governo pelos vetores do universalismo, da boa convivência e da dignidade nacional.

O projeto diplomático brasileiro se sustenta, assim, na rigorosa projeção de nossos valores. Os diversos componentes que integraram a nacionalidade — a inserção latino-americana e ocidental, a condição de país do Terceiro Mundo —, estão amalgamados nos três vetores básicos de nossa atuação diplomática.

Não buscamos, na realidade nacional, apenas a diretriz dos valores permanentes. Buscamos, também, o cambiante, o dinâmico, os elementos de transformação. A própria eficácia diplomática estará condicionada pela agilidade com que se reconheça, na dinâmica social e política do Brasil, os elementos e fatores que exijam o trabalho externo. A diplomacia se nutre nas indicações da opinião pública, nas reivindicações empresariais, no debate universitário, nas manifestações dos órgãos de comunicação de massa, em cada momento de expressão da sociedade civil. Através do diálogo cotidiano, aberto e franco, a diplomacia busca o

conteúdo da projeção externa do Brasil. Procura retirar, do cambiante, o que tem valor permanente e identificar a medida em que as transformações podem refletir-se em um quadro coerente.

Volto agora ao cerne desta palestra: os dilemas políticos em um universo em larga margem regido pelas regras de poder. Esses são dilemas graves, sobretudo quando verificamos, como já adiantei, que a realização de nossas metas, como nação, passa crescentemente por modos ativos e abrangentes de presença internacional. Essa maior exposição do Brasil aos problemas internacionais é função da própria diversificação de nosso sistema produtivo, assim como da crescente complexidade da sociedade brasileira. A política externa de hoje tem, necessariamente, de ser diferente daquela dos tempos em que um só produto cobria mais de metade de nossa pauta de exportações e em que mais de cinquenta por cento da população vivia no campo, concentrada apenas em tarefas de subsistência.

Se o mundo fosse exclusivamente dominado pelo formulário do poder, se os Estados dependessem exclusivamente do poder para realizar quaisquer pretensões e aspirações no convívio das nações, o Brasil, por ser um país em desenvolvimento, teria escassas possibilidades de participar intensamente da vida internacional, apesar de todas as transformações por que tem passado a sociedade nacional.

A aceitação inquestionada do predomínio dos caminhos do poder traria duas consequências desastrosas para as opções diplomáticas do Brasil e dos países em desenvolvimento. Poderia induzir à passividade como comportamento externo. Argumentar-se-ia que, exatamente porque lhes falta o elemento de poder, devem os países em desenvolvimento aceitar tutelas, buscar filiações, substituir seus ideais pelos dos que têm as condições de participação e proteção. É evidente que a diplomacia bra-

sileira não admite esse raciocínio. Não admite a passividade. Ao contrário, o que acreditamos correto será justamente o oposto, a necessidade de atuar criativamente, de colocar alternativas de comportamento e de estruturação do próprio sistema internacional.

No plano subjetivo, nos impelem a consciência da necessidade de nossos interesses e da justeza de nossas aspirações. No plano objetivo, sabemos que os países do Terceiro Mundo, por seus recursos e capacidade de trabalho, são cada vez mais importantes para a economia mundial. Sabemos, também, que o poder militar e político não se aplica automaticamente às áreas em desenvolvimento: há um sensível hiato entre capacidades teóricas e desempenho prático — os exemplos de ontem, da Argélia e Indochina, e de hoje, do Afeganistão, o confirmam.

O formulário do poder funciona como gerador imediato de tensões. O clima internacional de nossos dias apresenta, como traço característico, a freqüente tentativa de fazer dos jogos de poder a regra fundamental da interação das nações. Cada aspecto do temário internacional, cada problema regional, cada disputa bilateral induz à tentação de recorrer a medidas de violência. Cede-se às soluções de força que acabam por ser colocar no quadro da confrontação global entre as Superpotências. Não acredito que essas sejam soluções eficazes. Não posso acreditar que gastos desmensurados em armamentos, a pretexto de regras de equilíbrio, contribuam para que diminuam as tensões. Nem penso que a exacerbação retórica, a exploração das ideologias, as promessas de força possam servir de base para estabelecer formas de cooperação útil e permanente.

Na esteira dos processos de poder, se desenhem formas de intervencionismo, mecanismos de intimidação, o desprezo pelas negociações multilaterais, a negação dos

esforços pelo desarmamento, a afirmação de metas econômicas guiadas por soluções de curto prazo e sem atentar para efeitos globais, e assim por diante. O momento é quase sombrio. São tênues os sinais de esperança em ordens melhores, onde se conciliem as soberanias nacionais e os ajustes éticos de igualdade, onde o direito controle a força.

A ênfase no poder leva à predominância do unilateralismo, à busca de oportunidades para sua utilização. Essas oportunidades vão sendo criadas justamente no Terceiro Mundo. Os mecanismos de consulta deixam de operar satisfatoriamente entre os próprios países poderosos e perdem quase totalmente vigência nas relações destes com os países em desenvolvimento. Não afirmo que formalmente as consultas deixem de aqui ou ali realizar-se. Mas tudo se passa como se as decisões já estivessem tomadas e que não apenas aos adversários, mas também, e sobretudo, aos parceiros, nada restasse senão adaptar-se às realidades.

Se estas tendências viessem a prevalecer no médio e longo prazos, a vida internacional se tornaria monocórdia: os problemas regionais seriam radicalmente contaminados pela lógica da confrontação Leste-Oeste e perderiam seus aspectos específicos, em benefício de uma roupagem global e pretensamente homogênea. Por contrariar a tendência à diversificação e à pluralidade, tão característica da época contemporânea, por negar um papel propriamente histórico à maior parte da humanidade, por supor hegemonias inquebrantáveis que, afinal, encontram obstáculos inamovíveis de implementação, não creio tenham os mecanismos de exacerbação de poder bases reais de sustentação internacional a longo prazo.

Não há saídas mágicas. Nem por isso, a passividade e o açodamento em buscar alinhamentos automáticos nos devem atrair.

As saídas que existirem deve nascer democraticamente, com participação ampla dos Estados e, por isso, dependerão de um longo e difícil processo político. De qualquer maneira, não aceitamos a inércia e respondemos ao dilema básico da participação através de soluções próprias e bem fundadas, que se têm mostrado acertadas, no amplo espectro de nossas relações diplomáticas.

São sólidas as bases de articulação nacional do projeto diplomático brasileiro. Sabemos o que queremos. Os nossos valores, trabalhados diplomaticamente, não infundem tensão ou formas traumáticas de competição internacional. Convidam, sim, a compor solidariedade. Nossa afirmação nasce da disposição para conviver, não da disposição de dominar. A regra da não-ingêrência, rigorosamente observada, não é opção retórica, mas solução real para a boa convivência entre as nações. E, se temos certeza de que nossos valores tecem a trama da cooperação, temos também resistência bem constituída às imposições e às manipulações de alinhamentos, que não reconhecem as individualidades nacionais.

Reduzir o Brasil a mero ator coadjuvante numa equação de poder não nos convém. Somos mais do que isto. Não vamos, portanto, transformar o país numa parcela de um esquema contábil de forças, como se não tivesse vontade e necessidades, não tivesse tradições e opções de profundas raízes.

A diplomacia brasileira procura sistematicamente aproveitar as oportunidades de cooperação solidária. Nos desdobramentos de nossa doutrina de política externa, a solidariedade aparece, antes de mais nada, como proposta anti-hegemônica. Valerá, por exemplo, nas nossas relações com nossos vizinhos latino-americanos. No continente, temos buscado diálogo e cooperação, modelados pelo equilíbrio e igualdade. Não aceitamos a formação de blocos, eixos, disposições hegemônicas, corridas arma-

mentistas, manipulação de tensões, em suma, todo aquele complexo de comportamentos que serviria para introduzir, na região, os jogos de poder e os liames da dependência. Procuramos aproveitar o sentido de solidariedade que nossa história comum nos ensinou. Desejamos construir áreas novas de cooperação que sirvam realmente ao bem-estar dos povos da região. Não tem sido outro o encargo que o Presidente Figueiredo tomou a si, ao impulsionar pessoalmente a nossa diplomacia continental.

O sentido de solidariedade é também transparente em nossas relações com os países africanos. Com estes, repete-se o mesmo encontro igual, sem paternalismos, sem intenções segundas. Pela própria contribuição africana, tão forte na formação de nossa nacionalidade, o diálogo com os países africanos se ampliou com ótima velocidade, nestes últimos anos. Multiplicam-se as linhas de contacto econômico, a presença cultural brasileira se torna freqüente, e se delineia, com clareza, uma vontade comum de estreitar laços. A convergência de posições políticas, especialmente no repúdio aos resquícios do colonialismo, ao racismo e ao **apartheid**, alimenta esse processo de aproximação.

Também se manifestará o sentido de solidariedade na participação brasileira nas negociações sobre a reformulação da ordem internacional. A solidariedade convida aqui a ações conjugadas. Acredito que as ações solidárias, bem estruturadas, com fundamentos éticos definidos, inovadores, de sentido realmente multilateral — que não funcionem como meros artifícios ou pretextos de confrontação —, podem desempenhar papel relevante na criação de ordens internacionais mais justas e equitativas.

Sei que, nos últimos 30 anos, o esforço conjugado dos países em desenvolvimento obteve minúsculos resultados efetivos. Sei que a proposta mesmo de instituir, através da

negociação, novas modalidades de relacionamento internacional está hoje questionada. Mas, não é este o momento de desanimar. As mudanças desejáveis aproveitariam a toda a comunidade internacional, abririam espaço para um presença internacional mais dinâmica dos países em desenvolvimento; aliviariam as formas mais dramáticas de pobreza; criariam formas de cooperação para resolver os problemas de ajustamento econômico e de distribuição de riqueza. Haverá, ainda este ano, lances importantes no processo de negociação Norte-Sul, que espero venham a ter significado positivo e propiciem a negociação de novas etapas na construção de nova ordem econômica internacional.

Além de suas raízes nacionais e de sua disposição para a cooperação solidária, a diplomacia do Brasil privilegia também o **exemplo**. Existem duas bases para a criação do comportamento exemplar: de um lado, a coerência entre o nacional e o internacional; de outro, a coerência entre princípios e formas concretas de atuação diplomática.

No primeiro caso, se busca a compatibilidade entre a nação e sua projeção diplomática. Um elemento que me parece decisivo na construção dessa compatibilidade é o encontro de fórmulas diplomáticas que expressem o momento de afirmação democrática, que vivemos. No meu entender, a construção democrática fertiliza a diplomacia, dá-lhe parâmetros de atuação, indica valores para as propostas concretas; em contrapartida, a defesa de posições internacionais que expressem a nossa opção interna só servirá para reforçar a nossa capacidade de atuação diplomática. A defesa de posições que levem à constituição de uma nova ordem econômica internacional será mais fortemente respaldada, ao se organizar, nacionalmente, o país em instituições democráticas, que busquem, além da garantia da participação, a superação de injustiças e desigualdades. Da mesma forma, a implantação de nosso projeto democráti-

co ganha em vitalidade com uma diplomacia orientada por propostas que fazem da inspiração democrática um vetor essencial das relações internacionais.

Há, portanto, profunda identidade entre as linhas de ação interna e a diplomacia do Brasil. A defesa de uma nova ordem no mundo corresponde ao núcleo programático da ação governamental interna, em que o objetivo da democracia se completa com o da justiça social. A defesa da transformação das estruturas do sistema internacional é perfeitamente natural para a diplomacia brasileira. Assim se expressa, no plano internacional, o próprio processo nacional brasileiro, que transita para ordem democrática e para estruturas econômicas mais equitativas.

Outro ponto importante de convergência está na adoção de métodos similares, no processo de transformação interna e na proposta de transformação internacional. Nos dois casos, o Governo brasileiro argumenta com a vantagem da solidez e da equidade das soluções democráticas em contraposição ao efêmero e precário das soluções com base na força. Para a democracia na ordem nacional, a construção se sustenta no diálogo e na tolerância, no consenso e na participação; para a transformação democratizadora da ordem internacional, desprezamos as fórmulas feitas e as confrontações retóricas e lançamos a proposta de que as mudanças qualitativas expressivas devem sustentar-se na negociação, em que as partes busquem objetivamente encontros de interesses e, ao mesmo tempo, reconheçam que os princípios da justiça devem permear as soluções alcançadas.

Em negociações entre desiguais, a desigualdade não deve ser um sinal de fraqueza a ser explorado; só dessa forma, o encontro internacional estará marcado pelo sentido ético. E devo afirmar-lhes minha convicção de que o encontro com os países do Norte,

ou seja, com os países democráticos e altamente industrializados, certamente se fará sob a égide das grandes preocupações éticas que caracterizam o Ocidente: os valores da igualdade, da aceitação do pluralismo e da diversidade de interesses e de que cada um tem, mais do que o direito, o dever de defender, na arena política, suas aspirações e seus ideais.

Um segundo elemento de base da diplomacia brasileira é, como disse, a coerência entre os princípios de ação e as formas concretas de agir. Se o discurso diplomático preconiza a necessidade de harmonia e cooperação, o equilíbrio nas relações bilaterais e a lealdade na busca de arranjos multilaterais é evidente que um comportamento compatível com tais princípios permitirá que o país alargue o escopo de sua presença internacional. Essa presença é desejada. Nossos parceiros percebem que o Brasil não tem intenções de hegemonia, mas que rege sua atitude internacional pelas normas da cooperação. Por isto, o Brasil é um país confiável. Há, por toda a parte, interesse na aproximação diplomática com o Brasil. E, sublinharia, neste processo, as linhas de ligação com os países em desenvolvimento que aumentam a cada dia, em termos comerciais, econômicos, culturais e políticos.

Insistiria em que um dos aspectos cruciais para a definição do retrato internacional do país, na caracterização de sua confiabilidade, na demonstração da lealdade de sua diplomacia aos processos nacionais brasileiros é, exatamente, a firmeza com que advogamos a importância da transformação como caminho para a paz e para o desenvolvimento. É bem verdade que não temos o monopólio desta temática, que é um elo fortíssimo entre os países em desenvolvimento, algo que dá coerência a suas reivindicações que nascem, como sabemos, de quadros nacionais díspares.

São, sob certos aspectos, diferentes as artes de governar numa sociedade plenamen-

te desenvolvida e num país em desenvolvimento. Naquelas, os objetivos políticos são centrados essencialmente no esforço para manter o consenso, em regra, já consolidado. Não é assim para nós. Diante de desigualdades, tantas vezes dramáticas, é inevitável que as fórmulas consensuais sejam mais tênues e fugidias. Não existem soluções prontas para o fio interminável dos problemas sociais e econômicos; os recursos são dramaticamente escassos; ajustes que signifiquem voltas atrás resultam em sofrimento e, às vezes, miséria. Por isto, o desafio para o governante de um país em desenvolvimento não é tanto o de manter consenso, mas o de gerar consenso. Não há outro caminho para a implantação democrática.

E não haverá consenso se não houver integração crescente dos diferentes segmentos sociais de tal sorte que cada um deles possa alcançar metas de melhoria e participação. As harmonias sociais e a democracia caminham juntas para afastar soluções totalitárias ou autoritárias.

Se transpusermos esse ideal para o sistema internacional, estaremos diante de tantas desigualdades, tantas e tão renitentes resistências às mudanças (sempre vistas como "ameças" a situações de poder), tantos preparativos para manutenção do *status quo*, que essas indicações da doutrina soariam idealistas. Não quero negar essa dimensão. Mas, diferente das utopias, os caminhos que

propõe a doutrina diplomática brasileira são necessários. Constituem evidentemente base mínima para que se diminua a dose altíssima de tensão internacional e se abra espaço para processos de transformação controlada.

Como conclusão, voltaria ao meu tema central. Nas linhas básicas de implementação da política externa brasileira, o que se busca é ter bases nacionais sólidas; coerência entre a proposta e a ação; projeção internacional de nossos valores; ligar cada ação concreta a necessidades reais do povo brasileiro. Em cada um desses aspectos, a inspiração democrática é essencial. É claro que, entre o ideal e a prática, entre as intenções e as realizações existem as mediações internacionais, que, cotidianamente nos dão a nós, países em desenvolvimento, lições sobre as dificuldades de transformar estruturas políticas.

Não quero terminar com palavras de pessimismo. As condições de presença realista do Brasil no sistema internacional exigem, de um lado, que compreendamos a necessidade de abrir espaços para absorção de processos de transformação e, de outro, que advoguemos soluções que transcendam os limites da força. São requisitos mais fáceis de enunciar que de satisfazer, mas nascem da plena convicção de que o diálogo é a forma de levar adiante a construção da Paz e Desenvolvimento, no sistema internacional.

segunda reunião da comissão mista brasil-iraque

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 24 de agosto de 1981, por ocasião da abertura dos trabalhos da Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, que contou com a presença do Ministro do Comércio daquele país, Hassan Ali.

Senhor Ministro do Comércio,

Constitui para mim motivo de satisfação presidir com Vossa Excelência a II Reunião da Comissão Mista criada pelo Acordo de Cooperação Econômica e Técnica vigente entre nossos países — celebrado em Bagdá em maio de 1977 — e desejar-lhe, bem como à sua ilustre comitiva, muito boas vindas ao Brasil. Na I Reunião, chefiou a delegação brasileira o Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, que hoje nos honra com sua presença e estímulo e que sempre manteve seu interesse pelas relações entre nossos países.

Vossa Excelência representa um país que, por muitas razões, sentimos ligado ao nosso. Compartilhamos das mesmas aspirações de desenvolvimento econômico e social, de plena soberania sobre nossos recursos naturais e valorização de nosso inestimável patrimônio humano, identidade que se espelha em posições comuns e solidárias por nós adotadas nos foros internacionais.

Sabemos que sentimentos análogos prevalecem no Iraque com relação ao Brasil e muito particularmente os tem Vossa Excelência, cujo interesse por nosso país tantas

vezes já foi demonstrado. Recordamo-nos da maneira segura e construtiva com que conduziu a seção iraquiana à I Reunião da Comissão Mista, há cerca de dois anos, em Bagdá.

Apreciamos a acolhida fraternal que o Iraque dispensa às delegações oficiais e comitivas empresariais brasileiras, e ao assim me expressar traduzo especialmente as impressões de meus colegas de Ministério, João Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, Antônio Delfim Netto, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Mário Andreazza, do Interior, que em suas visitas a Bagdá encontraram em Vossa Excelência interlocutor atento, cordial e confiável.

É, por sinal, a confiabilidade que tem caracterizado o bom entendimento entre nossos dois países, consolidado na década de 70 e que nos alça à posição de importantes parceiros políticos, econômicos, comerciais. Registramos a atitude fraternal do Iraque ao promover gestões junto a outros países produtores de petróleo no sentido de assegurar-nos o fluxo de suprimento perturbado pelo conflito militar no Golfo, e acreditamos que também o Brasil não tem faltado às obrigações que o elevado nível do nosso relacionamento impõe.

É-me grato, também, assinalar os novos patamares alcançados pela nossa cooperação bilateral desde a I Reunião da Comissão Mista, e que se refletirão em breve na assinatura dos documentos constitutivos do Banco binacional, no curso da programada visita do Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao Iraque.

Por todos esses motivos, estarmos reunidos aqui para passar em revista o nosso intercâmbio e recomendar meios e modos de intensificá-lo e torná-lo mais flexível e abrangente constitui oportunidade altamente auspiciosa. Confio em que benefícios concretos e reciprocamente vantajosos derivem de nosso empenho comum em aprimorar

nosso relacionamento.

Estou certo de que a Comissão, como órgão de consulta e supervisão, propiciará o foro adequado para o exame de todas as questões de natureza econômica, comercial e cultural de interesse recíproco e para a formulação de pareceres e recomendações que possam instrumentar as decisões de nossos Governos na adoção de diretrizes ou programas específicos.

Ao agradecer a presença de Vossa Excelência e de sua delegação no Brasil, quero fazer constância dos meus votos de que aqui tenham estado proveitosa e feliz.

ministro das relações exteriores de honduras visita Brasília

Discurso do Chanceler Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 28 de agosto de 1981, por ocasião do almoço oferecido ao Ministro das Relações Exteriores de Honduras, César Elvir Sierra.

Senhor Ministro,

Em nome do Governo brasileiro, desejo dar as boas vindas a Vossa Excelência e a sua ilustre comitiva e agradecer-lhes pela honrosa visita com que nos distinguem.

Ocasões como esta permitem-nos reafirmar o interesse prioritário que dedica o Brasil às suas fraternas relações com os países latino-americanos. A sólida tradição de amizade entre o Brasil e Honduras bem reflete a concórdia e cooperação que caracterizam as relações internacionais na América Latina.

Nossos dois países estão unidos não apenas por afinidades históricas e culturais, mas sobretudo pela meta comum de uma América Latina mais próspera e justa.

Coincidimos também na convicção de que a busca do desenvolvimento sustentado e em benefício de todas as camadas de nossos povos constitui complemento indispensável do objetivo básico da preservação da paz e da boa convivência no seio da comunidade latino-americana.

Tem o Brasil realizado esforço permanente no sentido de contribuir para a criação de novas dimensões de cooperação concreta entre as nações latino-americanas. Essa

determinação define uma das metas fundamentais da diplomacia brasileira.

A visita de Vossa Excelência, que recebemos com particular agrado, se inscreve nesse quadro de crescente aproximação com os países da região.

Gostaria, Senhor Ministro, de ressaltar os preceitos comuns que norteiam a política externa do Brasil e de Honduras, princípios hoje de reconhecimento universal mas que muito devem à criatividade jurídica e política da América Latina. Refiro-me, em especial, aos que dizem respeito à igualdade soberana dos Estados, à integridade territorial, ao respeito pela independência nacional e autodeterminação, à não-interferência nos assuntos internos e externos dos Estados, e à solução pacífica de controvérsias internacionais, tradição que faz deste Continente a área de menor incidência de conflitos internacionais.

Devo, assim, consignar a satisfação brasileira diante da assinatura, em 1980, do Tratado de Paz entre Honduras e El Salvador, instrumento normalizador das relações entre os dois países e relevante contribuição para a superação de tensões no contexto regional.

Senhor Ministro,

A América Central, região em que Honduras constitui elemento importante, vive um período decisivo de sua História. Acontecimentos dramáticos indicam que as tendências de mudança se fazem sentir nessa área, cujos povos anseiam por soluções profundas, abrangentes e duradouras para os graves problemas que afligem suas estruturas políticas e sócio-econômicas.

Não é difícil perceber, pelas manifestações das personalidades e instituições mais representativas da região, que a América Central não deseja a destruição e repele a violência, mas quer, sim, uma evolução que compatibilize progresso e justiça, reforma social e ordem política. A América Central aspira ao desenvolvimento no quadro de uma sociedade aberta, fiel aos padrões ocidentais de convivência democrática e de afirmação dos direitos da pessoa humana.

Por força dos eventos nos quais está em jogo o destino de países centro-americanos, a atenção mundial volta-se cada vez mais para a América Central e seus problemas. O Brasil não está indiferente ao que acontece tão perto de nós.

Nosso interesse não é, porém, o do observador distante, mas é a atenção participante e solidária de quem se sente profundamente países irmãos centro-americanos.

Não temos receitas prontas ou conselhos a dar. Conhecendo a natureza da problemática latino-americana, de que somos parte integrantes, sabemos que só os povos da América Central podem encontrar, pelo diálogo democrático, amplo e pluralista, as soluções para seus problemas, sem qualquer pressão externa. Reafirmamos, porém, nossa disposição de cooperar com os meios a nosso alcance para que se atinjam condições favoráveis à estabilidade institucional

e ao progresso sócio-econômico do istmo centro-americano.

Nesse espírito de colaboração latino-americana, a vinda de Vossa Excelência ao Brasil é especialmente significativa pelo que representa de estímulo à intensificação do relacionamento bilateral. Exemplo expressivo desse relacionamento tem sido, em época recente, o desenvolvimento da cooperação científica e técnica entre o Brasil e Honduras. Essa intensificação da colaboração se concentra, entre outras, em áreas de formação profissional e da administração pública. Vemos com satisfação, também, o programa de estudantes-convênio, de longa tradição e dentro do qual, nos últimos três anos, matricularam-se, em universidades brasileiras, 190 estudantes hondurenhos.

Sua visita, Senhor Ministro, proporcionou-nos a oportunidade de assinar o Acordo pelo qual é criada a Comissão Mista Brasil-Honduras, mecanismo que tornará possível o exame, em bases regulares, de toda a gama de nosso relacionamento bilateral, incluindo o intercâmbio comercial, a cooperação no campo da educação e a cooperação técnica.

Estou plenamente convencido de que as afinidades entre nossos países e as aspirações que partilhamos representam garantia de uma aproximação crescente e entendimento cada vez mais harmonioso entre Honduras e o Brasil.

É com essa atitude de bem fundado otimismo e de cordial e sincera amizade que renovo a Vossa Excelência os votos de feliz estada no Brasil e brindo pela sua felicidade pessoal e pelo constante aperfeiçoamento dos laços que unem os povos de Honduras e do Brasil.

comunicado à imprensa brasil-honduras

Comunicado à Imprensa Brasil-Honduras, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 31 de agosto de 1981, ao final da visita do Ministro hondurenho das Relações Exteriores, César Elvir Sierra.

A convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, o Ministro das Relações Exteriores de Honduras, o Senhor César Elvir Sierra, realizou visita oficial ao Brasil, no período de 27 a 31 de agosto de 1981.

Por ocasião de sua visita, o Ministro das Relações Exteriores de Honduras foi recebido em audiência pelo Senhor Presidente da República, João Figueiredo, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Senhor Ministro Francisco Manoel Xavier de Albuquerque, e pelo Senhor Ministro da Educação, Rubem Ludwig.

Em ambiente de amizade e cordialidade, os Ministros das Relações Exteriores examinaram a situação política internacional e, com especial interesse, o desenvolvimento das relações entre o Brasil e Honduras, havendo sido assinalados os vínculos históricos e culturais, bem como a ampla coincidência de posições, em numerosos setores, entre ambos os países, tanto no plano internacional, quanto no bilateral.

Reiteraram a importância que atribuem à igualdade soberana dos Estados, ao respeito mútuo entre os mesmos, à autodeterminação dos povos, à não-intervenção nos assuntos internos e externos de outros países e à solução pacífica das controvérsias, como princípios ordenadores da convivência internacional, destacando o significado das Nações Unidas na defesa daqueles princípios.

Os Ministros manifestaram preocupação diante dos conflitos de diversa natureza, que, recentemente, ocorreram em diversos

pontos do cenário internacional, principalmente como resultado da violação de princípios fundamentais para a boa convivência entre os Estados.

Os Ministros expressaram seu repúdio a todas as formas de racismo, colonialismo e dominação que, ao amparo de diferentes pretextos, pretendem manter ou gerar situações que não se coadunam com os princípios da Carta das Nações Unidas.

Ao ressaltarem a vocação latino-americana de seus países e reafirmarem a determinação de continuarem a impulsionar as ações de integração e de cooperação regionais, os Ministros se referiram à importância que seus respectivos Governos atribuem ao trabalho desenvolvido por organismos como a Organização dos Estados Americanos, a Associação Latino-Americana de Integração, o Mercado Comum Centro-Americano, e o Sistema Econômico Latino-Americano.

Expressaram a esperança de que a próxima reunião em Cancún venha a contribuir para o progresso do diálogo entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, nas negociações para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, imprescindível à plena realização dos povos na comunidade internacional.

Ao examinarem a situação na América Central, os Ministros concordaram em que a complexidade da crise política, econômica e social na sub-região tem raízes estruturais profundas, exigindo, portanto, soluções que contribuam para tornar as sociedades locais mais estáveis, dinâmicas e justas. Ex-

pressaram a esperança de que esses problemas sejam superados através da livre manifestação da vontade popular, sem intervenção estrangeira.

O ministro das Relações Exteriores de Honduras fez uma exposição a respeito do espírito e dos propósitos da Declaração de Tegucigalpa, por meio da qual é formulado um apelo à comunidade internacional para que colabore com os países do istmo centro-americano nos esforços internos e intra-regionais que efetuam para eliminar os obstáculos que dificultam seu desenvolvimento, mediante ação concentrada e decidida que tenha presentes as prioridades assinaladas por cada um dos países, independentemente do caminho escolhido para alcançá-las, e que reforce a coordenação e complementação de desenvolvimento econômico que existe entre os países da região.

O Ministro Saraiva Guerreiro manifestou o apreço brasileiro por esse esforço de coordenação das aspirações centro-americanas e expressou que, dentro de suas possibilidades e no quadro das relações de amizade e cooperação que mantém com países da região, o Brasil procurará colaborar com o esforço desses países.

Assinalou o Chanceler Saraiva Guerreiro a importância de que se revestiu o Tratado de Paz assinado, em 1980, entre Honduras e El Salvador, tornando evidente a disposição de ambos os países de normalizarem suas relações e assim contribuir para a estabilização política na América Central.

O Ministro das Relações Exteriores de Honduras agradeceu a apreciação que fez o Chanceler Saraiva Guerreiro do Processo de paz entre Honduras e El Salvador.

O Chanceler Elvir Sierra fez exposição sobre os entendimentos em curso entre o Governo das nações centro-americanas, com a finalidade de definir os problemas e necessidades desses países, tendo em vis-

ta suas metas de desenvolvimento integrado e eventual programa de assistência a ser implementado em benefício da área.

O Chanceler Saraiva Guerreiro, ao agradecer as informações prestadas, salientou que o Brasil, no quadro das relações cordiais e positivas que mantém com Honduras, tem, tradicionalmente, desenvolvido cooperação com esse país, principalmente nas áreas educacional, de cooperação técnica e de cooperação financeira.

Ambos os Chanceleres manifestaram a convicção de que os entendimentos mantidos durante a visita contribuirão para o aprimoramento e a intensificação do relacionamento bilateral.

No espírito de desenvolver o intercâmbio comercial recíproco o Governo brasileiro examinará com simpatia, no momento oportuno, a possibilidade de conceder preferências tarifárias à República de Honduras, de conformidade com o artigo 25 do Tratado de Montevideu de 1980, a fim de incrementar a importação de produtos de origem hondurenha.

Expressiva da disposição dos dois Governos de criarem condições para a ampliação do intercâmbio bilateral foi a assinatura, durante a visita, do acordo constitutivo da Comissão Mista Brasil-Honduras, cujas atribuições serão, entre outras, as de analisar o intercâmbio comercial bilateral, acompanhar o andamento das atividades de cooperação técnica, e sugerir medidas para aperfeiçoar a cooperação cultural entre os dois países.

O Ministro Saraiva Guerreiro fez entrega ao Ministro Elvir Sierra da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em reconhecimento pelo seu relevante papel no estreitamento das relações entre os dois países.

O Ministro Elvir Sierra fez entrega ao Ministro Saraiva Guerreiro da Grã-Cruz da Ordem

de Francisco Morazán, por serviços prestados no mesmo sentido.

Ao término de sua visita, o Chanceler Elvir Sierra expressou ao Chanceler Saraiva

Guerreiro, em seu nome e no de sua comitiva, sinceros agradecimentos pela generosa hospitalidade recebida e lhe formulou convite para que visite Honduras, o qual foi aceito com agrado.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 147, o texto do Acordo, por troca de Notas, para constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Hondurenha.

saraiva guerreiro na esg: não abrimos mão de nossas esperanças

Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1981.

Pelo terceiro ano consecutivo compareço à Escola Superior de Guerra para participar da discussão de temas de maior interesse para a nação. É com grande prazer que o faço. Os senhores têm plena consciência da complexidade da política internacional. Não há lugar para otimismo fáceis, mas, sim, para a reflexão serena e para a afirmação ponderada de nossa confiança em um futuro melhor.

O PANORAMA ATUAL

Nos últimos doze meses, os desenvolvimentos mais importantes no cenário internacional foram novamente negativos. O relacionamento entre o Leste e o Oeste tendeu para a exacerbação da confrontação. As Superpotências, não encontrando razões de confiança mútua, aferram-se à concepção de que a segurança se constrói pelo poder, empenham-se em aumentar suas capacidades de controle e influência. Para tanto, intensificam esforços em nova corrida armamentista, que se caracteriza pela crescente sofisticação do armamento nuclear. Paralelamente, os esforços de cooperação universal — como a Conferência do Direito do Mar, o diálogo Norte-Sul, as atividades ligadas ao desarmamento, para citar

apenas exemplos significativos — esboçam-se ou entram em estagnação.

Rebaixando a prioridade que atribuem a esses temas fundamentais, cujo tratamento positivo é, entretanto, indispensável ao progresso de toda a comunidade internacional, as Superpotências conduzem suas ações pelo caminho do bilateralismo, como meio de reforçar alinhamentos. Procuram revigorar alianças e blocos e reafirmar dependências verticais. Substitui-se a idéia de comunidade internacional pela dicotomia amigo-inimigo, com o que o próprio conceito de amizade passa a ser utilizado como instrumento de reforço da dependência vertical, abastardando-se a noção de amigo fiel para equipará-lo à de aliado dócil, ou satélite. Ressurgem, às vezes sutilmente, os conceitos de zonas de influência e áreas de interesse vital, pelas quais os diferentes países são vistos como peças homogêneas de um jogo de poder, expostos às estratégias divergentes dos contendores, sem que seus interesses próprios sejam considerados com seriedade.

A reativação dessa tendência intempestiva ao bipolarismo é agora mais grave, pois propõe soluções que já conhecemos há dé-

cadadas, e que não correspondem à crescente complexidade da situação atual. Mais do que antes, o bipolarismo é moldura demasiado estreita para o equacionamento correto dos problemas cruciais da paz, e do desenvolvimento.

A segurança do sistema internacional sofre, na verdade, dois tipos de ameaça. Um, o risco da guerra entre as Superpotências e entre as alianças por elas comandadas; outro, o risco de convulsões a partir de agudas tensões sociais, econômicas e políticas em múltiplas áreas e da persistente frustração das expectativas de desenvolvimento dos povos.

A confrontação bipolar agrava ambos os riscos. A concentração de gastos que reforçam a espiral armamentista, leva inevitavelmente à ampliação das possibilidades de choque, aumenta os riscos, gera insegurança e ainda contribui para a frustração das expectativas de desenvolvimento.

Por outro lado, o primado da confrontação impede a consideração adequada de problemas globais, com os quais a comunidade internacional terá, fatalmente, de se defrontar: a melhoria das condições de vida nos países em desenvolvimento, o estabelecimento de um sistema econômico internacional mais equilibrado, estável e equitativo e a construção de um ordenamento político e jurídico mais justo da vida internacional.

A PERSPECTIVA AMPLA

Os problemas conjunturais, reconhecidamente graves, não devem toldar-nos a visão das condições estruturais a elas subjacentes. Ao contrário, só poderemos enfrentá-los se os interpretarmos à luz de fatores mais profundos, de natureza verdadeiramente estrutural.

Não podemos distanciar-nos dos objetivos permanentes da paz, da justiça e do desen-

volvimento, que, ademais, não são apenas nossos, mas de todos os povos e que constituem necessidade imperiosa. Buscá-los é a nossa tarefa mais importante, hoje e no futuro.

A proposta diplomática brasileira é construtiva e ampla. Não abrigamos a ilusão de que possa ser plenamente realizada no curto prazo, nem quanto às dificuldades a serem superadas. Mas estamos certos de que é adequada aos nossos interesses como nação e como membro da comunidade internacional. Não temos dúvida de que a abordagem objetiva e racional, e também abrangente e confiante da realidade, é superior às versões apocalípticas ou conformistas que, às vezes, são apresentadas como alternativas.

Cabe, pois, contribuir para a criação de condições internacionais, que facilitem os esforços nacionais de desenvolvimento e correspondam à expressão política de uma sociedade de nações soberanas e iguais. E, nesse papel, que é o que cabe ao Brasil, não estaremos sós.

A DIMENSÃO NORTE-SUL

O diagnóstico dos problemas internacionais deve começar pelos desequilíbrios entre as nações, desequilíbrios que estão na origem da problemática Norte-Sul e cuja superação é fundamental. Existe, hoje, certa tendência a negar a validade do diálogo internacional sobre os temas econômicos para o equacionamento e solução dos desequilíbrios entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Chega-se, mesmo, a sugerir que o "Sul" não existiria como entidade, como realidade política e econômica, já que os países que o comporiam, ademais de diversificados étnica, cultural e geograficamente, estão também separados por consideráveis distâncias mesmo no plano econômico.

Tal tendência, que se insere, de resto, em

tentativas de bilateralizar ou regionalizar as relações internacionais a que há pouco me referi, revela dificuldade em aprender a mecânica do relacionamento Norte-Sul, como sistema. É impossível negar a existência e o caráter universal dos desequilíbrios. É impossível negar o fenômeno global do subdesenvolvimento. A diversidade entre os países do Sul nunca foi argüida como fator que impedisse ou inviabilizasse a formação dos impérios coloniais que se estendiam pelos três continentes que hoje compõem o mundo em desenvolvimento. Nem impediu que países tão diversos fossem administrados centralmente pelas respectivas metrópoles.

É clara a correlação existente entre o fenômeno moderno do subdesenvolvimento e as condições que propiciaram o processo histórico do colonialismo, que estabeleceu as primeiras vinculações entre o Norte e o Sul, e da revolução industrial, que conformou o atual modelo de divisão internacional do trabalho.

Evidentemente, a evolução histórica modificou as relações entre os dois grupos de países. Novos membros se incorporaram ao centro do cenário econômico internacional, como o Japão e os países socialistas. O movimento de descolonização, por sua vez, diversificou as opções de cerca de uma centena de novos países e o próprio processo de desenvolvimento dos países do Sul tornou mais variada a gama de possibilidades do intercâmbio econômico.

A característica mais notável dessa evolução é a da persistência dos vínculos entre os países ocidentais industrializados e as nações em desenvolvimento em sua generalidade. A modificação que ocorreu foi no sentido de tornar tais vínculos mais profundos e diversificados. A economia mundial tornou-se mais integrada, ou, como preferem alguns, mais interdependente.

Os países desenvolvidos do Ocidente deve-

riam, portanto, ter uma percepção mais nítida da dimensão essencialmente ocidental do relacionamento Norte-Sul, pois as economias industrializadas e em desenvolvimento compõem um sistema, uma totalidade. A história recente nos mostra com clareza que as tendências e políticas econômicas que prevaleçam em um dos grupos afetam substancialmente também o outro. Basta lembrar como a crise do petróleo, deflagrada por uma mudança política no Sul, contribuiu para acelerar um processo de recessão, inflação e desequilíbrios financeiros no Norte, que, por sua vez, voltou a repercutir poderosamente nas economias do Sul, causando-lhes, entre outros, sérios problemas de balança de pagamentos.

Seria, portanto, natural que a comunidade internacional se dedicasse à consideração atenta e abrangente destes problemas. Até certo ponto, isso já vem ocorrendo, com as sucessivas negociações econômicas multilaterais, devidas fundamentalmente à iniciativa e à pressão dos países em desenvolvimento. Por outro lado, há indicações de que as nações industrializadas também se estão tornando mais conscientes da necessidade de progresso no diálogo Norte-Sul. É claramente minoritária a posição negativa de não reconhecer validade aos esforços multilaterais nesse sentido e, por conseguinte, fazê-los fracassar.

A resolução dos grandes problemas econômicos internacionais é fundamental não só para os países em desenvolvimento, senão também para os desenvolvidos. A cooperação econômica internacional organizada nesse sentido não é ato de benemerência, mas de lucidez.

Permitam-me fazer, ainda, dois comentários adicionais sobre este ponto. Por graves que sejam os problemas e as oposições específicas de interesse entre o Sul e os países desenvolvidos do Ocidente, eles não superam, sempre que prevaleça a racionalidade, a força de coesão dos interesses mútuos en-

tre os dois grupos. Não há confrontações inevitáveis entre o Norte e o Sul. Os problemas, embora difíceis, podem ser negociados, desde que haja disposição para tanto de **ambas** as partes. As contradições só parecem inarredáveis quando não existe espírito negociador e dessas circunstâncias é que são geradas as confrontações políticas. Queremos evitá-las, mas só o conseguiremos na medida em que todos os países do Norte se mostram dispostos a sentar-se à mesa das negociações com espírito construtivo. Não preciso insistir, em que será crucial nesse contexto a atitude que os EUA tomarem por intermédio do Presidente Reagan na próxima reunião de cúpula Norte-Sul, de Cancún.

O segundo comentário é o de que nenhum país ou grupo de países pode dar-se ao luxo de atuar como espectador deste processo. A interligação crescente da economia mundial, que é essencialmente um fenômeno positivo, não permite novos isolacionismos. Assim, também os países socialistas devem participar eventualmente do processo das negociações econômicas internacionais e assumir papel coerente com a posição relativa que ocupam, de fato, no cenário mundial. A circunstância de que no passado tenham tido participação limitada no desenvolvimento dos padrões de divisão internacional do trabalho não significa que hoje eles continuem à margem de tais padrões. Ao contrário, a expansão das relações entre aqueles países e os países em desenvolvimento revela, em seu perfil, um padrão bastante semelhante ao que prevalece entre estes e os países desenvolvidos do Ocidente.

A DIMENSÃO SUL-SUL

Embora fundamental, a dimensão Norte-Sul das relações internacionais não é a única a interessar o Brasil e os países em desenvolvimento em geral. Com efeito, as relações entre os próprios países do Sul constituem o segmento relativamente mais dinâmico do

quadro atual, tanto do ponto de vista estritamente econômico quanto pela dimensão política nova e importante que aportam ao cenário mundial. Partindo de relações praticamente inexistentes há poucas décadas devido à verticalidade dos vínculos, que prevalecia globalmente, nossos países vêm construindo uma rede cada vez mais diversificada de contatos em variados níveis.

Não pretendo fatigá-los com estatísticas, mas devo citar algumas, de caráter comercial, que permitem uma exemplificação instantânea e concreta desse estreitamento de relações e dão uma idéia de suas potencialidades. Na década dos 70, o comércio entre os países em desenvolvimento obteve uma expansão em valor 65 por cento maior que a do comércio mundial como um todo. A corrente de exportação Sul-Sul passou de menos de 11 bilhões de dólares, em 1970, para mais de 94 bilhões no fim da década, dado particularmente relevante quando se verifica que deste aumento de pouco mais de 83 bilhões de dólares, 40 bilhões provieram do incremento das exportações de países em desenvolvimento não produtores de petróleo para outros países do Sul.

Entre 1971 e 1980, enquanto o comércio exterior do Brasil crescia em 700 por cento, de 6 para 43 bilhões de dólares, o comércio do país com os demais países em desenvolvimento expandiu-se em 1.700 por cento. Grande parte desse aumento deveu-se, obviamente, a nossas importações de petróleo, **mas também nossas exportações para os países em desenvolvimento cresceram em 1.300 por cento em apenas dez anos**; um salto de mais de 6 bilhões de dólares. No ano passado, nosso comércio no sentido Sul-Sul correspondeu a 44 por cento do total transacionado pelo nosso país. E nossas exportações para a América Latina, pela primeira vez na História, superaram em valor as destinadas aos Estados Unidos da América, tradicionalmente o nosso maior cliente comercial.

Sem dúvida, o êxito em expandir a taxas tão altas o nosso setor externo, em período caracterizado pela recessão mundial, inflação generalizada, desequilíbrios financeiros e protecionismo, revela o esforço vigoroso que o Brasil efetuou. Revela, também, o acerto da estratégia de fomentar as relações do Brasil com os países em desenvolvimento. O aumento de nosso comércio com tais países é expressão de um fenômeno maior, que envolve o aumento das relações Sul-Sul como um todo, o aumento da participação econômica dos países em desenvolvimento no mundo, e até, um processo a longo prazo de deslocamento mais para o Sul do centro de gravidade da economia internacional.

A curto e médio prazos, o Sul — por sua capacidade de absorver produtivamente recursos financeiros e tecnológicos — pode, no contexto de um vasto entendimento com o Norte, assumir papel importante na recuperação da economia mundial. A longo prazo, ainda que lhes falte representação equitativa no cenário internacional, ainda que os obstáculos à sua afirmação sejam reconhecidamente grandes, ainda que seja longo o caminho a percorrer para o estreitamento das relações entre elas, as nações do Sul constituem significativa potencialidade para o futuro. Nelas se localiza a grande maioria dos recursos humanos e naturais de nosso mundo e a vontade irresistível de mobilizá-los. E não existem fatores mais relevantes que estes.

O processo da afirmação do Sul, embora se manifeste de forma mais sensível em seus aspectos econômicos, tem também expressão política significativa. A cooperação entre os países em desenvolvimento, na medida em que contribui para reduzir as relações de dependência e desigualdade com os países do Norte e em que gera um tipo novo, equilibrado e aberto de relacionamento entre os próprios países do Sul, contribui para a afirmação de uma nova ordem internacional mais justa. Tem ela uma dimensão ne-

gociadora e uma dimensão criadora. Ao explicitar e instrumentar as coincidências naturais de sua percepção política global, os países em desenvolvimento reforçam sua capacidade de lograr mudanças nas estruturas atuais. E ao desenvolver relações que se caracterizam pelo igualitarismo, pelo respeito mútuo, pela ausência de preconceitos, pelo espírito construtivo e obtenção de vantagens recíprocas, os países em desenvolvimento dão, eles próprios, o exemplo concreto do comportamento internacional que deve caracterizar essa nova ordem internacional. Mas a cooperação Sul-Sul não se coloca, de modo algum, em termos alternativos à expansão de nossas relações com o Norte altamente desenvolvido. A política externa brasileira não trabalha sobre a presunção de opções mutuamente excludentes ou de caminhos voltados para uma só direção. Nosso esforço de aproximação com outras nações do Terceiro Mundo não é feito em detrimento de nossa crescente cooperação com os países industrializados, os quais deverão sempre merecer o mais atento empenho de nossa diplomacia.

Nas últimas décadas, a própria afirmação das nações do Sul levou-as a formulações muito mais profundas do que o neutralismo ou a simples exploração das rivalidades entre as Superpotências, com vistas a obtenção de vantagens tópicas e ocasionais. Hoje, os países do Sul se concentram no esforço pela eliminação dos desequilíbrios políticos e econômicos internacionais para que possam de fato trilhar o caminho da afirmação nacional plena, livres de pressões e dependências externas. Essa linha de ação torna-se assim compatível com a posição do Brasil.

AS ESTRUTURAS TRADICIONAIS

As estruturas tradicionais das relações internacionais, no entanto, continuam embasadas no poder e não na cooperação. Ao diálogo universal e construtivo, contrapõe-se a política voltada para objetivos estraté-

gicos definidos unilateralmente. A preocupação com a problemática do desenvolvimento é, erroneamente, superada pelo paroxismo das concepções, unidimensionais, de segurança. Os arsenais nucleares, táticos e estratégicos, já de há muito caracterizados pelo exagero, pela capacidade de **overkill**, parecem sempre insuficientes. Como entender essa alocação de recursos em que muitas centenas de bilhões de dólares — soma superior ao produto bruto da América Latina, da África ou da Ásia — são dedicados, em época de paz, por ambos os atores centrais de confrontação, à produção, posicionamento e estocagem de elementos de destruição maciça, perpetuando as disparidades e a instabilidade de poder? Assistimos a um ciclo em que a oposição entre os blocos, erigida em fatalidade, se auto-alimenta e gera condicionamentos negativos em todas as áreas de atuação internacional. As próprias Superpotências acabam limitadas em suas opções e condicionadas em seu comportamento por essa mecânica rígida em que se entrosam.

Temos testemunhado exemplos de conflitos nacionais e regionais em que as opções das partes envolvidas são afetadas por interesses externos que, ignorando tipicamente as causas da questão, dificultam sua resolução, aumentam seu custo social e terminam por arrastar os países em pugna a conflitos maiores, sobre os quais deixam de exercer controle, passando a objeto. Há uma transferência mais ou menos dramática das tensões Leste-Oeste para “teatros de operação” nos países em desenvolvimento, como a tentar demonstrar que estes países não têm opções próprias mas apenas a de vincular-se, subalternamente, a um “protetor”.

Criam-se cenários globais inspirados pela ótica do poder, como o de uma suposta guerra pelo controle das matérias-primas provenientes do Terceiro Mundo, resquício de uma visão ultrapassada do mundo, em que esquemas complexos são concebidos

com o propósito de assegurar o fluxo de tais recursos aos países consumidores, sem levar em conta os interesses próprios dos países produtores, seja em termos políticos, seja em termos de sua própria segurança.

A disputa ideológica é freqüentemente empregada como roupagem para a afirmação de hegemonias. A interpretação dos acontecimentos internacionais pela ótica do poder e com base em interesses estratégicos específicos tende a ser apresentada como verdade ortodoxa, como norma a servir de orientação geral para todos os amigos, parceiros e aliados. Os exemplos nesse sentido são muitos. O preço que tais países pagam é sempre a acentuação da dependência ou da satelitização, a redução das opções e, outras vezes, o envolvimento em conflitos maiores. Por outro lado a defesa legítima dos pontos de vista próprios de nações menos poderosas é vista freqüentemente como “desvio” e elemento de divisão. Na verdade, no entanto, no jogo do poder, importa menos a coerência ideológica que a obtenção da colaboração de terceiros países em designios estratégicos globalizantes.

Mas os fatos também nos mostram a inviabilidade dos esforços de controlar o mundo pelo poder. Na verdade, o atual ordenamento político e econômico internacional não é criticável apenas do ponto de vista ético, pelas desigualdades e aspectos restritivos que encerra. Também o é pela incapacidade de administrar efetivamente os problemas globais.

A estrutura vigente tem-se revelado incapaz de utilizar adequadamente os recursos existentes, de resolver ou minimizar os problemas de segurança internacional, de garantir a paz e o desenvolvimento. Não tem sido capaz, tampouco, de assimilar as necessidades de mudança, hoje tão claras. Precisamos de uma ordem não apenas mais justa, mas também mais eficaz, não

apenas mais equitativa, mas também mais racional.

O poder não é a melhor ferramenta para administrar o mundo. Os acontecimentos no Afeganistão, por exemplo, assim o indicam. E a reação da comunidade internacional a tais acontecimentos deve ser compreendida em sua perspectiva correta. O que a maioria esmagadora dos países do Terceiro Mundo defendeu e defende, nessa questão, é o princípio de não-intervenção, que tem validade universal *erga omnes*. Não se equivoquem os que pretendem dar significado pendular ou oportunista a tal posição à defesa dos princípios da boa convivência internacional.

Também no Oriente Médio, assistimos a décadas de impasse, de frustrações e de agravamento de tensões, motivados pela intransigência e por reiteradas tentativas de inserir a problemática regional nos parâmetros da confrontação bipolar. Poucas situações expõem com tanta clareza a esterilidade a longo prazo dos esforços bélicos e políticos quando se ignoram as causas reais da questão a que se referem. Não haverá uma paz justa e duradoura no Oriente Médio enquanto não forem respeitados os direitos inalienáveis do povo palestino, há décadas reduzido à condição de refugiados sem pátria, e o direito de todos os Estados e povos da região a viver em paz.

Há um equívoco básico nas formulações que se apóiam, implícita ou explicitamente, na crença de que a superioridade militar pode assegurar lealdades. Não é esse o caminho adequado para o relacionamento internacional e, em especial, para o relacionamento entre o Ocidente e o Terceiro Mundo. Os povos independentes, e sobretudo aqueles que têm consciência plena do imperativo de seu desenvolvimento, resistem naturalmente à restrição de sua capacidade própria de atuação e ressentem-se de esquemas totalizantes que lhes atribuam papéis derivados ou secundários.

Registrou-se, por exemplo, no passado recente, uma discussão ampla e variada sobre as relações entre distensão, como padrão de convivência entre o Leste e o Oeste, e as tensões que ocorrem nos países em desenvolvimento.

De minha parte, comentaria que, em primeiro lugar, o primado da confrontação no relacionamento entre as potências principais, além de ser em sua nova fase fenômeno bastante recente, pode ser reconhecido como fato de natureza transitória, não apenas porque a confrontação não convém à grande maioria das nações, mas sobretudo porque o processo de diversificação de interesses já avançou tanto no plano internacional que não parece que o mecanismo simplificador representado pela confrontação possa subsistir, sem que as tendências no sentido de moderação e de composição logo se reafirmem. Portanto, as alternativas à confrontação merecem atenção permanente.

Em segundo lugar, o relacionamento político entre o Norte, como um todo, e os países em desenvolvimento, deve ser visto fora do marco de confrontação e, sim, sob o ponto de vista do sistema internacional como comunidade universal. Nesse contexto, a sua vização e a superação das tensões contribuiriam para anular o processo de transferência das tensões Leste-Oeste para o Terceiro Mundo e poderiam facilitar o encaminhamento dos esforços de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Voltamos, então, à questão originalmente proposta e que se caracteriza pela existência de dois conceitos alternativos de distensão internacional — o universal e o seletivo. O primeiro afirma que quaisquer desequilíbrios — aqui entendidos como desequilíbrios estratégicos entre as Superpotências — onde quer que ocorram, devem ser respondidos com ações simétricas, inclusive em outras regiões do mundo. Trata-se da teoria da interligação dos eventos, que, em

sua interpretação corrente, abre o caminho para a confrontação permanente e ubíqua. Sua consequência mais importante é a de acirrar a competição pelo controle de áreas do Terceiro Mundo, aplicando as tensões regionais e afastando-as de seus processos próprios de resolução. Não é muito diferente da lógica que, no século XVIII, levou à partilha da Polônia.

O segundo conceito, o da distensão seletiva, mais divulgado em setores de opinião da Europa Ocidental, visa a preservar as bases políticas do relacionamento Leste-Oeste dentro do Hemisfério Norte, isolando-as de repercussões negativas que pudessem sofrer em consequência de problemas ocorridos no Hemisfério Sul. Trata-se, em essência, de preservar a distensão na Europa, onde a mecânica do entendimento e da cooperação interbloco não sofreria solução de continuidade, sem, no entanto, resolver o problema das tensões entre o Leste e o Oeste. Estes se expressariam livremente nas chamadas áreas periféricas, onde também se deveriam localizar as medidas de retaliação, com o que se acentuaria, também desta forma, o processo de transferência das tensões globais para os países em desenvolvimento.

Ambos os conceitos têm, sem dúvida, aspectos positivos, como os de impedir a cristalização de zonas de influência, embora de maneira unilateral, e o de preservar a paz na Europa, como capítulo fundamental da paz mundial. Seus aspectos negativos são, no entanto, evidentes. Nenhuma dessas interpretações equaciona corretamente a questão do relacionamento político entre o Norte e o Sul, pois ambas refletem exclusivamente o ponto de vista do Norte, seja quanto a seus interesses estratégicos, seja quanto a seus interesses políticos específicos.

Devo ainda referir-me a uma terceira possibilidade, igualmente negativa, a da substituição da confrontação e da competição Leste-Oeste por algum tipo de arranjo entre

os blocos, pelo qual se estabelecesse um acordo sob a forma da divisão do mundo em esferas de influência reciprocamente respeitadas e verticalmente arregimentadas aos respectivos vértices de poder. Não creio que tal “solução” seja realizável em sua plenitude, embora o respeito a certas zonas de influência seja uma característica duradoura do relacionamento entre as superpotências. O imobilismo e a clara cristalização das desigualdades internacionais que ela supõe são as suas principais consequências.

Meu objetivo ao discutir estes modos de pensamento é o de deixar patente que qualquer formulação referente ao ordenamento político global tem de levar em conta a participação dos países em desenvolvimento e tem de refletir, em medida crescente, seus interesses legítimos, específicos. Se a distensão como praticada nos anos 70 está superada, a tarefa, então, é a de buscar-se um outro padrão de relacionamento que supere as faltas do anterior e que levaram a sua superação, e assegure o prevalecimento das relações de cooperação. Tal padrão, seja ele denominado de distensão ou que outro nome se lhe dê, para ser autêntico tem de ser universal.

Refiro-me a uma doutrina do comportamento internacional e a um conjunto de normas de boa convivência que a todos Estados sejam aplicados e por todos sejam seguidos. Tal doutrina e tais normas, para alcançar a universalidade autêntica, devem, pois, refletir os interesses dos diversos segmentos e áreas que compõem a comunidade internacional; devem promover o primado da confiança e da cooperação nas relações internacionais. Trata-se de uma universalidade diferente daquela referida há pouco, pois não se identifica com uma corrida pelo poder e pelo controle universal, mas sim com a efetiva desmobilização de tal corrida.

O aperfeiçoamento da boa convivência internacional é tarefa tão complexa quanto

construtiva e necessária. Não há, para ela, respostas fáceis de aplicação mecânica. A multiplicidade de situações específicas deve fazer-nos recusar sempre as tentações de aplicar soluções padronizadas que, se foram úteis quando originalmente concebidas, pouca relevância terão em outras circunstâncias. Ao contrário, a boa convivência só terá a ganhar com o respeito às dinâmicas regionais próprias, com a aceitação da diversidade de pontos de vista entre as nações. Pela mesma razão, não são adequadas formulações no sentido de que seria desejável alguma forma de gestão supranacional dos interesses da humanidade. Tais formulações pecam ou por ingenuidade ou por visar à consagração das desigualdades por meio de estruturas rígidas e poderosas. O aperfeiçoamento da boa convivência passa necessariamente pelo fortalecimento do Estado como agente essencial na comunidade internacional, e na igualdade entre eles.

Não estou a indicar, com o que precede, a impossibilidade de fazer generalizações e de apontar rumos. Se assim fosse, não seria sequer concebível a própria idéia de um ordenamento internacional. Partimos do princípio oposto, o de que é possível o aperfeiçoamento da ordem internacional, com base nos objetivos supremos de paz, justiça e desenvolvimento. O Brasil, pelo que é, certamente, não pode ter outro interesse, nem sugerir diversa concepção.

Tanto no futuro imediato quanto no longo prazo, as tarefas prioritárias são as de reverter a corrida armamentista desenfreada, sobretudo em termos de armamento nuclear sofisticado, que representa um descalabro em termos de uma alocação racional dos recursos à disposição da humanidade; resolver, em suas causas reais e específicas as tensões internacionais e impedir seu agravamento e propagação; corrigir as desigualdades econômicas e políticas que afetam negativamente o sistema internacional; e recriar uma expectativa otimista.

Os princípios que devem orientar essas realizações não requerem invenção, nem sequer inovação. Já existem e são por todos conhecidos, incorporados contratualmente que estão à Carta das Nações Unidas. São eles a igualdade soberana dos Estados, a não-intervenção em seus assuntos próprios, a autodeterminação dos povos, a solução pacífica de controvérsias, o não-uso da força ou de sua ameaça nas relações internacionais, o respeito aos Tratados internacionais. O que se faz necessário é que sejam acatados na prática diária das relações internacionais; que sejam vistos como normas efetivas de conduta e não como ideais dissociados da realidade; que sejam acolhidos em sua acepção plena, sem resquícios de interpretação e sem discriminações. São eles o que há de mais pragmático e eficaz na vida internacional. O que o Brasil favorece é, portanto, a aplicação plena dos princípios do Direito Internacional.

A RESPOSTA DO BRASIL

A resposta do Brasil a essa problemática é clara. Somos um país em desenvolvimento que necessita superar os obstáculos à afirmação nacional e ao desenvolvimento. A manutenção das atuais condições internacionais nos é nociva. Não nos podemos dar ao luxo do imobilismo. A evolução, a transformação, o dinamismo, conformam o único horizonte em que podemos atuar.

Nessa perspectiva, defenderemos sempre e prioritariamente os interesses nacionais brasileiros. Buscaremos as melhores maneiras de implementá-los, baseados na orientação estabelecida pelo Presidente João Figueiredo, no sentido do universalismo, da boa convivência e da dignidade nacional, vetores com os quais o interesse nacional é plenamente compatível. Buscaremos sempre, em nossa atuação, a coincidência legítima e a convergência positiva de interesses. Nosso papel internacional é construtivo. Favorecemos sempre a criação

da confiança, a obtenção do entendimento justo, a promoção do progresso e das vantagens recíprocas, a superação do egoísmo pela cooperação. Contrariamos os privilégios de grupos restritos de Estados.

O Brasil requer que a ordem internacional seja modificada de modo a não mais consagrar, mas sim superar as desigualdades políticas e econômicas, de modo a não mais tolher, mas sim promover a liberdade de nossos movimentos em favor da paz, da justiça e do progresso. É essa a medida de nossa identificação como país em desenvolvimento. Aí está a coincidência maior entre nossos interesses como nação individual e como parte do Terceiro Mundo. São os países em desenvolvimento os principais promotores da nova ordem internacional. Sobre nossos países recai em maior grau a responsabilidade de respeitar e fazer respeitar as normas da boa convivência, opondo-nos a que os princípios básicos do Direito Internacional sejam tergiversados ou manipulados.

É nossa tarefa assegurar o prevalecimento da igualdade entre as nações, o que significa a participação ampla e representativa da comunidade internacional nos processos de decisão global. É também nossa a tarefa de fazer com que postulados como a não-intervenção nos assuntos próprios de cada Estado e a autodeterminação dos povos sejam reconhecidos em sua plenitude, o que significa, mais que a ausência de agressão a países menos poderosos, também o respeito à livre expressão de cada povo e o não-envolvimento unilateral em suas disputas internas. Assim o Brasil tem agido com relação a todos e assim esperamos que todos ajam.

Não nos movem o rancor ou a precipitação. Não dirigimos nossos esforços contra ninguém que nos respeite. Promovemos o dinamismo e a mudança, convencidos de que são necessários não só para o nosso país, mas para toda a comunidade internacional.

Nosso ânimo é sereno e abriga tanto o realismo quanto a visão do futuro. Não abrimos mão de nossas esperanças, mas não descuidamos as medidas concretas que se fazem necessárias para a consecução de nossos objetivos.

As opções do Brasil são também ocidentais, coerentes que somos com certas concepções de vida e ideais que são nossos. Pertencemos ao Ocidente — e temos tanto direito quanto quem mais de interpretá-lo —, Ocidente que tem como característica essencial o respeito aos valores da liberdade, igualdade, pluralismo. É essa característica típica da comunidade ocidental que a torna superior a outras formas, mais fechadas, de organização política, propensas à formação de blocos organizados hierarquicamente, nos quais os membros periféricos devem alinhar-se sempre a seus líderes e comportar-se de maneira uniforme. Por isso mesmo, negamos como espúrias certas aberrações dos valores ocidentais, como as formas coloniais, as hegemonias, etc.

O Ocidente desenvolveu e implementou o conceito da liberdade, sem dúvida uma das maiores conquistas do ser humano no campo do Direito. E protegeu esse conceito, vinculando-o ao da igualdade — igualdade de oportunidades, igualdade perante a lei — para coibir privilégios injustos, e ao do pluralismo — a livre expressão dos interesses próprios e do pensamento criativo — para permitir a fertilização constante da troca de idéias sobre pontos de interesse comum.

É um contra-senso pensar-se em uniformizar e unificar mecanicamente o Ocidente, seja no nível nacional, seja no internacional. A legitimidade e a própria racionalidade da ordem ocidental repousam no consentimento livre dos membros da sociedade, em sua participação franca nos processos decisórios e no respeito às divergências de opinião entre eles. É essa a medida de nossa identificação como país ocidental. E são essas as bases que melhor se adaptam à

natureza da sociedade internacional.

O estabelecimento de uma nova ordem internacional é, portanto, um projeto que deve aproximar os países em desenvolvimento e os do Ocidente e visar a estabelecer entre eles relações justas e mutuamente benéficas. Afirmo não haver contradições inarredáveis entre os dois grupos de países. Com efeito, os ideais democráticos de igualdade, independência e respeito à diversidade nas relações entre as nações, que constituem o patrimônio da cultura ocidental, são plenamente compartilhados pelos países em desenvolvimento e até por eles às vezes mais firmemente praticados. E os anseios de progresso, justiça e participação efetiva que caracterizam o Terceiro Mundo são inteiramente compatíveis com as regras e expectativas de comportamento das nações do Ocidente. Defender uma nova ordem internacional baseada na igualdade, na representatividade, no respeito mútuo e na cooperação equilibrada é coerente não só com os princípios, mas também com os interesses mais profundos e permanentes do Ocidente.

Tudo o que foi dito aponta para a importância do nível de atuação global do Brasil, a partir da maneira como se insere na comunidade das nações. Dediquei grande parte desta exposição às questões mais amplas da diplomacia, no campo conceitual. É natural que assim seja. Damos ênfase ao discurso conceitual por ser ele necessário e construtivo. Necessário para que se crie não só uma semântica própria brasileira, mas sobretudo condições propícias à realização de nossos anseios fundamentais; construtivo porque propõe um alargamento geral dos horizontes da cooperação internacional em um sistema aberto e para todos proveitoso.

O discurso conceitual é mau quando discordante das ações políticas concretas; quando tem por objetivo encobri-las, vesti-las com a capa da retórica, disfarçando ob-

jetivos inconfessáveis; quando constitui expressão de hipocrisia. Quando se concentra em rótulos simplistas. Entre nossas declarações e nossas ações concretas há coerência e por isso nossa política é reconhecida e respeitada por todas as áreas do mundo. Expressamos sempre o que pensamos, na perspectiva da mudança e da tolerância mútua.

LINHAS DE ATUAÇÃO CONCRETA

Apenas no intuito de encaminhar o debate que se seguirá a estas palavras, farei breve menção ao tratamento dado pelo Governo brasileiro a algumas das principais questões da política externa, nos últimos doze meses.

Nossa política latino-americana, estabelecida pelo Presidente Figueiredo, tem alcançado êxitos insofismáveis. Temos relações de amizade sólida com todos os nossos vizinhos e com todos eles desenvolvemos relações equilibradas de cooperação comercial, econômica, técnica, cultural e política. Tantos são os exemplos específicos deste processo de adensamento mutuamente vantajoso de contatos que seria impossível enumerá-los. Ressalto, por seu relevo, a participação pessoal do Presidente João Figueiredo na condução desta política, refletida nos encontros que manteve nos últimos doze meses com os Presidentes da Argentina, do Chile, da Colômbia, do Peru e da Venezuela, dando continuidade aos entendimentos profícuos mantidos com diversos outros Chefes de Governo da região e que terá prosseguimento com a próxima visita do Presidente do Equador ao Brasil. Não pode haver demonstração mais clara do empenho e da prioridade que nosso país dedica a suas relações com a América Latina.

A África é o outro continente vizinho ao qual o Brasil confere justa prioridade. Embora recentes, nossas relações com os países africanos têm revelado grande dinamismo e

objetividade. Revelam também uma potencialidade que estamos empenhados em explorar. São incontáveis os exemplos bem sucedidos de instâncias concretas de cooperação com nossos vizinhos africanos nos mais diversos campos, os quais demonstram, de forma clara, a confiabilidade da política brasileira com relação à África. Com efeito, é tal a disposição de nossos parceiros africanos de conosco efetuar empreendimentos conjuntos que a principal limitação para a expansão, ainda maior, de tais realizações, está na própria escassez dos recursos à disposição do Governo brasileiro. Nesse contexto de execução e estreitamento de relações, registro como marcos renovados da aproximação africano-brasileira as próximas visitas que farão ao Brasil os Presidentes da Nigéria e do Mali, bem como os múltiplos e proveitosos encontros que venho mantendo com os canceleres dos países africanos amigos.

Pelas ligações étnicas e culturais de caráter histórico, pela vizinhança, pelas afinidades e coincidências de pontos de vista diante de aspectos essenciais da vida internacional, nossas relações com a África são amistosas e solidárias. Apoiamos plenamente os esforços africanos pela eliminação dos últimos bastiões do colonialismo e do racismo. Compreendemos a intensidade de sua luta pela afirmação nacional e continental. Respeitamos a expressão própria de cada país africano, sempre conscientes da validade do princípio da autodeterminação. A eles nos dirigimos como iguais, como país em desenvolvimento, sem paternalismos ou preconceitos. Confiamos no empenho e na capacidade dos africanos no sentido de definir seus próprios rumos e de afirmar-se como países autenticamente independentes, senhores de seus destinos.

O Brasil condena enfaticamente a prática institucionalizada do racismo que caracteriza a África do Sul. A consciência universal da humanidade e a consciência nacional brasileira, em partitcular, repudiam frontal-

mente essa conduta, incompatível com qualquer idéia de justiça e igualdade e com nossas tradições, crenças e aspirações. O Brasil une-se à comunidade das nações pela realização de esforços renovados por meio das instituições internacionais no sentido de garantir o pleno cumprimento pela África do Sul dos propósitos e princípios, aos quais todos aderimos ao assinar a Carta das Nações Unidas.

A área que se estende entre a África e a América Latina tem para nós importância óbvia, recebendo, por conseguinte, a nossa consideração atenta. Dentre todos os oceanos, o Atlântico Sul é o que revela os menores índices de presença militar internacional. É hoje, como tem sido sempre, uma região pacífica, o que reflete, aliás, o caráter das nações em desenvolvimento que o margeiam. Esta é uma situação que deve ser preservada. O Brasil e os demais países em desenvolvimento ribeirinhos vêem o Atlântico Sul como área de seu interesse primordial e direto e têm expressado o alto interesse de mantê-lo a salvo de tensões e confrontações internacionais, ressaltando seu caráter de instrumento pacífico do intercâmbio e do desenvolvimento de nossos países.

As relações do Brasil com os países industrializados do Ocidente constituem capítulo de importância fundamental no conjunto de nossa atividade externa. Como eles buscamos permanentemente o estreitamento de nossas relações bilaterais e a expansão dos vínculos de cooperação igualitária e mutuamente vantajosa. Os êxitos obtidos nesse campo são expressivos e têm permitido a consolidação do clima de confiança mútua e a renovação e ampliação de numerosos entendimentos. As nossas relações bilaterais com os países do Ocidente desenvolvido são, hoje, sólidas e diversificadas e invariavelmente boas. As dificuldades de natureza econômica e tópica que eventualmente se apresentam são tratadas de forma a não deteriorar o quadro maior de nossas rela-

ções pelos canais diplomáticos usuais.

As profícuas visitas efetuadas pelo Presidente Figueiredo à França, a Portugal e à República Federal da Alemanha, assim como sua próxima participação na Conferência Internacional de Cancún, no México, e sua viagem ao Canadá, revelam, de nossa parte, o empenho permanente em dinamizar e ampliar nossos contatos com os países ocidentais e demonstram também a alta confiança do Brasil no estabelecimento de bases sempre superiores de entendimento com o Ocidente. Os contatos de alto nível estabelecidos com as novas administrações governamentais dos Estados Unidos da América e da França, apontam igual-

mente nesse sentido positivo, assim como os encontros que mantive com os chanceleres do Canadá e do Japão.

Termino esta já longa exposição com a reafirmação de nossa confiança sóbria e profunda em um futuro melhor. O tanto que avançamos na criação de um clima propício à consecução de nossos objetivos, os progressos realizados na identificação de problemas, a consciência crescente dos interesses mútuos e da confiança como bases de relacionamento, são fatores que permitem esperar que a racionalidade venha efetivamente a prevalecer na vida entre as nações. O Brasil não se furtará a dar sempre sua contribuição nesse sentido.

visita de joaquim chissano amplia o entendimento brasil- moçambique

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 14 de setembro de 1981, por ocasião de jantar oferecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano.

Senhor Ministro,

É com real satisfação que recebemos Vossa Excelência e sua importante comitiva no Brasil. Conhecemos o importante papel que Vossa Excelência desempenhou na luta pela independência de Moçambique. Acompanhamos com atenção e interesse sua atuação na pasta dos Negócios Estrangeiros, na defesa dos interesses tanto de seu país quanto das demais nações em desenvolvimento.

Recordo-me plenamente da fraternal acolhida que nos foi dispensada por Vossa Excelência e pelas demais autoridades moçambicanas, a minha comitiva, a minha mulher e a mim mesmo, no ano passado, por ocasião da visita que fiz a Moçambique. Verifiquei, naquela oportunidade, a importância do esforço que Moçambique, sob a direção firme e hábil do Presidente Samora Machel, empreende na luta pelo seu desenvolvimento.

A presença de Vossa Excelência no Brasil testemunha simultaneamente o construtivo entendimento entre os nossos países e a vontade política de aprofundar o diálogo leal entre os nossos Governos.

A teia de interesses comuns entre o Brasil e Moçambique é ampla. Fluxos de comércio vão sendo desenvolvidos. Iniciou-se uma cooperação técnica que enriquecerá os dois países pela troca de experiências. Foram estabelecidos contactos diretos por via marítima. Empresas brasileiras se juntaram, em Moçambique, ao esforço pelo desenvolvimento econômico e social. O Brasil manifestou claramente seu interesse em participar da campanha iniciada por Moçambique, juntamente com Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue e Tanzânia, no quadro da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, para consolidar sua independência econômica.

Há, ainda, novos caminhos a explorar para tornar mais clara essa variada cooperação. Um crescente conhecimento mútuo de nossos dois países resultará desse intercâmbio enriquecedor de contactos. A visita de Vossa Excelência permitirá sejam estudados mais profundamente os meios para que o Brasil e Moçambique intensifiquem e diversifiquem os vínculos que os unem.

A visita de Vossa Excelência, igualmente, confirma o que todos sabemos. As boas re-

lações entre os nossos países não correspondem a artifícios ou à retórica. Correspondem a realidades concretas, que sabemos, estou certo, consolidar e desenvolver.

A ocasião da visita de Vossa Excelência ao Brasil coincide com o agravamento da situação na África Meridional. Conhecemos os contornos da crise e da confrontação que se delineiam naquela região. Recentemente um país amigo, Angola, a que nos unem laços históricos e culturais permanentes, foi objeto de grave agressão. O Direito Internacional foi abertamente violado, a paz numa região que interessa ao Brasil, assim como a Moçambique, está ameaçada. Não está resolvida a crise, apesar da ampla condenação ao ataque, condenação essa de que participaram tanto Moçambique quanto o Brasil.

As causas da crise efetivamente permanecem. Malgrado as decisões da comunidade internacional, a independência do povo da Namíbia não foi ainda conseguida. Têm sido usados todos os subterfúgios para atrasar uma decisão definitiva para a questão. Para também atrasar essa decisão é usada, novamente, a agressão em grande escala, o que temos reiteradamente condenado.

Senhor Ministro,

Nos meus contactos com Vossa Excelência, terei a oportunidade de reafirmar os princípios de nossa política africana definidos pelo Presidente João Figueiredo: o Brasil atribui alta prioridade às relações com os países da África. Nosso país não tenta no continente africano, nem em qualquer outro lugar, exercer hegemonias ou impor mode-

los. Nosso objetivo é explorar coincidências com países próximos pela geografia, pela cultura e pela formação de nosso povo, próximos ainda da nossa qualidade de nações em desenvolvimento que nos leva a posições comuns contra uma ordem mundial injusta. Junto com as nações africanas, o Brasil pretende lutar pela causa do desenvolvimento e da paz, na defesa dos verdadeiros interesses da maior parte da humanidade. Junto com as nações africanas, o Brasil condena e condenará todos os sistemas de discriminação racial, em particular o que se institucionalizou na África Meridional, nas fronteiras de Moçambique.

Creio, Senhor Ministro, que Vossa Excelência visita o Brasil pela primeira vez. Terá a oportunidade de conhecer aqui um país complexo, rico em sua diversidade. Conhecerá um povo pacífico, empenhado na árdua luta pelo desenvolvimento, com personalidade própria que reflete em sua rica e complexa unidade diversas contribuições culturais e étnicas, engajado sob a direção do Presidente Figueiredo no desafio de uma abertura política que reúne o consenso da nação. Vossa Excelência poderá notar quão perto está esse povo das nações africanas pelos seus anseios de paz e bem-estar. Vossa Excelência verificará também como é inextricavelmente presente, em todos os sentidos, a África, neste país amigo de Moçambique.

Satisfeito de ver que os nossos países progridem no rumo da amizade mútua, ergo minha taça às boas relações entre nossos povos e Governos, à saúde do Presidente Samora Machel, à felicidade de Vossa Excelência, sua digníssima esposa e demais membros da comitiva moçambicana.

saraiva guerreiro destaca a aproximação do brasil com a áfrica

Discursos do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Clube das Nações em Brasília, em 15 de setembro de 1981, por ocasião de almoço oferecido pelo Chanceler moçambicano ao Chanceler brasileiro.

JOAQUIM CHISSANO

Não vou fazer um balanço da minha visita pois um balanço não seria útil, porque ainda vou visitar outras áreas do Brasil. E sobretudo porque começamos agora a implantar nesta viagem aquilo que acertamos na visita do Ministro Saraiva Guerreiro a Maputo. O entusiasmo é tão grande que nos dá esperanças de consolidar as relações entre o povo moçambicano e o povo brasileiro.

Nossos Estados já se conhecem bastante. A compreensão existe entre ambas as partes. Nossa tarefa fica facilitada pela colaboração dada pela parte brasileira. Fizemos uma promessa recíproca de velarmos para que nossa cooperação se transforme em solidariedade autêntica. Não queremos apenas comércio, mas ajuda mútua para nosso desenvolvimento, em termos culturais, sociais, técnicos e tecnológicos. Constituímos exemplo do que dois países em desenvolvimento devem fazer por um mundo melhor. Cremos que o que vimos no Brasil é suficiente para acreditarmos que nossos dois países vão contribuir para esse mundo melhor. Queremos dizer a nossos irmãos da África que sentimos no Brasil o desejo de contribuir para um clima de paz e independência em nosso continente. A distância entre o Brasil e a África está encurtada. A distância entre Moçambique e o Brasil está encurtada. Quero dizer da minha satisfação por ter sido convidado pelo Ministro Saraiva Guerreiro a visitar o Brasil e quero

dizer-lhes que o nosso povo e o Presidente Samora Moisés Machel vão apreciar altamente o relatório que terei a dar-lhes, de um Brasil que constitui para muitos um sonho ou um mistério e que para outros era um Brasil hostil. Hoje podemos dizer que o Brasil e Moçambique podem trabalhar juntos para construir o paraíso na Terra.

SARAIVA GUERREIRO

Excelentíssimo Senhor Joaquim Chissano, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique,

Desde a chegada de Vossa Excelência a Brasília, temos mantido conversações produtivas, francas e amistosas seja em separado, seja na presença da delegação moçambicana e de meus colegas brasileiros, apesar das diferenças de organização política e social que entre nós existem e que Vossa Excelência ontem mencionou.

Vossa Excelência foi recebido pelo Presidente João Figueiredo, com quem pôde conversar sobre as oportunidades que se abrem à cooperação entre o seu país e o nosso.

Vossa Excelência indicou, do ponto de vista de seu Governo, o campo de possibilidades de cooperação entre o Brasil e Moçambique, havendo encontrado, de nossa parte,

interesse em prosseguir nos esforços já iniciados e de examinar de forma objetiva e racional novas avenidas, e tendo sempre presentes os interesses e os benefícios recíprocos.

Em todas essas ocasiões, Vossa Excelência terá percebido que a política brasileira com relação à África se alimenta de três diferentes fontes de inspiração:

— em primeiro lugar, corresponde autenticamente aos desejos da gente brasileira, que é pacífica, que rejeita a violência e a agressão. Para os países em desenvolvimento, só vemos desvantagens em se deixarem motivar pelos maniqueísmos políticos. Não desejamos ver o mundo dividido em blocos estanques e opostos;

— em segundo lugar, nossa política africana corresponde aos sentimentos que nutrimos pelos povos irmãos, em particular os de língua comum. Acompanhamos com interesse e afeto a luta desses povos por sua autêntica afirmação nacional, por sua liberdade e por seu desenvolvimento, no contexto de uma situação internacional que infelizmente só faz complicar-se. Nosso interesse está, pois, em que os países irmãos possam superar suas presentes dificuldades, sem que se sintam ameaçados, coagidos ou agredidos, e de modo que possam expressar suas vozes individualizadas;

— em terceiro lugar, a política brasileira com relação aos países africanos e especialmente Moçambique se correlaciona com o fato de que o Brasil é, ao mesmo tempo, um país do Terceiro Mundo e do Ocidente. Prezamos os valores do anticolonialismo, do anti-racismo, da cooperação para o desenvolvimento, da mesma forma que estamos dedicados ao pluralismo, à democracia e à não-intervenção. Desprezamos a verticalização da política internacional, assim como rejeitamos alinhamentos automáticos. Queremos que o Brasil, bem como os países africanos, que nos são tão próximos, reúnam condições para fazer valer de forma

efetiva as respectivas soberanias e que se apresentem com um perfil externo próprio, a salvo de alinhamentos rígidos, de políticas de bloco, de hierarquizações arbitrárias.

Em seus contactos, Vossa Excelência terá, certamente, colhido novos elementos sobre a atitude brasileira com relação à África e, na verdade, a todos os países do Terceiro Mundo, elementos que certamente vieram a confirmar os dados e informações que eu mesmo, na oportunidade de minha visita a Maputo, no ano passado, havia transmitido a Vossa Excelência e ao próprio Presidente Samora Machel.

De público, como o fizera em particular, Vossa Excelência teve a generosidade de reconhecer a correção da posição do Governo da República Federativa do Brasil quanto às questões que, no momento, afligem a África Meridional e também agradecer ao Brasil as atitudes que tomou, no plano político e diplomático, em situações críticas. Sua voz, Senhor Ministro, vem juntar-se a de outras autoridades africanas e ocidentais.

Além de se manifestar de forma nítida e insofismável quanto à própria substância das questões em jogo, o Governo brasileiro pode, quando necessário, sensibilizar as nações ocidentais para os perigos inerentes a situações tóxicas e, assim, concorrer para aproximar aquelas nações dos países da Linha de Frente. Ficamos agradecidos a Vossa Excelência pelo registro que fez, tendo em vista especialmente o presente quadro de tensões exacerbadas e os riscos de conflito generalizado na África Meridional.

Tendo presentes estas idéias, desejo reciprocamente os bons votos formulados por Vossa Excelência, manifestar minha confiança no futuro da cooperação brasileiro-moçambicana e erguer minha taça pelo êxito continuado do povo moçambicano e do povo brasileiro, com votos de felicidade pessoal para Vossa Excelência e a Senhora Chissano.

as conversações do chanceler de moçambique no brasil

Comunicado Conjunto Brasil-Moçambique, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 15 de setembro de 1981, ao final da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país, Joaquim Alberto Chissano.

A convite de Sua Excelência o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, acompanhado de sua esposa, visitou oficialmente o Brasil no período de 13 a 21 de setembro de 1981.

O Ministro Joaquim Alberto Chissano foi cordialmente recebido por seu homólogo brasileiro, Ministro Saraiva Guerreiro, quando de sua chegada em Brasília.

O Ministro Joaquim Alberto Chissano se fez acompanhar, na visita, das seguintes personalidades:

— Sua Excelência o Senhor Deputado Prakash Ratilal, Vice-Ministro e Vice-Governador do Banco de Moçambique;

— Sua Excelência o Senhor Deputado Luis Bernardo Honwana, Diretor do Gabinete do Presidente da República;

— Sua Excelência o Senhor Deputado Sharfudine Khan, Diretor para a Europa e Américas no Ministério dos Negócios Estrangeiros;

— Sua Excelência a Senhora Embaixadora Frances Rodrigues, Chefe do Departamento de Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

— O Senhor Carlos Freitas, Diretor do De-

partamento do Plano e dos Projetos da Secretaria de Estado para Limpopo e Incomati;

— O Senhor Gonçalves Sengo, Secretário Assistente do Departamento de Estudos, Planificação e Quadros no Ministério dos Negócios Estrangeiros;

— O Senhor Carlos Oliveira, Diretor na empresa SOCIMO; e

— O Senhor Fernando Pinto, Colaborador do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.

Durante sua estada em Brasília, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique foi recebido em audiência pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência João Figueiredo, a quem transmitiu uma mensagem pessoal do Presidente da República Popular de Moçambique, Sua Excelência Samora Moisés Machel.

Em Brasília, o Ministro Joaquim Alberto Chissano visitou, também, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, onde foi recebido, respectivamente, por Sua Excelências os Senhores Francisco Manoel Xavier de Albuquerque, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Deputado Nelson Marchezan, Presidente da Câmara dos Deputados, e Senador Jarbas Passarinho, Presidente do Senado.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique e o Mi-

nistro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, dando continuidade aos entendimentos havidos em Maputo, em junho de 1980, por ocasião da visita oficial de Sua Excelência o Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro a Moçambique. realizaram amplas e construtivas conversações sobre os principais temas da atual conjuntura internacional, com ênfase especial nas questões referentes à África e à América Latina. Foram, também, analisadas em profundidade as relações bilaterais. As conversações, que decorreram em clima de amizade e mútua compreensão, evidenciaram a similitude de posições de ambos os países face a questões da atualidade; além do fortalecimento constante das relações bilaterais. Ambos os Ministros manifestaram o desejo de que as relações de amizade e de cooperação brasileiro-moçambicanas continuem a aprofundar-se e expandir-se, dentro dos princípios de igualdade, de respeito pela soberania e das vantagens recíprocas.

Num momento em que se agudizam as tensões em várias regiões, os dois Ministros expressaram sua preocupação ante os riscos e ameaças à paz internacional. Reiteraram, pois, a firme adesão de seus Governos aos princípios e propósitos incorporados na Carta da Organização das Nações Unidas, bem como àqueles sancionados pelo Direito Internacional, nos termos do Comunicado Conjunto divulgado em Maputo em 8 de junho de 1980.

Nesse contexto, os dois Ministros repudiaram as incursões armadas da África do Sul contra territórios de Estados soberanos vizinhos ou próximos sob qualquer pretexto. Condenaram, energicamente, a invasão de Angola por tropas sul-africanas, destinada a manter a ilegal dominação de Pretória sobre a Namíbia e a desestabilizar a República Popular de Angola. Expressaram sua solidariedade para com o Governo e o povo angolanos, bem como o povo namibiano dirigido pela SWAPO, ante os ataques de que têm sido vítimas. Reiteraram o apoio de seus

respectivos Governos à justa luta do povo namibiano por sua independência, bem como sua adesão à Resolução nº 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas como meio adequado para que a Namíbia alcance sua legítima independência.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil reafirmou a solidariedade do Governo e do povo brasileiro ao Governo e ao povo de Moçambique pelas agressões de que também têm sido vítimas. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique expressou com simpatia o reconhecimento de seu Governo pelos gestos de solidariedade brasileiros.

Ambos os Ministros reiteraram sua repulsa por todas as formas de discriminação racial, especialmente o **apartheid**, bem como seu apoio à justa luta do povo da África do Sul pela erradicação desse sistema de discriminação e opressão, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas e da OUA. Declararam, a propósito, que, além da invasão de Angola, as recentes agressões e ameaças sul-africanas contra Moçambique, a Zâmbia e o Zimbábue constituem demonstração concreta da ameaça que o **apartheid** representa para a paz e a segurança internacionais.

Com relação à América Latina, os dois Ministros verificaram que a região passa por importantes transformações políticas, econômicas e sociais. Nesse contexto, manifestaram seu apoio às justas aspirações de soberania, desenvolvimento e integração dos países latino-americanos. O Ministro Saraiva Guerreiro informou seu homólogo moçambicano dos fundamentos da política brasileira na região, que visa a promover a confiança e a boa convivência.

No contexto da luta pela libertação econômica na África Austral, o Ministro Alberto Chissano descreveu os esforços empreendidos por Moçambique, Angola, Tanzânia,

Zâmbia, Zimbábue, Botsuana, Suazilândia, Lesoto e Maláui na tentativa de harmonizarem seus projetos de desenvolvimento através da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC). O Ministro Saraiva Guerreiro saudou o empenhimento e reafirmou a disposição do Brasil em cooperar com a SADCC, conforme evidenciado pela participação brasileira na Confederação de Maputo de novembro de 1980 e pelos contactos subseqüentes a essa participação.

Os dois Ministros reiteraram a determinação dos seus dois Governos em lutar pelo estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional. Nesse sentido, consideraram que a Comunidade Internacional deve envidar esforços para o pronto lançamento das negociações globais relativas à cooperação econômica internacional para o desenvolvimento. Assinalaram, ainda, a necessidade de assegurar a conclusão, em 1982, dos trabalhos da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

No âmbito bilateral, os dois Ministros examinaram o progresso da cooperação econômica, técnica, científica, comercial e financeira existente entre os dois países, bem como as perspectivas de sua ampliação. Foram discutidas diversas possibilidades concretas de aprofundamento das relações bilaterais, abrangendo desde a cooperação em formação de pessoal até à eventualidade de associação multiforme em empreendimentos econômicos conjuntos que permitam o equilíbrio das trocas comerciais a médio e longo prazo. Neste quadro, constatarem com satisfação o bom andamento

das negociações em curso nos diversos domínios, notadamente no setor de carvão e hidrocarbonetos. Manifestaram a convicção de que o relacionamento e os contactos bilaterais, através da cooperação mutuamente vantajosa, deve prosseguir e expandir-se em outros domínios, a serem explorados através da troca de delegações de vários níveis entre os dois países.

Para estimular a cooperação mútua, os dois Ministros assinaram, em 15 de setembro de 1981, um Acordo Geral de Cooperação que, entre outros pontos, estipula a criação de uma Comissão Mista permanente que acompanhará e dinamizará a cooperação entre os dois países.

O Ministro Joaquim Chissano referiu-se com agrado à constante participação do Brasil na Feira Internacional de Maputo — FACIM —, tanto por constituir importante forma de incentivo ao comércio bilateral, quanto por propiciar maior comunicação direta entre o Brasil e Moçambique e, conseqüentemente, melhor conhecimento mútuo.

Terminada a visita a Brasília, o Ministro Chissano e sua comitiva visitarão o Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, onde serão recebidos pelos respectivos Governadores e manterão contactos com setores empresariais e outras entidades interessadas no relacionamento com Moçambique.

O Ministro Alberto Chissano expressou ao Ministro Saraiva Guerreiro sua gratidão pela cordial hospitalidade que lhe foi oferecida, e à sua delegação, pelo povo e Governo da República Federativa do Brasil.*

* Na página 159, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, o texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique.

chanceler no México: cooperação brasileiro-mexicana deverá intensificar-se

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no México, em 18 de setembro de 1981, por ocasião de banquete que lhe foi oferecido pelo Chanceler mexicano, Jorge Castañeda.

Excelentíssimo Senhor Chanceler e
Prezado Amigo Embaixador Jorge
Castañeda

Fazem-me muito feliz as generosas palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar, em mais uma demonstração de seu apreço pelo Brasil e pelos brasileiros. É, igualmente, motivo de grande satisfação, para mim e para minha comitiva, aqui estarmos, neste país de tão rica e vigorosas tradições.

Este local, na realidade, não poderia ser mais sugestivo. Ponto de encontro de três culturas, azteca, européia e a do México atual, esta praça simboliza as origens e o que há de mais profundo na formação da nacionalidade mexicana.

Ao renome de Professor e Jurista, soube Vossa Excelência aliar o mais elevado conceito de homem político e diplomata de talento, combinando sua experiência acadêmica e a complexa arte da negociação. Tive a boa sorte de acompanhar sua atuação como representante de seu país em diversos foros multilaterais, em mais de 20 anos de convivência e sincera estima.

Senhor Chanceler,

Brasil e México têm avançado a passos lar-

gos, no caminho do entendimento e da cooperação. Países de forte personalidade própria, têm consciência do valor de manterem um diálogo franco e objetivo. Se, no plano econômico e comercial, são amplas e variadas as possibilidades da cooperação bilateral, também no plano político são múltiplas e fundamentais as áreas de convergência, certamente muito mais relevantes de que eventuais divergências tópicas.

A política externa do Brasil é orientada pelos princípios da igualdade soberana dos Estados, do respeito pela independência nacional e autodeterminação, da integridade territorial, da não-interferência nos assuntos dos Estados e da solução pacífica das controvérsias internacionais. Entre as diretrizes adotadas pelo Presidente João Figueiredo em matéria de política externa, tem especial relevo a que confere à América Latina a mais alta prioridade. Temos assim atuado, e, como a orientação prioritária do México no tocante à região é similar, nossas posições têm revelado importantes coincidências. Nos foros regionais, nossa colaboração tem sido estreita. Temos defendido a colaboração, em bases igualitárias, entre os países da região, e condenado os comportamentos hegemônicos.

Senhor Chanceler,

Preocupa-se o Governo brasileiro com o clima de tensão internacional, marcado pelo retorno de querelas globais que servem de cobertura precária aos jogos de poder. Com o acirramento das disputas, problemas localizados tendem a elevar-se, injustificadamente, ao quadro da confrontação global.

Trabalhamos, no dia-a-dia, com ânimo de contribuir para que diminuam as tensões. Não temos fórmulas acabadas ou conselhos a dar. Defendemos, no entanto, soluções democráticas, amplas e pluralistas, e sem qualquer pressão externa, para os problemas mais agudos de nossa região.

México e Brasil estão convencidos de que um dos maiores desafios para a diplomacia é a busca de fórmulas que contribuam para atenuar as desigualdades entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Não buscamos favores, mas um relacionamento internacional mais equilibrado, fundado na participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios mundiais. É parte de nosso trabalho conscientizar os países industrializados da importância do encaminhamento da temática da Nova Ordem Econômica Internacional, cuja solução também ao Norte interessa. Nesse sentido, a iniciativa mexicana de promover a Reunião de Cúpula de Cancún assume crucial relevância. Nutrimos a esperança de que em Cancún será possível alcançar um consenso básico para o adequado encaminhamento das principais questões que substanciam o diálogo Norte-sul.

Sem buscar substituí-lo, mas como instrumento complementar ao diálogo Norte-Sul, ganha expressão cada vez maior a cooperação entre os países em desenvolvimento, como um esforço para redução da dependência e da desigualdade. Nesse esforço de cooperação horizontal, os países do Sul, por sua ação solidária, fortalecem sua posição e aumentam sua capacidade de modificar os atuais padrões injustos de convivência internacional. Nesse sentido, o Brasil e o

México, não apenas entre si, mas no plano bilateral com terceiros países e no plano multilateral, não têm medido esforços e têm colhido importantes resultados mutuamente vantajosos, em todos os sentidos, para si e seus respectivos parceiros.

Senhor Chanceler,

A tendência à crescente aproximação entre o Brasil e o México foi reforçada pela visita oficial ao Brasil, em 1980, de Sua Excelência o Presidente José Lopez Portillo. Embora já existisse expressivo conjunto de instrumentos que oferecem lastro jurídico ao relacionamento bilateral, gostaria de realçar, entre os atos firmados naquela ocasião, o Memorandum de Entendimento, por intermédio do qual os dois Governos registraram seu apoio aos promissores esquemas de cooperação econômica e industrial, ora em andamento.

Os mecanismos da Comissão Mista de Coordenação Brasileiro-Mexicana — cuja primeira reunião tivemos, Vossa Excelência e eu, o prazer de inaugurar, em Brasília, em 1979 — revelaram-se eficazes na avaliação e na dinamização das relações bilaterais, nos campos da indústria, comércio, ciência, tecnologia e cultura.

Não é somente o caminho percorrido que me parece motivo de satisfação. Mais alentadoras se afiguram as perspectivas que se abrem à cooperação entre nossos dois países. Deixo registrado o empenho do Governo brasileiro em trabalhar nesse sentido, e estou seguro da igual disposição do Governo mexicano.

Minha visita, atendendo ao tão amável convite de Vossa Excelência, nos proporciona mais uma oportunidade para que possamos examinar o atual estágio das relações bilaterais e trocar pontos de vista sobre assuntos de interesse comum.

Desejo afirmar que ao vir ao México move-

me um forte sentimento de otimismo. Estou seguro de que nossos dois países caminham para uma amizade sempre mais madura e ágil e de que a cooperação brasileiro-mexicana, que já se apresenta viva e dinâmica, deverá intensificar-se.

Senhor Chanceler,

Ao agradecer a Vossa Excelência, e aos

seus colaboradores, a acolhida generosa com que nos distinguiram, convido a todos a erguerem um brinde pelo desenvolvimento das fraternas relações de amizade entre o Brasil e o México, pela prosperidade da grande nação mexicana, pela saúde do Presidente José Lopez Portillo e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e Senhora de Castaneda.

saraiva guerreiro inaugura a terceira exposição industrial brasileira no México

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro (tradução não-oficial), na cidade do México, em 18 de setembro de 1981, por ocasião da inauguração da Terceira Exposição Industrial Brasileira.

Há cinco anos, mais precisamente em dezembro de 1976, quando se iniciava o sexênio do Senhor Presidente da República, licenciado José Lopez Portillo, o Governo brasileiro organizou nesta Capital a Primeira Exposição Industrial do Brasil no México.

Esta iniciativa traduzia nossa comum convicção de que correspondia aos interesses de nossos dois países no sentido de promover uma aproximação mais intensa e uma cooperação econômica e comercial mais dinâmica.

O tempo que transcorreu desde então confirmou amplamente essa avaliação e chegou, inclusive, a superar nossas expectativas.

O atual Governo mexicano revelou, desde o princípio, sua franca disposição de intensificar com o Brasil uma política ampla de cooperação e complementação do plano bilateral, com vistas a dinamizar o intercâmbio comercial e a complementação industrial. Além de importantes convênios bilaterais,

ambos os Governos concordaram em estabelecer mecanismos de consulta.

O alto sentido de mutualidade sobre o qual os dois Governos basearam seus esforços de cooperação permitiu que, nos últimos cinco anos, os dois países alcançassem um nível de relações de uma dimensão, de uma qualidade e de um potencial como nunca se alcançou no passado.

As viagens oficiais do Presidente da República Ernesto Geisel ao México e do Presidente Lopez Portillo ao Brasil, durante a qual manteve conversações com o Presidente João Figueiredo, consagraram, através de acordos da maior transcendência, os propósitos de ambos os Governos de vencer a distância geográfica entre os dois países, mediante acordos operativos e realizadas nos planos do intercâmbio comercial e da cooperação econômica.

Entre os acordos mencionados, destaca-se o Acordo Básico de Cooperação Industrial, de janeiro de 1978, o qual reconhece ex-

pressamente que a cooperação brasileiro-mexicana tem grande importância para o desenvolvimento de suas respectivas economias, pelas possibilidades de complementação que se oferecem. Esse acordo estabelecia também que as partes contratantes orientariam seus esforços especialmente nos campos da indústria siderúrgica, de metais não-ferrosos, de bens de capital, da construção naval e de máquinas e equipamentos destinados à agricultura e à industrialização de produtos agrícolas.

Os dados estatísticos da balança comercial brasileiro-mexicana, nos últimos anos, indicam claramente um crescimento quantitativo e qualitativo que colocam o intercâmbio comercial entre os dois países em um nível muito expressivo e de perspectivas muito favoráveis.

Esta exposição é a terceira deste gênero que o Governo do Brasil, com a plena cooperação do empresariado brasileiro, organiza no México. Estamos convencidos de que nossos dois países estão destinados a

desenvolver cada vez mais formas novas e imaginativas de cooperação e complementação, que estabeleçam entre nós vínculos permanentes e criativos, capazes de nos manter unidos e solidários frente a uma conjuntura internacional negativa e sombria, e em função de aspirações e ideais comuns no que se refere ao imperativo de reformar estruturalmente a atual ordem econômica internacional.

Confio em que nossos dois Governos farão tudo, no plano operativo, para criar as melhores condições possíveis para superar as atuais dificuldades conjunturais que entorpeceram ultimamente nosso intercâmbio comercial, seguro como estou de que a expansão de nosso comércio corresponde à política de diversificação de ambos os Governos e a seus propósitos de crescente cooperação entre as duas economias.

Rogo ao Excelentíssimo Senhor licenciado Fernando Solana, Secretário de Educação Pública, que tenha a bondade de declarar inaugurada a presente exposição.

comunicado conjunto relata os entendimentos do chanceler brasileiro no México

Comunicado Conjunto Brasil-México, divulgado na Cidade do México, em 19 de setembro de 1981, ao final da visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, àquele país.

A convite do Secretário de Relações Exteriores do México, licenciado Jorge Castañeda, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, realizou visita oficial ao México, de 16 a 19 de setembro de 1981.

A visita constituiu uma valiosa oportunidade para o desenvolvimento das fraternas relações entre o Brasil e o México, que caracterizam pela diversificação e enriquecimento

crescentes da cooperação nos mais variados campos.

O Ministro das Relações Exteriores, Senhor Ramiro Saraiva Guerreiro, foi recebido em audiência especial pelo Senhor José Lopez Portillo, Presidente da República, com quem conversou amplamente sobre diversos temas de interesse comum, e em especial sobre as cordiais e estreitas relações existentes entre o Brasil e o México.

As conversações de ambos os Chanceleres se desenvolveram em ambiente de grande cordialidade e franqueza, tendo-se analisado as relações bilaterais entre o Brasil e o México, questões relacionadas com a América Latina e Multilaterais.

Reiteraram a adesão de seus Governos aos princípios consagrados pela Organização das Nações Unidas, sem cuja observância não é possível a convivência pacífica da comunidade internacional, bem como àqueles da Carta da Organização dos Estados Americanos, que contempla a cooperação política e econômica entre os países do continente.

Expressaram sua preocupação pelo agravamento de tensões internacionais e assinalaram que, para reduzi-las, devem ser utilizados amplamente o diálogo e a negociação, a fim de evitar que essas tensões se transfiram aos países em desenvolvimento.

Declararam que o desarmamento geral e completo, particularmente o nuclear, sob um eficaz controle internacional, é fundamental para alcançar uma paz duradoura entre as nações e reiteraram seu apoio aos esforços que a comunidade internacional realiza nesse sentido.

Condenaram todas as manifestações de colonialismo e discriminação racial, em especial o **apartheid**, o qual, além de condenável em todos os seus aspectos, gera tensões na África Austral, e insistiram na necessidade de intensificar os esforços tendentes a eliminá-las.

Nesse contexto, referiram-se à urgência de alcançar uma solução justa para a questão da independência da Namíbia, de acordo com as resoluções das Nações Unidas, e repudiaram a recente agressão sofrida por Angola por parte de forças estrangeiras.

Ambos os Chanceleres sublinharam a importância da reunião internacional sobre

cooperação e desenvolvimento a celebrar-se em Cancún, México, a 22 e 23 de outubro próximo, na qual um grupo de Chefes de Estado ou de Governo manterão um diálogo franco e informal, com o objetivo de dar impulso efetivo que mobilize a vontade política indispensável ao avanço da cooperação internacional para o desenvolvimento, a fim de instaurar uma ordem econômica internacional justa e equitativa.

Assinalaram, nesse sentido, que a participação cada vez mais ampla e dinâmica dos países em desenvolvimento em todas as áreas da economia internacional, constitui fator necessário à sua reativação.

Da mesma maneira, reiteraram a urgência de que se aprovem a agenda e os procedimentos para a série de negociações globais, no quadro das Nações Unidas, que visam à obtenção de acordos concretos com um enfoque coerente, integral e simultâneo, com vistas a alcançar a plena implementação de uma nova ordem econômica internacional.

Concordaram quanto a necessidade de aumentar a influência e participação da América Latina nos processos mundiais de decisão, mediante a intensificação dos contatos e intercâmbio de pontos de vista entre os países latino-americanos.

Concordaram em que, de acordo com a tradição da América Latina, o diálogo e os meios pacíficos consagrados pelo Direito Internacional constituem os instrumentos idôneos para a solução de controvérsias e diferendos entre os Estados.

Expressaram sua satisfação pela acessão de Belize à independência, que se formalizará no dia 21 de setembro corrente, e sua confiança em que a comunidade internacional aceitará o ingresso deste novo Estado como membro da Organização das Nações Unidas.

Concordaram em que a amplitude e complexidade da crise política, econômica e social na América Central exige soluções próprias, profundas e duradouras.

Quanto a El Salvador, formularam votos de que os salvadorense encontrem uma solução política adequada à crise que atravessa o país, inspirada nos princípios da democracia e do pluralismo e de que se evite o agravamento do conflito interno e a sua internacionalização. Em consequência, manifestaram sua rejeição a qualquer tipo de intervenção estrangeira nos assuntos de El Salvador.

Os dois Chanceleres trataram amplamente durante suas conversações dos principais assuntos de interesse bilateral entre seus países, avaliando as perspectivas existentes para incrementar as relações de todo tipo entre os povos brasileiro e mexicano.

Com essa finalidade, decidiram que se utilizem ao máximo os mecanismos da Comissão Mista de Cooperação Brasileiro-Mexicana, como instrumentos eficazes para a avaliação e a intensificação da cooperação bilateral em todas as áreas.

Procederam ao exame dos pontos constantes da Declaração Conjunta dos Presidentes do Brasil e do México, de 30 de julho de 1980, emitida durante a visita do Presidente do México a Brasília, e comprovaram que os dois países lograram significativos avanços nos diversos setores da cooperação bilateral.

Comprovaram com satisfação os progressos realizados com o propósito de implementar o esquema global de cooperação bilateral a que se refere o Memorandum de Entendimento sobre cooperação econômica e industrial, assinado durante a visita do Presidente José Lopez Portillo ao Brasil, em julho de 1980.

A propósito, tomaram nota com satisfação

dos resultados da II Reunião da Subcomissão Econômica e Comercial Brasileiro-Mexicana, realizada na Cidade do México, nos dias 8 e 9 de julho de 1981, na qual se examinou o estado atual da cooperação econômica e industrial, particularmente no que se refere a minério de ferro, indústria siderúrgica, bauxita, alumínio, enxofre e bens de capital.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil e sua comitiva tiveram uma reunião de trabalho com o Senhor Secretário de Comércio, em que se examinou o comércio bilateral entre o Brasil e o México e se reafirmou o interesse dos dois países em promover seu dinamismo crescente. Sobre o assunto, decidiu-se que uma missão técnica brasileira viaje ao México em data próxima e que, posteriormente, uma missão técnica mexicana visite o Brasil, a fim de analisar os mecanismos para tornar mais expeditos os trâmites do intercâmbio.

Assinalaram o significado especial da Exposição Industrial Brasileira no México, inaugurada pelo Chanceler brasileiro durante sua visita, e que constitui a terceira mostra desse gênero a apresentar-se num curto período de tempo, na Capital mexicana.

Reafirmaram sua satisfação pelo rápido desenvolvimento das transações entre a Petrobrás e a Pemex, com base no aumento, em fins de 1980, das compras, por parte do Brasil, de petróleo bruto mexicano e no incremento das relações de intercâmbio e cooperação entre as duas empresas.

Examinaram o grau de execução do Convênio Cultural e concordaram em que os resultados alcançados até agora nessa área podem ampliar-se consideravelmente. Nesse campo, expressaram interesse na conclusão dos ajustes para a celebração das Semanas Culturais mexicanas no Brasil, da promoção da II Semana de filmes brasileiros no México e da Exposição de Arte Plu-

mária Indígena no Brasil, no Museu Nacional de Antropologia.

O Chanceler do Brasil expressou seu vivo agradecimento pelas inúmeras atenções e

gentilezas que ele, sua esposa e sua comitiva, receberam das autoridades mexicanas e estendeu um convite cordial para que o Secretário de Relações Exteriores do México visite o Brasil em data próxima.

a XXXVI assembleia geral da organização das nações unidas

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Nova York, em 21 de setembro de 1981, por ocasião da abertura da XXXVI sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Na qualidade de primeiro orador do debate geral que ora se inaugura, é para mim um privilégio dirigir a Vossa Excelência as palavras iniciais de cumprimentos por sua eleição ao cargo de Presidente da XXXVI Assembleia Geral.

As relações entre o Iraque e o Brasil, alicerçadas na solidariedade e intensificadas pela ação convergente em prol de objetivos comuns, se colocam no contexto cada vez mais amplo da cooperação igualitária entre países em desenvolvimento.

A eleição de Vossa Excelência é um tributo a seu país e a suas qualidades profissionais e pessoais. Estou certo de que, sob sua direção, os trabalhos da presente Sessão da Assembleia Geral serão conduzidos com a necessária habilidade e competência.

Desejo, ainda, expressar nosso reconhecimento pela maneira segura e eficiente com que o Embaixador Von Wechmar presidiu a XXXV Sessão. Sua atuação honrou a decisão da comunidade internacional de confiar-lhe tão alta função, em tempos particularmente complexos.

Por ocasião de sua admissão como novo

Estado-Membro das Nações Unidas, estendo acolhida cordial à República de Vanuatu.

Dentro da tradição latino-americana de apoio à descolonização, congratulo-me com a independência de Belize, a que o Brasil deseja um futuro de paz e de progresso.

Senhor Presidente,

Conflitos e tensões de natureza política e econômica estão presentes em várias partes do mundo com implicações sobre a própria organização e funcionamento do sistema internacional.

Mais que a existência mesma de tensões e conflitos, fato quase inevitável no convívio imperfeito das coletividades, preocupa-nos a verificação de que é reduzida a capacidade da ordem internacional de contê-los e resolvê-los. Gradativamente, o ideal de uma comunidade de nações vai sendo substituído pela aceitação conformista de conflitos permanentes. A estratégia de desafios múltiplos tende a reduzir a eficácia dos instrumentos para a solução pacífica das controvérsias internacionais. Em nome do reforço da paz e da segurança, renova-se a corrida armamentista, especialmente a nuclear, e perdem-se de vista prioridades essenciais

para a construção do futuro.

Há anos entramos na era da destruição superlativa (*overkill*) e o que se acreditava, então, ser o capítulo final e absurdo de uma espiral de meios de destruição maciça revelou-se apenas uma nova base para a formação de novos arsenais nucleares. Mas a segurança de nenhum país aumentou. Apesar de acumulação de uma capacidade de destruição nuclear que hoje equivale a mais de duas toneladas de dinamite para cada ser humano, os armamentos estratégicos se tornam mais e mais diversificados e sofisticados. O risco de guerra, contudo, não diminuiu. Centenas de bilhões de dólares são dedicados a atividades, na melhor das hipóteses, improdutivas, enquanto a cooperação internacional para a melhora das condições de vida dos povos, e para a criação de uma sociedade internacional mais justa, recebe prioridade secundária, como se os problemas do desenvolvimento devessem, ou pudessem, aguardar oportunidade mais propícia.

Tal alocação irracional de recursos e a própria ordem internacional que a permite, negligenciam os problemas reais que afetam a maior parte da humanidade. Esse estado de coisas, Senhor Presidente, favorece a perpetuação das desigualdades entre as nações.

Não estamos diante de uma questão exclusivamente moral ou ética. O que está em jogo é o futuro do sistema internacional. Faz-se necessária, assim, uma definição urgente e clara com o fim de reverter os rumos do processo apontado. A segunda Sessão Especial da Assembléia Geral sobre Desarmamento, prevista para o próximo ano, deverá, portanto, realizar-se dentro de um contexto dos mais significativos.

Ainda que recaia essencialmente sobre as potências detentoras de armas nucleares a responsabilidade pela reversão da tendência armamentista, é evidente que a busca

de soluções satisfatórias e duradouras deverá levar em conta as aspirações da comunidade internacional como um todo. É necessário, portanto, que tiremos proveito com o maior zelo da maquinaria negociadora existente no âmbito das Nações Unidas, cuja papel no tratamento de questões de desarmamento permanece vital.

Senhor Presidente,

A presente crise econômica mundial perdura há quase uma década. Não parece haver, entretanto, qualquer sinal mais claro de recuperação. Essa ausência de progresso é, em si mesma, o mais forte testemunho da incapacidade da comunidade internacional de, até agora, adaptar-se a situações cambiantes e de reagir de modo criativo a novas realidades.

Para além da própria complexidade dos problemas econômicos, talvez a pior crise que enfrentamos seja a de natureza gerencial. Um fato básico ainda não foi devidamente reconhecido: o de que, por mais traumáticas que sejam suas conseqüências imediatas, o rápido e singular processo de mudança na economia mundial tem significado essencialmente positivo.

O papel novo, mais dinâmico e cada vez mais diversificado dos países em desenvolvimento em todas as áreas de relacionamento internacional é acontecimento saudável. Seu efeito global tem sido o de ampliar as oportunidades de crescimento para a economia mundial como um todo. A manutenção de taxas relativamente altas de crescimento por numerosos países em desenvolvimento, nos anos 70, foi importante fator na sustentação de taxas básicas de expansão em determinados países altamente industrializados, os quais, de outra maneira, teriam que enfrentar dificuldades maiores do que aquelas que ora, efetivamente, enfrentam.

Falta, porém, o devido reconhecimento, par-

tualmente pelos países desenvolvidos, da necessidade de administrar, de forma adequada, o processo de mudança, para maximizar as numerosas oportunidades de parceria criativa entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Este processo de mudança, devo acrescentar, não pode ser impedido e nem deve ser prejudicado, pois é saudável e desejável por todos nós.

A expansão sem precedentes do comércio e dos fluxos de capital nas décadas passadas, juntamente com a crescente tendência no sentido da internacionalização dos fatores de produção, de longe excedeu os recursos e a capacidade gerencial da estrutura prevista no sistema de Bretton Woods para levar a cabo uma evolução ordenada das trocas internacionais. No que diz respeito ao Terceiro Mundo, houve uma ampliação da distância entre as suas necessidades de apoio externo e os recursos disponíveis para cooperação para o desenvolvimento. O insuficiente progresso na melhoria das regras e dos mecanismos das instituições multilaterais acentuou, ainda mais, a inadequação do quadro institucional que rege as trocas internacionais para lidar com as necessidades crescentes e, com frequência, mais complexas das economias dos países em desenvolvimento.

Ampliou-se, assim, a agenda internacional com a inclusão de novas questões. Em muitos casos, reconheceram-se novas interconexões entre problemas que antes pareciam suscetíveis de tratamento tópico ou isolado. Numa economia mundial complexa e mais diversificada, não basta proclamar o fato da interdependência. É fundamental que se faça uma tentativa séria para resolver o problema do subdesenvolvimento, que afeta cerca de dois terços da humanidade.

Por muito tempo, os países do Terceiro Mundo têm ouvido que o desenvolvimento do Sul deve ser subproduto da prosperidade do Norte, como se a maior demanda pelo

mundo industrializado de produtos dos países em desenvolvimento pudesse garantir, por si própria, a solução para problemas de natureza qualitativa, que estão diretamente relacionados aos padrões desiguais de intercâmbio com os países altamente desenvolvidos.

Quase três décadas de crescimento econômico acelerado — e de trabalho árduo, apesar de, em sua maior parte, infrutífero — sobre as questões Norte-Sul demonstram que a prosperidade das economias centrais não as leva necessariamente a uma maior disposição de fazer progredirem os esforços de redefinição de padrões de intercâmbio obsoletos e injustos para o Terceiro Mundo. Acontecimentos recentes revelam que as dificuldades nas economias centrais tendem imediatamente a endurecer suas atitudes em relação ao mundo em desenvolvimento, assim como a levá-las a tentativas de solução para seus problemas que frequentemente repercutem de modo negativo sobre as economias dos países em desenvolvimento.

Acreditamos que seria um erro, além de desperdício de tempo, manter a questão Norte-Sul em compasso de espera até que as principais economias desenvolvidas consigam recuperar-se. Ao contrário, sustentamos que a comunidade internacional nas atuais circunstâncias necessita, precisamente, levar adiante esforço concertado para elaborar, pela primeira vez na história, um conjunto integrado e abrangente de princípios e medidas capazes de manter o comércio internacional e os fluxos financeiros e tecnológicos num rumo seguro, com a devida atenção sendo dada à situação específica dos países em desenvolvimento.

A questão Norte-Sul já ultrapassou o estágio de confrontação — o qual, cabe assinalar, nunca foi parte intrínseca do exercício —, mas ainda precisa passar para a etapa do verdadeiro diálogo. É isso só se verificará quando o mundo desenvolvido revelar efeti-

va disposição de empenhar-se num processo negociador com o Terceiro Mundo. A moderação, é, afinal, imprescindível de ambos os lados, e sua expressão, da parte do Norte, só se refletirá pela adoção de uma posição construtiva diante do conjunto de problemas do desenvolvimento.

A premissa subjacente a toda a questão Norte-Sul é a de que estão em jogo problemas que afetam todas as nações, ricas ou pobres. Nesse contexto, a existência de diferenças de percepção não impede uma negociação bem sucedida sobre o que, em última análise, se evidencia serem interesses comuns, sempre que as questões sejam tratadas numa perspectiva mais ampla e de longo prazo. O exercício Norte-Sul não é um jogo de perde-ou-ganha. Não é uma questão de redistribuição da riqueza existente, mas sim esforço para definir um quadro de relacionamento capaz de proporcionar a todos os nossos países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, maiores oportunidades de crescimento.

Acredito que, desse diagnóstico, resulta uma conclusão inevitável: já se acabaram os tempos em que as vantagens na esfera econômica seriam melhor asseguradas através de acréscimos cumulativos no poder de um determinado país. Quando a economia mundial se torna altamente diversificada e os problemas se exprimem de maneira global, o desafio não é mais o de como obter vantagens unilaterais, mas o de como definir conjuntamente maneiras viáveis de gerenciar um sistema crescentemente instável. Nutrimos a esperança de que os principais países desenvolvidos, precisamente por suas responsabilidades globais, não deixarão de reconhecer a necessidade da ação multilateral sobre questões que são, por natureza, globais.

A comunidade internacional tem à sua disposição vasta herança de conceitos e idéias que podem servir de base para um compromisso de abordar, com seriedade, as

questões Norte-Sul. Já é tempo de se tomar uma decisão nesse sentido. A reunião dos 22 Chefes de Estado ou de Governo, em Cancún, no México, em outubro vindouro, oferece oportunidade única aos principais países ocidentais para recuperarem a confiança do Terceiro Mundo, demonstrando que não reincorrerão em atitudes ou juízos negativos sobre a própria relevância do problema Norte-Sul. É essencial que esta oportunidade inestimável se constitua em exercício conclusivo. Esperamos que resulte num claro compromisso de contribuir para o pronto lançamento das Negociações Globais, a serem conduzidas no foro universal das Nações Unidas. Também esperamos ser possível chegar a um consenso básico sobre princípios e premissas capazes de inspirar, doravante, a evolução do que só então será merecedor da denominação diálogo Norte-Sul. Tenho instruções de assegurar a essa Assembléia que o Presidente Figueiredo tem profundo compromisso pessoal com o êxito da reunião de Cancún e que o Governo brasileiro não medirá esforços para que sejam alcançados os resultados a que todos aspiramos.

Senhor Presidente,

As perspectivas de se concluir este ano o longo trabalho de codificação do novo Direito do Mar viram-se frustradas pela súbita decisão de um país de rever toda sua posição quanto ao projeto de Convenção. Esse percalço, cujas sérias implicações constituem motivo de real preocupação para todos os que se empenham pelo êxito dos esforços multilaterais de cooperação, serviu, no entanto, para demonstrar que a imensa maioria dos países representados na III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar adere firmemente aos princípios consagrados na Declaração incorporada na Resolução 2749 (XXV) e não está disposta a reabrir pontos fundamentais do projeto de Convenção.

Pôde, assim, a Conferência adiantar sua ta-

refa e chegar à oficialização do projeto de Convenção. Um sinal da firme determinação da comunidade internacional de adotar a Convenção e abri-la à assinatura no próximo ano foi a escolha das sedes da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e do Tribunal Internacional para o Direito do Mar. Cabe-me, nesta oportunidade, renovar as congratulações de meu Governo à Jamaica e à República Federal da Alemanha que, respectivamente, servirão de sede àquelas duas futuras entidades internacionais.

Senhor Presidente,

Na presente conjuntura de instabilidade internacional, os movimentos de afirmação regional dos países em desenvolvimento não podem ser perdidos, pois constituirão, talvez, um dos poucos antídotos eficientes para conter as diferenças que caracterizam o cenário internacional. As afirmações regionais são base indispensável para que se resgate a complexidade e variedade do mundo e para relançar, em sua plenitude, com todos os seus matizes, as questões da paz, justiça e de desenvolvimento.

Não tenho dúvidas de que os esforços dos países latino-americanos por atuar com base em perfis próprios na cena internacional se enquadram, também, neste movimento maior para obter níveis efetivos de distensão no sistema internacional.

A vocação latino-americana para a cooperação internacional não nasce de escolhas artificiais. Na América Latina, estão fortemente enraizadas as práticas que favorecem a solução pacífica de controvérsias, assim como as atitudes que definem os mecanismos de cooperação internacional e exigem dos Estados o respeito mútuo, o equilíbrio e a equidade nos seus encontros bilaterais.

Estão também enraizadas as disposições para o esforço multilateral, para o trabalho combinado em favor das transformações do

sistema internacional, orientado por propostas de justiça e progresso. Na verdade, a presença latino-americana no mundo vem demarcada pela compreensão básica de que a aceitação da transformação é um dado mínimo indispensável para a construção da paz. E, na transformação, é essencial que os processos sejam democráticos, abertos à participação e fundados na liberdade; e os objetivos, generosos, modelados por ideais de justiça e com contornos de tolerância.

Não quero apresentar um retrato ideal da América Latina. Haverá diferenças entre os países; persistem áreas de controvérsia; disputas de fronteiras ainda ocorrem. Os processos políticos sofrem dificuldades. Subsistem estruturas de dependência. Há duros dramas de desenvolvimento a exigir soluções urgentes e a nossos países faltam meios de resposta imediata.

Existe, porém, na diversidade de perspectivas, a clara percepção de que o trabalho comum é necessário; existe orgulho pelos valores que temos moldado e que incorporam rica experiência histórica, em que sobressai a ciosa defesa do princípio de não-intervenção; nossos esforços refletem nossos próprios ideais e não a caricatura de algum sucesso externo; a vocação para a negociação e para a paz, nossa melhor contribuição ao sistema internacional, não tem sido negada mesmo em situações difíceis e controvertidas.

A diplomacia brasileira tem sido perfeitamente fiel a esse ideário. Estimular o diálogo entre os nossos vizinhos, de todas as formas e em todas as dimensões, tem sido um dos pilares de nossa política externa. O Presidente João Figueiredo tem mantido encontros importantes com seus colegas latino-americanos, tomando a si o encargo de levar adiante os ideais de cooperação regional.

A situação em El Salvador, ou em qualquer

outra parte da América Latina, é vista pelo Brasil com o mesmo espírito de pleno respeito ao princípio de não-intervenção. É esperança do Governo brasileiro que todos os Estados respeitem a soberania daquele país, bem como o direito de seu povo de, sem interferências externas, resolver seus atuais problemas. Acredita o Brasil ser importante que se intensifiquem as consultas entre os países da região, evitando-se, dessa forma, que, por força de questões específicas, venham a esgarçar-se a unidade e a solidariedade latino-americanas, com evidentes prejuízos aos nossos interesses comuns.

Senhor Presidente,

O Brasil se orgulha de suas raízes africanas e, fiel a elas, abre-se à cooperação com nossos vizinhos, países em desenvolvimento do outro lado do Atlântico Sul. Gostaria de, neste capítulo, dar destaque devido às realizações que caracterizam o processo crescente de aproximação entre nossos povos, mas não é possível abordar os temas referentes à África sem tocar duas questões pendentes que constituem problemas cruciais — o aparteidismo e a independência da Namíbia.

O Brasil condena enfaticamente a prática institucionalizada do racismo que caracteriza o regime da República da África do Sul. A consciência universal da humanidade e, em particular, a consciência nacional brasileira repudiam frontalmente essa conduta, incompatível com qualquer idéia de justiça e igualdade. O Brasil une-se à comunidade das nações pela realização de esforços renovados no sentido de garantir o pleno cumprimento pela África do Sul dos propósitos e princípios aos quais todos aderimos ao assinar a Carta das Nações Unidas.

A questão da independência da Namíbia está equacionada pela comunidade internacional, com base na Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e

no plano elaborado por esta organização e aceito internacionalmente. O Brasil apóia plenamente a independência e a integridade territorial da Namíbia com base nos esforços desenvolvidos pelas Nações Unidas. O problema, no entanto, não foi ainda solucionado, como sabemos todos, devido à intransigência da África do Sul, que persiste em sua ocupação ilegal do território namibiano e solapa deliberadamente os esforços internacionais de solução negociada, em acentuado contraste com a flexibilidade e a disposição ao diálogo mostradas pelas demais partes envolvidas. E não é só isso. Partindo da Namíbia, país que ocupa ilegalmente, a África do Sul pratica atos sistemáticos de agressão contra Angola que culminaram com a recente invasão e ocupação prolongada do território meridional daquele país. Estas violações à Carta das Nações Unidas, ao Direito Internacional e às normas elementares da boa convivência somam-se ainda a outros atos de agressão praticados contra outros países vizinhos.

A atitude do regime sul-africano é um flagrante desserviço às causas e aos interesses do Ocidente, que absurdamente alega defender. É fonte permanente de tensão e de polarização na África Meridional, contribuindo para transformar essa área em mais um cenário da confrontação entre o Leste e o Oeste, em detrimento da liberdade de seus povos. É preciso com urgência que tenham fim as agressões sul-africanas e que cesse a ocupação ilegal da Namíbia, para que esta alcance prontamente sua independência e para que os países da região possam, finalmente, livres das tensões, da guerra e dos compromissos por ela impostos, dedicar-se, em condições propícias, à causa justa de seu desenvolvimento, e à expressão autêntica, independente e soberana, de sua afirmação nacional.

Senhor Presidente,

No Oriente Médio, uma sucessão de crises tem refletido o agravamento da situação

geral. Além da perpetuação dos problemas relativos ao futuro do povo palestino, à criação do Estado palestino e às condições prevalentes nos territórios árabes ocupados, assistimos à agressão dirigida à central nuclear de Tamuz e à renovada agressão ao território do Líbano.

Diante desse agravamento, torna-se cada vez mais urgente dar cumprimento às resoluções das Nações Unidas que expressam o consenso internacional em busca de uma solução abrangente, justa e duradoura. Meu Governo adere com firmeza a esse propósito para a obtenção das condições que considera indispensáveis para a paz: a retirada completa das forças de ocupação de todos os territórios árabes; o exercício do direito de o povo palestino retornar à Palestina e o reconhecimento de seu direito à autodeterminação, à independência e à soberania; a participação da Organização da Libertação da Palestina nas negociações de paz; e o reconhecimento do direito de todos os Estados da região de existirem em paz dentro de fronteiras reconhecidas.

A ausência de uma solução abrangente propicia o acirramento de tensões e provoca crises localizadas. Da mesma maneira, reduz-se a possibilidade de recurso aos meios de solução pacífica da carta e amplia-se a violação de seus princípios. O ataque à central nuclear no Iraque situa-se nesse contexto. Não obstante a tentativa de sua conceituação como "preventivo", o ataque a Tamuz revelou exemplo flagrante de uso da força incompatível com a carta desta organização.

Conquanto a posição e as reações de meu Governo tenham sido expressas anteriormente, reitero nossa solidariedade ao Governo e ao povo do Iraque pela agressão sofrida e pela violação brutal de sua soberania. Não deixarei de refletir ainda a ansiedade que sentimos diante do quadro de insegurança e violência no Líbano, tantas vezes vitimado pela agressão, e renovo nosso em-

penho na preservação da independência, soberania e integridade do território desse país que tanto contribuiu, pelo trabalho de seus filhos, para o progresso do Brasil.

Não devo encerrar minhas observações sobre o Oriente Médio sem manifestar minha preocupação com o **status** de Jerusalém, particularmente com as medidas mais recentes adotadas pela administração israelense em relação à Cidade Santa.

Senhor Presidente,

Nossa posição com relação aos acontecimentos no Afeganistão é clara e coincide, em sua essência, com a da grande maioria dos países em desenvolvimento. Opomo-nos claramente à violação dos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos. Opomo-nos igualmente à manipulação de condições políticas internas em um país para a criação de uma fachada de legitimação para atos de intervenção efetiva contra esse país. Não pode haver legitimação imposta externamente e as tentativas nesse sentido apenas agravam as situações que alegam resolver. Nosso apoio a esses princípios é universal. As tentativas de interferir em processos políticos internos na Ásia, na África, na América Latina, assim como na Europa, merecerão sempre a condenação indisfarçável da comunidade internacional.

Senhor Presidente,

Uma vez mais, os acontecimentos transcorridos nos últimos doze meses não dão lugar para o otimismo. Os graves problemas do relacionamento internacional persistem menos pela incapacidade de equacioná-los devidamente que pela falta de vontade política de pôr em marcha os mecanismos de sua resolução. Não devemos perder, nestas circunstâncias, nem a confiança nem o espírito crítico, nem a criatividade nem o realismo. Reiteramos que o sistema internacional, para ser justo e eficaz, deve contemplar

a participação ampla, efetiva e representativa da comunidade das nações nos processos decisórios referentes aos problemas globais. Reafirmamos nosso respeito à Carta das Nações Unidas, a seus propósitos e princípios, que devem ser por todos igualmente acatados, e nossa confiança na organização por ela regida, como instrumento hábil e insubstituível para a consecução de nossos melhores propósitos.

Faço votos, Senhor Presidente, para que os trabalhos desta XXXVI Sessão da Assembleia Geral, sob sua hábil condução, tenham êxito no encaminhamento das questões que compõem nossa agenda. A Delegação do Brasil estará sempre disposta a dar sua melhor e mais atenta colaboração nesse sentido.

Muito obrigado.

józef czyrek em Brasília consolida as relações polono-brasileiras

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 30 de setembro de 1981, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro dos Assuntos Estrangeiros da Polônia, Józef Czyrek.

Excelentíssimo Senhor Ministro Józef Czyrek,

É com grande satisfação que recebo Vossa Excelência e sua comitiva para este almoço, e apresento, em meu nome próprio e em nome do Governo brasileiro, as boas vindas a nosso país. A visita que Vossa Excelência ora realiza constitui mais um passo para a consolidação das boas relações polono-brasileiras.

Longa é a tradição de convivência amistosa entre o Brasil e a Polônia. Em 1921, quando a Polônia renascia como Estado independente, estabeleceram-se relações diplomáticas entre nossos dois países. Tais relações desde então nunca foram interrompidas e têm-se desenvolvido continuamente em atmosfera de cordialidade.

Além disso, o importante fluxo de imigrantes poloneses, concentrados especialmente nos Estados do sul do Brasil, muito contribuiu para que mais se estreitassem os laços que nos aproximam. Na verdade, a comunidade de origem polonesa radicada no Brasil, plenamente integrada à grande comunidade brasileira, tem participado de forma expressiva na construção da Nação brasileira e contribuído, com o seu trabalho, para o desenvolvimento deste país.

Em época mais recente, uma série de iniciativas, dentre as quais saliento a troca de visitas em nível ministerial, vieram favorecer a ampliação das nossas relações bilaterais, que hoje atingem os mais variados campos.

Em primeiro lugar, podemos assinalar os resultados alcançados no campo das relações econômicas e comerciais, assim como considerar, com confiança, as promissoras perspectivas de seu desenvolvimento e diversificação. Com efeito, na última década, o intercâmbio entre nossos dois países conheceu uma significativa expansão, passando da cifra modesta de 33 milhões de dólares, em 1970, para total superior a 590 milhões, em 1980. Desde 1976, a Polônia é o principal parceiro comercial do Brasil dentre os países do Leste europeu e em 1980 foi o décimo-primeiro mercado para as exportações brasileiras, no âmbito do comércio global do Brasil.

Tendo o intercâmbio alcançado tais níveis e considerando a complementaridade das duas economias, é de se prever sua expansão no decorrer dos próximos anos, assim como uma crescente diversificação das formas de cooperação.

No âmbito das relações multilaterais, animam nossa atuação externa os mesmos

princípios de respeito à independência nacional, igualdade soberana dos Estados, autodeterminação dos povos, não-intervenção e solução pacífica das controvérsias. Anima-nos ainda a mesma convicção de que o desenvolvimento econômico e social é direito de todos os povos e urge assegurar aos países em desenvolvimento melhores condições de financiamento, uma participação mais ampla e diversificada no comércio internacional e livre acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

Tais afinidades nos aproximam e fazem que, a despeito das diferenças dos sistemas políticos, sociais e econômicos vigentes em nossos países, possamos unir esforços na defesa de posições comuns, baseadas em idênticos ideais de independência, prosperidade e justiça entre as nações.

Aproxima-nos, ainda, a dedicação comum à causa da paz e do entendimento entre as nações, nossa preocupação com o surgimento ou o agravamento das tensões mundiais, assim como a firme condenação por nossos Governos ao uso da força ou ameaça de uso da força nas relações entre os Estados.

Assim é que, apesar das dificuldades da

conjuntura internacional, devemos continuar a trabalhar pelo abrandamento das tensões, com vistas à criação de uma atmosfera de confiança internacional, bem como pela preservação da soberania, independência e integridade territorial das nações.

Senhor Ministro,

A exemplo de toda a comunidade internacional, acompanhamos de perto a evolução da situação política e econômica em seu país. Temos a firme convicção de que a Polônia saberá superar as dificuldades de hoje para que possa reencontrar-se com seu destino de crescimento econômico, de estabilidade política e de paz social, mantendo preservada sua soberania e sua integridade.

Ao finalizar, formulo meus votos sinceros de que a permanência de Vossa Excelência no Brasil transcorra de maneira mais positiva e satisfatória, constituindo um estímulo à ampliação contínua de nossas relações.

Convido todos os presentes a que ergam suas taças e me acompanhem no brinde que faço à prosperidade do povo polonês e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

comunicado de imprensa brasil-polônia

Comunicado de imprensa Brasil-Polônia, divulgado pelo Palácio do Itamaraty em Brasília, em 1º de outubro de 1981, ao final da visita do Ministro dos Assuntos Estrangeiros da Polônia, Józef Czyrek.

A convite de Sua Excelência o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Ministro dos Assuntos Estrangeiros da República Popular da Polónia, Senhor Józef Czyrek, realizou visita oficial à República Federativa do Bra-

sil em 30 de setembro e 1º de outubro de 1981.

Durante a visita, o Ministro dos Assuntos Estrangeiros da Polónia foi recebido por Sua Excelência o Senhor Antonio Aureliano Chaves de Mendonça, Vice-Presidente da

República, no exercício do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, com quem conversou sobre assuntos de interesse dos dois países, no âmbito das relações bilaterais e da conjuntura internacional.

O Ministro Józef Czyrek fez entrega, da parte do Senhor Presidente do Conselho de Estado da República Popular da Polônia, Professor Henryk Jablonski, de um convite dirigido a Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, para realizar uma visita oficial à Polônia.

O Ministro polonês dos Assuntos Estrangeiros foi também recebido pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, assim como teve entrevistas com o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Senhor Antonio Delfim Netto e o Ministro interino das Minas e Energia, Senhor Arnaldo Rodrigues Barbalho.

Em atmosfera de amizade, entendimento e respeito mútuo, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro dos Assuntos Estrangeiros da Polônia mantiveram conversações sobre o atual estágio e as perspectivas de desenvolvimento das relações bilaterais, assim como sobre a situação política internacional.

No plano das relações internacionais, os Ministros reafirmaram a firme adesão de seus países aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, assim como aos princípios do Direito Internacional, especialmente no que se refere à independência, soberania, igualdade e integridade territorial dos Estados, bem como ao direito à autodeterminação dos povos, à não-intervenção e à renúncia ao uso ou à ameaça de uso da força nas relações internacionais.

Os Ministros manifestaram preocupação diante do agravamento das tensões nas re-

lações internacionais e reafirmaram sua convicção de que a situação internacional atual exige de todos os Estados, independentemente de seus sistemas políticos e econômicos, maior atuação para conter a corrida armamentista e eliminar os focos de tensão existentes nas diversas regiões do mundo, através do fortalecimento do diálogo entre as nações.

Ressaltaram a grande importância que atribuem à participação ampla e representativa de todos os Estados na vida internacional, com base na plena igualdade de direitos. Reconheceram ainda a necessidade de apoiar e de fortalecer o papel e a eficácia da ONU como instrumento de paz e segurança mundiais, e como fator de entendimento entre todos os Estados.

Os Ministros acentuaram a fundamental importância da adoção urgente de medidas eficazes para o desarmamento geral e completo, em particular o desarmamento nuclear, sob adequado controle internacional. Afirmaram também estar dispostos a apoiar iniciativas concretas tendentes a promover o desarmamento e a distensão.

Os Ministros sublinharam a importância que tem para a paz e a compreensão internacional o desenvolvimento da cooperação na Europa e expressaram a confiança de que a reunião de Madri finalizará com a adoção de medidas concretas que contribuirão para o fortalecimento do processo de distensão.

Enalteceram a contribuição positiva que a América Latina tem prestado à paz, à justiça e ao progresso, bem como à criação de confiança e equilíbrio nas relações internacionais.

Os Ministros condenaram todas as manifestações de colonialismo e de discriminação racial, em especial o **apartheid**, e insistiram na necessidade de intensificar os esforços nas Nações Unidas para eliminá-las. Consideraram que o **apartheid**, além de

condenável sob todos os aspectos, é também fator de crescente ameaça à paz na região sul da África. Condenaram o ato de agressão da República da África do Sul contra a República Popular de Angola.

Expressaram ser prioritária a solução para o problema da Namíbia que leve à pronta independência de seu povo, com base nas resoluções relevantes das Nações Unidas, e à preservação de sua integridade territorial.

Pronunciaram-se pela solução global do conflito no Oriente Médio, ressaltando a necessidade da desocupação de todos os territórios árabes ocupados pela força, do pleno reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestino, assim como do direito de todos os Estados da região a existir em paz dentro de fronteiras reconhecidas.

Com referência à situação econômica internacional, os Ministros manifestaram a opinião de que a política e práticas protecionistas por parte dos países desenvolvidos são altamente nocivas aos interesses de todos os países e em particular dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, expressaram a certeza de que a liberalização das políticas comerciais dos países desenvolvidos constitui fator fundamental para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional mais justa e equitativa; expressaram, igualmente, a opinião de que a alocação irracional de recursos em gastos militares impede a liberação de meios materiais e humanos para o progresso e o desenvolvimento, em particular, dos países do Terceiro Mundo.

As Partes ressaltaram com satisfação a importante contribuição dos brasileiros de origem polonesa para o desenvolvimento do Brasil e das relações brasileiro-polonesas.

Os Ministros expressaram satisfação pelas posições convergentes de seus países em importantes problemas internacionais e

sublinharam a importância que os dois Governos atribuem às consultas e à troca de visitas em vários níveis. Manifestaram-se também pela intensificação das consultas entre as delegações brasileiras e polonesas no âmbito das diversas organizações internacionais.

Os Ministros examinaram ainda a evolução ocorrida nos diversos campos do relacionamento brasileiro-polonês, dentro do espírito dos diversos documentos firmados por ocasião dos contatos de alto nível, no plano governamental, havidos nos últimos anos entre os dois países; expressaram satisfação pelo desenvolvimento positivo dos empreendimentos econômicos e comerciais bilaterais em curso e consideraram mutuamente vantajosa a intensificação do intercâmbio e da cooperação entre o Brasil e a Polônia.

Examinaram as perspectivas do intercâmbio comercial e da cooperação econômica e financeira e as medidas para assegurar seu desenvolvimento de forma crescente e equilibrada. Nesse contexto sublinharam a importância da Comissão Mista Brasil-Polônia e a confiança mútua existente entre ambas as Partes.

O Ministro dos Assuntos Estrangeiros da Polônia sublinhou as favoráveis possibilidades de cooperação com o Brasil nos campos da mineração do carvão, dos transportes marítimos, dos transportes ferroviários e da indústria naval.

Reafirmando a importância que atribuem ao intercâmbio e à cooperação bilateral no campo científico e técnico, os Ministros manifestaram interesse em iniciar estudos para futuras negociações com vistas à assinatura de um Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica.

Os Ministros concordaram em continuar as programações culturais e os contatos científicos previstos no Acordo Cultural existente entre os dois países.

O Ministro Józef Czyrek convidou o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, a visitar oficialmente a

Polônia. O convite foi aceito, devendo a data ser fixada de comum acordo, oportunamente, pelos canais diplomáticos.

relações diplomáticas

entrega de credenciais

Robert Richard, da **França**, e Friedch Gustav Conradie, da **África do Sul**, em 7 de julho;

Sándor Varga, da **Hungria**, em 14 de julho;

Khor Eng Hee, da **Malásia**, Javier Illanez Fernandez, do **Chile**; e René Henry Halfuid, do **Suriname**, em 18 de agosto;

Diamantis Adamantis Vakalopoulos, da **Grécia**; Adriano Antonio de Carvalho, de **Portu-**

gal; e Hyun Soo Shin, da **Coréia**, em 1º de setembro;

William Roch, da **Suíça**; Moustafa Abdel Wahab, do **Egito**; e Vladimir Ivanovich Chernyshev, da **União Soviética**, em 29 de setembro.

designação de embaixadores brasileiros

Jorge Carlos Ribeiro, junto ao Governo do **Chile**, e Raul Henrique Castro Silva de Vincenzi, junto ao Governo do **Uruguai**, em 15 de julho.

protocolo de intenções prevê aumento do comércio entre brasil e gana

Protocolo de Intenções entre o Brasil e a República de Gana, assinado, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 14 de julho de 1981, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares, e pelo Vice-Presidente da República de Gana, J.W.S. de Graft-Johnson.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Gana,

RECONHECENDO o interesse mútuo em incrementar o volume do comércio entre os dois países, de conformidade com o Acordo Comercial assinado em Acra, a 2 de novembro de 1972, concordam em estudar a possibilidade de uma participação conjunta em projetos de desenvolvimento a serem executados em Gana, por parte de companhias do Brasil e de Gana. Uma lista de possíveis projetos que o Governo da República de Gana consideraria implementar no futuro, com a cooperação brasileira, consta do Anexo I.

O Governo da República de Gana pretende obter no Brasil todos os bens de capital e serviços necessários à implantação dos referidos projetos em Gana, a preços competitivos.

O Governo da República Federativa do Brasil concorda em examinar, através de suas autoridades competentes, e em cada caso específico, a possibilidade de financiar a exportação de bens de capital e serviços relacionados com a participação de companhias brasileiras em tais projetos.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana observam que o Governo da República de Gana importa, anualmente, bens de terceiros países, mediante pagamento à vista. É intenção do Governo da República de Gana realizar parte considerável dessas compras à vista, a preços

de mercado no Brasil, nos termos a serem acordados entre agentes de comércio de ambos os países. As mercadorias que poderão ser adquiridas dessa forma estão relacionadas no Anexo II.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos respectivos Governos, assinam este Protocolo de Intenções em Brasília, aos 14 dias do mês de julho de 1981.

ANEXO I

Projetos que o Governo de Gana estimaria implementar no futuro com a cooperação brasileira:

1. Projeto de Soda Cáustica

Trata-se de projeto para o estabelecimento de uma fábrica de soda cáustica em Gana, através de **joint-venture** entre empresa brasileira e o **Social Security Bank Limited** de Gana.

2. Maquinaria Agrícola

Este projeto prevê a importação de tratores agrícolas com implementos, colheitadeiras e debulhadoras de milho.

3. Plantação e Indústria de Soja

O objetivo deste projeto é o estabelecimento, por empresa brasileira em consórcio com o **Bank of Ghana**, de complexo integrado de plantação e indústria de soja em Gana.

4. Equipamento para a Construção de Estradas

Prevê-se a importação por Gana de equipamento brasileiro para a construção de estradas, incluindo bulldôzers, tratores escavo-carregadores, niveladores, rolos compressores, escavadeiras e veículos utilitários. Prevê-se o fornecimento de peças de reposição no valor de 20% das encomendas a serem feitas.

5. Fazenda de Criação de Gado

O **Social Security Bank Limited** tenciona estabelecer, com assistência técnica do Governo brasileiro, moderna fazenda de criação de gado, dispondo de equi-

pamento para inseminação artificial. A assistência técnica nesses campos incluiria a importação por Gana de equipamento básico e acessórios, treinamento no Brasil e treinamento local por técnicos brasileiros.

6. Indústria de Processamento de Carne de Bolgatanga

Este projeto refere-se a consórcio entre empresa brasileira e a Industrial Holding Corporation de Gana e envolveria a recuperação da Indústria de Processamento de Carne de Bolgatanga, bem como o fornecimento de matadouro e frigorífico.

7. Viveiros de Pesca, Pesca e Acessórios

Propõe-se o fornecimento imediato de assistência técnica para o setor da pesca, com vistas ao desenvolvimento de viveiros de pesca completos, bem como o fornecimento de outros implementos, tais como redes de pesca e equipamentos suplementares de motores marítimos a serem obtidos no Brasil, o que conduziria à criação de fábrica para a produção local desses implementos.

8. Fábrica de Fechaduras e Dobradiças

Trata-se de projeto para o estabelecimento de fábrica de fechaduras e dobradiças por empresa brasileira, em consórcio com o Bank for Housing and Construction.

ANEXO II

Produtos a serem adquiridos por Gana, a preços competitivos, no Brasil:

1. Açúcar refinado
2. Carne enlatada e congelada
3. Algodão bruto e fios de algodão
4. Arroz
5. Concentrados para ração
6. Milho
7. Óleos comestíveis
8. Fertilizantes
9. Eletrodomésticos
10. Veículos motorizados

brasil assina acordo básico de cooperação científica e técnica com a arábia saudita e doa terreno para construção de mesquita

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e a Arábia Saudita, assinado no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 13 de agosto de 1981, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, Príncipe Saud Al-Feiçal; e o texto da Ata de doação, pelo Governo do Distrito Federal, de um lote de terreno em Brasília, para construção de uma Mesquita, assinada, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 13 de agosto de 1981, pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, pelo Chanceler saudita, Príncipe Saud Al-Feiçal, pelo Governador do Distrito Federal, Aimé Alcebiades Lamaison, pelo Embaixador da República Argelina Democrática e Popular, Ahmed Amine Kherbi — na qualidade de presidente do Centro Islâmico do Brasil —, pelo presidente da Terracap, Eni de Oliveira Castro, e pelo Secretário-Executivo do Centro Islâmico do Brasil, Mohamad Abu-Alsamh.

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino da Arábia Saudita,

DESEJOSOS de fortalecer os tradicionais vínculos de amizade existentes entre ambos os países,

CONSIDERANDO o interesse comum em acelerar o desenvolvimento social e econômico de seus respectivos países, e

CONSCIENTES de que o apoio à cooperação científica e técnica e ao intercâmbio de conhecimentos culturais, científicos e técnicos entre ambos os países contribuirá para a consecução destes objetivos,

ACORDAM o seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes desenvolverão a cooperação

científica e técnica entre ambos os países com a finalidade de contribuir para a melhor avaliação de seus recursos naturais e humanos, esforçando-se para que os programas decorrentes do presente Acordo Básico se ajustem a seus respectivos planos e políticas de desenvolvimento global, regional ou setorial, como apoio complementar a suas próprias metas de desenvolvimento econômico e social.

artigo II

A cooperação entre as Partes Contratantes poderá assumir as seguintes formas:

- a) intercâmbio de informação científica e técnica, com vistas à organização de meios adequados à sua difusão;
- b) realização de serviços de consultoria, contratados entre empresas e organizações de ambos os países;
- c) desenvolvimento de recursos humanos, através de visitas ou programas de treinamento para especialização, bem como de concessão de bolsas de estudo com vistas à especialização científica e técnica;
- d) realização de projetos de pesquisa em campos científico e técnico de interesse comum;
- e) intercâmbio de cientistas, técnicos e peritos;
- f) organização de seminários e conferências nos campos científico, técnico, cultural e de informação;
- g) fornecimento de equipamento e materiais necessários à execução de novos projetos;
- h) qualquer outra forma de cooperação que possa ser acordada entre as Partes Contratantes.

artigo III

Os programas mencionados no presente Acordo serão objeto de ajustes complementares, que incluirão os objetivos de tais programas e os procedimentos para sua implementação, bem como as obrigações financeiras de ambas as Partes e outros itens relativos a equipamento, proteção à propriedade da informação, direitos de invenção e responsabilidades.

artigo IV

As Partes Contratantes avaliarão periodicamente os programas conjuntos de cooperação científica e técnica,

com a finalidade de introduzir quaisquer modificações julgadas necessárias.

artigo V

1. O financiamento das modalidades de cooperação definidas no Artigo II será acordado pelas Partes Contratantes, relativamente a cada programa ou projeto.

2. As Partes Contratantes, por mútuo entendimento, poderão propor o financiamento e a participação de organizações internacionais na execução do presente Acordo.

artigo VI

A cooperação prevista no Artigo II do presente Acordo Básico, bem como as modificações aos programas conjuntos, introduzidas de conformidade com o Artigo IV do presente Acordo, realizar-se-ão, por via diplomática, entre as organizações autorizadas, em cada caso, pelas Partes Contratantes, as quais também determinarão o escopo e as limitações de sua utilização.

artigo VII

As Partes Contratantes facilitarão, em seus respectivos territórios, a entrada de cientistas, técnicos e peritos, bem como o desempenho de suas funções no âmbito do presente Acordo Básico.

artigo VIII

Os regulamentos em vigor em cada país no que respeita a privilégios e imunidades concedidos a funcionários e peritos das Nações Unidas serão aplicados aos funcionários e peritos de cada uma das Partes Contratantes, designados para exercer funções no território da outra Parte Contratante.

artigo IX

Ambas as Partes Contratantes concordam em que sejam concedidas ao equipamento, maquinaria e outros instrumentos necessários à implementação de projetos de cooperação técnica e programas de desenvolvimento agrícola e pecuário, todas as facilidades necessárias à entrada em ambos os países, desde que tal procedimento não contrarie as listas de mercadorias vigentes, quando da entrada em vigor do presente Acordo.

artigo X

Com vistas a fortalecer e desenvolver as relações de amizade e cooperação entre as duas Partes, e a obter

os benefícios da experiência técnica e dos meios de informação em cada país, bem como a proporcionar maiores possibilidades aos seus nacionais de obter melhor conhecimento da cultura da outra Parte e do desenvolvimento de cada país em vários campos, ambas as Partes concordam em realizar o seguinte:

- a) intercâmbio de informações oficiais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Arábia Saudita, por intermédio de material impresso, publicações, gravuras ou fotografias, desde que o referido material não fira a segurança nacional e os sentimentos religiosos de ambos os países;
- b) incentivo ao intercâmbio de programas de televisão, de filmes de radiodifusão e documentários que reflitam aspectos do desenvolvimento e do progresso de cada um dos países, no quadro da política geral de informação, em vigor em cada país;
- c) intercâmbio de experiências técnicas e de informação nos campos da radiodifusão, televisão e imprensa. As autoridades especializadas de ambas as Partes nesses campos coordenarão este trabalho e tomarão as providências necessárias à sua implementação;
- d) incentivo ao intercâmbio de delegações de representantes da imprensa informativa de ambos os países, desde que o país anfitrião garanta toda a assistência possível às referidas delegações para que estas possam desempenhar suas atividades de informação, dentro dos limites das normas aplicáveis em cada país;
- e) incentivo e assistência à cooperação conjunta entre editoras e estabelecimentos de imprensa em instituições de cada país, dentro das possibilidades disponíveis daquelas instituições e no âmbito das normas aplicáveis;
- f) revisão e atualização do presente Acordo, sempre que necessário, seja para introduzir sugestões levantadas, seja para fazer as emendas que ambas as Partes decidirem.

artigo XI

As Partes Contratantes, de conformidade com o Artigo V, concordam em assegurar que as organizações ligadas à execução dos programas e projetos decorrentes do presente Acordo proporcionarão, aos cien-

tistas, técnicos e peritos visitantes, o apoio logístico e informativo, além das facilidades de transporte necessárias ao desempenho de suas funções específicas. Alojamento adequado e facilidades de manutenção serão igualmente concedidos aos cientistas, técnicos e peritos, quando necessário.

artigo XII

Cada Parte Contratante notificará a outra da conclusão das formalidades necessárias à entrada em vigor do presente Acordo Básico, o qual terá vigência na data da última notificação.

artigo XIII

O presente Acordo Básico terá a duração de cinco anos, e será tacitamente prorrogado por iguais períodos, a menos que uma das Partes notifique à outra, por via diplomática, com uma antecedência de seis meses de sua expiração, sua intenção de terminá-lo.

artigo XIV

O término ou a expiração do presente Acordo Básico não afetarão os programas e projetos em execução, a menos que as Partes Contratantes decidam o contrário.

artigo XV

O presente Acordo Básico poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes, e seus efeitos cessarão seis meses após a data da respectiva notificação por via diplomática.

Feito em Brasília, aos 13 dias do mês de agosto de 1981, correspondente ao dia 13 de Chaul de 1401 da Hégira, nas línguas portuguesa, árabe e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergências na interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

ATA DE DOAÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE MESQUITA EM BRASÍLIA

Aos 13 dias do mês de agosto de 1981, correspondente ao dia 13 do mês de Chaul do ano de 1401 da Hégira, no Palácio do Itamaraty, em solenidade copresidida por Sua Excelência o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e por sua Alteza Real o Príncipe Saud Ibn Feïçal Ibn Abdula-ziz Al Saud, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino da Arábia Saudita, Sua Excelência o Senhor Coronel Aimé Alcebíades Lamaison, Governador do Distrito Federal, passou às mãos de Sua Excelência o

Senhor Ahmed Amine Kherbi, Embaixador da República Argelina Democrática e Popular, na qualidade de Presidente do Centro Islâmico do Brasil, e na presença do Senhor Mohamad Abu-Alsamh, Secretário-Executivo do Centro Islâmico do Brasil, e do Senhor Coronel Eni de Oliveira Castro, Presidente da Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP, o título de propriedade de um lote de terreno situado no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 912, do Plano Piloto de Brasília, transferido à comunidade islâmica brasileira, para que ali se edifique uma casa de orações aberta a todos os muçulmanos residentes e de passagem nesta cidade, e no espírito maior da harmonia e do conagraçamento ecumênico entre todos os seres humanos.

Em fé do que foi lavrada a presente Ata, em três exemplares, que, subscritos por todas as autoridades mencionadas, ficarão sob a guarda do Ministério das Relações Exteriores, do Governo do Distrito Federal e do Centro Islâmico do Brasil.

acordo brasil-honduras para constituição de uma comissão mista

Acordo, por troca de Notas, para constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Hondurenha, assinado no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 28 de agosto de 1981, pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, e de Honduras, César Elvir Sierra

NOTA BRASILEIRA

À Sua Excelência o Coronel César Elvir Sierra, Ministro das Relações Exteriores da República de Honduras.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, com vistas ao desenvolvimento das relações econômico-científicas e culturais existentes entre o Brasil e Honduras, e objetivando estreitar, dessa maneira, os laços de cordial amizade e profícua cooperação que unem ambos os países, o Governo da República Federativa do Brasil está disposto a concluir, com o Governo da República de Honduras, um acordo para a constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Hondurenha.

2. Dentre os temas do interesse do relacionamento entre o Brasil e Honduras, a Comissão Mista a ser criada objetivará cuidar, em particular, de:

I — analisar o comportamento do intercâmbio comer-

cial bilateral e apresentar medidas para seu incremento e diversificação;

II — estudar a atuação dos meios de transporte entre o Brasil e Honduras, tanto de carga quanto de passageiros, e sugerir meios para seu aperfeiçoamento e intensificação;

III — analisar o desempenho da cooperação técnico-científica entre os dois países e formular sugestões no sentido de propiciar o seu melhor aproveitamento nas áreas consideradas de interesse prioritário por ambos os Governos;

IV — analisar o desempenho da cooperação cultural entre o Brasil e Honduras e sugerir formas e medidas adequadas ao seu estímulo, inclusive no âmbito do Convênio Cultural firmado no Rio de Janeiro, a 22 de outubro de 1957.

3. A Comissão Mista reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, alternadamente no Brasil e em Honduras, e em caráter extraordinário, quando as Partes assim acordarem.

4. Caso o Governo da República de Honduras concorde com o que precede, a presente Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, de igual teor e mesma data, constituirão acordo entre nossos dois Governos sobre a matéria, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

NOTA HONDURENHA

A Sua Excelencia el Señor Embajador
Ramiro Saraiva Guerreiro,
Ministro de Relaciones Exteriores
de la República Federativa del
Brasil.

Señor Ministro:

Tengo el honor de hacer del conocimiento de Vuestra Excelencia que, con el objeto de desarrollar las Relaciones Económico-Financieras, Comerciales, Técnico-Científicas y Culturales existentes entre Honduras y el Brasil, y con el propósito de estrechar de esa manera los lazos de cordial amistad y provechosa cooperación que unen a ambos países, el Gobierno de Honduras está dispuesto a concluir con el Gobierno de la República Federativa del Brasil un acuerdo con

el fin de constituir una Comisión Mixta Hondurena-Brasilena.

2. Entre los temas de interés, dentro de la relación entre Honduras y el Brasil, la Comisión Mixta a ser creada tenderá como objetivo particular tratar de:

I — Analisar el comportamiento del intercambio comercial bilateral y presentar medidas para su incremento y diversificación;

II — Estudiar la actividad de los medios de transporte entre Honduras y el Brasil, tanto de carga como de pasajeros, y sugerir medios para su perfeccionamiento e intensificación;

III — Analizar el comportamiento de la cooperación técnico-científica entre los dos países y formular sugerencias en el sentido de favorecer el mejor aprovechamiento en las áreas consideradas de interés prioritario para ambos Gobiernos;

IV — Analizar el comportamiento de la cooperación cultural entre Honduras y el Brasil y sugerir formas y medidas adecuadas para su estímulo inclusive dentro del ámbito del Convenio Cultural firmado en Rio de Janeiro, a los veintidos días del mes de octubre de mil novecientos cincuenta y siete.

3. La Comisión Mixta se reunirá ordinariamente una vez por año, alternadamente en Honduras y en el Brasil, y, en carácter extraordinario, cuando las PARTES así lo acuerden.

4. En el caso que el Gobierno de la República Federativa del Brasil esté de acuerdo con lo que antecede, esta Nota y la que Vuestra Excelencia tuvo a bien dirigirme, de igual género y misma fecha constituyen el acuerdo entre nuestros dos Gobiernos, y entran en vigor el día de hoy.

Aprovecho la oportunidad para expresar a Vuestra Excelencia las muestras de mi más alta y distinguida consideración.

César Elvir Sierra

Ministro das Relações Exteriores da República de Honduras

na visita de turbay ayala, brasil e colômbia assinam oito acordos de cooperação

Por ocasião da visita do Presidente da Colômbia, Julio César Turbay Ayala, ao Brasil, os Ministros das Relações Exteriores dos dois países, Ramiro Saraiva Guerreiro e

Carlos Lemos Simmonds, assinaram em Brasília, em 2 de setembro de 1981, os seguintes Convênios Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica assinado em dezembro de 1972: Cooperação técnica, científica e tecnológica para a pesquisa de recursos minerais; Cooperação técnica, científica e tecnológica em assuntos agropecuários; Cooperação técnica no campo da engenharia agrícola de alimentos; Cooperação técnica no setor elétrico; Desenvolvimento de metodologias para adiantar ações de formação profissional em níveis informais da população; Planejamento de recursos humanos e sistemas de informação técnica empresarial; Aproveitamento de experiências em programas móveis; Cooperação técnica, científica e tecnológica no campo do saneamento básico e de proteção do meio ambiente.

COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA PARA A PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,

DE CONFORMIDADE com as disposições contidas nos Artigos I e III, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, concluído entre os dois Governos, em 13 de dezembro de 1972, e em desenvolvimento do mesmo;

RECONHECENDO a importância da cooperação técnica, científica e tecnológica entre o Brasil e a Colômbia no campo da ciência e pesquisas minerais;

DESEJOSOS de intensificar essa colaboração e de acelerar o alcance e a eficácia do intercâmbio bilateral nessa área,

ACORDAM o seguinte:

artigo I

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia designam, respectivamente, como entidades executoras dos programas e projetos de cooperação técnica, científica e tecnológica no campo da ciência e pesquisa de recursos minerais, decorrentes do presente Convênio, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e o Instituto Nacional de Pesquisas Geológicas-Mineras (INGEOMINAS).

artigo II

Entre outras atividades, os programas e projetos, mencionados no Artigo I, compreenderão o intercâmbio de pesquisadores, cientistas, técnicos e especialistas, com o objetivo de facilitar a realização de pesquisas conjuntas, organização de seminários, conferências, cursos de formação de recursos humanos e estágios, bem como a realização de consultas recíprocas e permuta de experiências.

artigo III

As entidades executoras elaborarão, de comum acordo, por troca de missões ou correspondência, o programa das atividades a serem implementadas, o qual poderá ser periodicamente ampliado ou revisto.

Uma vez aprovado pelas autoridades governamentais competentes de cada Governo, o programa de atividades e suas revisões serão submetidos à Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica, instituída pelo Convênio sobre Bases para Cooperação Econômica e Técnica, de 28 de maio de 1958, conforme o disposto no Artigo II, parágrafo 2, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 13 de dezembro de 1972.

artigo IV

As entidades executoras, de conformidade com o Artigo III, acordam promover a permuta de informações sobre seus programas de pesquisa e atividades respectivas, para o que procederão ao intercâmbio de dados, publicações e documentos científico-tecnológicos.

artigo V

As entidades executoras acordam, também, em consonância com o Artigo II, facilitar o intercâmbio de seus pesquisadores, cientistas, técnicos e especialistas.

A coordenação administrativa e técnico-científica necessária a esse intercâmbio incumbirá à entidade executora que receber o visitante, a quem se aplicará o disposto no Artigo VII, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, e as normas internas vigentes em cada país, para este tipo de programas.

artigo VI

No âmbito da implementação do programa de intercâmbio de pesquisadores, cientistas, técnicos e especialistas, cada uma das entidades executoras receberá, anualmente, missões especializadas da outra Parte.

A realização dessas missões ficará condicionada ao

interesse e prévia aprovação das entidades executoras e dos Governos dos dois países.

artigo VII

As entidades executoras arcarão, em princípio, com os gastos decorrentes das viagens internacionais de seus pesquisadores, cientistas, técnicos e especialistas, cabendo à entidade executora que os receber o custeio das despesas de hospedagem e transporte interno.

Sempre que necessário, as entidades executoras buscarão, junto aos seus respectivos Governos, fontes alternativas de recursos financeiros para a implementação dos programas e projetos mutuamente acordados.

artigo VIII

A garantia da assistência médica de emergência aos pesquisadores, cientistas, técnicos e especialistas, participantes do programa de intercâmbio, incumbirá à entidade executora que os receber, ficando a cargo da entidade executora a que pertencerem a responsabilidade correspondente à morte acidental ou invalidez permanente.

artigo IX

Nos casos em que os programas conjuntos de pesquisa ou intercâmbio, previstos neste Convênio, ensejarem a importação de equipamentos, material ou veículos, aplicar-se-á o disposto no Artigo VIII, do Acordo Básico de Cooperação Técnica.

artigo X

O presente Convênio Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura, terá uma duração de 3 (três) anos e se prorrogará automaticamente por iguais períodos, a menos que uma das Partes comunique, por escrito, à outra, sua decisão de não renová-lo, com uma antecedência de 3 (três) meses da data de sua expiração.

Feito em Brasília, aos 2 dias do mês de setembro de 1981, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM ASSUNTOS AGROPECUÁRIOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,

DE CONFORMIDADE com as disposições contidas nos artigos I e III, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, concluído entre os dois Governos, em Bogotá, a 13 de dezembro de 1972, e em desenvolvimento do mesmo;

TENDO EM CONTA o espírito do Convênio Complementar de Cooperação Científica, de 12 de março de 1981, complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1972.

RECONHECENDO a importância da cooperação técnica, científica e tecnológica entre o Brasil e a Colômbia no setor agropecuário; e

DESEJOSOS de intensificar essa colaboração e de aprimorar o alcance e a eficácia do intercâmbio bilateral nesse setor,

ACORDAM o seguinte:

artigo I

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia designam, respectivamente, como entidades executoras dos programas e projetos de cooperação técnica, científica e tecnológica no campo da agropecuária, decorrentes do presente Convênio, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto Colombiano Agropecuário (ICA).

artigo II

Entre outras atividades, os programas e projetos, mencionados no Artigo I, compreenderão o intercâmbio de pesquisadores, cientistas, técnicos e especialistas, com o objetivo de facilitar a implementação de pesquisas conjuntas, organização de seminários, conferências, cursos de formação de recursos humanos e estágios, bem com a realização de consultas recíprocas e permuta de experiências.

artigo III

As entidades executoras elaborarão, de comum acordo, por troca de missões ou correspondência, o programa das atividades a serem implementadas, o qual poderá ser periodicamente ampliado ou revisto.

Um vez aprovados pelas autoridades governamentais responsáveis por programas de cooperação de cada um dos Governos signatários deste Convênio, o programa de atividades e suas revisões serão submetidos, para sua avaliação, à Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica, instituída pelo Convênio sobre Bases para Cooperação Econômica e Técnica, de 28 de maio de 1958, conforme o disposto no Artigo

II, parágrafo 2, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 13 de dezembro de 1972.

artigo IV

As entidades executoras, em consonância com o Artigo III, acordam promover a permuta de informações sobre seus programas de pesquisas e atividades respectivas, para o que procederão ao intercâmbio de dados, publicações e documentos científico-tecnológicos.

artigo V

As entidades executoras acordam, também, em consonância ou com o Artigo II, facilitar o intercâmbio de seus pesquisadores, cientistas, técnicos e especialistas.

A coordenação administrativa e técnico-científica necessária a esse intercâmbio incumbirá à entidade executora que receber o visitante, a quem se estenderá o disposto no Artigo VII, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de acordo com as normas internas vigentes em cada país, para este tipo de programas.

artigo VI

No âmbito da implementação do programa de intercâmbio de pesquisadores, cientistas, técnicos e especialistas, cada uma das entidades executoras receberá, anualmente, missões especializadas da outra Parte.

A realização dessas missões ficará condicionada ao interesse e à prévia aprovação das entidades executoras e dos Governos dos dois países.

artigo VII

As modalidades e condições de financiamento dos programas ou projetos de Cooperação serão definidas, em cada caso, pelas entidades executoras.

artigo VIII

Cada uma das entidades executoras assegurará aos pesquisadores, cientistas, técnicos e especialistas visitantes, assistência médica em casos de emergência. A responsabilidade derivada de morte acidental ou invalidez permanente correrá por conta da entidade a que pertence o visitante.

artigo IX

Nos casos em que os programas conjuntos de pesquisa ou de intercâmbio, previstos neste Convênio, ensejarem a importação de equipamentos, material

ou veículos, aplicar-se-á o disposto no Artigo VIII, do Acordo Básico de Cooperação Técnica.

artigo X

O presente Convênio Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura, terá uma duração de 3 (três) anos e se prorrogará automaticamente por iguais períodos, a menos que uma das Partes comunique, por escrito, à outra, sua decisão de não renová-lo com uma antecedência de 3 (três) meses da data de sua expiração.

Feito em Brasília, aos 2 dias do mês de setembro de 1981, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

COOPERAÇÃO TÉCNICA NO CAMPO DA ENGENHARIA AGRÍCOLA DE ALIMENTOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,

EM DESENVOLVIMENTO do Artigo III, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, concluído entre os dois Governos, em Bogotá, a 13 de dezembro de 1972, e

DESEJOSOS de promover a pesquisa conjunta nos campos da engenharia agrícola de alimentos,

ACORDAM o seguinte:

artigo I

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia promoverão conjuntamente programas e projetos de cooperação técnica nos campos da engenharia agrícola de alimentos.

artigo II

Com esse objetivo, caberá às duas Partes assegurar as facilidades necessárias à promoção, entre outras, das seguintes atividades:

- a) planejamento, elaboração e execução conjunta de projetos de pesquisa técnico-científicos de interesse comum;
- b) intercâmbio de professores, estudantes e pesquisadores graduados e pós-graduados, bem como de publicações, documentação e material de pesquisa e ensino;

- c) coordenação e, na medida do possível, unificação das bases da organização acadêmica das entidades executoras designadas pelos dois Governos neste Convênio, nos campos indicados, sem prejuízo das peculiaridades do meio em que aquelas atuam.

artigo III

As atividades de pesquisa e intercâmbio, previstas no Artigo II, serão desenvolvidas de conformidade com programas ou projetos previamente aprovados pelas autoridades governamentais responsáveis pela coordenação de programas de cooperação de cada um dos Governos signatários deste Convênio.

A supervisão da execução desses programas e projetos caberá aos Diretores das entidades executoras competentes.

artigo IV

Os programas e projetos, bem como suas revisões, serão submetidos, para sua avaliação, à Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica, instituída pelo Convênio sobre Bases para Cooperação Econômica e Técnica, de 28 de maio de 1958, conforme o disposto no Artigo II, parágrafo 2, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 13 de dezembro de 1972.

artigo V

Os professores, estudantes e pesquisadores graduados e pós-graduados, que participem em programas ou projetos de cooperação, decorrentes do presente Convênio, deverão submeter-se aos regulamentos e normas da respectiva entidade executora.

artigo VI

Com vistas a apoiar a efetiva implementação do presente Convênio, as Partes se dispõem a:

- a) facilitar a estada, em seus respectivos países, dos participantes em programas ou projetos de cooperação, decorrentes deste Convênio;
- b) colocar à disposição dos programas ou projetos, os recursos humanos e materiais necessários à sua implementação;
- c) gestionar, sempre que necessário ao bom andamento dos programas ou projetos conjuntamente acordados, a participação financeira de organismos internacionais, dentro do espírito que norteia a cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

artigo VII

O Governo da República da Colômbia designa a Universidade Nacional da Colômbia — **Campus** de Medellín — Faculdade de Agronomia, a quem, nos termos deste Convênio, caberá:

- a) mobilizar seus recursos humanos e materiais disponíveis e necessários à implementação de programas e projetos específicos;
- b) custear as viagens internacionais de seus professores, alunos e pesquisadores graduados e pós-graduados, que participem de atividades de cooperação no Brasil;
- c) arcar com os custos decorrentes da estada e viagens internas dos professores, alunos e pesquisadores graduados e pós-graduados brasileiros, que receber na Colômbia;
- d) alocar recursos de até 2.000.000.00 (dois milhões de pesos colombianos) anuais, para cobrir os gastos de recursos humanos e materiais e de intercâmbio de docentes. Tal soma poderá ser aumentada de acordo com as respectivas condições orçamentárias.
- e) proporcionar aos professores brasileiros, que visitem seu **campus**, salários condizentes com sua categoria e de conformidade com o estatuto do pessoal docente, conforme o estabelecido em cada caso, em projetos e programas específicos mutuamente acordados.

artigo VIII

O Governo da República Federativa do Brasil designa a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Engenharia Agrícola e de Alimentos, a quem nos termos deste Convênio, caberá:

- a) mobilizar seus recursos humanos e materiais disponíveis e necessários à implementação de programas e projetos específicos;
- b) custear as viagens internacionais de seus professores, alunos e pesquisadores graduados e pós-graduados, que participem de atividades de cooperação na Colômbia;
- c) arcar com os custos decorrentes de estada e viagens internas dos professores, alunos e pesquisadores graduados e pós-graduados colombianos, que receber no Brasil, e
- d) proporcionar aos professores colombianos

que visitem seu **campus** emolumentos de acordo com sua categoria e de conformidade com o estatuto do pessoal docente, de acordo com cada caso, em programas e projetos específicos mutuamente acordados.

artigo IX

O presente Convênio que entrará em vigor na data de sua assinatura, terá duração de 6 (seis) anos e se prorrogará automaticamente por períodos sucessivos de 3 (três) anos, a menos que uma das Partes comunique, por escrito, à outra e com uma antecedência de 3 (três) meses da data de sua expiração, sua decisão de denunciá-lo.

O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer das Partes; nesse caso, a denúncia surtirá efeito 90 (noventa) dias após a data de recebimento da notificação correspondente.

Feito em Brasília, aos 2 dias do mês de setembro de 1981, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

COOPERAÇÃO NO SETOR ELÉTRICO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,

DE CONFORMIDADE com as disposições contidas nos Artigos I e III do Acordo Básico de Cooperação Técnica, concluído entre os dois Governos a 13 de dezembro de 1972, e em desenvolvimento do mesmo;

CONSCIENTES da importância da cooperação técnica e científica no setor elétrico para seu desenvolvimento econômico e social;

DESEJOSOS de continuar esta colaboração e de incrementar o alcance e a eficácia do intercâmbio neste setor,

ACORDAM o seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes designam, respectivamente como entidades executoras do presente Convênio, as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), e o Instituto Colombiano de Energia Elétrica (ICEL).

artigo II

A cooperação compreenderá a prestação de consultoria técnica em todos os setores de energia elétrica, tais como a produção, transmissão e distribuição, e, também, estudos para a pesquisa, planejamento, construção e operação de instalações e administração em geral.

As entidades executoras não se obrigam a cooperar em assuntos cobertos por segredos comerciais ou industriais, ou outras matérias que não sejam de sua exclusiva competência.

artigo III

A cooperação poderá assumir quaisquer das seguintes formas, sem, contudo, se limitar apenas às mesmas:

- a) intercâmbio de informações verbais e escritas e de documentos;
 - b) visitas ou viagens de estudo para técnicos especialistas de ambas as entidades executoras, ou estadas para obtenção de informações;
 - c) envio de técnicos ou delegações de técnicos especialistas para missões previamente acordadas pelas entidades executoras;
 - d) treinamento de pessoal em programas especiais ou já existentes;
 - e) estudo de problemas de organização e gestão sobre os aspectos administrativo, comercial, financeiro, econômico e das questões de formação e de gestão de pessoal;
 - f) estudos de problemas técnicos, de planejamento e de operação de novas instalações e serviços, e para o aprimoramento da utilização das instalações existentes.
- b) os gastos referentes a viagens de estudo e estadas de treinamento, inclusive os de permanência, correrão por conta da entidade executora solicitante;
 - c) todos os gastos correspondentes ao envio de missões de técnicos especialistas, inclusive os de programas especiais de treinamento, serão, em princípio, de responsabilidade da entidade executora solicitante. Os gastos decorrentes da participação de técnicos especialistas em programas específicos serão objeto de aprovação prévia da entidade executora interessada;
 - d) os estudos mencionados nas alíneas e) e f) do Artigo III deverão ser solicitados e custeados pela entidade executora interessada, em cada caso e sempre que necessário, mediante mútuo entendimento em cada caso específico;
 - e) com o propósito de acelerar o intercâmbio de informações, as entidades executoras manter-se-ão informadas a respeito de dados sobre os programas de cooperação que cada uma deseje desenvolver;
 - f) nos casos de treinamento e visitas, a entidade executora solicitante deverá avisar à outra previamente, com uma antecedência mínima de 1 (um) mês da data de início dos programas de treinamento e visitas;
 - g) com o propósito de tornar a cooperação flexível, mais direta e imediata, em certos casos, as entidades executoras poderão delegar a empresas subsidiárias e associadas, a realização das atividades referidas no presente Convênio.

artigo IV

As condições para a prestação da cooperação serão as seguintes:

- a) o envio de documentação será efetuado por meio de mero pedido de uma das entidades executoras e sem ônus para casos de informação de rotina. No caso em que a preparação da documentação solicitada acarrete gastos, o envio será efetuado somente depois que a entidade executora solicitante tenha manifestado sua concordância com o montante de tais gastos;

artigo V

A cessão de técnicos ou especialistas, quando solicitada por uma das entidades executoras à outra, poderá ser feita, em princípio, de acordo com as seguintes condições:

- a) haver disponibilidade de pessoal qualificado, entre os técnicos e especialistas que pertençam aos quadros da entidade executora que receba o pedido, ou aos quadros de alguma de suas empresas controladas ou coligadas;
- b) a cessão proceder-se-á por períodos determinados, em princípio não superiores a 2 (dois) anos, podendo ser prorrogados por entendimento mútuo;

c) os especialistas cedidos temporariamente serão considerados em missão de interesse da entidade que os cede;

d) durante o período da cessão, a entidade executora interessada efetuará o pagamento aos especialistas de auxílio por prestação de serviços, o qual será acordado entre a empresa e os técnicos cedidos.

artigo VI

Nos casos de elaboração de estudos especiais, fora das rotinas já existentes em qualquer das entidades executoras e que venham a ser solicitados por uma entidade executora à outra, para o cálculo do valor a ser reembolsado pela entidade interessada, será considerado somente o custo direto do pessoal envolvido e, quando necessário, o custo de utilização de equipamentos especiais, tais como computadores e outros.

artigo VII

As entidades executoras designarão, respectivamente, um representante e um suplente que, para efeitos do presente Convênio, coordenem as providências necessárias a seu desenvolvimento.

artigo VIII

A Parte que receber técnicos e especialistas da outra Parte, estenderá aos mesmos as facilidades mencionadas no Artigo VII do Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1972 e as normas internas vigentes em cada país para este tipo de programas.

artigo IX

O presente Convênio Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura, terá uma duração de 3 (três) anos e se prorrogará automaticamente por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes comunique, por escrito, à outra, sua decisão de terminá-lo, com uma antecedência de 3 (três) meses da data de sua expiração.

Feito em Brasília, aos 2 dias do mês de setembro de 1981, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS PARA ADIANTAR AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEIS INFORMAIS DA POPULAÇÃO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído a 13 de dezembro de 1972, e a troca de notas da data de hoje, pela qual é reconhecido o caráter de Convênio Complementar intergovernamental ao instrumento assinado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Brasil, e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA), da Colômbia,

ACORDAM o seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes designam, respectivamente, como entidades executoras do presente Convênio, o Serviço Nacional de Aprendizagem de Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA).

artigo II

Ambas as Partes envidarão esforços que contribuam para o desenvolvimento de metodologias específicas que permitam adiantar ações de formação profissional, nos níveis informais da população, através do SENAI, do Brasil.

O propósito do projeto será alcançado através da adaptação das metodologias que o SENA, da Colômbia, tem para o trabalho com os níveis informais, às condições brasileiras.

artigo III

Como contribuição ao projeto, a parte colombiana se compromete a enviar uma missão preliminar e de diagnóstico, composta por funcionários do SENA, com o propósito de, juntamente com funcionários brasileiros, analisar e determinar os aportes necessários para a aplicação das metodologias, de acordo com as condições do Brasil.

artigo IV

Como contribuição ao projeto, a parte brasileira se compromete a:

— colocar à disposição dos funcionários do SENA que façam parte da missão preliminar e de diagnóstico as instalações e materiais necessários para o cumprimento da missão;

— colocar, para cada funcionário do SENA integrante da missão preliminar e de diagnóstico, um funcionário brasileiro como seu homólogo.

artigo V

Aos técnicos e peritos enviados de uma Parte à outra, serão concedidas as facilidades mencionadas no Artigo VII do Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1972, de conformidade com as normas internas vigentes em cada país para este tipo de programas.

artigo VI

O presente Convênio Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura, terá uma duração de 2 (dois) anos, a menos que uma das Partes comunique à outra, por escrito, sua decisão de terminá-lo, com um aviso prévio de 3 (três) meses.

Feito em Brasília, aos 2 dias do mês de setembro de 1981, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PLANEJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TÉCNICA EMPRESARIAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído a 13 de dezembro de 1972, e a troca de notas da data de hoje, pela qual é reconhecido o caráter de Convênio Complementar intergovernamental ao instrumento assinado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Brasil e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA), da Colômbia,

ACORDAM o seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes designam, respectivamente, como entidades executoras do presente Convênio, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA).

artigo II

As Partes enviarão esforços para trocar as experiências que o SENAI do Brasil tem nos sistemas de informação sobre demandas e condições tecnológicas das empresas, e que o SENA, da Colômbia, tem sobre planejamento dos recursos humanos, que doravante será chamado de "projeto".

O propósito do "projeto" será conseguido através do intercâmbio de peritos tanto do SENAI quanto do SENA, nas respectivas áreas, bem como da realização de estágios em cada uma das instituições para funcionários das mesmas áreas do projeto.

artigo III

A parte colombiana se compromete a:

- enviar ao SENAI, por sua conta, peritos na área de planejamento dos recursos humanos até um total de homens/mês a ser oportunamente definido;
- coordenar estágios dentro do SENA para os funcionários selecionados pelo SENAI para o conhecimento do planejamento dos recursos humanos;
- facilitar as instalações e materiais necessários para o cumprimento da missão dos peritos do SENAI durante assessoria ao SENA, em cumprimento do presente Convênio;
- selecionar e nomear homólogos durante todo o tempo da missão dos peritos do SENAI.

artigo IV

A parte brasileira se compromete a:

- enviar ao SENA, por sua conta, peritos na área de sistemas de informação sobre demandas e condições tecnológicas das empresas, até um total de homens/mês a ser oportunamente definido;
- coordenar estágios dentro do SENAI para os funcionários selecionados pelo SENA para o conhecimento dos sistemas de informação mencionados no projeto;
- facilitar as instalações e materiais necessário ao cumprimento da missão dos peritos do SENA durante a assessoria ao SENAI, em cumprimento do presente Convênio;
- selecionar e nomear homólogos durante todo o tempo da missão dos peritos do SENA.

artigo V

Aos técnicos e peritos enviados de uma Parte à outra, serão concedidas as facilidades mencionadas no Artigo VII do Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1972, de conformidade com as normas internas vigentes em cada país para este tipo de programas.

artigo VI

As despesas decorrentes da execução do presente

Convênio e não contempladas nos Artigos II e III serão definidas, por comum acordo e em cada caso, pelas entidades executoras, que por elas serão responsáveis.

artigo VII

O presente Convênio Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura, terá uma duração de 2 (dois) anos, a menos que uma das Partes comunique à outra, por escrito, sua decisão de terminá-lo, com um aviso prévio de 3 (três) meses.

Feito em Brasília, aos 2 dias do mês de setembro de 1981, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS EM PROGRAMAS MÓVEIS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído a 13 de dezembro de 1972, e a troca de notas da data de hoje, pela qual é reconhecido o caráter de Convênio Complementar intergovernamental ao instrumento assinado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Brasil, e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA), da Colômbia,

ACORDAM o seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes designam, respectivamente, como entidades executoras do presente Convênio, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA).

artigo II

Ambas as Partes envidarão esforços para permitir o aproveitamento por parte do SENAI, do Brasil, das experiências que o SENA, da Colômbia, tem nos programas móveis do Amazonas.

O propósito do projeto será alcançado através do desenvolvimento de um plano específico de trabalho, a ser determinado por uma reunião técnica que se reali-

zará em Letícia com a participação de funcionários do SENAI e do SENA.

artigo III

A parte colombiana se compromete a:

- deslocar e manter na cidade de Letícia, na Colômbia, funcionários que considerar necessários durante o desenvolvimento da reunião técnica mencionada no projeto;
- facilitar as instalações e os materiais necessários para o desenvolvimento da reunião técnica;
- assumir os gastos de transporte e manutenção dos funcionários do SENA que, por razões do projeto, tenham que viajar ao Brasil;
- coordenar as visitas à Colômbia que, por razões do projeto, tenham que realizar funcionários do SENAI;
- selecionar e nomear os homólogos correspondentes ao pessoal do SENAI, durante o desenvolvimento do projeto.

artigo IV

A parte brasileira se compromete a:

- deslocar e manter na cidade de Letícia, na Colômbia, funcionários que considerar necessários durante o desenvolvimento da reunião técnica mencionada no projeto;
- assumir os gastos de transporte e manutenção dos funcionários do SENAI que, por razões do projeto, tenham que viajar à Colômbia;
- coordenar as visitas ao Brasil que, por razões do projeto, tenham que realizar funcionários do SENA;
- selecionar e nomear homólogos correspondentes ao pessoal do SENA, durante o desenvolvimento do projeto.

artigo V

Aos técnicos e peritos enviados de um Parte à outra, serão concedidas as facilidades mencionadas no Artigo VII do Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1972, de conformidade com as normas internas vigentes em cada país para este tipo de programas.

artigo VI

As despesas decorrentes da execução do presente

Convênio e não contempladas nos Artigos II e III serão definidas, por comum acordo e em cada caso, pelas entidades executoras, que por elas serão responsáveis.

artigo VII

O presente Convênio Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura, terá uma duração de 2 (dois) anos, a menos que uma das Partes comunique à outra, por escrito, sua decisão de terminá-lo, com um aviso prévio de 3 (três) meses.

Feito em Brasília, aos 2 dias do mês de setembro de 1981, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO CAMPO DO SANEAMENTO E DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Colômbia,

LEVANDO EM CONTA o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 13 de dezembro de 1972;

RECONHECENDO a importância da cooperação entre o Brasil e a Colômbia no campo do saneamento básico e da proteção do meio ambiente; e

DESEJOSOS de intensificar essa colaboração e de melhorar o alcance e a eficácia do intercâmbio bilateral nesse campo,

ACORDAM o seguinte:

artigo I

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia designam, respectivamente, como entidades executoras dos programas e projetos de cooperação técnica nos campos do saneamento básico e da proteção do meio ambiente, decorrentes do presente Convênio, à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), do Estado do Rio de Janeiro, e ao Ministério da Saúde da Colômbia, através da Direção de Saneamento Ambiental, e ao Departamento Nacional de Planejamento.

artigo II

Os dois Governos, através das entidades designadas

neste Convênio, esforçar-se-ão para fomentar o intercâmbio de conhecimentos e experiências para o desenvolvimento de tecnologias não-convencionais em sistemas integrados de saneamento básico, e outras áreas que se identifiquem dentro do desenvolvimento deste Convênio.

artigo III

As entidades executoras do presente Convênio poderão conceder, mediante acordo das autoridades competentes, seu apoio, em todos os aspectos relacionados com o objetivo deste instrumento, às corporações regionais de desenvolvimento, às empresas públicas, aos serviços seccionais de saúde, às universidades, ao Instituto Nacional dos Recursos Naturais Renováveis (INDERENA) e a qualquer outra entidade colombiana envolvida em questões de saneamento e proteção do meio ambiente.

artigo IV

Como contribuição ao Convênio, a parte brasileira se compromete a:

a) conceder assessoramento às entidades executoras colombianas, quando a tanto solicitada, nas seguintes áreas gerais:

1. formulação, administração e execução de programas de proteção do meio ambiente;
2. desenvolvimento institucional de organismos relacionados com a proteção do meio ambiente;
3. estabelecimento de normas e procedimentos através de sistemas de autorizações e licenças, para a instalação e funcionamento de atividades que contaminam o meio ambiente;
4. formulação de critérios e padrões de qualidade de água, ar e solo, bem como a definição dos usos da água, classificação, em nível nacional, dos respectivos corpos receptores;
5. desenho e operação de redes de controle de qualidade da água e do ar;
6. desenvolvimento de modelos econômicos de qualidade da água e de dispersão atmosférica;
7. formulação de programas de ordenamento ambiental, que inclua usos de solo,

- zoneamento urbano, rural e industrial, e impacto ambiental;
8. desenho e operação de sistemas de tratamento de resíduos sólidos, líquidos e gasosos;
 9. manejo de bacias hidrográficas, com vistas ao melhor aproveitamento de recursos naturais;
 10. formulação, administração e execução de programas de roedores e artrópodes daninhos;
 11. proteção e manejo de mangues;
 12. planejamento, administração e execução de programas de limpeza urbana;
 13. promoção da participação da comunidade nos programas de proteção do meio ambiente;
 14. estabelecimento de um sistema de informação ambiental;
 15. outras áreas ligadas ao meio ambiente que sejam identificadas através do desenvolvimento deste Convênio;
- b) dar treinamento ao pessoal técnico-profissional em todos os níveis técnicos e administrativos, quando as autoridades competentes o considerem conveniente;
- c) assessorar nas análises laboratoriais para determinação da qualidade da água, do ar e do solo;
- d) prestar assessoramento às seguintes entidades colombianas, nas áreas específicas que se determinam, quando solicitado:
- 1) ao Departamento Nacional de Planejamento:
 - I. na elaboração de diagnóstico preliminar sobre as condições de qualidade da água da bacia hidrográfica Magdalena-Cauca;
 - II. na promoção de comitês de coordenação interinstitucional para estudos integrados de bacias hidrográficas;
 - III. na avaliação das políticas de recursos hídricos e de proteção do meio ambiente, executadas pelas corporações regionais de desenvolvimento;
 - 2) à Corporação Autônoma do Vale do Cauca (C.V.C.) e às empresas públicas municipais de Cali:
 - I. na avaliação dos programas de controle da contaminação da água, ora em execução na bacia hidrográfica do rio Cauca, dentro da área de jurisdição da C.V.C.;
 - II. no planejamento de programas de controle da contaminação da água na bacia hidrográfica do Rio Cauca, dentro da área de jurisdição da C.V.C.;
 - III. no desenvolvimento de modelos de simulação de substâncias conservativas e não-conservativas;
 - IV. nas pesquisas específicas sobre pesticidas, bio-ensaios e tratamento dos despejos líquidos;
 - V. nos sistemas de administração e financiamento de programas de controle, tarifas e taxas de retribuição, inclusive tarifas de serviços de água e esgoto;
 - VI. no manejo integral da Lagoa de Sonsos; e
 - 3) à Corporação Autônoma Regional de Savana de Bogotá e dos Vales de Ubaté e Chiquinquirá (CAR):
 - na formulação de modelos econômicos e de qualidade da água, que permitam, na área de sua jurisdição, tomar decisões sobre o uso dos recursos hídricos das bacias dos rios Bogotá e Suarez;
- e) prestar assessoramento técnico, administrativo e financeiro ao Conselho Regional de Planejamento e Desenvolvimento do Norte de Bolívar, em programas de vigilância e controle de contaminação na Baía de Cartagena e respectiva zona de influência; e
- f) prestar assessoramento para o estudo integral do controle de contaminação na Baía de Cartagena e respectiva zona de influência, inclusive quanto ao desenvolvimento de modelos de qualidade das águas.

artigo V

Como contribuição ao Convênio, a parte colombiana se compromete a:

- a) facilitar o pessoal técnico necessário para a execução do Convênio, com a finalidade de representar a parte colombiana em todos e cada um dos projetos específicos que sejam desenvolvidos de acordo com este instrumento;
- b) facilitar as instalações e os materiais necessários para o desenvolvimento dos programas;
- c) coordenar as visitas que, por razões do Convênio, tenham que realizar funcionários da FEENA à Colômbia.

artigo VI

As entidades executoras elaborarão, de comum acordo, por troca de missões ou correspondência, um plano de operações, sujeito à ampliação ou revisão periódicas, que conterá os programas e projetos a serem desenvolvidos.

Uma vez aprovado pelas autoridades governamentais competentes de cada um dos dois Governos signatários deste Convênio, o plano de operações e suas revisões serão submetidos, para sua avaliação, à Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica, constituída pelo Convênio sobre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica, de 28 de maio de 1958, conforme o disposto no Artigo II, parágrafo 2, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 13 de dezembro de 1972.

artigo VII

As modalidades e condições de financiamento dos programas e projetos de cooperação, decorrentes deste Convênio, serão definidas, em cada caso, de comum acordo, pelas entidades executoras.

artigo VIII

Nos casos em que os programas e projetos conjuntos, previstos no presente Convênio, derem lugar à importação de equipamentos, material ou veículos, aplicar-se-á o disposto no Artigo VIII, do Acordo Básico de Cooperação Técnica.

artigo IX

O presente Convênio terá uma duração de 5 (cinco) anos e prorrogar-se-á automaticamente por períodos iguais, a menos que uma das Partes comunique, por escrito, à outra, sua decisão de não renová-lo, pelo menos 3 (três) meses antes da data de sua expiração.

O presente Convênio poderá ser denunciado por

qualquer das Partes, hipótese em que a denúncia surtirá efeito 90 (noventa) dias após a data de recebimento da notificação respectiva. A denúncia não afetará os programas que se encontrem em execução, salvo acordo em contrário.

Este instrumento entrará em vigor na data em que o Governo colombiano notifique o Governo brasileiro de que foram cumpridos os requisitos constitucionais correspondentes.

Feito em Brasília, aos 2 dias do mês de setembro de 1981, em dois exemplares nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

o acordo geral de cooperação brasil-moçambique

Acordo Geral de Cooperação Brasil-Moçambique, assinado no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 15 de setembro de 1981, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano.

A República Federativa do Brasil

e

A República Popular de Moçambique,
a seguir designadas Partes Contratantes,

CONSIDERANDO o interesse em reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação entre os seus respectivos povos,

REAFIRMANDO a sua firme adesão aos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas,

DESEJANDO promover, desenvolver e reforçar a cooperação entre os dois povos e países, com base nos princípios internacionalmente reconhecidos de igualdade, benefício recíproco, respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não-ingerência nos assuntos internos, e de autodeterminação dos povos na livre escolha de seu sistema político-social e de seu processo de desenvolvimento,

ACORDAM o seguinte:

artigo I

1. As Partes Contratantes estabelecerão entre si, numa base de igualdade, relações de cooperação econômica, científica, técnica e cultural.

2. As formas e condições de cooperação previstas no número anterior serão objeto de acordos ou programas especiais que concretizarão o presente Acordo.

artigo II

As Partes Contratantes convêm em que a cooperação se concretize nos campos econômico, científico, técnico, tecnológico, cultural, de formação de pessoal, e em outros que eventualmente venham a ser acordados.

artigo III

As Partes Contratantes concordam em estabelecer uma Comissão Mista Permanente para a Cooperação Econômica, Técnica e Científica, composta por delegações das duas Partes, dirigidas por membros a serem designados por cada uma das Partes Contratantes.

artigo IV

1. À Comissão Mista Permanente compete, em especial:

- a) acompanhar e dinamizar a execução do presente Acordo e de outros acordos concluídos ou a serem concluídos entre os dois países, analisar e propor medidas para ultrapassar as dificuldades resultantes da sua aplicação;
- b) submeter propostas aos Governos dos dois países referentes ao desenvolvimento das relações econômicas, comerciais, científicas e técnicas entre os dois países.

2. A Comissão Mista Permanente adotará, na sua primeira sessão, o seu Regulamento Interno.

artigo V

Quaisquer divergências de interpretação que possam surgir na aplicação do presente Acordo ou dos acordos que venham a ser concluídos em seu desenvolvimento, serão resolvidas por mútuo consentimento, dentro do espírito de amizade e cooperação, no âmbito da Comissão Mista Permanente, sem prejuízo de outras disposições especiais a serem incluídas nos respectivos acordos.

artigo VI

As modificações ao presente Acordo Geral podem ser efetuadas por mútuo consentimento. Entrarão em vigor na forma da legislação interna de cada Parte. A

intenção para tal modificação deverá ser comunicada, por escrito, à outra Parte Contratante, com pré-aviso de seis meses.

artigo VII

1. O presente Acordo será submetido à ratificação, de conformidade com os procedimentos constitucionais de cada uma das Partes Contratantes.

2. Entrará em vigor a partir da data da troca dos instrumentos de ratificação, a ter lugar em Maputo, capital da República Popular de Moçambique.

3. Poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes, mediante notificação com a antecedência de seis meses.

Feito em Brasília, aos 15 dias do mês de setembro de 1981, em dois originais, na língua portuguesa, igualmente autênticos.

acordos promulgados

Decreto do Presidente da República, de número 86.230, assinado em 28 de julho de 1981 e publicado pelo **Diário Oficial** do dia 30 do mesmo mês, promulga o Acordo que Estabelece a Comunidade da Pimenta-do-Reino, aprovado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo número 111, de 12 de novembro de 1980.

Decreto do Presidente da República, de número 86.246, assinado em 30 de julho de 1981 e publicado pelo **Diário Oficial** do dia 31 do mesmo mês, promulga o Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o Peru, assinado em Brasília em 16 de outubro de 1979 e aprovado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo número 121, de 24 de novembro de 1980.

Decreto do Presidente da República, de número 86.304, assinado em 19 de agosto de 1981 e publicado pelo **Diário Oficial** do dia 20 do mesmo mês, promulga o Acordo Cultural entre o Brasil e a Venezuela, assinado em Caracas, em 7 de novembro de 1979 e aprovado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo número 131, de 2 de dezembro de 1980.

Decreto do Presidente da República, de número 86.354, assinado em 9 de setembro de 1981 e publicado pelo **Diário Oficial** do dia 10 do mesmo mês, promulga o Acordo entre o Brasil e a Venezuela para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo, assinado em Caracas, em 7 de novembro de 1979 e aprovado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo número 26, de 5 de agosto de 1981.

Decreto do Presidente da República, de número 86.365, assinado em 15 de setembro de 1981 e publicado pelo **Diário Oficial** do dia 18 do mesmo mês, promulga a Convenção sobre o Instituto Interamericano

de Cooperação para a Agricultura, que foi aprovada pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo número 60, de 28 de junho de 1980, e que entrou em vigor, para o Brasil, a 8 de dezembro de 1980.

figueiredo envia mensagem ao presidente do líbano

Mensagem do Presidente João Figueiredo ao Presidente do Líbano, Elias Sarkis, em 23 de julho de 1981.

"Profondément préoccupé avec la grave situation posée par les attaques aériennes à l'intérieur du territoire libanais le même dans la ville de Beyrouth, et avec les souffrances et pertes humaines ainsi infligées à la population civile du Pays frère, je vous transmet l'expression de la solidarité du peuple et du Gouvernement brésilien, tout en réaffirmant la disposition du Brésil à oeuvrer pour la préservation de la souveraineté et intégrité du Liban, dans le cadre des Résolutions pertinentes des Nations Unies.

João Figueiredo
Président de la République Fédérative du Brésil."

troca de mensagens

No período de julho, agosto e setembro de 1981, o Governo brasileiro expediu as seguintes mensagens:

- Mensagem de congratulações do Presidente João Figueiredo à Rainha da **Inglaterra**, em 29 de julho, pelo casamento do Príncipe Charles e Lady Diana Spencer.
- Mensagens de pêsames do Presidente João Figueiredo ao Presidente do **Panamá**, Aristides Royo, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, ao Chanceler panamenho, Jorge Enrique Illueca Sibauste, em 3 de agosto, a propósito do falecimento do ex-Presidente daquele país, General Omar Torrijos.
- Mensagens de congratulações do Presidente João Figueiredo e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, ao Presidente e ao Chanceler do **Equador**, respectivamente Osvaldo Hurtado Larrea e Alfonso Barreira Valverde, em 10 de agosto, a propósito da Data Nacional equatoriana.
- Mensagem de congratulações do Presidente João Figueiredo ao Tenente-General Gregório Alvarez, pela sua posse no cargo de Presidente da República do **Uruguai**, enviada em 1º de setembro de 1981.

vice-ministro do comércio exterior da hungria mantém contatos com autoridades econômicas do brasil

Visitou o Brasil, de 29 de junho a 3 de julho corrente, delegação econômico-comercial da Hungria, chefiada pelo Vice-Ministro do Comércio Exterior daquele país, Senhor Otto Herkner.

Durante sua permanência no Brasil, o Chefe e os membros da missão foram recebidos pelo Secretário-Geral do Itamaraty e por diversas autoridades da área econômica. No curso das audiências, foram examinados os principais aspectos das relações econômico-comerciais, tendo havido concordância quanto ao interesse comum de desenvolver e diversificar, em bases mais equilibradas, o intercâmbio comercial.

O Vice-Ministro Herkner apresentou às autoridades brasileiras proposta de negociação de um conjunto de operações vinculadas de compra e venda, durante três anos, no valor global de US\$ 400 milhões, dos quais US\$ 300 milhões em exportações brasileiras e US\$ 100 milhões em exportações húngaras. Nesse sentido, foram apresentadas às entidades brasileiras potencialmente interessadas propostas de exportações húngaras de equipamentos científicos e didáticos, equipamentos para laboratórios agrícolas, guindastes flutuantes, além de transferência de tecnologia na área agrícola e de fabricação de locomotivas de manobra. De sua parte o Brasil manifestou, em princípio, interesse em exportar US\$ 300 milhões, dos quais pelo menos US\$ 100 milhões em produtos manufaturados. As duas partes continuarão as negociações sobre a viabilidade do "pacote".

o 13.º aniversário da revolução e data nacional do iraque

O Governo brasileiro designou a seguinte delegação para as comemorações do 13.º Aniversário da Revolução e Data Nacional do Iraque:

Chefe — MÁRIO DAVID ANDREAZZA, Ministro do Interior.

Membros — Embaixador SAMUEL ALVES CORREA, da Embaixada do Brasil no Iraque;
— Ministros MARCOS CASTRIOTO DE AZAMBUJA, Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania.

2. No ano passado, a delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro JOÃO CAMILO PENNA, pelo Chefe da Divisão do Oriente Próximo e pelo Assessor para Assuntos Internacionais.

delfim netto visita a união soviética

A convite do Governo soviético, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Antonio Delfim Netto, visitou a URSS no período de 13 a 15 de julho de 1981.

Durante sua permanência em Moscou, o Ministro Antonio Delfim Netto foi recebido pelo Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Ministros, I.V. Arkhipov, pelo Presidente do Comitê Estatal de Planejamento da URSS, M.K. Baibakov, pelo Ministro do Comércio Exterior, N. Patolichev, pelo Vice-Presidente do Banco do Comércio Exterior, Makeev, e pelo Primeiro Vice-Presidente do Comitê Estadual de Relações Econômicas Externas, V. Morozov.

Ao final da visita foram assinados os seguintes documentos:

1) Acordo para fornecimento recíproco a longo prazo de produtos primários, semimanufaturados, máquinas e equipamentos, manufaturados e industriais;

2) Protocolo de entendimento técnico e econômico com o Comitê Estatal de Relações Econômicas Externas;

3) Contrato de prestação de serviços técnicos e de financiamento entre a COALBRA e a Neftechimpro-mexport para a implantação de uma unidade industrial para a produção de etanol da madeira, pelo processo de hidrólise ácida.

4) Contrato de fornecimento para o segundo semestre de 1981 de 500.000 toneladas de óleo cru entre a PETROBRÁS e a Soyuzneftexport;

5) Documento estabelecendo as bases de negociação para a participação soviética na central hidrelétrica de Ilha Grande;

6) Contrato de assistência técnica entre a Paulipetro e a Technoexport para pesquisa e prospecção de petróleo em São Paulo.

A Parte brasileira declarou sua disposição de adquirir na URSS bens e equipamentos como contrapartida de venda de manufaturados brasileiros para o mercado soviético, conforme lista constante dos anexos do

Acordo de fornecimento recíproco a longo prazo, assinado ao final da visita ministerial, em volume e valor a serem determinados de comum acordo. A Parte brasileira propôs ainda a realização de reunião no mais breve prazo possível para a discussão do assunto, em Brasília.

A Parte soviética sublinhou a importância da ampliação da exportação de máquinas e equipamentos soviéticos para o Brasil e declarou que examinará as propostas brasileiras mencionadas no parágrafo anterior, e informará as autoridades brasileiras sobre os resultados desse exame.

No que se refere à cooperação industrial, inclusive em terceiros mercados, ficou acertado encontro, em nível de empresas públicas e privadas brasileiras e organizações comerciais soviéticas, para a identificação de possibilidades e projetos concretos.

Ambas as Partes registraram sua satisfação quanto à realização do encontro empresarial Brasil-URSS que demonstra o interesse do setor privado brasileiro no incremento e na diversificação do intercâmbio comercial entre os dois países; ambas as Partes ressaltaram ainda a conveniência de que as autoridades competentes dos dois países dêem continuidade a esse esforço por meio de um exame concreto das oportunidades discutidas nessa ocasião.

a reunião anual das negociações intergovernamentais teuto-brasileiras sobre cooperação financeira e técnica

Realizou-se, em Brasília, entre os dias 14 e 16 de julho, a Reunião Anual das Negociações Intergovernamentais Teuto-Brasileiras sobre Cooperação Financeira e Técnica.

Essas Negociações, já tradicionais, têm lugar, alternativamente, em Bonn e Brasília e tratam de uma ampla gama de temas de interesse mútuo.

A Cooperação Financeira atinge o montante de 70 milhões de marcos alemães, em 1981, e consiste em empréstimos brandos, com vinte anos de repagamento, cinco anos de carência e juros de 4,5% ao ano.

Uma de suas características mais importantes é a de que se trata de empréstimos não-atados e que podem ser utilizados também para o financiamento de custos locais. Ao lado brasileiro compete a execução dos projetos negociados em conjunto, além de contribuir com recursos financeiros necessários ao financiamento global.

A Cooperação Técnica, de natureza não-reembolsá-

vel, no montante de 24 milhões de marcos alemães, em 1981, se caracteriza pelo desenvolvimento conjunto de projetos acordados a nível governamental. Ao lado brasileiro compete, nessa área, a prestação de contrapartida que se consubstancia na mobilização, por parte das entidades brasileiras beneficiárias, e, em alguns casos, pelo próprio Governo Federal, de recursos humanos, materiais e financeiros.

A execução de tais projetos é conjunta e visa, sobretudo, à transferência de tecnologia.

Essas duas modalidades de Cooperação se preocupam, de um lado, com a distribuição geográfica dos projetos que a compõe e, de outro lado, com a identificação de áreas e setores relevantes para o processo de desenvolvimento sócio-econômico do Brasil.

A Cooperação Financeira, por suas características concessionais, tem-se dirigido para áreas onde o retorno econômico é de mais longo prazo. Assim, neste ano, os Estados do Nordeste deverão receber a maior parcela desse financiamento, que deverá ser canalizado para a implementação de projetos em áreas tais como Irrigação, Desenvolvimento Rural Integrado e Saneamento Básico.

A Cooperação Técnica, por sua característica de projetos conjuntos, compreende uma gama de setores e regiões mais ampla. Nesse tipo de projeto, o componente "recursos humanos" é o mais importante, uma vez que esse componente é o fator essencial para a transferência de tecnologia. As áreas abrangidas, portanto, por essa cooperação são as de Agricultura, Educação (em todos os níveis), Ecologia/Meio Ambiente, Saúde, Desenvolvimento Regional e Urbano e Apoio a instituições brasileiras no setor industrial.

Os projetos de cooperação bilateral correspondem aos princípios da política de desenvolvimento sócio-econômico de ambos os Governos e se inserem no Plano de Desenvolvimento Econômico brasileiro.

As Negociações, presididas pelo Dr. Peter Arnolds, do Ministério Federal da Cooperação Econômica, e pelo Conselheiro Carlos Alberto de Azevedo Pimentel, do Itamaraty, transcorreram no tradicional clima de cordialidade e eficiência, que tem caracterizado esse encontro.

cnen assina documentos para cooperação nuclear com empresas italianas

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) assinou, no Palácio do Itamaraty em Brasília, no dia 29 de julho de 1981, um Programa de Execução do Acor-

do de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Brasil e Itália e um Contrato para fornecimento de circuitos e equipamentos para tecnologia do sódio. A solenidade de assinatura contou com as presenças dos Ministros de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e das Minas e Energia, Cesar Cals.

Pela CNEN, assinou os documentos o seu presidente, Professor Hervásio Guimarães de Carvalho, enquanto pelo lado italiano assinaram o presidente do Comitato Nazionale per L'Energia Nucleare, Professor Umberto Colombo (o Programa de Execução do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear) e o presidente da Nucleare Italiana Reatori Avanzati (NIRA S.p.A.), Engenheiro Giovanni Gambardella (o Contrato para fornecimento de circuitos e equipamentos para tecnologia do sódio).

O programa de execução do Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Itália no campo dos usos pacíficos da energia nuclear prevê a colaboração recíproca entre os dois países nos campos da tecnologia de sódio e física neutrônica, em programa que terá a duração de cinco anos e que será executado, no Brasil, pelo Instituto de Engenharia Nuclear da CNEN, localizado na Ilha do Fundão.

O contrato para fornecimento de circuitos e equipamentos para tecnologia do sódio objetiva o fornecimento, por parte da NIRA, e a aquisição, por parte da CNEN, de circuitos, equipamentos e serviços no valor de US\$ 10.930.000,00, inclusive o projeto conceitual de um Galpão Tecnológico, para implementação no Brasil de uma área experimental para a tecnologia do sódio. No documento assinado, o Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento, do Ministério das Relações Exteriores da Itália, prevê a concessão de uma subvenção, a fundo perdido, acima de 10% do valor do preço total, para suportar o treinamento de pessoal brasileiro na Itália e de italianos no Brasil.

conferência das nações unidas sobre fontes novas e renováveis de energia

Pela Resolução 33/148, de 20 de dezembro de 1978, a Assembléia Geral das Nações Unidas convocou a Conferência sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia, a realizar-se, em Nairóbi, no período de 10 a 21 de agosto de 1981.

A Conferência congregará representantes oficiais dos Estados-membros das Nações Unidas, dos organismos especializados do Sistema e de organizações intergovernamentais e não-governamentais e deverá adotar um Plano de Ação Internacional para o setor.

O Brasil apoiou a convocação da Conferência e participou ativamente do processo preparatório do evento, tanto a nível técnico como a nível político. Peritos brasileiros integraram alguns dos grupos técnicos que analisaram o temário do evento, que incluirá energia da biomassa, solar, eólica, hidráulica, geotérmica, lenha e carvão vegetal, xisto e areias betuminosas, turfa e tração animal. Uma delegação chefiada por representante do Itamaraty e integrada por funcionários do Ministério das Minas e Energia, da Indústria e do Comércio (STI) e do CNPq participou das quatro sessões do Comitê Intergovernamental Preparatório, responsável pelo anteprojeto do referido Plano de Ação.

Com vistas a assegurar a adoção de um Plano de Ação Internacional que efetivamente favoreça e auxilie o mundo em desenvolvimento no campo da produção e utilização de fontes novas e renováveis de energia, e em virtude do trabalho relevante e pioneiro que vem desenvolvendo nessa área, o Brasil participa das negociações de Nairóbi. A Delegação brasileira será chefiada pelo Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, Senador César Cals. Integrarão a Delegação representantes do Ministério das Minas e Energia, da Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Itamaraty.

Paralelamente à Conferência, será realizada uma Feira sobre material e equipamentos para produção e utilização de Fontes Novas e renováveis de energia. O Pavilhão brasileiro na mostra apresentará as realizações nacionais nos setores de biomassa (etanol, metanol e biogás), hidroeletricidade, tração elétrica, madeira, carvão vegetal, turfa e xisto.

Serão, igualmente, realizados seminários sobre temas correlatos pelas agências das Nações Unidas, abertos à participação de membros das delegações, organizações não-governamentais e jornalistas.

Transcrevem-se a seguir as datas dos referidos seminários, com indicação dos temas a serem cobertos e das agências patrocinadoras:

11/08 Energia e Sociedade — United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)

13/08 Energia e Desenvolvimento agrícola — Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)

14/08 Energia e Indústria — United Nations Industrial Development Organization (UNIDO)

17/08 Energia e Meio Am- — United Nations Envi-
biente ronment Programme
(UNIP)

18/08 Energia e Assenta- — United Nations Centre
mentos Humanos for Human Settlements
(HABITAT)

brasil envia delegação para as comemorações da independência de belize

O Senhor Presidente da República designou a seguinte Delegação para representar o Brasil nas comemorações da independência de Belize, a realizarem-se na cidade de Belize, de 18 a 21 de setembro de 1981:

Chefe: Doutor Jair de Oliveira Soares, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social;

Subchefe: Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho;

Delegado: Conselheiro Genaro Antonio Mucciolo.

o seminário latino-americano sobre controle de qualidade na exportação

O Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Baena Soares e o Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna, abriram no dia 28 de setembro, o Seminário Latino-Americano sobre Controle de Qualidade na Exportação, com a presença de representantes de dezoito países latino-americanos, além de representantes brasileiros.

Tal como concebido pelo Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT, o referido encontro teve como objetivos: 1) aperfeiçoar as atividades desenvolvidas por países latino-americanos na área de controle de qualidade, inspeção pré-embarque e certificação; 2) identificar áreas e atividades para a cooperação horizontal entre os participantes; 3) promover, dentro do espírito do Programa das Nações Unidas de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, a troca de informações com vistas à maior integração dos países latino-americanos no âmbito da certificação.

Para a consecução de tais objetivos foram transmitidas e analisadas as experiências dos participantes em seus respectivos países, e constituídos grupos de trabalho para a discussão de temas específicos e formulação de recomendações. O Instituto Nacional de

Metrologia (INMETRO) relatou a experiência brasileira no setor.

Este Seminário se insere no quadro do Programa de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento-CTPD que conta com a contribuição do Governo brasileiro, e foi coordenado pelo Itamaraty e pelo Centro de Comércio Internacional.

visitas oficiais ao brasil

julho

- Vice-Ministro do Comércio Exterior da **Hungria**, Otto Herkner, de 29 de junho a 3 de julho.
- Ministro da Cooperação do **Congo**, Aimé Emmanuel Yoka, de 5 a 10 de julho.
- Vice-Presidente de **Gana**, J.W.S. de Graft-Johnson, de 13 a 19 de julho.
- Ministro de Estado do Comércio Internacional e da Indústria do **Japão**, Rokusuke Tanaka, de 25 a 28 de julho.
- Ministro do Comércio, Aço e Minas da **Índia**, Pranab Mukherjee, de 29 a 31 de julho.

agosto

- Ministro dos Negócios Estrangeiros do **Japão**, Sunao Sonoda, de 4 a 6 de agosto.
- Presidente da **Venezuela**, Luís Herrera Campíns, de 10 a 13 de agosto.
- Ministro dos Negócios Estrangeiros da **Arábia Saudita**, Príncipe Saud Al-Feiçal Ibn Abdulaziz Al-Saud, de 12 a 15 de agosto.
- Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Julio Cesar Schupp, de 19 a 21 de agosto.
- Ministro de Estado do Gabinete do Presidente da **Tanzânia** e Presidente do Conselho de Diretores da Capital Development Authority — CDA, Clemente George Kahama, dia 20 de agosto.
- Ministro do Comércio do **Iraque**, Hassan Ali, de 23 a 29 de agosto.
- Ministro das Relações Exteriores de **Honduras**, César Elvir Sierra, de 27 a 31 de agosto.
- Presidente da **Colômbia**, Júlio César Turbay Ayala, de 31 de agosto a 6 de setembro.

setembro

- Ministro dos Negócios Estrangeiros de **Moçambique**, Joaquim Alberto Chissano, de 13 a 21 de setembro.
- Diretor-Executivo da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) Abd-El Rahman Khane, de 14 a 18 de setembro.
- Ministro dos Assuntos Estrangeiros da **Polônia**, Józef Czyrek, de 30 de setembro a 1º de outubro

despedidas de embaixadores estrangeiros

No período de julho a setembro de 1981, quatro Embaixadores estrangeiros deixaram seus cargos no Brasil, motivo pelo qual foram homenageados pelo Governo brasileiro através do Ministério das Relações Exteriores.

O Embaixador Max Feller, da **Suíça**, foi homenageado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, com um almoço no Palácio do Itamaraty em Brasília, no dia 18 de agosto.

O Embaixador Kole Casule, da **Iugoslávia**, foi homenageado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro com um almoço no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 19 de agosto, durante o qual o representante do Governo iugoslavo recebeu a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

O Embaixador Sayed Ezzedin Rifaat, do **Egito**, foi homenageado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, com um almoço no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 24 de agosto, durante o qual o representante do Governo egípcio recebeu a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

O Embaixador Robert M. Sayre, dos **Estados Unidos da América**, foi homenageado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro com um almoço no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 9 de setembro, durante o qual o representante norte-americano recebeu a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

reunião de comissão mista

- II Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, em Brasília, de 24 a 26 de julho.

índice

a visita do presidente da venezuela, luís herrera campíns discursos dos presidentes joão figueiredo e luís herrera campíns, no palácio do itamaraty em brasília, por ocasião de jantar oferecido pelo presidente brasileiro ao presidente venezuelano	3
presidente venezuelano visita o supremo tribunal federal discurso do presidente da venezuela, luís herrera campíns, durante sua visita ao supremo tribunal federal, reunido em sessão solene	9
herrera campíns: “venezuela y brasil son naciones que caminan com seguridad y seriedad” discursos dos presidentes luís herrera campíns e joão figueiredo, na embaixada da venezue- la em Brasília, por ocasião de jantar oferecido pelo presidente venezuelano ao primeiro- mandatário brasileiro	12
a assinatura da declaração conjunta brasil-venezuela discursos dos presidentes joão figueiredo e luís herrera campíns, no palácio do planalto em brasília, por ocasião da solenidade de assinatura da declaração conjunta brasil-venezuela	17
na declaração conjunta, os entendimentos do presidente da venezuela em Brasília declaração conjunta brasil-venezuela, assinada, no palácio do planalto em Brasília, pelos presidentes joão figueiredo e luís herrera campíns	21
no brasil, o presidente da colômbia, julio César turbay ayala discursos dos presidentes joão figueiredo e julio César turbay ayala, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião do banquete oferecido pelo presidente brasileiro ao presidente co- lombiano	29
turbay ayala a figueiredo: minha visita fortalecerá a amizade entre os povos brasilei- ro e colombiano discursos dos presidentes julio César turbay ayala e joão figueiredo, no clube naval de brasí- lia, por ocasião do banquete oferecido pelo presidente colombiano ao presidente brasileiro	35
presidente colombiano visita o congresso nacional e o supremo tribunal federal discursos do presidente da colômbia, julio César ayala, por ocasião de suas visitas ao con- gresso nacional e ao supremo tribunal federal	39
declaração conjunta brasil-colômbia declaração conjunta brasil-colômbia, assinada, em Brasília, pelos presidentes joão figueire- do e julio César turbay ayala	39
aureliano chaves recebe o vice-presidente da república de gana discursos dos vice-presidentes do brasil, antonio aureliano chaves de mendonça, e de gana, j.w.s. de graft-johnson, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço que o vice- presidente brasileiro ofereceu ao vice-presidente de gana	53
	171

comunicado de imprensa brasil-gana

comunicado de imprensa brasil-gana, divulgado pelo palácio do itamaraty em Brasília, ao final da visita do vice-presidente de Gana, J.W.S. de Graft-Johnson

57

ministro do comércio e da indústria do Japão visita o Brasil

discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao ministro do Comércio e da Indústria do Japão, Rokosuke Tanaka

61

Saraiva Guerreiro na reunião de chanceleres de Cancun

discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no México, por ocasião da reunião de chanceleres de Cancun

65

em Brasília, o ministro dos negócios estrangeiros do Japão

discursos do ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Sunao Sonoda, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao chanceler japonês

67

comunicado conjunto relata os entendimentos de Sunao Sonoda em Brasília

comunicado conjunto Brasil-Japão, divulgado pelo palácio do Itamaraty em Brasília, ao final da visita do ministro japonês dos Negócios Estrangeiros, Sunao Sonoda

68

ministro dos negócios estrangeiros da Arábia Saudita no Brasil

discursos do ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, Príncipe Saud al-Faiçal, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao chanceler saudita

71

acordo básico de cooperação científica e técnica estimulará o intercâmbio entre o Brasil e a Arábia Saudita

discurso do chanceler Saraiva Guerreiro, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião da solenidade de assinatura, juntamente com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, Príncipe Saud al-Faiçal, do acordo básico de cooperação científica e técnica entre o Brasil e a Arábia Saudita (na mesma solenidade, o Príncipe Saud al-Faiçal recebeu, do chanceler Saraiva Guerreiro, a grã-cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, e do governador do Distrito Federal, Aimé Alcebíades Lameison, o título de propriedade de um lote de terreno, em Brasília, doado ao Centro Islâmico do Brasil, para construção de uma mesquita)

76

comunicado conjunto Brasil-Arábia Saudita

comunicado conjunto Brasil-Arábia Saudita, divulgado pelo palácio do Itamaraty em Brasília, ao final da visita do ministro saudita dos Negócios Estrangeiros, Príncipe Saud al-Faiçal

77

chanceler encerra o IV seminário sobre política exterior do Brasil, em Belo Horizonte

conferência do ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, por ocasião do encerramento do IV seminário sobre política exterior do Brasil

81

segunda reunião da comissão mista Brasil-Iraque

discurso do chanceler Saraiva Guerreiro no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião da abertura dos trabalhos da segunda reunião da comissão mista Brasil-Iraque, que contou com a presença do ministro do Comércio Exterior daquele país, Hassan Ali

89

ministro das relações exteriores de Honduras visita Brasília

discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no palácio do Itamaraty em Brasília, por ocasião do almoço oferecido ao ministro das Relações Exteriores de Honduras, César Elvir Sierra

91

comunicado à imprensa brasil-honduras

comunicado à imprensa brasil-honduras, divulgado pelo palácio do itamaraty em Brasília, ao final da visita do ministro hondurenho das relações exteriores, César Elvir Sierra

93

saraiva guerreiro na esg: não brimos mão de nossas esperanças

conferência do chanceler Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro

97

visita de joaquim chissano amplia o entendimento brasil-moçambique

discurso do chanceler Saraiva Guerreiro no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de jantar oferecido ao ministro dos negócios estrangeiros de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano

111

saraiva guerreiro destaca a aproximação do Brasil com a África

discursos do ministro dos negócios estrangeiros de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, e do ministro de Estado das relações exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Clube das Nações em Brasília, por ocasião de almoço oferecido pelo chanceler moçambicano ao chanceler brasileiro

113

as conversações do chanceler de Moçambique no Brasil

comunicado conjunto Brasil-Moçambique, divulgado pelo palácio do itamaraty em Brasília, ao final da visita do ministro dos negócios estrangeiros daquele país, Joaquim Alberto Chissano

115

chanceler no México: cooperação brasileiro-mexicana deverá intensificar-se

discurso do ministro de Estado das relações exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no México, por ocasião de banquete que lhe foi oferecido pelo chanceler mexicano, Jorge Castaneda

119

saraiva guerreiro inaugura a terceira exposição industrial brasileira no México

discurso do chanceler Saraiva Guerreiro, no México, por ocasião da inauguração da terceira exposição industrial brasileira

121

comunicado conjunto relata os entendimentos do chanceler brasileiro no México

comunicado conjunto Brasil-México, divulgado na cidade do México, ao final da visita do ministro de Estado das relações exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, àquele país

122

a XXXVI assembléia geral da organização das nações unidas

discurso do ministro de Estado das relações exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Nova York, por ocasião da abertura da XXXVI sessão da assembléia geral da organização das nações unidas

127

Józef Czyrek em Brasília consolida as relações polono-brasileiras

discurso do chanceler Saraiva Guerreiro, no palácio do itamaraty em Brasília, por ocasião de almoço oferecido ao ministro dos assuntos estrangeiros da Polônia, Józef Czyrek

135

comunicado de imprensa Brasil-Polônia

comunicado de imprensa Brasil-Polônia, divulgado pelo palácio do itamaraty em Brasília, ao final da visita do ministro dos assuntos estrangeiros da Polônia, Józef Czyrek

136

relações diplomáticas

entrega de credenciais

141

designação de embaixadores brasileiros

141

tratados, acordos, convênios

protocolo de intenções prevê aumento do comércio entre Brasil e Gana

protocolo de intenções entre o Brasil e a República de Gana, assinado, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo ministro de Estado das relações exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, pelo

173

secretário-geral das relações exteriores, joão clemente baena soares, e pelo vice-presidente de gana, j.w.s. de graft-johnson

143

brasil assina acordo básico de cooperação científica e técnica com a arábia saudita e doa terreno para construção de mesquita

acordo básico de cooperação científica e técnica entre o brasil e a arábia saudita, assinado, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo chanceler saraiva guerreiro e pelo ministro saudita dos negócios estrangeiros da arábia saudita, príncipe saud al-feiçal; e o texto da ata de doação, pelo governo do distrito federal, de um lote de terreno em Brasília, para a construção de uma mesquita, assinada, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo chanceler saraiva guerreiro, pelo chanceler saudita, príncipe saud al-feiçal, pelo governador do distrito federal, aimé alcebiades lamaison, pelo embaixador da argélia, ahmed amine kherbi (na qualidade de presidente do centro islâmico do brasil), pelo presidente da terracap, eni de oliveira castro e pelo secretário-executivo do centro islâmico do brasil, mohamad abu-alsamh

144

acordo brasil-honduras para constituição de uma comissão mista

acordo, por troca de notas, para constituição de uma comissão mista brasileiro-hondurenha, assinado, no palácio do itamaraty em Brasília, pelos ministros das relações exteriores dos dois países, ramiro saraiva guerreiro e césar elvir sierra

147

na visita de turbay ayala, brasil e colômbia assinam oito acordos de cooperação

convênios complementares ao acordo básico de cooperação técnica entre o brasil e a colômbia (assinado em dezembro de 1972) para a cooperação técnica, científica e tecnológica nos setores de pesquisa de recursos minerais, em assuntos agropecuários, engenharia agrícola de alimentos, setor elétrico, desenvolvimento de metodologias para adiantar ações de formação profissional em níveis informais da população, planejamento de recursos humanos e sistemas de informação técnica empresarial, aproveitamento de experiências em programas móveis, cooperação no campo do saneamento básico e de proteção do meio ambiente, assinados, em Brasília, pelos ministros das relações exteriores dos dois países, ramiro saraiva guerreiro e carlos lemos simmonds

148

o acordo geral de cooperação brasil-moçambique

acordo geral de cooperação brasil-moçambique, assinado, no palácio do itamaraty em Brasília, pelo chanceler saraiva guerreiro e pelo ministro dos negócios estrangeiros de moçambique, joaquim alberto chissano

159

acordos promulgados

acordos promulgados pelo governo brasileiro no período de julho, agosto e setembro de 1981

160

mensagens

figueiredo envia mensagem ao presidente do líbano

163

troca de mensagens

163

notícias

vice-ministro do comércio exterior da hungria mantém contatos com autoridades econômicas do brasil

165

o 13º aniversário da revolução e data nacional do iraque

165

delfim netto visita a união soviética

165

a reunião anual das negociações intergovernamentais teuto-brasileiras sobre cooperação financeira e técnica

166

174

cnen assina documentos para cooperação nuclear com empresas italianas	166
conferência das nações unidas sobre fontes novas e renováveis de energia	167
brasil envia delegação para as comemorações da independência de belize	168
o seminário latino-americano sobre controle de qualidade na exportação	168
visitas oficiais ao brasil	168
despedidas de embaixadores estrangeiros	169
reuniões de comissões mistas	169